

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
NÍVEL MESTRADO**

Ianko Bett

**A (RE)INVENÇÃO DO COMUNISMO
Discurso anticomunista católico nas grandes imprensas brasileira
e argentina no contexto dos golpes militares de 1964 e 1966**

**São Leopoldo, RS
2010**

Ianko Bett

A (RE)INVENÇÃO DO COMUNISMO
Discurso anticomunista católico nas grandes imprensas brasileira
e argentina no contexto dos golpes militares de 1964 e 1966

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos.

Orientadora: Prof. Dra. Heloísa Jochims Reichel

São Leopoldo, RS
2010

Ficha Catalográfica

B565r Bett, Ianko

A (re)invenção do comunismo: discurso anticomunista católico nas grandes imprensas brasileira e argentina no contexto dos golpes militares de 1964 e 1966 / por Ianko Bett. – 2010.
261 f. ; 30cm.

Dissertação (mestrado) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo, RS, 2010.

“Orientação: Prof^a. Dr^a. Heloísa Jochims Reichel, Ciências Humanas”.

1. Anticomunismo. 2. Anticomunismo - Igreja católica. 3. Imprensa. 4. Golpe militar. I. Título.

CDU 282:329.15

Catálogo na Publicação:
Bibliotecária Camila Rodrigues Quaresma - CRB 10/1790

Ianko Bett

A (RE)INVENÇÃO DO COMUNISMO
Discurso anticomunista católico nas grandes imprensas brasileira
e argentina no contexto dos golpes militares de 1964 e 1966

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos.

Aprovado em / /2010

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof. Dra. Heloísa Jochims Reichel

Prof. Dr. Carlos Alfredo Gadea Castro (PPGCS – UNISINOS)

Prof. Dr. Claudio Pereira Elmir (PPGH – UNISINOS)

Prof. Dr. Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG)

São Leopoldo, RS
2010

*A meus pais, Belmiro e Sonia,
à minha esposa Tais e
a meus irmãos Fabio e Fabiano.
Pessoas fundamentais na minha vida.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a meus pais. Somente com a educação e todos os ensinamentos do “Seu” Belmiro (o “negro”) e da “Dona” Sonia é que pude chegar até aqui. Com meu pai, tentei aprender que se uma coisa deve ser feita, ela deve ser muito bem-feita. Com minha mãe, aprendi que é possível fazer várias coisas ao mesmo tempo (ela foi e é ótima mãe, ótima dona de casa e ótima profissional) e fazê-las todas bem.

Agradeço a meus irmãos, Fabio e Fabiano. Com os dois, aprendi a ter persistência na busca pelos objetivos, mesmo quando os obstáculos se tornavam quase intransponíveis. Além de irmãos, tenho dois grandes amigos, parceiros dos momentos de alegrias nas arquibancadas do Gigante da Beira-Rio, parceiros de praia, de churrascos e das nossas famosas “loucuras de verão”.

À minha esposa Taís, que teve toda a paciência e compreensão nesses dois anos de muitas ausências em que me dediquei ao mestrado. A sua constante manifestação de amor, que me proporciona alegria, tranquilidade e satisfação, em todos os instantes, foi fundamental nesse período. Também devo agradecer pelas pequenas coisas, desde as “guloseimas” e cafés trazidos nas horas de confinamento, pela boa vontade em ler todos aqueles chatos e extensos artigos de História, abrindo mão de seus afazeres profissionais e acadêmicos, e até pelo seu companheirismo incondicional nas nossas sofridas corridas.

Aos doutorandos e amigos Enildo de Moura Carvalho e Miguel Ângelo da Costa, por terem me ajudado a pensar o projeto desta pesquisa. Agradeço, fundamentalmente, pelo incentivo, que fez com que eu acreditasse que seria possível minha aprovação na seleção de mestrado.

Aos colegas de curso Melina, Carina, Caroline (Ritinha), João, Jônatas, Mariluci e Júlio. Durante as discussões mais teóricas e nas conversas informais que tivemos, por vezes regadas com boas doses de cevada, pude crescer e aprender muito. Tentei torná-los foucaultianos, mas, infelizmente, não obtive êxito. Agradeço, também, à nossa amiga e colega Ana Carla que, generosamente, abriu sua casa e nos recebeu, nos hospedou, e mostrou o caminho da diversão (nos horários sem atividades da Anpuh) na longínqua e quente Fortaleza.

À professora Heloísa Reichel, por sua orientação segura e sempre atenciosa. Agradeço, sobretudo, pela confiança, seriedade e autonomia concedida ao longo das etapas da pesquisa e pela disponibilidade com que me recebeu em sua casa, até mesmo nos momentos de seu descanso.

Aos professores do PPGH da Unisinos, dos quais tive o privilégio de ser aluno, em especial ao professor Claudio Pereira Elmir, pelas inúmeras sugestões e contribuições em meu trabalho.

Agradeço a todas as pessoas que contribuíram direta ou indiretamente para minha participação no intercâmbio entre a Unisinos e a Universidad del Centro de la Provincia de Buenos Aires (UNCPBA), em particular à professora Marluza Marques Harres, coordenadora do PPGH da Unisinos, às professoras Mônica Blanco (minha orientadora em terras platinas) e Andrea Regüera, pela cordial receptividade, e aos doutorandos Juan Manuel Padron e Victória Arrascaete, pelas sugestões na pesquisa e pelos agradáveis momentos de confraternização.

À secretária do PPGH, nossa querida Janaína, sempre pronta a solucionar nossos problemas e sempre antecipando nossas obrigações burocráticas.

Aos meus professores da graduação José Remedi, Mozart Linhares da Silva e Sílvio Correa, por despertarem em mim a paixão pela pesquisa em História.

Aos companheiros de trabalho, Edson Melo (Melinho), Marcelo Moom Vasconcelos, Fábio Silva e Gerson Guimarães, por terem proporcionado todo apoio e ajuda nesses dois anos. Seguraram a “barra” na minha ausência sem nunca cobrar algo em troca. Tenho neles quatro leais amigos. Posso dizer (apropriando-me de uma frase do Melinho) que, sem dúvida, eu os “levaria para a guerra”.

Ao amigo (e afilhado) Rafael Farias, por ser um exemplo de profissional dedicado e ser um dos grandes incentivadores dos meus estudos.

Aos ex alunos e, agora, grandes amigos Daniel, Veríssimo, Caldas, Tonho, Paludo. Com esse “quinteto” o aprendizado é constante.

Aos amigos de toda hora, Renato e Camila, sempre prontos para um bom bate-papo, e para os amigos mais distantes, Irineu e Barboza, pela amizade incondicional há mais de dez anos.

E, finalmente, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de estudos, sem a qual este trabalho não seria possível.

[...] em uma sociedade como a nossa, mas no fundo em qualquer sociedade, existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e que estas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso. Não há possibilidade de exercício do poder sem uma certa economia dos discursos de verdade que funcione dentro e a partir desta dupla exigência. Somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercê-lo através da produção da verdade.

Michel Foucault

RESUMO

Brasil e Argentina, na década de 1960, estiveram mergulhados em profundas crises políticas, econômicas e sociais que culminaram com a deposição dos presidentes civis pelas respectivas Forças Armadas – João Goulart, em 1964, no Brasil e Arturo Illia, em 1966, na Argentina. Paralelamente a este momento político, o catolicismo mundial sofreria intensas e profundas transformações suscitadas pelas primeiras Encíclicas Sociais de João XXIII (*Pacem in Terris* e *Mater et Magistra*) e pela realização do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962 a 1965). O foco da pesquisa recaiu sobre o discurso anticomunista católico que, presente nos contextos acima citados, foi difundido na grande imprensa de Porto Alegre (*Correio do Povo* e *Diário de Notícias*) e Buenos Aires (*La Nación*, *La Razón* e *Clarín*) no interregno que abrange os anos de 1961 a 1967. Mediante a análise das fontes, numa perspectiva que compreendeu três níveis teórico-metodológicos complementares entre si, quais sejam, ao nível do imaginário, das representações e dos discursos, e duas realidades (Brasil e Argentina), a pesquisa buscou identificar e analisar a manifestação anticomunista católica nos jornais selecionados. Tendo como base o período que abrangeu as crises políticas anteriores aos golpes militares, o primeiro capítulo demonstrou a variedade da presença do anticomunismo católico na imprensa dos dois países, as intensas repercussões e os debates travados neste contexto, a participação efetiva da imprensa na divulgação do anticomunismo católico e, por fim, o arcabouço de representações que foram operacionalizadas para a demarcação das identidades dos comunistas e dos anticomunistas. O debate surgido a partir da disjunção interna do catolicismo com as renovações doutrinárias e teóricas na década de 1960, assunto desenvolvido no segundo capítulo, mostrou que este aspecto repercutiu diretamente nas manifestações anticomunistas dos católicos. Nesse sentido, foi possível identificar que o conflito interno da instituição configurou-se como um dos principais vetores das argumentações anticomunistas construídas para representar grupos e sujeitos pertencentes aos quadros da Igreja considerados “dissidentes” ou “progressistas”, fossem eles hierarquizados ou componentes do apostolado laico. A análise do período pós-golpes militares nos governos de ambos os países foi desenvolvida no terceiro capítulo. Além de demonstrar a influência, o apoio e a participação dos católicos nos golpes militares, este trabalho identificou as principais reestruturações sofridas pelo discurso anticomunista católico a partir da representatividade da presença dos militares no poder. Na conclusão, a pesquisa, além de visualizar a predominância e recorrência do discurso anticomunista católico nas grandes imprensas, possibilitou a compreensão da importância e presença atuante do mesmo na consolidação de um imaginário conservador, do ponto de vista político e religioso, e na experimentação de governos ditatoriais nas sociedades afetadas.

Palavras-chave: anticomunismo católico. grande imprensa. Brasil. Argentina. golpes militares

ABSTRACT

During the decade of 1960, Brazil and Argentina were going through a deep political, social and economic crisis that took to the deposition of the civil presidents by the Army - João Goulart, in 1964, in Brazil and Arturo Illia, in 1966, in Argentina. Simultaneously to this political moment, the world catholicism was under intense transformations due to the first Social Encyclicals of John XXIII (*Pacem in Terris e Mater et Magistra*) and to the Ecumenical Council Vatican II (1962 - 1965). The focus of the research was the catholic anti-comunist discourse that was spread in the press of the city of Porto Alegre ("*Correio do Povo*" and "*Diário de Notícias*") and of the city of Buenos Aires ("*La Nación*", "*La Razón*" and "*Clarín*"), between the years of 1961 and 1967. Through the analysis of the sources in a perspective that deemed three theoretical-methodological levels that are complimentary to each other - the imaginary, the representations and the discourse levels - and two realities - Brazil and Argentina - the study aimed to identify and analyse the catholic anti-comunist manifestation in the newspapers above mentioned. Based on the period of political crisis before the military coups, the first chapter of this work shows the variety of the presence of the catholic anti-comunism in the press of these two countries, the intense impact and the debates that were done in this context, the effective participation of the press in the divulgation of the catholic anti-comunism and, finally, the representations that were operationalized in order to define the identities of the comunists and the anti-comunistas. The second chapter is about the discussion that emerged from the internal split of the catholicism due to the doctrinary and theoretical renovation in the decade of 1960. It had a direct influence in the catholic anti-comunism manifestations. In this way, it was possible to identify that the internal conflicts of the institution became one of the main vectors of anti-comunist manifestations built to represent groups and individuals that belonged to the Church and that were considered as "dissidents" or "progressists", either from the church hierarchy or from the laic apostolate. The analysis of the period after the military coups in the government of both countries was developed in the third chapter. Besides the demonstration of the influence, the support and the participation of catholic people in the military coups, this study identified the main restructurations that the catholic anti-comunist discourse went through due to the representative presence of military in charge. In the conclusion of this study, it is possible to realize the predominance and recurrence of the catholic anti-comunist discourse in the press, and to comprehend the importance and active presence of this discourse in the consolidation of the conservative imaginary - from a political and religious point of view - and to understand the experience of dictatorial governments.

key words: catholic anti-comunism. Press. Brazil. Argentina. military coup.

LISTA DE ABREVIATURAS

ADF	Ação Democrática Feminina
AC	Ação Católica
ALEF	Aliança Eleitoral Pela Família
AP	Ação Popular
CBA	Cruzada Brasileira Anticomunista
CELAM	Conselho Episcopal Latino-Americano
CGT	Central Geral dos Trabalhadores
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNTI	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria
CL	Clarín
CP	Correio do Povo
DN	Diário de Notícias
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
FADEA	Federação Argentina de Estudantes Ativos
FAEDA	Federación Argentina de Entidades Democráticas Anticomunistas
FLN	Frente de Libertação Nacional
JDC	Juventude Democrática Cristã
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IPM	Inquérito Policial Militar
JEC	Juventude Estudantil Católica
JOC	Juventude Operária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
LN	La Nación
LR	La Razón
OEA	Organização dos Estados Americanos
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
RS	Rio Grande do Sul
TFP	Tradição Família e Propriedade
UJC	União Juventude Comunista
UCRI	União Cívica Radical Intransigente

UCRP	União Cívica Radical do Povo
UDEA	Unión Demócrata de Entidades Anticomunistas
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNITAS	Unidos en Cristo Frente al Comunismo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
O Anticomunismo de Guerra Fria.....	14
O Anticomunismo Católico	17
O Anticomunismo em Perspectiva Historiográfica	19
Imaginário, Representações e Discursos: O Anticomunismo Católico em Perspectiva Teórica	24
O Imaginário Social	25
As Representações Sociais.....	26
Os Discursos Enquanto Práticas Sociais.....	28
Fontes de Pesquisa	32
2 O ANTICOMUNISMO CATÓLICO NAS GRANDES IMPRENSAS DE PORTO ALEGRE E BUENOS AIRES NO PERÍODO PRÉ-GOLPE MILITAR.....	35
2.1 JOÃO GOULART: DA CRISE DA LEGALIDADE (1961) AO GOLPE MILITAR (1964).....	35
2.2 ANTICOMUNISMO CATÓLICO NA IMPRENSA PORTO-ALEGRENSE.....	40
2.2.1 D. Vicente Scherer e as alocações semanais.....	41
D. Vicente Scherer e a infiltração comunista no governo do RS	45
2.2.2 D. Jaime de Barros Câmara nas páginas dos jornais porto-alegrensenses	51
2.2.3 Os católicos frente à opressão comunista.....	54
2.2.4 Das notícias que vêm de Roma	55
2.3 PRINCIPAIS TEMÁTICAS DO ANTICOMUNISMO CATÓLICO NA IMPRENSA PORTO-ALEGRENSE.....	56
2.4 A POLARIZAÇÃO POLÍTICA NA ARGENTINA DA DÉCADA DE 1960 E O ANTICOMUNISMO CATÓLICO NA IMPRENSA PORTENHA	66
O Dr. Arturo Illia e a segunda experiência constitucional pós-Perón	69
2.4.1 As “Vozes” do Anticomunismo Católico na Imprensa de Buenos Aires	74
2.4.2 Entidades Democráticas (Anticomunistas) da Argentina na Década de 1960.....	77
As <i>solicitadas</i> da FAEDA	81
2.5 O PAPEL DA IMPRENSA NA DIFUSÃO DO ANTICOMUNISMO CATÓLICO	87
2.6 CONTEÚDO DAS REPRESENTAÇÕES DO ANTICOMUNISMO CATÓLICO NAS IMPRENSAS DE PORTO ALEGRE E BUENOS AIRES	98
3 DISSENSOS E DISPUTAS NO SEIO DO CATOLICISMO VISTOS ATRAVÉS DA IMPRENSA.....	117
3.1 O CONCÍLIO VATICANO II E AS ENCÍCLICAS DE JOÃO XXIII: RENOVAÇÃO E DIVISÃO DO CATOLICISMO.....	117

3.2 EM RESPOSTA À INDISCIPLINA: O DISCURSO CATÓLICO CONSERVADOR NAS PÁGINAS DOS JORNAIS	126
3.2.1 “Condenação ao Comunismo Continua em Pleno Vigor”	127
3.2.2 Quando os Progressistas se Tornaram Comunistas.....	140
“Crisis en la Iglesia Posconciliar?”	145
3.2.3 “Llamado a la Disciplina”: Na Alça de Mira dos Conservadores.....	149
3.3 DEMARCANDO O PERIGO: AS ORGANIZAÇÕES DO APOSTOLADO DOS LEIGOS E A INFILTRAÇÃO COMUNISTA	159
A Capela de “Cristo Obrero” e os sacerdotes do clero secular	160
D. Antonio Caggiano e as idéias que confundem os católicos.....	163
Os quadros da Ação Católica brasileira e o perigo comunista	165
A “Má-fé dos comunistas” ou a inocência dos católicos?.....	170
D. Vicente Scherer e a Ação Popular	174
“A presença de Calabar na Igreja”	180
4 ANTICOMUNISMO CATÓLICO DURANTE E PÓS-GOLPES MILITARES	184
4.1 “IGREJA APREENSIVA ANTE INFILTRAÇÃO COMUNISTA”.....	184
4.1.1 As Mulheres Gaúchas Contra o Comunismo	191
4.2 O GOLPE MILITAR DE 1964 E A “NOVA ERA NA HISTÓRIA-PÁTRIA”.....	198
4.2.1 “É Necessário que se Punam os Vendilhões da Pátria”	210
4.2.2 D. Vicente Scherer e o Silêncio Anticomunista.....	217
4.3 ANTICOMUNISMO CATÓLICO NOS JORNAIS DE BUENOS AIRES PÓS-GOLPE MILITAR.....	221
4.3.1 Os Quadros do Catolicismo Argentino e o Apoio ao Governo Militar.....	225
4.3.2 Entidades Anticomunistas e o Golpe Militar	233
“El apoyo de FAEDA a la Revolución Argentina”	242
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	247
ARQUIVOS E FONTES DE PESQUISA	255
REFERÊNCIAS	256

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem o objetivo de analisar o discurso anticomunista católico nas grandes imprensas de Porto Alegre e Buenos Aires no contexto dos golpes militares da década de 1960 (1964 no Brasil e 1966 na Argentina). O recorte cronológico estabelecido para a pesquisa (1961 a 1967) compreende um período de intensas agitações políticas e sociais em ambos os países. Nesse interregno de anos, dois grandes processos proporcionaram maior disposição para a manifestação anticomunista dos católicos. Um deles, de cunho político, provocado pelas crises políticas dos governos dos presidentes João Goulart, no Brasil e Arturo Illia, na Argentina, que culminaram com a deposição de ambos pelas respectivas forças militares. O outro, um processo de cunho religioso, que resultou na renovação do catolicismo mundial a partir das novas Encíclicas Sociais de João XXIII (*Mater et Magistra* e *Pacem in Terris*) como também, em maior amplitude, das novas diretrizes teóricas e doutrinárias estabelecidas no Concílio Ecumênico Vaticano II. O recorte cronológico da pesquisa foi definido, então, levando em conta as dimensões históricas desses processos. As Encíclicas Sociais de João XXIII (publicadas em 1961 e 1963) e o Concílio (1962 a 1965) proporcionaram que um intenso debate acerca dos temas a que se referiam fosse difundido na imprensa e que se visualizasse parte dos conflitos internos da Instituição católica. De outra parte, tanto no caso do Brasil quanto no caso da Argentina, foi necessário percorrer desde o início do mandato dos presidentes depostos até as respectivas quedas, portanto, 1961-1963 para João Goulart e 1963-1966 para Arturo Illia, como também percorrer os primeiros anos dos governos militares.

O Anticomunismo de Guerra Fria

A partir do fim da Segunda Grande Guerra (1945) e o surgimento dos Estados Unidos e da União Soviética como duas superpotências econômicas e militares, o mundo presenciou a escalada de um conflito que girou em torno da disputa entre esses países acerca do aumento de suas áreas de influência(s), tanto política, ideológica e economicamente. O referido conflito denominou-se Guerra Fria, que, em sua própria denominação, caracteriza a forma como se desenvolveu ao longo da segunda metade do século XX, quer dizer, com constantes

ameaças tanto do lado capitalista quanto do lado comunista do desencadear de um confronto nuclear¹.

O combate ao comunismo pelos Estados Unidos recebeu uma forma institucionalizada com a doutrina Truman, em 1947, através da qual o governo estadunidense se comprometia a auxiliar financeiramente os países que estivessem ameaçados pela União Soviética. Além disso, com a ajuda financeira aos países da Europa Ocidental através do plano Marshall e a criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), que visou evitar ataque armado dos soviéticos aos países da Europa Ocidental e ao próprio Estados Unidos, o processo de combate ao avanço comunista ganhou nova configuração, passando a se concretizar em uma luta que dividiu o mundo em dois blocos antagônicos: ocidental e capitalista *versus* oriental e comunista. Configuração que será a tônica para compreender os conflitos armados que eclodiram em diversas regiões do planeta a partir de então².

No cenário latino-americano, as turbulências do mundo bipolarizado fizeram-se sentir com maior intensidade na década de 1960. A Revolução Cubana de 1959 e a posterior declaração do governo revolucionário como marxista-leninista (1961) provocaram a ruptura entre o regime castrista e o governo dos Estados Unidos³. A presença de uma nação socialista no continente, que até então era dominado pela influência do imperialismo estadunidense, acarretou significativas transformações no modo como o perigo comunista deveria ser combatido. Para Motta (2002, p. 231), “a ascensão de Fidel e seus barbudos ao poder mudou tudo, colocando esta parte do planeta no centro dos conflitos”.

Em consequência desta nova configuração que marcava a presença do inimigo no continente, os Estados Unidos agiram no sentido de evitar que o exemplo cubano fosse reproduzido por outras nações. A “aliança para o progresso” surge nesse contexto. O governo dos Estados Unidos, “ciente” da gravidade dos problemas sociais e econômicos dos países latino-americanos, fator este considerado como a principal via de fomentação do ideário comunista, criou a referida aliança como forma de proporcionar o desenvolvimento da região. Contudo, essa política estadunidense exigia dos países a realização de reformas estruturais, o

¹ Segundo Rapoport e Laufer (2000, p. 69), “a Guerra Fria entre as superpotências e seus respectivos blocos constitui o marco de referência obrigatório para o estudo e a compreensão das relações econômicas e políticas internacionais da época”.

² Podem ser citados como exemplos a Guerra da Coreia, ocupação do Canal de Suez e a Guerra do Vietnam.

³ Com esse processo, conforme Reichel (2004, p. 203), “as condições para a prática ou para a divulgação das ideias socialistas na região mudaram apenas na intensidade. A ofensiva norte-americana de controle ao chamado *avanço comunista* sobre os demais países do continente se intensificou e a exigência de apoio incondicional às suas premissões de fazer da América um bloco coeso e unido na luta contra o comunismo se tornou inegociável”.

que acarretou uma considerável pressão sobre os países latino-americanos para que efetivassem medidas anticomunistas⁴.

A denominada “crise dos mísseis” em Cuba (outubro de 1962) acirrou a Guerra Fria no continente latino-americano. A instalação de bases de lançamento de mísseis soviéticos na ilha proporcionou um aumento significativo do temor de um conflito nuclear fosse desencadeado no continente entre as duas superpotências.

Por outro lado, nesse contexto, as ideias socialistas, muito em função do “prestígio” pela vitória da Rússia comunista contra o nazismo e o fascismo na Segunda Guerra, adquiriram considerável aceitação na América Latina, sendo consideradas como uma das vias possíveis para solucionar os graves problemas sociais e econômicos oriundos da desigualdade e pobreza. Quer dizer, no plano interno, houve um crescimento das organizações de esquerda, com influência das ideias socialistas, que repercutiram em diversos setores como nos trabalhadores, estudantes e, inclusive, no catolicismo, tanto nos quadros da hierarquia quanto nas organizações do apostolado laico. Conforme afirma Reichel (2004, p. 199), em meio a um contexto de dificuldades econômicas e sociais vivenciadas em diferentes países latino-americanos, manifestações públicas e greves coordenadas por sindicatos e setores da sociedade que expressavam suas convicções e anseios políticos de mudança, tornaram-se não só frequentes como também objetivaram focos de conflitos entre segmentos sociais com interesses político-ideológicos marcadamente opostos.

Neste quadro, a configuração política de extremos – capitalismo *versus* socialismo – insere-se em um contexto social e cultural em plena ressignificação ideológica. As certezas, que até então tinham um caráter permanente, foram constantemente colocadas em xeque, e um sentimento de mudança e de quebra de paradigmas tornou-se a força propulsora para a articulação e a expansão dos movimentos sociais no continente latino-americano⁵.

No cenário de conflitos ideológicos e de agudas tensões sociais, segundo Motta (2002), o anticomunismo tornou-se uma força decisiva nas lutas políticas do mundo contemporâneo, alimentado e estimulado pela dinâmica do inimigo que era a sua razão de ser,

⁴ É preciso destacar que não se pode entender o anticomunismo no continente latino-americano apenas como um resultado da influência dos Estados Unidos, neste contexto. Situando apenas no exemplo do Brasil e Argentina, esses países, ao longo das primeiras décadas do século XX, já haviam manifestado posicionamentos anticomunistas como se pode observar no governo de Getúlio Vargas, no Brasil, e Perón, na Argentina. Portanto, como bem destacou Motta (2002) para o caso brasileiro, mas que pode ser entendido para o caso argentino, a influência anticomunista dos Estados Unidos, na década de 1960, combinou com uma tradição anticomunista já existente na região.

⁵ Conforme Padrós e Marçal (2000), foi naquele contexto que surgiram movimentos como, por exemplo, a Teologia da Libertação, Comunidades de Base (Brasil); Movimiento de Sacerdotes del Tercer Mundo, Colunas Montoneras (Argentina); os Padres Sandinistas (Nicarágua); Ejército Nacional de Libertación (Colômbia).

o comunismo. Para o autor, a ameaça comunista na América Latina serviu como um decisivo argumento para golpes e implantação de ditaduras militares, bem como para o convencimento social da necessidade de reprimir a esquerda. Todavia, Motta (2002) alerta para o fato de que se deve levar em conta que o anticomunismo assumiu diversas facetas/roupagens, e que este deve ser focado a partir da análise do lugar de onde foi manifestado e a quem foi direcionado.

Tanto o Brasil quanto a Argentina estiveram mergulhados em crises políticas na década de 1960 não apenas mas muito em função deste cenário internacional. Os períodos compreendidos entre 1961 a 1964, no Brasil, e 1963 a 1966, na Argentina, foram marcados por momentos em que a crise política chegou a níveis extremos, especialmente considerando as respectivas rupturas institucionais promovidas pelos golpes militares que derrubaram os governos civis de João Goulart (1964) e Arturo Illia (1966). O anticomunismo pode ser considerado como um fator que causou turbulências nos governos dos dois presidentes depostos. Ambos foram acusados, com as devidas proporções, não apenas de não combater, mas também de serem agentes diretos na promoção da infiltração comunista nos respectivos países.

O Anticomunismo Católico

Considera-se, conforme salientou Motta (2002, p. 18), que a “Igreja Católica se constituiu, provavelmente na instituição não estatal (desconsiderando, é claro, o Vaticano como Estado efetivo) mais empenhada no combate aos comunistas ao longo do século XX”, sendo assim, diversos foram os contextos que deram especificidades às formas de atuação da instituição na luta contra o comunismo. Isso significa que o anticomunismo católico, assim como outros anticomunismos, sofreu alterações no tempo, tanto no que diz respeito aos argumentos quanto à intensidade com que foi manifestado.

Foi a partir da segunda metade do século XIX que o comunismo começou a fomentar a preocupação nos católicos. Rodeghero (2003, p. 53) aponta a encíclica *Quanta Cura*, de 1864, como uma das primeiras referências condenatórias ao comunismo. Nesse documento foi denunciado o desejo do comunismo de eliminar a religião do âmbito familiar. As encíclicas *Quod Apostolici Muneris*, de 1878, e a *Rerum Novarum*, de 1891, ambas editadas pelo Papa Leão XIII, também se apresentam entre os primeiros grandes documentos que indicam a condenação ao comunismo pelos católicos. Naquele contexto, o comunismo representava uma

grande ameaça à religião. Motta (2002) mostra que, na visão da Igreja, o alvo dos comunistas era a classe trabalhadora, especificamente os operários. Daí, a preocupação do catolicismo com o bem-estar social dos trabalhadores (e a incidência das Encíclicas neste aspecto) e, por consequência, o incentivo ao desenvolvimento das corporações cristãs como forma de enfraquecer o poder de influência comunista. A questão comunista desencadeou tamanha preocupação aos católicos que, para o autor, o despertar da instituição para o problema social decorreu, fundamentalmente, da ameaça comunista à preponderância do catolicismo na sociedade. Uma ameaça que ultrapassava as questões sociais e econômicas, pois “se constituía em uma filosofia, em um sistema de crenças que concorria com a religião em termos de fornecer uma explicação para o mundo e uma escala de valores, ou seja, uma moral” (2002, p. 20).

A disposição anticomunista da Igreja Católica foi intensificada na medida em que foi colocado em prática um esforço em eliminar a influência religiosa no qual o comunismo tentava se afirmar enquanto sistema político. Primeiramente, então, a partir da Revolução Bolchevique, na Rússia (1917), com a perseguição e execução a religiosos, com o fechamento e destruição de templos, bem como através da disseminação do ateísmo. Mas foi, sobretudo, no contexto da Guerra Civil Espanhola (década de 1930) que o anticomunismo católico atingiu maior amplitude, uma vez que os alvos das perseguições antirreligiosas se desenvolveram em um país tradicionalmente católico (MOTTA, 2002). No ano de 1937, em meio a esse contexto, o Papa Pio XI editou a Encíclica *Divinis Redemptoris*, na qual a tônica se revestiu na importância de intensificar o combate ao comunismo. Foi na referida encíclica que, pela primeira vez, a Igreja não se utilizou de ambiguidades para a caracterização ao comunismo. Desta vez, “tratar-se-ia do comunismo, identificado com a experiência soviética e baseado no pensamento de Karl Marx” (MOTTA, 2002, p. 22).

Na década de 1960, o anticomunismo católico sofreria novas transformações, acompanhando, em parte, a própria configuração e o combate ao inimigo que também haviam passado por significativas mudanças. A inserção de novos elementos, naquele contexto, como por exemplo, a incorporação de novos países ao comunismo, em que Cuba é o caso paradigmático, os continuados acirramentos políticos entre Estados Unidos e União Soviética, sob a égide da Guerra Fria, fomentaram uma readequação da forma como o anticomunismo católico, até então, havia se manifestado. Nesse sentido, segundo Motta (2002, p. 246),

A época não comportava um comportamento uníssono e ortodoxo em matéria religiosa, elemento que combinou bem com o ambiente semifascista e ditatorial da fase anterior. Por outro lado, era uma estratégia inteligente

deixar as portas abertas para tentar atrair fiéis de todos os credos para a “frente anticomunista”. Além do mais, a postura ecumênica fortalecia a imagem de que o repúdio ao comunismo era um sentimento universal e não atributo de um único grupo.

Por outro lado, nesse mesmo contexto, houve profundas transformações na hierarquia católica (Encíclicas Sociais e o Concílio Vaticano II), principalmente quando se leva em conta o surgimento de tendências renovadoras no interior da instituição. Para muitos católicos, a “questão comunista” passou a ser um problema secundário frente às mazelas e desigualdades sociais, especificamente na América Latina. Nesse aspecto, ressalta-se que as práticas sociais exercidas pelos setores “progressistas” da instituição eram, muitas vezes, associadas às práticas comunistas. Contudo, apesar de a Igreja, na década de 1960, apresentar-se como uma instituição de certo modo dividida em suas concepções políticas e ideológicas, o combate ao sistema marxista continuava, em especial pelos setores mais conservadores⁶ da instituição.

As manifestações anticomunistas de matriz católica analisadas no decorrer deste trabalho podem ser consideradas como uma das formas possíveis de se visualizar o conturbado e bipolarizado ambiente político dos anos de 1960 no Brasil e na Argentina. Em que pesem as especificidades, ambos os países, nesse contexto, foram marcados por embates políticos e ideológicos que repercutiram nos mais diversos setores das respectivas sociedades. Esse traço característico dos anos 1960, permeado por debates, divergências, protestos, violência, repressão, deve ser analisado à luz das singularidades locais, que, de certo modo, estabeleceram parâmetros diferenciados na forma como os problemas foram ressignificados ou relativizados, diminuídos ou aumentados; mas, também, devem ser entendidos enquanto resultantes de processos que se desenrolavam no cenário internacional.

O Anticomunismo em Perspectiva Historiográfica

No Brasil, foi a partir de meados da década de 1980⁷, na esteira da redemocratização, que o anticomunismo tornou-se pauta da agenda de pesquisa de diferentes pesquisadores. A revisão da bibliografia pertinente ao tema, ainda que parcial, permite inferir que entre as problemáticas abordadas, inserem-se aspectos relacionados ao imaginário construído pelo

⁶ Conservadorismo será utilizado e entendido no trabalho enquanto “idéias e atitudes que visam à manutenção do sistema político existente e dos seus modos de funcionamento, apresentando-se como contraparte das forças inovadoras” (Bonazzi, 2000, p. 242)

⁷ No ano de 1986, José Martins Ferreira defendeu a dissertação “Os novos bárbaros: análise do discurso anticomunista do exército Brasileiro” no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

discurso anticomunista. Em boa medida, os estudos desenvolvidos abordaram questões relacionadas à representação negativa do comunismo, os meios acionados e as instituições pelas quais foram difundidas.

Entre alguns dos trabalhos que se inserem nessa perspectiva de abordagem, destaca-se a pesquisa desenvolvida por Bethania Mariani (1998) que, em sua tese de doutoramento, mediante o exame do tema em uma perspectiva que transitou entre a análise histórica e linguística do discurso, a autora analisou as formas discursivas e as representações construídas acerca do Partido Comunista Brasileiro, na imprensa escrita da cidade do Rio de Janeiro, no interregno de 1922 a 1989.

A pesquisa enfocou a produção e o funcionamento do discurso anticomunista enquanto recurso acionado no processo de representação do comunismo para além do inimigo que deveria ser combatido. Sua análise também buscou descortinar as estratégias de negação do outro, isto é, do ideário comunista e seus adeptos. Ao problematizar os confrontos/encontros político-ideológicos travados no período analisado, Bethania Mariani sublinhou aspectos relacionados à produção e fixação de sentidos no imaginário social e, por conseguinte, na memória coletiva, o que, segundo a pesquisadora, contribuiu para o processo de objetivação de identidades sociais nos cenários e contextos sociais analisados.

No contexto histórico-social da Intentona Comunista, insere-se o trabalho de Carla Luciana Silva (1998). A pesquisa realizada pela autora concentrou-se no período compreendido pelos anos de 1931 e 1934, e, mediante a análise das campanhas anticomunistas, enfocou as locuções que balizaram a gênese do anticomunismo, suas práticas e suas influências no imaginário social difundido no contexto interrogado. Entre alguns dos aspectos abordados pela autora como recurso acionado na campanha anticomunista, destaca-se a oposição do ideário comunista ao cristianismo⁸.

No campo da produção brasileira sobre a temática que é foco de investigação desta pesquisa, também deve ser mencionado o estudo realizado por Rodrigo Patto Sá Motta (2002)⁹. O autor examinou os principais momentos em que a deflagração das manifestações anticomunistas se mostraram mais intensas. Motta, ao salientar a ditadura do Estado Novo e o golpe militar de 1964 como momentos/contextos de maior intensificação da propaganda

⁸ Ver SILVA, Carla Luciana. **Perigo vermelho e ilusão comunista**: configurações do anticomunismo brasileiro – da aliança liberal à aliança nacional libertadora. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em História, 1998. (Dissertação de Mestrado)

⁹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “perigo vermelho”**: O anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.

anticomunista, procurou desvelar a existência de diferenças e especificidades significativas entre um e outro evento.

No que se refere ao papel da Igreja Católica no processo de combate às ideias comunistas, o pesquisador considerou que a instituição manteve-se, no primeiro período, arraigada a uma postura ortodoxa, na qual o catolicismo assumiu a roupagem de principal força do “bem”, em contraponto ao comunismo “maléfico”. Para o autor, no período/contexto da década de 1960, a ortodoxia católica foi uma das forças a mais no combate ao comunismo, sendo reforçado por um tipo de “ecumenismo anticomunista”.

Além da análise empreendida acerca das manifestações anticomunistas de orientação católica, Motta também problematizou as manifestações anticomunistas de matriz nacionalista e liberal. Em seu trabalho, procurou compreender as práticas e representações anticomunistas, principalmente no que se refere ao seu ideário, ao seu imaginário e à sua iconografia, de forma que o anticomunismo foi enfocado como peça-chave para o entendimento da deflagração das ditaduras.

De outra parte, e com um enfoque que estendeu a análise do anticomunismo para além da fronteira do Estado-Nação brasileiro, situam-se as pesquisas realizadas por Carla S. Rodeghero. Contemplando a temática em diferentes níveis de sua formação acadêmica, a historiadora abordou o anticomunismo em uma perspectiva que o insere no contexto do Brasil e também no dos Estados Unidos. Todavia, foi em sua dissertação de mestrado que Rodeghero¹⁰ não só inaugurou o estudo da manifestação anticomunista católica em terras sul-rio-grandenses, como também propôs uma análise do discurso anticomunista na imprensa católica regional¹¹. Além dos periódicos católicos, a pesquisadora valeu-se de documentos oficiais da Igreja, como, por exemplo, Encíclicas Papais e Cartas Pastorais.

A partir do conjunto documental analisado, buscou captar a especificidade do discurso anticomunista católico frente as demais instituições que também combatiam o comunismo, tais como a Polícia, a Cruzada Brasileira Anticomunista (CBA), os complexos Institutos de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e a Tradição Família e Propriedade (TFP).

¹⁰ Em 1998 foi publicado o livro **O diabo é vermelho**: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964).

¹¹ A historiadora utilizou como fontes os principais periódicos católicos, entre estes destaca-se o **Boletim Unitas**, do órgão oficial da Arquidiocese do Rio Grande do Sul, o **Jornal do Dia**, de Porto Alegre, e o **Correio Riograndense**, de Caxias do Sul.

Em sua tese de doutoramento¹², mediante uma análise das visões construídas pela diplomacia estadunidense sobre o anticomunismo difundido no Brasil, a autora ampliou o espaço de abordagem e buscou problematizar o processo de recepção do ideário anticomunista católico de origem estadunidense entre os clérigos e fiéis brasileiros¹³.

Inserindo a temática no âmbito da América Latina, e considerando que o objeto principal não tenha sido o discurso anticomunista católico, deve-se mencionar o trabalho de Heloísa Reichel (2004)¹⁴. Ao abordar a temática no contexto latino-americano, e adotando como recorte cronológico os primeiros anos da Guerra Fria (1947-1955), a historiadora procurou trazer à tona a repercussão dos conflitos políticos e ideológicos na grande imprensa gaúcha. A pesquisadora demonstrou a representação negativa que o comunismo assumiu em jornais de circulação regional, principalmente no caso da grande imprensa do Rio Grande do Sul¹⁵. Reichel demonstrou empiricamente como as representações negativas construídas em torno do comunismo criaram condições para que o ideário comunista passasse a ser considerado a grande ameaça que a América Latina deveria combater, assim como o nazismo havia sido.

A revisão acerca da temática relacionada à propaganda anticomunista de orientação católica na historiografia argentina demonstrou carências de análises mais pontuais e específicas sobre a temática, o que revela um campo de pesquisa a ser interrogado com maior profundidade. Os estudos que contemplaram o tema do anticomunismo o inserem apenas com uma variável de menor expressão entre outros aspectos da história política e social argentina¹⁶.

¹² RODEGHERO, Carla Simone. **Memórias e avaliações: norte-americanos e católicos e a recepção do anticomunismo brasileiro entre 1945 e 1964**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, 2002. (Tese de Doutorado)

¹³ Dos trabalhos oriundos de suas pesquisas de mestrado e doutorado, a historiadora buscou diferentes abordagens e novas problemáticas sobre a temática. Ver: RODEGHERO, Carla Simone. Rindo do inimigo: o riso e o combate católico ao comunismo. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 12, p. 129-152, 1999; RODEGHERO, Carla Simone. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 463-488, dez. 2002; RODEGHERO, Carla Simone. A dinâmica da diferença: uma análise sobre o olhar norte-americano sobre o Brasil no início da década de 1960. **História, Debates e Tendências**, Passo Fundo, v. 4, n. 1, jul. 2003; RODEGHERO, Carla Simone. Confrontos no pós-guerra: o anticomunismo e as eleições de 1945 e 1947 em Porto Alegre. **História Hoje**, São Paulo, v. 3, p. 3-27, 2005; RODEGHERO, Carla Simone. **Capítulos da guerra fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945-1964)**. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

¹⁴ REICHEL, Heloísa. O Perigo Vermelho na América Latina e a Grande Imprensa Durante os Primeiros Anos da Guerra Fria (1947-1955). **Diálogos**, DHI/Universidade Estadual de Maringá, v. 8, n. 1, p. 189-208, 2004.

¹⁵ A historiadora utilizou como fontes os jornais **Correio do Povo** e **Diário de Notícias**.

¹⁶ Ver: ROMERO, Luis Alberto. **História contemporânea da Argentina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006; LAPOPORT, Mario; LAUFER, Rubén. Os Estados Unidos diante do Brasil e da Argentina: os golpes militares da década de 1960. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 43, n. 1, p. 69-98, 2000; CAVAROZZI, Marcelo. **Autoritarismo y Democracia (1955-1983)**. Buenos Aires: CEAL, 1983.

Com relação às manifestações católicas, estas foram apreciadas, em grande medida, a partir das relações decorrentes da busca pela manutenção do Estado confessional e, por conseguinte, da influência da instituição nas decisões dos rumos governamentais do país¹⁷.

Todavia, segundo Romero (2006, p. 160), no contexto sociopolítico argentino em que o general Juan Carlos Onganía esteve à frente da Junta de Comandantes, a censura se estendeu às mais diferentes formas de manifestação das ideias consideradas progressistas, que significavam, para a Igreja, a antessala do comunismo. Ainda segundo o pesquisador argentino, a censura e as críticas de viés conservador do Estado e da Igreja ganharam respaldo em amplos setores da sociedade portenha. Difundido no imaginário social como um “mal” a ser extirpado, a propaganda anticomunista e a repressão se tornaram ferramentas fundamentais para o combate ao ideário comunista que transitava entre segmentos sociais considerados progressistas.

Conforme Susana Bianchi (2006, p. 13), o interesse pela História da Igreja Católica contemporânea na Argentina é recente, remontando ao fim da ditadura militar em 1983, e suscita novas problemáticas, novos temas e, principalmente, novas perspectivas de análise. Conforme afirmou Juan Cruz Esqueviel (2000, p. 5), “la historia del catolicismo no puede ser narrada sino en sintonía con la evolución del Estado y de los *bloques de poder*”.

Considerando essa produção historiográfica, percebeu-se a carência de análises sobre o anticomunismo em quatro aspectos principais. Primeiramente, uma análise mais específica sobre o anticomunismo católico na imprensa de Porto Alegre. Não foram encontrados estudos que colocam em perspectiva o papel da grande imprensa na difusão do anticomunismo na capital do Estado do Rio Grande do Sul. Em segundo lugar, como se viu anteriormente, as pesquisas sobre o anticomunismo no Brasil (não só o católico), acabaram por não romper com a fronteira estabelecida pelo golpe militar de 1964. Em terceiro lugar, pouco se falou sobre o anticomunismo católico manifestado em decorrência da postura ideológica do catolicismo na década de 1960, especialmente levando em conta os embates internos surgidos na Instituição católica entre grupos conservadores e aqueles considerados progressistas. E, por fim, também não foi possível encontrar estudos que contemplem a temática em solo latino-americano. São esses universos de pesquisa que este trabalho pretende inferir algumas contribuições. A análise da manifestação anticomunista de matriz católica em uma perspectiva que abrange as realidades de Brasil e Argentina, especificamente Porto-Alegre e Buenos Aires, na década de

¹⁷ Para melhor entendimento das relações entre o Estado e a Igreja na Argentina, ver: CAIMARI, Lila. **Perón y la Iglesia Católica**. Religión, Estado y Sociedad en la Argentina (1943-1955). Buenos Aires: Ariel. 1994; BIANCHI, Susana. 1994. Catolicismo y peronismo: La religión como campo de conflicto (Argentina, 1945-1955). **Boletín Americanista**, Universidad de Barcelona, a. XXXIV, n. 44.

1960, busca contribuir não apenas para problematizar as formas do discurso, as estratégias de construção discursiva e o conteúdo das representações difundidas nas respectivas imprensas como também trazer à tona confrontos/encontros político-ideológicos travados no período foco da investigação.

De outra parte, deve-se salientar que a historiografia recente tem ilustrado diferentes possibilidades de análise desses universos políticos. No entanto, o resultado da pesquisa, pretende contribuir no sentido de se pensar as representações, o imaginário e os discursos construídos acerca do comunismo, especialmente nos âmbitos locais, regionais, assim como no caso da região platina, uma vez que o trabalho busca compreender o discurso anticomunista de vertente católica em solo sul-rio-grandense mediante a perspectiva de uma prática que também foi difundida em solo portenho.

Imaginário, Representações e Discursos: O Anticomunismo Católico em Perspectiva Teórica

Luciano Bonet (2000) afirma que o anticomunismo deve ser entendido como um conjunto de ideias, de representações e de práticas de oposição sistemática ao comunismo. Desse modo, o objeto de pesquisa foi definido levando-se em conta toda a prática de contrariedade ao comunismo proferida na grande imprensa por representantes da instituição católica. Mesmo que seja possível encontrar nos jornais pesquisados outras matrizes anticomunistas, o foco da pesquisa privilegiou os discursos católicos, pois, conforme ressaltou Rodeghero (2003, p. 29), “a Igreja Católica contribuiu para a elaboração e divulgação das representações anticomunistas [...]” e, conseqüentemente, foi decisiva para a construção de um imaginário em que o anticomunismo ocupava um lugar de destaque.

Grande parte das pesquisas que se debruçaram sobre o anticomunismo¹⁸ privilegiaram, no tratamento teórico das fontes, as noções de representações e imaginário como sendo um conjunto de imagens e relações de imagens produzidas pelos homens acerca de determinados aspectos da vida social. Sendo assim, a próxima etapa é apresentar esses dois conceitos, colocando em perspectiva as suas possibilidades analíticas. Posteriormente será focalizada a noção de “discurso enquanto prática social”, com o propósito de demonstrar como foram operacionalizados, no decorrer da pesquisa, esses três aportes teórico-metodológicos.

¹⁸ Rodeghero (2003 e 2007); Oliveira (2007), Reichel (2004), Motta (2002).

O Imaginário Social

Para o entendimento do conceito de imaginário é preciso reportar à Bronislaw Bascko (1985, p. 309), que afirma ser por meio de imaginários sociais que um grupo “designa sua identidade; elabora certa representação de si; estabelece a distribuição de papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns [...]”. Partindo dessa consideração, pode-se entender que todo e qualquer imaginário construído sempre se reveste de uma atribuição e uma finalidade, a qual está diretamente implicada com a mobilização de um grupo (nós) perante a presença ou a possível presença de outro grupo (outros). Isso implica, entre outras coisas, no processo de delimitação das *nossas* relações e *nossos* modos de pensar e agir, tendendo a ser de maneira oposta das dos *outros*, e, ainda, e em decorrência disso, a formação da nossa imagem e a formação de imagens daqueles a que nos opomos; enfim, a própria tentativa de uma construção identitária tanto dos “amigos” quanto dos “inimigos”.

A construção identitária parece ser o aspecto central daquilo que propõe um imaginário social em determinado contexto. Sendo assim, deve ser esclarecido o modo como as identidades são forjadas e constituídas para realmente balizar o entendimento por ocasião da análise documental¹⁹. Kathryn Woodward (2000, p. 49), ao analisar como as identidades são construídas, sugere que elas “são formadas relativamente a outras identidades, relativamente ‘ao forasteiro’ ou ao ‘outro’, isto é, relativamente ao que não é” sendo, na maioria das vezes, empregadas em termos de oposições binárias, implicando que um dos termos da oposição seja valorizado em relação ao outro, um passa a ser “a norma e o outro é o ‘outro’ – visto como ‘desviante ou de fora’”²⁰.

Dessa forma, parte-se da hipótese que o imaginário anticomunista católico nas grandes imprensas portenha e porto-alegrense acabou sendo construído juntamente com outras formas de manifestação anticomunista, em prol de uma espécie de proteção frente ao perigo da infiltração comunista. Nessa concepção, é preciso concordar com Bascko (1985, p. 310), ao

¹⁹ É preciso insistir nos termos “forjadas” e “constituídas” para designar as identidades, pois, conforme bem salienta Tomaz Tadeu da Silva (2000, p. 75), “a identidade e a diferença têm que ser ativamente produzidas. Elas não são criaturas do mundo natural ou de um mundo transcendental, mas do mundo cultural e social. Somos nós que as fabricamos, no contexto das relações sociais e culturais. A identidade e a diferença são criações sociais e culturais”.

²⁰ Conforme afirma Zygmunt Bauman (1999, p. 11-22), o estabelecimento de classificação é essencial nos atos de exclusão: “cada ato nomeador divide o mundo em dois: entidades que respondem ao nome e todo o resto que não. Estas entidades podem ser incluídas numa classe – tornar-se uma classe – apenas na medida em que outras entidades são excluídas, deixadas de fora”. Assim, trabalhando com questões de formação/construção de identidades pode proporcionar melhores entendimentos acerca das representações que enfatizam o outro. Bauman salienta que nesses processos “o segundo membro não passa do outro do primeiro, o lado oposto (desgraçado, suprimido, exilado) do primeiro e sua criação. Assim, anormalidade é o outro da norma [...] a doença é o outro da saúde [...] o forasteiro o outro do nativo [...] ‘eles’ o outro de ‘nós’”.

afirmar que quando uma coletividade se sente ameaçada por forças externas, ela operacionaliza o seu dispositivo imaginário com a finalidade de unir, criar um espírito de corpo entre seus membros e possibilitar uma linha de ação conjunta. Para os propósitos deste trabalho, não cabe averiguar se realmente o perigo de uma “infiltração” comunista era iminente ou não, mas é preciso ressaltar que, tendo em vista o amplo combate travado através da palavra, a construção de uma realidade que criava o sentimento de “medo comunista” mobilizou forças dos mais diversos setores conservadores, em especial a hierarquia católica e leigos em geral.

Portanto, o imaginário assume uma dupla função:

[...] interfere nas práticas dos indivíduos ou instituições; forja sentidos, identidades; define comportamentos; inculca valores; atribui méritos; corrobora ou condena atitudes, dele derivando uma poderosa força de instauração ou de legitimação do social. Além disso, o imaginário propõe estereótipos e paradigmas que são apresentados como verdades, definindo-se alguns papéis como naturais e desqualificando-se outros considerados como inconcebíveis. (RODEGHERO, 2003, p. 29)

Partindo da consideração de que “o imaginário social torna-se inteligível e comunicável através da produção dos ‘discursos’ nos quais e pelos quais se efetua a reunião das representações coletivas numa linguagem” (BAZCKO, 1985, p. 311), entende-se que seja necessária a incorporação do arcabouço teórico que leve em conta a análise das representações, no enfoque específico atribuído pelo historiador Roger Chartier.

As Representações Sociais

Conforme Chartier (1998), a história cultural tem como principal objeto identificar as formas como uma realidade social é construída, pensada, dada a ler em diferentes momentos e em diferentes lugares. Nesse sentido, o historiador que se debruça sobre a análise das representações deve valer-se das classificações, divisões e delimitações que são instrumentalizadas nos discursos, buscando com isso perceber a organização das categorias de percepção do real que são, ou que devem, ser apreendidas pelo mundo social.

Ainda, segundo o autor, as representações do mundo social são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Portanto, para cada caso, torna-se necessário relacionar os discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. A noção de representação em Chartier articula-se em três níveis da realidade: primeiro, ao nível das representações

coletivas, que incorporam nos indivíduos as divisões do mundo social e organizam os esquemas de percepção pelos quais esses indivíduos classificam, julgam e agem; segundo, ao nível das formas de expressão e de estilo de identidade, no qual os indivíduos ou grupos esperam que sejam reconhecidas e, por fim, ao nível da delegação a representantes – indivíduos singulares, instituições ou instâncias abstratas – da coerência e da estabilidade das identidades assim afirmadas (CHARTIER, 1998).

Seguindo esta perspectiva teórica, o discurso anticomunista católico será interrogado mediante a análise das representações, que são permeadas por enunciados, simbologias, estereótipos e ideias, de forma que permita apreender das fontes, entre outros aspectos, as plurais estratégias acionadas por segmentos da Igreja com a finalidade de conferir sentido à “realidade” que foi dada a ler e a representar. Sobre esse aspecto, problematizar-se-á o papel de segmentos que representam a Igreja Católica no que se refere à difusão do ideário anticomunista e às práticas de comunicação²¹, destinadas a expressar sua própria “visão de mundo”²² em um contexto permeado por encontros/confrontos culturais, políticos e sociais, que se articularam entre si, objetivando disputas de poder²³.

Na tarefa de perceber a forma como uma realidade constituída se apresentou coerente de modo a ser aceita, a partir da sua apreensão pelo mundo social, e a forma como – e agora fazendo referência especificamente ao caso desta pesquisa, que abrange duas realidades, dois contextos – são possíveis encontrar representações que permearam por ambos os discursos, apresentando aquilo que pode ser chamado de *circulação de ideias*, parece ser necessário a utilização, neste empreendimento, a noção de apropriação, também presente no trabalho teórico de Chartier (1998). Uma das hipóteses nesse sentido é que, tendo em vista o golpe militar brasileiro ter sido deflagrado no ano de 1964, portanto dois anos antes do golpe argentino, pode ser possível a existência, por parte das manifestações anticomunistas católicas do país argentino, de um processo de apropriação das ideias que circularam na imprensa (local e internacional) dois anos antes, e que diziam respeito acerca da realidade que se tentou construir na interpretação do caso brasileiro. Outra hipótese é a de que pode ser possível a apropriação de conceitos e ideias referentes ao comunismo universal, que podem ter adquirido

²¹ Comunicação aqui entendida como as formas pelas quais as ideias, as informações e as atitudes serão transmitidas (BURKE, 2002, p. 135).

²² Chartier citando Lucien Goldman (2002, p. 40), explica que “visão do mundo” significa “o conjunto de aspirações, de sentimentos, e de idéias que reúne os membros de um mesmo grupo (na maioria das vezes de uma classe social) e os opõe aos outros grupos”.

²³ Dando peso significativo a esses processos, Chartier (1998, p. 17) os traduz sob a forma de **lutas de representações** (grifo nosso), que se destinam a “compreender os mecanismos pelos quais um grupo se impõe, ou tenta impor, a sua concepção de mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio”.

reassignificações específicas, de acordo com o contexto social e político dos países alvos da pesquisa.

Nesse caso, também será útil a noção de *apropriações* entendidas por Chartier também como práticas de produção de sentido que estão diretamente relacionadas com as suas determinações fundamentais, concretas, que são sempre sociais, institucionais e culturais e que, de certo modo, incidem na maneira como será organizada a leitura. Nesse aspecto, deve-se prestar atenção no modo como foi construída a *coerência interpretativa* (grifo nosso) que as proposições acerca de determinado grupo procura estabelecer no “ato” do enunciado. Em face disso, não se trata, de modo algum, de reduzir as práticas que constituem o mundo social aos princípios que comandam os discursos²⁴, uma vez que “cada série de discursos deve ser compreendida em sua especificidade, isto é, inscrita em seus lugares (e meios) de produção e em suas condições de possibilidade” (CHARTIER, 2002, p. 77). O que importa, segundo Carvalho (2005, p. 155), também se apoiando em Chartier, é que deve ser levado em conta que “as formas, os dispositivos técnicos, visuais e físicos comandam, se não a imposição do sentido do texto, ao menos os usos de que podem ser investidos e as apropriações das quais são susceptíveis”²⁵.

Os Discursos Enquanto Práticas Sociais

Algumas das ideias da proposta metodológica que privilegia o tratamento das fontes na perspectiva foucaultiana podem contribuir para o desvelamento da manifestação anticomunista católica nas grandes imprensas. De fato, tendo em vista a diversificada produção que o filósofo desenvolveu, seria imprudente não balizar os métodos que seriam necessários à apropriação, em particular em função desta pesquisa.

É preciso deixar claro que as manifestações anticomunistas serão entendidas como *discursos*, ou seja, enquanto práticas sociais que são historicamente produzidas em função de relações de poder e saber que se implicam e inter-relacionam mutuamente. Portanto, o discurso ultrapassa a simples referência a coisas. Ele existe além da mera utilização de letras,

²⁴ Conforme estipulava a “linguist turn”, que “considera a linguagem como um sistema fechado de signos, cujas as relações produzem por si mesmas a significação” (2002, p. 88).

²⁵ Ainda para este autor, “o conceito de apropriação apresenta uma dialética entre a diferença e a dependência. Os bens culturais são sempre produzidos segundo ordens, regras, convenções, hierarquias específicas. O ato de criação inscreve-se em uma relação de dependência em face de regras, de poderes, de códigos de inteligibilidade. Mas a obra escapa a tais dependências justamente pelas diferenças de apropriação, socialmente determinadas de maneiras desiguais segundo costumes, classes, inquietações: diferenças também dependentes de princípios de organização e diferenciação socialmente compartilhados” (2005, p. 157).

palavras e frases, não pode ser entendido como um fenômeno de mera expressão de algo: apresenta regularidades intrínsecas a si mesmo, através das quais é possível definir uma rede conceitual que lhe é própria (FOUCAULT, 1972). Durval Muniz de Albuquerque (2007, p. 102), reportando-se ao tratamento das fontes na perspectiva foucaultiana, afirma que é preciso partir do pressuposto que o real é uma construção discursiva e que, deste modo, “historiador não pode tomar os documentos, as fontes históricas, como indícios de um real que pode ser desvendado, um real que estaria nas entrelinhas e seria reconstruído pelo historiador”, mas sim “a fonte histórica é sempre um monumento, ou seja, uma construção também histórica e discursiva”.

Com isso, ressalta-se que o discurso católico nas grandes imprensas, ao se referir sobre o comunismo, no contexto da década de 1960, articulou determinados procedimentos que estariam na ordem do discurso²⁶, ou seja, estavam dentro daquilo que poderia ser dito ou escrito e que imprimiam ou tentavam imprimir uma “verdade” sobre o comunismo. Isso permite pensar o anticomunismo católico como constituidor de uma rede discursiva específica que toma o “comunismo” como um objeto, tratando de sempre atualizar a sua constituição.

Durval Muniz, ao analisar a metodologia que Foucault utilizou na obra que incide sobre Pierre Rivière²⁷, afirma que a apropriação dos discursos do “parricida” pela psiquiatria e pela justiça “tentam enquadrá-lo dentro de suas grades conceituais, tentam apagar as suas diferenças, sua singularidade, sua estranheza, tentam torná-lo compreensível e, portanto, domar sua rebeldia” (2007, p. 104). Fazendo os devidos deslocamentos e adaptando esta metodologia para o enfoque desta pesquisa, pode-se trabalhar com os seguintes questionamentos: é possível pensar o discurso católico como uma tentativa de reduzir o comunismo nos esquemas explicativos da própria instituição, ou seja, de torná-lo compreensível, inteligível e, propondo, a partir disso, domar sua “rebeldia”? Ou, ainda, partindo do pressuposto de que é preciso questionar o discurso anticomunista católico na sua vontade de ser um discurso totalizante, emissor e pretensioso à verdade, o referido discurso pode ser enquadrado numa forma de pedagogização acerca do comunismo? Em quais termos ou qual dispositivo é lançado neste aspecto?

Levando em conta a metodologia referida e novamente reportando a Chartier (2002, p. 148), não se deve considerar o anticomunismo católico como uma categoria da qual deveriam

²⁶ Segundo Foucault (1996, p. 10), “ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer certas exigências, ou se não estiver, à partida, qualificado para o fazer”, daí, é preciso prestar atenção nos “variados procedimentos que regulam, controlam, selecionam, organizam e distribuem o que pode e o que não pode ser dito” (VEIGA NETO, 2003, p. 121).

²⁷ Trata-se da obra “Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão”.

ser determinadas apenas as suas variações históricas, mas também o que se deve reconhecer “são recortes singulares, distribuições específicas, positivities particulares produzidas por práticas diferenciadas que constituem figuras (do saber e do poder) irreduzíveis umas às outras”.

Para colaborar sobre as questões das caracterizações impostas ao comunismo, a partir das manifestações anticomunistas, utiliza-se nesta pesquisa a noção de *ambivalência*. Antes da inclusão do conceito, deve-se ter noção que uma vez pensados como os “outros”, os comunistas assumiram toda uma carga estereotipada que imacula uma *hiper-representação* acerca de suas possibilidades, transformando-os, muitas vezes, em “alienígenas” e “exóticos” contribuindo para a caracterização das imagens acerca do comunismo. Nesse sentido, afirma Motta (2002, p. 34), “o comunismo habitava os pesadelos dos conservadores, à medida que representava o fantasma da desagregação, da ruptura da ordem e da unidade orgânica da nação”.

Associando, então, os métodos em que as implicações identitárias são construídas e operacionalizadas com as questões do imaginário, percebe-se que ambos se implicaram mutuamente e atuaram em conjunto no processo de produção e construção de um *certo* comunismo, que poderia abarcar as mais distintas caracterizações que sempre estarão no plano das oposições.

Para pensar a introdução da ambivalência no processo de construção dos argumentos anticomunistas, utiliza-se a conceituação trabalhada por Zygmunt Bauman, que a entende como uma desordem específica da linguagem pela possibilidade de conferir a um objeto ou evento mais de uma categoria. E a maneira como esta desordem é percebida se reflete no desconforto que sentimos quando somos interpelados pela indeterminação que uma situação pode proporcionar (BAUMAN, 1999).

A demonstração das oposições, ou dicotomias, instiga a pensar no mundo estritamente racional e ordeiro, no qual as coisas estariam, a partir de divisões, classificações e localizações, nos devidos lugares, completamente inseridas no projeto da modernidade guiada pela razão²⁸. Entretanto, como afirma Bauman (1999, p. 23), “o mundo não é geométrico. Ele não pode ser comprimido dentro de grades de inspiração geométrica”. Ou seja, o autor trabalha com a noção de que uma das consequências imprevisíveis das operações binárias é a própria fabricação daquilo que ele denomina “refúgio”, aquilo que perpassa pelo

²⁸ Segundo Bauman (1999, p. 47), “a ordenação – o planejamento e a execução da ordem – é essencialmente uma atividade racional, afinada com os princípios da ciência moderna e, de modo mais geral, com o espírito da modernidade”.

indeterminável ou porque “desafiam a classificação e a arrumação da grade”, portanto a própria fabricação da ambivalência.

É nesse *deslocamento* metodológico que o comunismo pretende ser analisado na pesquisa, quer dizer, especificamente entendido enquanto objeto fabricado e constantemente reinventado, a partir discurso anticomunista católico nas grandes impressas brasileira e argentina, passando a ser indeterminado, impossível de se abarcar em um conceito geral e definitivo, e por isso talvez a centralidade (e por que não a sua força) se estabeleceu na ambivalência.

Ainda dentro dessa analítica discursiva, entende-se que pode ser importante uma tentativa de aproximação das condições que possibilitaram o possível êxito (no sentido da sua constante permanência) discursivo do anticomunismo católico nas grandes impressas. Nesse caso, a proposta é pensar na complexa articulação entre os sujeitos e os discursos colocando em evidência a noção de interpelação que prima, justamente, em esclarecer as posições de sujeitos construídas nos discursos, as quais estão em estreita articulação com a efetividade/capacidade de assujeitamentos, quando dois discursos entram em campos de disputas (PINTO, 1989). Em outros termos, o “sucesso” interpelativo se estabelece quando um discurso exerce poder sobre outro, que passa, sem sofrer qualquer tipo de sanção negativa, a se identificar com o discurso do primeiro. No entanto, a capacidade de o poder ser exercido pelo discurso está associado à sua capacidade “de responder a demandas, de se inserir no conjunto de significados de uma sociedade, reconstruindo posições de sujeitos” (1989, p. 36).

Desse modo é possível constatar que a condição de permanência de um discurso pode estar relacionada com a efetividade com que o poder é estabelecido na condição de criar novos sujeitos ou, nas palavras de Celi Pinto (1989, p. 42), “o êxito da interpelação se revela na capacidade de um discurso ocupar espaços no mundo das significações que constitui os sujeitos aos quais se dirige”. Em que pese a importância que está sendo dada aos discursos enquanto “agentes” de interpelações, é necessário esclarecer que o modo como o processo é entendido não se restringe apenas no sentido do fluxo estabelecido *a partir* (grifo nosso) dos discursos, mas sim entende-se que o processo de assujeitamento é equacionado de maneira relacional. Ou seja, é preciso levar em conta a ênfase proporcionada na *articulação* (grifo nosso) – entre sujeitos e discursos – pois, no entendimento de Stuart Hall (2000), da mesma forma que o sujeito pode ser convocado para assumir certas posições-de-sujeitos, ele também necessita investir em tal posição²⁹.

²⁹ Para Sérgio Costa (2006), o momento da constituição do sujeito na produção discursiva “representa o fundamento da noção de sujeito descentrado por Hall. Trata-se de analisar a relação entre o sujeito e a formação

Fontes de Pesquisa

Para o desenvolvimento da pesquisa foram utilizadas fontes jornalísticas, especificamente grandes imprensas de Porto Alegre e Buenos Aires. Como sinalizou De Luca (2008), a expressão “grande imprensa” é costumeiramente utilizada de forma vaga e imprecisa. Entretanto, nesta pesquisa, utilizou-se para, conforme as idéias da autora, designar o conjunto de periódicos que, na década de 1960, em Porto Alegre e Buenos Aires, compunham a parcela mais significativa dos periódicos em termos de circulação, perenidade, aparelho técnico, organizacional e financeiro.

A escolha dos jornais pesquisados, Diário de Notícias (DN) e Correio do Povo (CP), no caso de Porto Alegre; Clarín (CL), La Nación (LN) e La Razón (LR), para o caso de Buenos Aires, não foi aleatória. São jornais que se demonstraram em importantes instrumentos com significativo potencial para circulação de idéias e de representações que reforçavam valores sociais, contribuindo, frequentemente, para produção de realidades objetivas. Por outro lado, são periódicos que permitem identificar a forma como foram representadas as mais diversas questões políticas, sociais e culturais do período estudado, principalmente acerca do anticomunismo católico.

Da parte dos dois jornais analisados de Porto Alegre, é possível considerar que no contexto da década de 1960 estiveram inseridos no mesmo processo de modernização porque passou a imprensa brasileira a partir de 1950, principalmente se forem levadas em conta as estruturas administrativas. Entretanto, um fator diferenciador entre o CP e o DN se estabelecia na forma como o posicionamento acerca das questões políticas era manifestado. Enquanto o CP se mostrou com características mais imparciais³⁰, o DN demonstrava claramente a sua veia conservadora³¹. Entretanto, ambos os jornais cederam majoritariamente seus espaços para os grupos conservadores, principalmente da Igreja Católica.

discursiva, de sorte a indicar os mecanismos que levam os indivíduos a se identificar ou não com determinadas posições [...]”.

³⁰ Fundado por Caldas Junior em 1895, o Correio do Povo, desde a sua fundação, se caracterizou como uma imprensa não posicionada politicamente. Na década de 1960, período em que seu mote publicitário também era a imparcialidade, este matutino se configurava entre um dos principais jornais editados no Rio Grande do Sul e, o primeiro em vendas e circulação. Nos dias atuais, pertence ao grupo *Record* de comunicações.

³¹ Lançado em 1925 no Rio Grande do Sul, o Diário de Notícias pertencia ao grupo dos Diários Associados, empresa jornalística de Assis Chateaubriand. Na década de sessenta, era o segundo jornal mais lido entre os matutinos do Estado. Seguiu a linha editorial dos Diários Associados, a qual desde os anos 1930 se mostrou antigetulista e, no contexto da década de 1960, profundamente antipetebista e anticomunista, inclusive, nas palavras do próprio Chateaubriand, as quais eram publicadas quase que diariamente em formato de artigo. Cessou definitivamente as atividades em 1979.

Por seu turno, na Argentina da década de 1960 também se iniciava um período com intensas transformações na imprensa, a qual se inspiraria no estilo do semanário estadunidense *Time*, principalmente entre as revistas. Os matutinos CL³² e LN³³, figuravam entre os três principais jornais de Buenos Aires à época, principalmente no que diz respeito ao número de vendas. Da mesma forma, o vespertino LR³⁴ praticamente dominava o mercado da tarde de todos os vespertinos da Argentina, com quase meio milhão de exemplares vendidos. Os três jornais, em que pese suas diferenças, na década de 1960 estiveram lado a lado com as elites conservadoras, demonstraram-se como importantes vias de difusão das expressões de setores com estreita afinção com a Igreja Católica e as Forças Armadas.

Na análise das fontes, optou-se pela utilização do método qualitativo, ou seja, procurou-se deter na lógica interna dos textos jornalísticos visando identificar possíveis construções das estratégias argumentativas e as intencionalidades de seus autores, as quais tinham como objetivo, em última instância, conduzir o leitor a uma interpretação específica. Entretanto, nesse empreendimento, conforme ensinou Moraes (2007), procurou-se levar em conta também os contextos históricos e as situações concretas em que os dados analisados foram produzidos.

Levando em conta as especificidades de cunho histórico (anticomunismo católico no Brasil e Argentina, no contexto dos golpes militares), historiográfico (as lacunas de pesquisa e as contribuições já referidas) e teórico (imaginário, representações e discursos), bem como o resultado da análise das fontes, este trabalho foi dividido e organizado em três capítulos.

O primeiro capítulo compreende, inicialmente, uma apresentação do anticomunismo católico nas grandes imprensas de Porto Alegre e Buenos Aires, no período que abrange da ascensão até a queda dos presidentes João Goulart (1961 a 1964), no Brasil e Arturo Illia (1963 a 1966), na Argentina. Ou seja, o primeiro objetivo é demonstrar ao leitor os tipos de discursos anticomunistas que se enquadraram naqueles considerados de matriz católica e quais as suas autorias, incidências e, também, demonstrar e analisar as repercussões, confrontos e debates que puderam ser observados através dos jornais neste período. O segundo objetivo do capítulo visa a analisar o papel das imprensas na difusão do anticomunismo católico e, por fim, o terceiro objetivo do capítulo é analisar o conteúdo das

³² Fundado em por Rorberto Noble, em 1945, até hoje, ao lado do LN, é um dos líderes em vendas de jornais na Argentina.

³³ O LN foi fundado em 1870 pelo ex presidente Bartolomé Mitre.

³⁴ Esse vespertino foi fundado em 1º de março de 1905, por Emilio B. Morales. Atualmente (desde 2001) pertence ao grupo Clarín.

representações anticomunistas católicas, quer dizer, quais os temas e as expressões mais recorrentes utilizadas pelos católicos que fizeram presença em ambas as imprensas escritas.

O segundo capítulo analisa a disjunção interna surgida no catolicismo no contexto das renovações teóricas e doutrinárias suscitadas a partir das Encíclicas *Mater et Magistra* e *Pacem in Terris* e da realização do Concílio Vaticano II. Percorrendo o período da publicação da primeira Encíclica de João XXIII (1961), perpassando pela realização das seções do Concílio (1962 a 1965) e chegando até as primeiras repercussões da Encíclica *Populorum Progressio*, de Paulo VI (1967), este capítulo analisa os debates surgidos no interior da instituição entre os setores conservadores e aqueles considerados progressistas, principalmente as organizações do apostolado dos leigos, e qual foi o lugar do anticomunismo neste aspecto.

O terceiro e último capítulo leva em conta os momentos das agitações políticas que desencadearam os respectivos golpes militares (31 de março de 1964, no Brasil, e 28 de junho de 1966, na Argentina) e os primeiros anos dos regimes militares então instaurados. Portanto, tem o objetivo principal de verificar como se deu a prática anticomunista católica nas imprensas de Buenos Aires e Porto Alegre no período pós-golpes militares (até o fim de 1965, no Brasil, e até o fim de 1967, na Argentina). A questão que norteia o capítulo está em verificar quais as reestruturações que os golpes militares proporcionaram na construção dos discursos anticomunista dos católicos nos jornais elencados para a pesquisa.

2 O ANTICOMUNISMO CATÓLICO NAS GRANDES IMPRENSAS DE PORTO ALEGRE E BUENOS AIRES NO PERÍODO PRÉ-GOLPE MILITAR

O presente capítulo tem o objetivo geral de analisar o anticomunismo católico nas imprensas de Porto Alegre e Buenos Aires, no período que compreendeu da ascensão até a queda dos presidentes depostos pelos golpes militares da década de 1960, João Goulart (1961 a 1964) e Arturo Illia (1963 a 1966). Com vistas a atingir o objetivo proposto, o capítulo foi organizado e estruturado em uma perspectiva que contemplou, inicialmente, as considerações sobre o anticomunismo católico na imprensa porto-alegrense para, em um segundo momento, dedicar-se ao anticomunismo católico na imprensa portenha. Nesse sentido, o capítulo propõe apresentar os tipos de anticomunismos católicos nas imprensas das respectivas cidades, analisar o papel das imprensas na sua difusão, e, por fim, analisar o conteúdo das representações anticomunistas veiculadas através dos jornais elencados para a pesquisa.

2.1 JOÃO GOULART: DA CRISE DA LEGALIDADE (1961) AO GOLPE MILITAR (1964)

Em agosto de 1961, o presidente Jânio Quadros, em um ato que persiste até hoje sem maiores esclarecimentos, renunciou ao cargo para o qual fora eleito pelo voto popular. A Constituição da época estabelecia que, no caso de renúncia do Presidente, o vice, na época João Goulart, também eleito pelo voto, automaticamente assumiria a Presidência da República. Naquele contexto já se percebia a influência do mundo bipolarizado, característico da Guerra Fria, e o impacto da revolução cubana cada vez mais ecoava nos países latino-americanos. Os setores conservadores não estavam satisfeitos com alguns atos do Presidente Jânio Quadros, especialmente pela sua política externa caracterizada pela aproximação com os países comunistas. A condecoração por este a Che Guevara com a medalha da Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, distinção concedida apenas para altos escalões da sociedade civil e do meio militar, causou espanto, indignação e aumentou a desconfiança. No momento da sua renúncia, o vice, que detinha todos os direitos e prerrogativas para assumir o seu lugar, estava na República Popular da China realizando acordos de comércio com este país. Foi o estopim mais do que necessário para que a sua posse fosse embargada pelos ministros militares de Jânio Quadros, os quais viam em João Goulart alguém que cooperaria para aumentar a onda de “esquerdismo” no país, além de este ser considerado um

representante da ala esquerda do trabalhismo petebista de Getúlio Vargas, fator que também causava desgosto pelos grupos conservadores. Segundo Rodrigo Motta (2002), a possibilidade de Jango assumir o poder poderia significar a ascensão de um dos principais responsáveis na transformação do PTB em aliado do PCB, algo que poderia permitir o recrudescimento da infiltração comunista.

O Brasil viveu instantes conturbados de pré-guerra civil, causados pela tentativa de não permitir a ascensão de Goulart à Presidência. Esta manobra recebeu uma contrarresposta quando o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, cunhado de Jango, liderou o movimento conhecido pelos estudos históricos como Legalidade³⁵. A articulação deste movimento, que obteve a participação do então III Exército (hoje Comando Militar do Sul), proporcionou que a Constituição fosse, em parte, cumprida. Jango assumiu a presidência, mas sem adquirir os plenos poderes de Presidente, uma vez que, através de uma emenda parlamentarista, o Congresso detinha uma maior influência nos atos governamentais. Mesmo assim, a ascensão de Goulart ao poder foi um divisor de águas nos confrontos políticos da época, à medida que, ao mesmo tempo em que ocasionou um fortalecimento dos setores de esquerda, permitiu uma motivação para a organização dos grupos anticomunistas (MOTTA, 2002).

A partir do momento em que o novo presidente deu sinais de continuar com a política externa do governo de Jânio Quadros, caracterizada pela aproximação diplomática com os países não alinhados com os Estados Unidos, os conservadores aumentaram sua oposição e a sua reação frente a Jango³⁶. O anúncio, em novembro de 1961, do reatamento das relações diplomáticas com a União Soviética proporcionou protestos nos mais diversos setores dos grupos conservadores e especialmente, como se verá mais adiante, na Igreja Católica. A indignação ganhou maior amplitude, pois o anúncio do referido reatamento coincidiu com a data comemorativa da Intentona Comunista de 1935, episódio constantemente lembrado pelos anticomunistas para denunciar, na sua versão, o derramamento de sangue proporcionado pelos comunistas³⁷.

³⁵ Ver em Ferreira (1997).

³⁶ Conforme explicam Rapoport e Laufer (2000), João Goulart continuou com as posições da política externa nos princípios da Política Externa Independente (PEI), formulados ainda na presidência de Jânio Quadros. A referida política preconizava uma melhor inserção brasileira no cenário político e econômico internacional através da promoção da paz mundial, a coexistência pacífica entre as superpotências e o desarmamento, assim como a defesa dos princípios de autodeterminação e não-intervenção. Procurava, acima de tudo, intensificar as relações comerciais com todas as nações, incluindo as do bloco soviético, buscando com isso aumentar o mercado externo para os produtos primários brasileiros.

³⁷ Os discursos emitidos pelos católicos na imprensa de Porto Alegre acerca da polêmica envolvendo o anúncio do reatamento das relações diplomáticas com a União Soviética serão analisados oportunamente no decorrer do trabalho.

No início de 1962, a política externa do governo novamente esteve no alvo dos anticomunistas. Desta vez, a motivação se deu em função do posicionamento do Itamaraty frente a Cuba. Com o alinhamento deste país à esfera comunista, os Estados Unidos intensificaram a implementação de medidas para isolar a Ilha dos demais países do continente, buscando a sua expulsão da Organização dos Estados Americanos (OEA), e promover a retirada de Fidel da presidência. Contudo, na conferência dos Chanceleres dos países americanos, em Punta del Leste, o governo brasileiro votou tanto contra a expulsão quanto contra qualquer tipo de intervenção armada em Cuba. Os anticomunistas consideraram essa postura como mais um indício da influência comunista no governo. Para eles, o Brasil deveria apoiar a ofensiva estadunidense e colaborar com a erradicação do comunismo no continente. Entendiam que o apoio manifestado pelo governo brasileiro estava prejudicando as relações com o governo dos Estados Unidos e indo de encontro com os interesses do Brasil, especialmente por sua tradição ocidental, capitalista e cristã (MOTTA, 2002).

O processo eleitoral de outubro de 1962 foi outro contexto em que se fizeram marcantes as manifestações anticomunistas. Segundo Carla Rodeghero (2003), o bojo das intrigas das disputas políticas foi marcado pela intensa presença de denúncias de possíveis vinculações de candidatos com os comunistas. Além disso, a autora mostra o quanto era importante, para a conquista do voto, que o candidato fosse reconhecido enquanto um católico que, em tese, seria portador dos atributos considerados ideais para representar o poder político do país³⁸. Para Motta (2002), nunca houve tamanha mobilização anticomunista em campanhas eleitorais como nas eleições de 1962. Para chegar a essa conclusão, o autor aponta para alguns processos significativos que permearam naquele contexto. Primeiramente, o aumento significativo do aporte financeiro para os defensores da causa anticomunista, principalmente através do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). A participação e intervenção dos setores conservadores do catolicismo brasileiro, através da Aliança Eleitoral Pela Família (ALEF), foi outro fator que provocou uma ampla difusão do anticomunismo. A referida entidade recomendava abertamente aos eleitores católicos que não votassem em nenhum candidato do Partido Comunista, ou nos que tivessem suas candidaturas atreladas a este partido. Além disso, o autor aponta para a influência da grande imprensa em criar a sensação de que as eleições representavam uma polarização entre democracia e comunismo, em que

³⁸ Conforme Rodeghero (2003, p. 117), “ser católico e ser anticomunista eram virtudes fundamentais a serem cultivadas por aqueles que se envolvessem em política; por isso os candidatos procuravam deixar clara a sua identidade católica anticomunista nas suas falas, o que também ocorreu nas designações dos grupos que mandavam publicar manifestos e propagandas no jornal sem se identificarem ou revelarem o partido a que pertenciam”.

estaria em jogo, conforme uma reportagem do jornal o Globo à época, “a sorte do sistema preferido dos brasileiros ameaçado por uma vitória eleitoral dos comunistas e de seus aliados” (MOTTA, 2002, p. 250).

O início de 1963 foi marcado por uma relativa trégua dos setores conservadores no que diz respeito à mobilização anticomunista. Jango, através de um plebiscito, voltou a governar de fato o Brasil com a volta do presidencialismo. Motta (2002) considera que o posicionamento dos setores conservadores em apoiar a volta do presidencialismo foi uma estratégia adotada para tentar atrair o presidente para o seu lado, afastando-o dos grupos de esquerda. Contudo, o que se viu foi um presidente que continuou com a política “equilibrada” entre a esquerda e a direita, fator que mais uma vez vai ocasionar o rompimento da relativa trégua opositora do período e vai insuflar novamente a campanha anticomunista, mobilizando os setores moderados para se juntarem aos direitistas radicais³⁹.

A partir de maio, outro fator a corroborar com a onda de insatisfação foi o crescente número de greves que surgiram em diversos setores dos trabalhadores. Foi um período de incremento das atividades sindicais que pode ter surgido como resultante da alta inflacionária (cerca de 80% ao mês) e a conseqüente perda do poder aquisitivo dos trabalhadores, os quais depositavam nas lideranças sindicais uma possibilidade concreta de luta por melhores salários. Obviamente que o movimento grevista, desse contexto, que em agosto e setembro mobilizou várias categorias, o que para os anticomunistas significava claros sinais de participação comunista, principalmente pelo fato de que boa parte dos líderes sindicais era ou mantinha ligações com o PCB⁴⁰.

O conturbado ambiente político e social que marcou o período proporcionou que fosse intensificado, na ordem de artifícios e argumentos utilizados pelos anticomunistas, o tema da “infiltração comunista”, a qual passou a ser denunciada nos mais diversos setores da

³⁹ É preciso destacar que, neste período, Jango não obteve sucesso em dois setores— chave da administração federal, quais sejam, no plano econômico com o fracasso do “Plano Trienal”, momento em que a inflação disparou, e no plano político, onde ficou visível a impossibilidade de pacificação política, especialmente com as ações de grupos de esquerda radicais que não aceitavam qualquer tipo de conciliação com a direita. Do lado da esquerda, despontou o radicalismo de Leonel Brizola, eleito em 1962 deputado federal pela Guanabara, e, pela direita, Carlos Lacerda, governador do Estado, fazia o papel contrário a Brizola.

⁴⁰ Deve-se incluir que neste contexto um episódio colaborou com o incremento das manifestações anticomunistas. Trata-se do Levante dos Sargentos, ocorrido em Brasília, no dia 12 de setembro. Momento em que esses militares protestaram contra a decisão do Supremo Tribunal Federal que os negou a possibilidade de terem representantes no Legislativo. Para os anticomunistas, essa postura era uma clara amostragem da influência comunista no Brasil, e o governo foi responsabilizado por ser conivente com as atividades dos grupos radicais nas Forças Armadas (MOTTA, 2002).

sociedade⁴¹, principalmente como forma de desestabilizar ainda mais o governo de João Goulart. Destacaram-se nessa função o já mencionado IBAD como também o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). Rodeghero (2003), baseando-se na obra de René Armand Dreifuss⁴², afirma que o complexo IPES/IBAD foi uma das principais armas de desestabilização do governo de João Goulart, que dirigiam suas campanhas sob a ótica do anticomunismo não somente contra o governo, mas também contra a esquerda em geral e o PTB. Agiam nos mais diversos setores da sociedade e instituições (incluindo a própria igreja católica), incentivando o temor ao comunismo como forma de criar um clima político que propiciasse uma intervenção militar.

Somando-se os quadros de crise política, econômica e social com a intensificação da propaganda de desestabilização do governo, o cenário daquele contexto ficou caracterizado com uma ampla polarização que desencadeou no episódio da tentativa, por parte de Jango, de decretar o estado de sítio, em outubro. Tanto os setores de direita como de esquerda não entenderam o objetivo do governo. Ambos consideraram que era uma tentativa de orquestrar um golpe pelo lado oposto. Foi mais um artifício encontrado pelos grupos anticomunistas para mobilizar a união entre aqueles que ainda depositavam um voto de confiança no Presidente. Segundo Motta (2002, p. 257), foi o período no qual começou a se constituir uma frente única, incluindo principalmente setores da grande imprensa (os grupos o Globo, Diários Associados, Jornal do Brasil), para intensificar, ainda mais, a propaganda anticomunista. O final de 1963 é caracterizado pelo autor da seguinte maneira:

[...] pode-se dizer, que os setores conservadores e centristas, juntamente com a direita, estavam unidos e mobilizados contra a esquerda, e intensificaram a campanha para insuflar o temor anticomunista na sociedade. Mas as condições necessárias à consolidação de “união sagrada” ainda não estavam se apresentando, pois o posicionamento de Goulart não estava claro. (2002, p. 258)

Na virada do ano de 1963 para 1964, João Goulart finalmente acenou para o abandono da sua política equilibrista, buscando uma reaproximação com os grupos de esquerda, os quais haviam se distanciado desde o episódio do Estado de Sítio. Nesse sentido, entre outras ações, reafirmou seu comprometimento com as Reformas de Base e apoiou a chapa comunista na disputa pelo comando da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI). O

⁴¹ A União Nacional dos Estudantes (UNE) e o setor universitário em geral foram instituições que receberam especial atenção dos anticomunistas. Mas também podem ser incluídos nos alvos destes os sindicatos, os ministérios (principalmente de Educação e do Trabalho), o Itamaraty, as Forças Armadas, e a Petrobras (MOTTA, 2002).

⁴² Trata-se do livro **1964: a conquista do estado: ação política, poder e golpe de classe**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

país foi tomado por posturas radicais que se faziam repercutir em diversos setores, podendo ser destacadas as ofensivas parlamentares que emergiam sob a ótica anticomunista, desta vez colocando o governo como um dos principais expoentes e responsáveis pela infiltração comunista no país. Na zona rural, também a mobilização anticomunista foi intensa. Quanto mais se divulgavam invasões de terras por todas as partes do país, mais crescia a radicalização de grandes proprietários que procuravam se armar para enfrentar os “invasores comunistas”. O momento foi de tamanha tensão que ofuscou o fato de que, na verdade, segundo Motta (2002), não houve efetivas invasões de terras, mas sim apenas ameaças.

Os acontecimentos dos primeiros meses de 1964 proporcionaram a criação de um clima favorável à intervenção militar no governo, que de fato se efetivou no dia 31 de março⁴³. Entretanto, como se procurou demonstrar, o governo de João Goulart, no período que esteve à frente da Presidência do Brasil, se defrontou com inúmeras crises de ordem política, econômica e social. E é nesse contexto que as manifestações anticomunistas católicas estiveram inseridas, as quais se fizeram intensamente presentes também na grande imprensa de Porto Alegre, e que serão objeto de análise da próxima seção deste capítulo.

2.2 ANTICOMUNISMO CATÓLICO NA IMPRENSA PORTO-ALEGRENSE

No período percorrido pelo capítulo na análise sobre a manifestação anticomunista na imprensa porto-alegrense (setembro de 1961 a março de 1964) é possível identificar um elevado número de manifestações anticomunistas de matriz católica, que tiveram as mais distintas autorias. Pode-se dizer que essas manifestações respeitaram um padrão limitado de “meios” e “modos” com que foram colocadas na imprensa, podendo destacar o espaço destinado à alocação semanal do arcebispo de Porto Alegre e a colunistas católicos, reportagens que davam a informar sobre posicionamentos e manifestações de religiosos de outras partes do Brasil, reportagens e comentários que eram transcritos a partir do órgão oficial de imprensa do Vaticano, denominado O’sservatore Romano, notícias de cunho religioso da própria cidade e provindas de agências nacionais e internacionais, especialmente, neste caso, notícias advindas da cúpula católica no Vaticano e, por fim, reportagens que transcreviam algumas mensagens do Pontífice e de outros religiosos pronunciadas através da rádio do Vaticano. Levando em conta esta diversidade, o primeiro objetivo a atingir nesta

⁴³ O acirramento das disputas e manifestações políticas desse período será retomado e analisado com maior precisão no terceiro capítulo.

parte do capítulo é explorar esses modos de manifestações anticomunistas católicas na imprensa de Porto Alegre, procurando, principalmente, identificar as autorias e caracterizar os discursos de acordo com as incidências, temas, repercussões, confrontos e debates.

2.2.1 D. Vicente Scherer e as alocações semanais

A partir de junho de 1961, os leitores dos dois principais jornais de Porto Alegre à época puderam perceber que, na página quatro do Diário de Notícias, página destinada aos colonistas, e na página treze do Correio do Povo⁴⁴, página dos noticiários, em todas as terças-feiras, um novo estilo de comentário passou a fazer parte das matérias dos respectivos diários. Tratava-se das “Alocações Semanais do Arcebispo Metropolitano D. Vicente Scherer”. Essas alocações eram transmitidas todas as segundas-feiras pelo programa radiofônico chamado “a Voz do Pastor” e transcritas, no dia seguinte, nos jornais porto-alegrenses⁴⁵. Cabe ressaltar que D. Vicente conduziu as funções do arcebispado de Porto Alegre por 35 anos (1946 a 1981), tendo passado por vários e conturbados momentos políticos e institucionais, bem como se verá mais adiante no trabalho, atuou como um dos protagonistas e com uma voz bastante ativa. O elevado número de anos com que permaneceu à frente dos assuntos religiosos da região metropolitana de Porto Alegre também pode ter um peso muito grande quando se questiona o tamanho da sua influência não só religiosa, mas especialmente política, no seio da sociedade do seu tempo.

As alocações de D. Vicente tratavam sobre os mais diversos assuntos, tanto religiosos, políticos e sociais, os quais eram focalizados nas mais diversas escalas, municipal, estadual, nacional e até mundial. Independente da temática, os textos eram muito bem escritos e editados, com um relativo grau de complexidade, sem contar que, geralmente, eram bastante extensos, ocupando, quase meia página do jornal. Dentre os diversos assuntos que fizeram morada em suas alocações, no período compreendido pelo recorte cronológico deste capítulo, os temas da ordem da política foram os mais numerosos, especialmente os que versaram sobre o comunismo. Este aspecto pode indicar que o principal espaço para a difusão, manifestação e defesa de ideias anticomunistas na imprensa de Porto Alegre se deu a partir das alocações do arcebispo metropolitano. Diversas foram as formas com que a temática “comunista” foi

⁴⁴ No CP, diferentemente do DN, as páginas que trouxeram as alocações de D. Vicente Scherer variaram quanto à numeração, entretanto sempre foram publicadas nas páginas dos noticiários.

⁴⁵ É preciso destacar, neste sentido, que boa parte das alocações também foi publicada no boletim Unitas, documento oficial da arquidiocese de Porto Alegre, o qual faz parte do conjunto de fontes utilizado na pesquisa desenvolvida sobre o anticomunismo católico no Rio Grande do Sul pela historiadora Carla Rodeghero.

utilizada por D. Vicente, as quais serão colocadas a seguir para que se torne possível o conhecimento do quanto o arcebispo criou e desenvolveu um amplo arcabouço de combate ao ideário e às práticas comunistas.

Analisando as alocações de D. Vicente, é possível perceber que, de forma geral, a tônica a ser tratada no seu espaço fazia parte de algum assunto em voga, seja na sociedade porto-alegrense, ou até mesmo sobre temáticas que ultrapassavam as fronteiras do Estado do Rio Grande do Sul, como também do Brasil. Ou seja, isso significa que parte de seus comentários eram circunstanciais, e acabavam sendo redigidos conforme “o calor” do momento, conforme se pode perceber na sua alocação do dia 5 de setembro de 1961, sobre a passagem da crise política e militar do processo da Legalidade. Após terem acalmadas as turbulências políticas que giraram em torno do episódio da “legalidade”, o arcebispo manifestou sua opinião acerca do evento com a alocação intitulada “A Igreja será a primeira a pregar o conagraçamento”. Dentre algumas partes de seu discurso, é pertinente o destaque da passagem final, especialmente pelo confronto que estaria por vir pouco mais de um mês da publicação destas palavras:

Congratulo-me com o povo do nosso Estado na pessoa do eminente Governador Dr. Leonel Brizola, pelo espetáculo magnífico de amor à soberania da lei à disciplina e à ordem com que nestes dias ficaram gloriosamente confirmadas as tradições seculares de dignidade e de civismo do Rio Grande do Sul. Viva o Brasil! (DN, 5 set. 61, p. 4)

Dentro destas alocações circunstanciais, também é possível perceber que algumas delas traziam assuntos que eram relativos a passagens de datas comemorativas, como no exemplo da passagem do aniversário da Intentona Comunista⁴⁶, as quais, muitas vezes, acabavam sendo relacionadas a acontecimentos da política da época, como se é possível visualizar na sua alocação do dia 28 de novembro de 1961. “Inaceitável a Colaboração Entre os Comunistas e Promotores de Reformas”. Este foi o título de uma das manchetes da capa do DN, a qual anunciava o assunto a ser tratado pelo Arcebispo metropolitano na sua alocação semanal. O editorial do DN assim fez a “chamada” da notícia: “O Arcebispo D. Vicente Scherer, falando, ontem, pela voz do Pastor sôbre a intentona comunista de 35, declarou ‘ser

⁴⁶ Conforme destacou Rodeghero (2003, p. 45), o aniversário da Intentona Comunista era considerado pela igreja uma “oportunidade para alertar os fiéis a respeito de quanto os comunistas já haviam prejudicado o Brasil (em 1935) e sobre a possibilidade de isso vir a repetir-se caso não permanecessem vigilantes”. Ainda segundo a autora, no caso da arquidiocese de Porto Alegre, o aniversário da Intentona era comemorado com uma missa proferida pelo Arcebispo D. Vicente Scherer, oportunidade em que fazia inflamados discursos contra o comunismo, os quais, por sua vez, eram publicados no boletim *Unitas* e também, como se verifica nesta pesquisa, nos jornais de grande circulação da cidade.

inaceitável a colaboração entre os adeptos do comunismo e os promotores de reformas sociais” (DN, 28 set. 61, p. 4).

O espaço destinado às suas alocuções foi utilizado por D. Vicente também como forma de opiniões pontuais acerca de assuntos dos quais não concordava, ou que de algum modo, na sua ótica, precisavam ser mais explorados. Exemplo deste tipo de alocução pode ser caracterizado pela publicada no dia 30 de janeiro de 1962, intitulada “Em causa própria”. O assunto desta alocução foi Cuba. Centrou seu foco no que considerou como “fato grave”, ou seja, o fato de Cuba ter se colocado “entre os aliados e colaboradores da maior potência imperialista e expansionista do que há registro nos anais da história” (DN, 30 jan. 62, p. 4). O “exagero” de seu comentário é o reflexo do modo como enxergou a comunização cubana, defendendo, em face do perigo representado, “a adoção de medidas protetoras de nossa própria soberania”. O que estava em jogo, na visão do arcebispo era a proximidade do comunismo, que, a partir do seu caráter expansionista, poderia oferecer perigo aos países vizinhos na América.

Esse comentário e a consequente supervalorização da presença comunista em Cuba parece terem sido determinados pela publicação, em outro periódico de Porto Alegre à época (Folha da Tarde), das impressões de estudantes brasileiros (universitários) que teriam visitado o país cubano. Certamente que as impressões que os estudantes deram a conhecer não foram do agrado do arcebispo. Houve a necessidade de opor, termo a termo as referidas declarações. E uma primeira medida adotada, em seu discurso, foi desqualificar a legitimidade do pensamento dos universitários:

[...] estou habituado a ler escritos de propaganda comunista, não por gosto evidentemente, mas por dever de ofício. A linha seguida pelos jovens estudantes na sua manifestação à imprensa, devo dizê-lo com toda a caridade, se identifica com o estilo clássico da propaganda soviética. (DN, 30 jan. 62, p. 4)

Um dos motivos porque entendeu desta maneira parece recair na “tarefa difícil e delicada” de se esquivar do controle policial da ditadura comunista, que, para a manutenção do regime, “controla rigorosamente as manifestações mais íntimas e confidenciais [...] está supressa toda a liberdade de expressão do pensamento” (DN, 30 jan. 62, p. 4). Portanto, aquilo que os estudantes venderam nas suas impressões sobre o cotidiano cubano não passava de informações colhidas sob o peso e o filtro coercitivo da ditadura e do medo de represálias.

Por outro lado, além de alocuções circunstanciais, puderam ser observadas algumas que, de algum modo, requereram um maior esforço de planejamento de D. Vicente, à medida

que se propôs a comentar, por sucessivas semanas, acerca da mesma temática. Esse exemplo pode ser demonstrado quando, a partir de uma série de três alocações, o arcebispo referenciou sobre a crise dos mísseis em Cuba, publicadas a partir do dia 12 de fevereiro de 1963. Como ele mesmo definiu,

[...] dado o invulgar interesse que estes acontecimentos, necessariamente, despertam e para sua melhor compreensão, hoje, e em palestras seguintes, pretendo dar o resumo de um relatório elaborado que, com base nas suas numerosas publicações, sérias e documentadas, relativas a problemas do mundo oriental e comunista, considero de alta competência e indiscutível autoridade. (CP, 12 fev. 63, p. 13, A Verdade Sobre a Crise Cubana)

As três alocações desta série foram intituladas, respectivamente, com as seguintes expressões: dia 12 de fevereiro: “A VERDADE SOBRE A CRISE CUBANA”; dia 19 de fevereiro: “VITÓRIA DE ALCANCE MUNDIAL”; dia 26 de fevereiro: “RAZÕES DO RECUO RUSSO DURANTE A CRISE CUBANA”.

Ainda merecem destaque, nessa “tipologia” dos textos das alocações do arcebispo metropolitano, aquelas que foram emitidas por ocasião da passagem do dia de Natal, como também aquelas emitidas por ocasião das passagens de ano. Dessas, parece importante destacar o fato de serem diferenciadas das demais, justamente por estarem presentes em datas bastante significativas, especialmente para o “mundo” dos católicos. Na alocação publicada no dia 31 de dezembro de 1963, por exemplo, D. Vicente Scherer convida seu leitor a realizar uma “reflexão séria sôbre outra ordem de assuntos, de importância sem dúvida mais alta, tanto de caráter pessoal como de âmbito universal”. É com esta proposição que o arcebispo traz opiniões sobre diversos fatos que vão desde “problemas fundamentais da nação” como as greves “articuladas por cúpulas interesseiras”, passando pelas mortes do Papa João XXIII e do presidente dos Estados Unidos, John F. Kennedy. Dentre o emaranhado de assuntos tratados, a questão comunista também ali estava, como se pode perceber na passagem que trata sobre a propaganda comunista: “apesar de choques armados num e outro ponto do globo, não obstante revoluções e a continuação ostensiva da propaganda do comunismo para o assalto ao poder também em nosso país” (CP, 31 dez. 63, p. 13. O Ano Que Finda Confirmou o Desejo Humano de Convivência Universal).

Após terem sido colocados os principais exemplos dos modos como as alocações semanais de D. Vicente Scherer foram estruturadas, é preciso retomar algumas considerações sobre o arcebispo não mais enquanto sujeito difusor de seus pensamentos e de suas ideias, mas enquanto protagonista acerca dos embates políticos travados naqueles tempos. O

exemplo a seguir, que é um importante referencial para se perceber a dinâmica política que estava em torno do arcebispo, serve também para, entre outras coisas, demonstrar o poder de influência do arcebispo no âmbito da discussão política, o que, indiretamente, poderia repercutir no modo como as suas alocações poderiam ser absorvidas pela sociedade, especialmente por seus leitores mais assíduos.

D. Vicente Scherer e a infiltração comunista no governo do RS

No dia 7 de outubro de 1961, os jornais porto-alegrenses deram a conhecer o início de um amplo debate que girou em torno de denúncias de D. Vicente, as quais colocaram a público “o apoio que homens do Govêrno do Estado estariam dando a elementos comunistas”. Tratou-se da transcrição de uma entrevista que D. Vicente Scherer realizou por ocasião da sua volta das atividades conciliares em Roma⁴⁷. É preciso colocar que a entrevista tratou de diversos assuntos, como a própria realização do Concílio, sobre o plano do governo para com os “menores abandonados”, mas também, e até mesmo pelo título da notícia (“DECLARA DOM VICENTE SCHERER: PLANO DE AÇÃO NITIDAMENTE COMUNISTA PERDURA DEPOIS DE SUPERADA A CRISE”), ficou claro qual o assunto preferido pela imprensa. No texto de abertura da notícia, esse aspecto ficou explicitado: “por outro lado, mostra-se – D. Vicente – preocupado com a intensificação da propaganda comunista em nosso Estado” (DN, 7 out. 61, p. 2).

Pode-se dizer que foram em número de três elementos alvos, ligados ao comunismo, que causaram as preocupações no arcebispo e que deram suporte à sua denúncia. O primeiro disse respeito às “brigadas de resistência democrática”, a partir das quais, segundo sua visão, “conhecidos militantes comunistas procuraram-se apoderar da direção do movimento”. Denunciou que “o centro instalado no ‘mata-borrão’ da Av. Borges de Medeiros, lançou um plano de ação nitidamente comunista”. Um segundo alvo de seu ataque foram os estudantes universitários, que para ele, em grande parte, “só pensam ainda em propaganda marxista”. Por fim, a sua crítica à Associação dos Agricultores Sem-Terra, descrito como um movimento que “promove a sublevação dos trabalhadores rurais segundo os conhecidos métodos comunistas

⁴⁷ Conforme Carla Rodeguero (2003, p. 91), a referida entrevista foi concedida, ao periódico denominado “Folha da Tarde”, o que não impediu de ser publicada, ainda no mesmo dia, em outros jornais de Porto Alegre.

que levam o homem do campo a escravidão pior que a miséria de que agora se quer libertar” (DN, 7 out. 61, p. 2)⁴⁸.

O estopim de tal declaração se concentrou necessariamente nestes três elementos distintos, mas inseridos sob a mesma matriz, ou seja, os alvos foram integrantes do governo, justamente pelo incentivo que era promovido, no entendimento do arcebispo, aos grupos anteriormente citados:

[...] não compreendo por que elementos do govêrno, ao menos aparentemente, favorecem estes movimentos de agitação que cada vez mais assumem a forma de uma verdadeira mobilização subversiva de caráter comunista, a exemplo da China e outros lugares, para a conquista do poder. Só se ilude quem quer. (DN 7 out. 61, p. 2)

Nas primeiras notícias que se reportaram sobre o debate, chama atenção os diversos pronunciamentos de políticos, integrantes da bancada de deputados do Legislativo gaúcho, principalmente dos grupos de oposição ao governador Leonel Brizola, não só confirmando a denúncia, como também aplaudindo a iniciativa de D. Vicente. Primeiramente, o deputado Helio Carlomagno, então presidente da Assembleia Legislativa, ao se referir sobre a denúncia, afirmou: “Não sei como explicá-la. Talvez sua Excia. Revma. tenha motivos para assim proceder” (DN, 7 jan. 61, p. 2. Deputados Comentam Denúncia de Dom Vicente Scherer: Comunismo).

Egon Renner, integrante da bancada do Partido de Representação Popular (PRP), manifestou claramente sua solidariedade e apoio ao arcebispo pelas suas denúncias e teria dito, conforme publicação na imprensa: “infelizmente as informações que seguidamente me são transmitidas por pessoas que me merecem toda a fé confirmam totalmente as corajosas declarações de S. Excia. Rvma.” (DN, 7 jan. 61, p. 2).

Líder da União Democrática Nacional (UDN) no Estado à época, Sinval Guazzelli teria firmado: “não disponho de elementos para afirmar ou negar a circunstância de algumas autoridades executivas estenderem a mão aos comunistas facilitando-lhes a penetração e a ação”. No entanto, apesar de seu posicionamento aparentemente imparcial acerca das declarações do arcebispo, defendeu um pronunciamento do então governador do Estado, Leonel Brizola, pois, segundo ele, o arcebispo “fala com a alta responsabilidade do seu elevado cargo, daí porque as suas afirmações merecem exame e meditação”. Da Mesma forma, fazendo referência à posição representada pelo arcebispo, o líder do Partido Social

⁴⁸ Em sua pesquisa, Rodeghero (2003, p. 91) apontou apenas dois campos de atividades comunistas que foram denunciadas pelo arcebispo, quais sejam, os “Centros de Resistências” e as “associações dos agricultores sem-terra”, não fazendo menção aos universitários, conforme apareceu na entrevista publicada no DN.

Democrático (PSD) à época, Ariosto Jaeger, também defendeu um pronunciamento do governador, pois, em sua opinião, as afirmativas do Arcebispo “é matéria destinada à ampla e justificável repercussão” (DN, 7 jan. 61, p. 2).

O líder da bancada do Partido Democrata Cristão (PDC), o deputado Mariano Mondino, considerou a gravidade da denúncia pelo fato de ela “partir de quem parte e com autoridade acrescida pela positiva atitude que assumiu na recente crise”. Para o referido deputado, a atitude do arcebispo foi “um brado de alerta aos verdadeiros democratas”. Ainda segundo suas palavras, “é inegável que, durante a crise, houve mobilização total dos comunistas para se apoderarem da liderança do movimento de resistência” (DN, 7 jan. 61, p. 2).

Mais enfático na defesa do Arcebispo foi a declaração do presidente da Juventude Democrática Cristã (JDC), Roberto Pires Pacheco, o qual é caracterizado pelo editor da matéria como aquele que “teve a oportunidade de denunciar a infiltração comunista em nosso Estado, através da proclamação da JDC”. Essa caracterização da imprensa, referente ao citado presidente, deixa em suspensão a hipótese de se pensar justamente na participação da imprensa neste conflito, especificamente na forma como procurou impor legitimidade às falas que escolhia e, em última instância, legitimar, inclusive, o conteúdo que estava sendo publicado⁴⁹. Com relação ao que teria pronunciado o líder da JDC, ficou bastante explícito além do apoio às declarações do arcebispo, também um reforço às denúncias, as quais tratavam de envolver diretamente a figura do governador do Estado. Em virtude da intensidade da declaração do Presidente da JDC, é pertinente a reprodução da mesma:

Lemos as declarações do Sr Arcebispo. Congratulamo-nos pela coragem com que abordou o problema. Coragem essa que faltou alguns dos senhores deputados estaduais a quem demos conhecimento de um ofício enviado pela Juventude Democrática cristã ao Palácio Piratini e protocolado com o número 7868 em 25 de setembro último. Mas a acusação é verdadeira. Pois o Sr. Governador do Estado pactua com êsses focos de agitações social permitindo que os membros tenham permanecidos em recintos do poder público, mesmo depois de haverem sido alcançadas as finalidades dos Comitês de Resistências Democrática com a posse do Sr Presidente João Goulart. Inclusive o acusamos fundamentado nessa sua permissão de possuir verdadeira paixão pela desordem e horror pela liberdade. (DN, 7 out. 61, p. 2).

Por outro lado, mas levando em conta a repercussão das denúncias do arcebispo, deve-se ressaltar que a mesma também promoveu uma reação por parte da bancada governista, a qual também foi veiculada na imprensa, é bem verdade, em proporção bastante menor, se comparada com aquelas pronunciadas pela oposição. Nesse sentido, uma reportagem do dia

⁴⁹ A contribuição da imprensa na divulgação do anticomunismo católico será analisada no decorrer do trabalho.

11 de outubro trouxe a público algumas partes do debate travado entre a situação e a oposição na Assembleia Legislativa do Estado, em que grande parte do debate publicado nesse dia encarregou-se de rebater as críticas proferidas pela oposição. É preciso destacar a dimensão com que os debates foram tomando, que, de algum modo, extrapolavam a questão da denúncia do arcebispo, contudo giraram na órbita comunista, a qual se manifestou a partir de denúncias, como o apontamento de Brizola ter apoiado a Revolução Cubana, pelo fato desta ter trazido “grandes benefícios à América Latina” (DN, 11 out. 61, p. 2. Restrições aos nomes que integram a comissão sobre denúncia do arcebispo).

Um dos aspectos que chama atenção na “defesa” realizada pela bancada governista é o fato de sempre estar presente uma questão que justificasse qualquer tipo de aproximação ou envolvimento com o comunismo. Partindo do exemplo da denúncia de que Brizola teria apoiado a Revolução Cubana, este só o teria feito, segundo o pronunciamento do deputado Sereno Chaise, pelo fato de a referida Revolução ter derrubado “mais uma ditadura na América Latina”⁵⁰. Da mesma forma, na resposta sobre os possíveis assessores do governador “que eram simpatizantes do credo vermelho e que tinham um único objetivo a subversão da ordem”, foi preciso buscar uma justificação no passado para poder legitimar a veracidade da negativa a esta acusação: “o partido fundado pelo saudoso Presidente Getúlio Vargas sempre combateu o comunismo, e prova disso que no regime descrionário o Sr. Luiz Carlos Prestes esteve preso”. Este mesmo deputado, ao criticar a constituição da comissão para apurar as denúncias do Arcebispo afirmou: “o efetivo e eficaz combate ao comunismo – salientou – se faz com reformas de base e não com medidas policiais” (DN, 11 out. 61, p. 2).

Na reportagem publicada no dia 12, é preciso destacar um pronunciamento que, em certa medida, trouxe um novo elemento para se pensar a forma como “o problema comunista” acabava sendo representado naqueles conturbados debates políticos. Trata-se do pronunciamento do deputado Cândido Norberto, o qual considerou as denúncias do arcebispo como um “prato político, sem dúvida nenhuma, excelente para aqueles que vivem do anticomunismo e do anticomunismo se alimentam, na ausência de outro pretexto para a sua presença na vida política”. Essa declaração, que aparentemente se configura em uma lúcida posição política naqueles tempos marcados pelos binarismos políticos, logo, na sua continuação, deixa escapar explicitamente a sua posição, também anticomunista:

⁵⁰ É importante destacar que de forma geral a Igreja Católica latino-americana também manifestou apoio à Revolução Cubana, pelo menos até o momento em que foi percebida a guinada desta ao comunismo (RODEGHERO, 2003).

[...] como se não bastassem essas manifestações que mais golpeiam a democracia do que o comunismo, que mais servem ao comunismo do que à democracia, eis que o Sr. Alberto Hoffmann velho integralista desta praça, tão detestável do ponto de vista doutrinário quanto são os comunistas também entra em cena e nos estarrece com as declarações que hoje foram divulgadas. (DN, 12 out. 61, p. 2. Declarações do Secretário da Agricultura agitam Plenário, provocando vivos debates)

Quer dizer, a sua indignação contra as declarações do Secretário da Agricultura não são pelo fato de essas confirmarem a infiltração comunista no governo, mas por terem sido proferidas por um sujeito que considerava ser integralista e que na sua posição de um “autêntico democrata”, deveria ser tão intolerável quanto ser comunista.

A declaração supracitada e as considerações sugeridas remetem a pensar exatamente num esboço provisório de como se configuravam os grupos com relação ao posicionamento anticomunista, naquele contexto. Ou seja, mais que promover encaixes arbitrários de determinados posicionamentos a partir do seu discurso, é preciso perceber a complexidade com que a “questão comunista” era apropriada e ressignificada, operada de acordo com a posição de quem está emitindo o discurso. Desse modo, a continuação do discurso do deputado já mencionado, parece clarear essa argumentação:

[...] quero com tais títulos classificar desde logo as facções que se chocam aparentemente nesta luta verbal e política mas que se confundem na sua essência, nos seus intuítos tipicamente democráticos. Quero classificar tais correntes de galhos da mesma árvore, facções macartistas, facções fascistas [...] isso que se vê em torno da denúncia do Arcebispo se chama macartismo. (DN, 12 out. 61, p. 2)

Isso significa que, na posição de fala do deputado, o problema manifestado não era mais da possível infiltração comunista, na verdade este aspecto foi relegado a um segundo plano. A ênfase dada foi na possível perda das liberdades, na possível ausência de um pensamento democrático “autêntico”, dos quais a ideologia comunista também tinha a sua parcela de responsabilidade, como também na forma como a difusão destes “fascismos mal disfarçados”, proporcionava alimento favorável ao comunismo.

Além do fato de as denúncias terem sido utilizadas como argumento dos ataques e defesas entre deputados do legislativo gaúcho, da oposição e situação, como já visto, elas também desencadearam um confronto aberto entre o governador do Estado, Leonel Brizola e o próprio arcebispo D. Vicente Scherer. Na matéria de capa do DN do dia 24 de outubro de 1961, intitulada “Dom Vicente responde a Brizola: não se precipitou e nem foi envolvido”, colocou a público a resposta do arcebispo ao governador, sobre este o ter acusado de ter se envolvido numa “odiosa campanha para incompatibilizar o povo gaúcho com o resto do povo brasileiro”, ao emitir a sua opinião “sem medi-la nos seus fundamentos e no seu alcance”. Na

resposta do arcebispo, mais que apenas reagir contra a afirmação do governador, ela ainda confirmou e reforçou as suas denúncias:

[...] não desejava manifestar-me mais uma vez sôbre a presença e ação dos comunistas militantes na administração estadual e em outros setores. Não vejo utilidade em polemizar com o Governo o Rio grande do Sul. Sinto, porém, o dever de declarar, a título de esclarecimento da opinião pública, que não houve de minha parte ao manifestar as preocupações expressas na entrevista de 6 do corrente nem fui envolvido em onda nenhuma contra o rio grande. (DN, 24 out. 61, p. 1)

Argumentou, ainda, que no próprio dia 29 de agosto, no auge de crise político-militar, tinha se manifestado com o mesmo posicionamento e diretamente ao governador, sendo que este, segundo D. Vicente, “não contestou a existência dos fatos, mas procurou tranquilizar-me, assegurando estar vigilante e atento à ação dos extremistas” (DN, 24 out. 61, p. 1).

A partir dessa entrevista do arcebispo, é possível perceber que, ao se justificar perante os motivos da sua denúncia e esclarecer os objetivos preteridos, acabou reforçando a infiltração comunista no governo, o que evidencia a sua força opinativa em assuntos que transcendiam a questões puramente religiosas:

[...] a finalidade desta parte da minha discutida entrevista era a de ensejar ao governador um pronunciamento público possivelmente capaz de desfazer os temores que, ainda hoje, sente grande parte da população em virtude dos fatos inegáveis por mim apontados. (DN, 24 out. 61, p. 1)

Aqui cabe apontar uma pequena contradição nesta parte da resposta do arcebispo, que deve incidir diretamente no questionamento da sua real intenção em acender o estopim da polêmica. Ora, de que forma o governo do Estado poderia desfazer tais temores, se os fatos trazidos pelo arcebispo (infiltração comunista) não eram passíveis de serem negados (fatos inegáveis nas palavras do prelado)?

Para contribuir ainda mais sobre a compreensão do tamanho da repercussão proporcionada pela denúncia do arcebispo, é preciso que seja colocado mais um elemento bastante significativo, que incide diretamente na forma de como a imprensa se encarregou de manifestar e difundir uma ampla mobilização em decorrência de tal denúncia. Para isso, é preciso recuperar a manchete de capa do DN do dia 7 de novembro, intitulada “frente única solidária com Dom Vicente Scherer”. Esta notícia trouxe a informação acerca da formação de uma “frente única” em apoio ao arcebispo metropolitano, por sua atitude em denunciar infiltração comunista no governo. A parte inicial da matéria se deu nos seguintes termos:

Uma frente única, de solidariedade ao Arcebispo Dom Vicente Scherer, por ter denunciado a infiltração comunista no governo do Estado, foi formada ontem, com a elaboração de um documento que hoje será entregue àquele alto dignitário da Igreja Católica. (DN, 7 nov. 61, p. 1)

Ainda, informou sobre a adesão de 317 assinaturas, destacando dentre essas as de “dois ex-governadores, e dois ex-interventores, todos os bispos do Estado, três marechais, e dezesseis generais, professores universitários e influentes nomes da política estadual”.

Outro aspecto que deve ser ressaltado, e partindo do princípio da veracidade das informações, especificamente sobre as assinaturas destacadas na reportagem, é justamente pensar na ampla organização que a tal “frente única” obteve por ocasião da polêmica, como também, na intensa vontade em formar um corpo de assinaturas tão expressivo, pois, não deve ter sido uma tarefa muito simples recolher assinatura de “todos” os bispos do Rio Grande do Sul, para citar apenas este exemplo, conforme publicado na matéria.

Por outro lado, e levando em conta não necessariamente a veracidade das informações, mas exatamente o que foi publicado, ou seja, a própria forma de manifestar, informar e demonstrar que houve destacadas assinaturas, também é significativo, pois representa a vontade em dar legitimidade para o que está sendo dito, que, em última análise, envolve um posicionamento a favor das denúncias do arcebispo.

Com relação ao texto do “abaixo-assinado”, cabe destacar que, além do apoio ao arcebispo pela sua atitude, deixou transparecer também a ideia de que esta foi realizada pertinentemente, ou seja, confirmando a infiltração comunista no governo. A seguir, o texto na integralidade:

Expressamos a Vossa Excelência Reverendíssima nossa irrestrita solidariedade à sua denúncia sobre a participação de agentes marxistas no comportamento político-administrativo do Estado, evidenciada na recente crise que abalou o Brasil. A patriótica atitude de Vossa Excelência Reverendíssima traduz sua vigilante e exemplar consciência de Pastor atento ao bem comum da nacionalidade. Manifestamos a Vossa Excelência Reverendíssima nossa integral adesão ao ideal comum de uma renovação social fundada na justiça e liberdade dos ideais cristãos e democráticos. Respeitosas saudações. (DN, 7 nov. 61, p. 1)

2.2.2 D. Jaime de Barros Câmara nas páginas dos jornais porto-alegrenses

Outro conjunto de manifestações anticomunistas de matriz católica diz respeito às aquelas reportagens que traziam opiniões, situações, debates de católicos não necessariamente de Porto Alegre ou do Rio Grande do Sul, mas de outras dioceses e arquidioceses do Brasil. Grande parte destas, pode-se dizer, eram notícias importadas de agências de notícias nacionais

e traziam no seu enredo, alguns bispos como personagens principais, como se pode verificar, por exemplo, na publicação do dia 28 janeiro de 1962, intitulada “Cardeal Arcebispo Dom Jaime de B. Câmara apóia o manifesto das classes produtoras”.

O texto da notícia supracitada pode ser utilizado como um indício para se pensar a forma como os grupos, neste caso, elite dos produtores rurais e membros da instituição católica, articularam-se em benefício de mútuas alianças e apoio político, na defesa de seus interesses, principalmente, neste caso, por estarem se avizinhandos as eleições de 1962. Por outro lado, mas não menos importante, é preciso não deixar em suspensão o papel da imprensa em divulgar as notícias que davam conta de explicitar essas contribuições. Por conseguinte, além do apoio prestado pelo arcebispo ao manifesto dos produtores rurais, foi preciso demonstrar, aos leitores, quais os principais pontos do apoio manifestado. Neste sentido, não foi à toa que o sugestivo subtítulo “Condenação” colocou em perspectiva, justamente, o aspecto “mais importante” considerado pelo arcebispo com relação ao manifesto. O conteúdo do texto destacado pelo jornal explica este aspecto:

[...] cumpre que cada qual analise, friamente, dia a dia, a matéria publicada, porque esta pode-se encontrar-se a serviço da subversão, atente cuidadosamente nos boatos que são lançados para construir o pânico preparatório da convulsão; reaja, corajosamente, no seu centro de vida, identificando o agitador, pois a segurança nacional é a soma das seguranças individuais; observe o comportamento dos responsáveis pela administração pública e dos membros das casas legislativas, para apontar aos interesses dos que servem aos interesses do povo e do Brasil e marcar, com sua condenação, os que se acham a serviço dos seus interesses subalternos e da desordem. (DN, 28 jan. 62, p. 3)

Cabe destacar que D. Jaime Câmara, personagem da notícia destacada era arcebispo do então Estado da Guanabara, e configurou-se como uma das principais vozes da luta contra o comunismo no Brasil, tendo as suas manifestações repercutidas, inclusive, em periódicos porto-alegrenses. Assim como no caso do arcebispo D. Vicente Scherer e as suas alocações semanais, D. Jaime teve à sua disposição um mesmo canal de comunicação, ou seja, um programa radiofônico, em que viabilizava a difusão de suas ideias. Assim como as alocações de D. Vicente, muitas vezes, se faziam publicar em outros periódicos brasileiros, também as falas de D. Jaime que se fizeram, por vezes, presentes nos jornais de Porto Alegre. Este aspecto talvez seja importante ser considerado, pois ele é um demonstrativo do quanto era vista a importância, e do quanto existia uma intencionalidade, por parte da imprensa, em transmitir estas notícias de cunho anticomunista católico. A matéria intitulada “Quem Propaga o Comunismo não é o Povo” configura-se em um exemplo no qual D. Jaime discutiu, entre outras coisas, a vinculação entre o comunismo e a pobreza (CP, 15 jan. 63, p. 13).

Além de algumas de suas alocações serem reproduzidas nas páginas dos jornais porto-alegrenses, estes também deram a ler o protagonismo de D. Jaime em debates que giraram em torno da órbita anticomunista. Este aspecto é possível visualizar na mensagem do Monsenhor Ivo Cagliari, então substituto de D. Jaime no programa radiofônico do Rio de Janeiro, quando este estivera a caminho de Roma para as atividades do Concílio Vaticano II. “Quiseram silenciar o Cardeal Jaime Câmara” foi o sugestivo título da reportagem, a qual pode ser enquadrada dentro daquelas que se propuseram a estabelecer uma crítica ao governo do Brasil frente à debilidade com que estaria tratando do problema comunista.

Analisando o pronunciamento do referido Monsenhor, pode-se depreender que esta mensagem tinha endereço certo, ou seja, o governo federal, exclusivamente pela sua “permissividade” para com os comunistas: “Dom Jaime, brasileiro sem mancha e sem medo, não podia sofrer calado que as classes dirigentes entregassem o país ao comunismo sem deixar bradar contra o reatamento das relações comerciais e diplomáticas com a Rússia”. Ademais, o discurso do Monsenhor se refere também às razões dos protestos de D. Jaime, que adentravam em diversos setores governamentais, como no âmbito da política: “cargos de confiança em postos-chave foram sistematicamente entregues a comunistas”; no campo econômico: “o comércio com a Rússia [...] mostrou-se um verdadeiro fracasso”; e, no campo diplomático: “Enquanto os diplomatas brasileiros ficam confinados em Moscou, os russos perambulam livremente pelo Brasil” (CP, 22 set. 63, p. 48).

Contudo, também se desprende da alocação do Monsenhor Ivo, algo que pretendeu refletir uma realidade que se mostrava permeada por intensos embates travados entre setores ideológicos opostos. Este aspecto pode ser visível claramente na passagem em que o Monsenhor reflete sobre as repercussões das palavras de D. Jaime:

[...] que voz profética. Mas os homens da mentira não a quiseram ouvir. Ela se tornou incômoda e tudo fizeram para calar. Pela imprensa, pelo anedotário, pela calúnia, até por vias democráticas [...] e como não se calou, ao contrário, clamado mais alto e mais forte, os acovardados começaram a agir [...]. (CP, 22 set. 63, p. 48)

Uma consideração pode ser levada em conta a partir desta passagem: o anticomunismo católico também sofreu contestações, ou seja, também recebeu críticas de outros setores da sociedade. Mas, por uma postura teórico/metodológica que está sendo empregada na análise, este aspecto, ou seja, a afirmativa de que tentaram “silenciar” o cardeal, também deve ser considerada, talvez, antes de ser um *reflexo* dos embates, mas como uma estratégia discursiva, a qual propôs construir uma realidade em que o conflito e o perigo comunista não só existiam, mas eram iminentes.

2.2.3 Os católicos frente à opressão comunista

Outra forma de anticomunismo católico elencado no trabalho são as matérias que deram a ler as situações ou confrontos estabelecidos pela Igreja e seus fiéis contra os governos dos países comunistas. Por diversas vezes, os jornais privilegiaram esse tipo de reportagem, sendo muito presentes a divulgação dos embates entre católicos e comunistas na Polônia, na Tchecoslováquia, na Berlim Oriental, na China, Iugoslávia e, também, na própria União Soviética. Geralmente, essas notícias provinham de agências internacionais, principalmente da American Press (AP).

As notícias sobre o Cardeal Wyszynski, de Varsóvia, na Polônia, foram bastante recorrentes nas páginas dos jornais. Foram notícias que, grosso modo, deixaram perpassar a ideia da luta do catolicismo contra a repressão religiosa. Ao longo do trabalho será possível perceber como o caso do cardeal vai sendo construído de forma a ser encarado como um caso paradigmático no que tange às relações entre a igreja católica e a liberdade de culto nos países sob o sistema comunista. É indicativo desse aspecto a passagem de uma das reportagens que coloca o problema entre o referido cardeal e as difíceis negociações com os comunistas da Polônia. Esta trouxe a informação que o cardeal Wyszynski teria recomendado às autoridades do Vaticano que agissem com o “máximo de prudência nas relações com os comunistas”, para que de alguma forma, fazer do caso polonês “o símbolo e a prova da boa ou má vontade dos governos comunistas”. Em outra passagem é possível perceber como a imprensa também buscou no caso da Polônia um exemplo da luta contra “opressão” comunista:

Com efeito, se não pudesse ser resolvido o caso polonês, que pareceria apresentar as condições mais favoráveis para um entendimento, seria impossível pensar em resolver as questões que dizem respeito à Igreja e ao povo cristão nos outros países comunistas. (CP, 13 out. 63, p. 1. Cardeal polonês sugere cautela no trato com países comunistas)

Da mesma forma que na Polônia, as notícias da American Press provindas de Roma, em relação à Tchecoslováquia, também se propunham a dar conta da difícil realidade dos católicos que viviam em países comunistas. Como exemplo, pode ser citada a notícia da liberdade de Josef Beran, arcebispo da cidade de Praga, após 12 anos de prisão, considerada como “uma melhora nas relações entre o governo de Praga e a Igreja”. Contudo, por mais que foi ressaltado este aspecto positivo, também foi posto em evidência o fato de o arcebispo ter sido preso “sem jamais terem lhe dito o motivo”. Além disso, a imprensa não deixou de informar o caráter antirreligioso dos países comunistas ao mencionar o fato de que mesmo em

liberdade, o arcebispo Beran “não poderia reassumir suas funções arquiépiscopais” (CP, 18 out. 63, p. 1. Melhoram as relações entre a Igreja e o governo de Praga).

As vésperas das comemorações do Natal foram momentos propícios para a divulgação de notícias que enfatizavam as difíceis relações entre os católicos e o governo em Berlim Oriental. Grande parte dessas notícias dava a ler a dificuldade dos berlinenses orientais atravessarem a “muralha vermelha” para comemorar com seus familiares do lado ocidental. “O fogo de metralhadora dos comunistas rompeu hoje a paz de Natal na muralha de Berlim, enquanto milhares de berlinenses se preparavam entusiasmados para a maior reunião em mais de dois anos”. A frase citada é a que abre a reportagem publicada na capa do CP na véspera do Natal de 1963.

2.2.4 Das notícias que vêm de Roma

Outro “canal” que comportou manifestações anticomunistas de matriz católica que se fez bastante presente nos jornais porto-alegrenses, foi a divulgação e a transcrição de pronunciamentos publicados em órgãos de imprensas oficiais do Vaticano, como o periódico “O’sservatore Romano” e a “Rádio do Vaticano”. Para exemplificar o anticomunismo difundido a partir do jornal do Vaticano, pode-se destacar a notícia do dia 8 de setembro de 1963, publicada no CP, intitulada “O’sservatore também denuncia em artigo o perigo comunista” (CP, 8 set. 63, p. 1). Este artigo deu a ler, entre outros aspectos, algumas das tantas caracterizações impostas aos comunistas:

[...] a primeira característica do comunismo militante é o ativismo de seus membros, sua impermeabilidade à propaganda dos outros, a ‘fidelidade’ que resiste, no seio do partido, a tôdas as contradições, a capacidade de disciplina e de sacrifício que distingue seus prosélitos. (CP, 8 set. 63, p. 1)

Para o caso da “Rádio do Vaticano”, pode ser considerado como um exemplo bastante emblemático uma mensagem difundida no CP no dia 9 de agosto de 1963, em que a mesma divulgou e comentou aquilo que foi considerado como um “dos mais incisivos ataques até agora feitos contra a doutrina comunista”. As argumentações giraram em torno da condenação a uma possível assimilação, por parte dos cristãos, da doutrina marxista. Essa consideração ficou visível na transcrição de parte do pronunciamento da rádio: “não existem dissensões internacionais, nem pretextos históricos que possam justificar uma indulgência, uma atitude

conciliatória para com o marxismo e o comunismo” (CP, 9 ago. 63, p. 1. Rádio do Vaticano adverte contra infiltração da doutrina marxista).

É possível agregar nestas mensagens provindas do Vaticano, aquelas que foram importadas de agências internacionais (AP, UPI) e que traziam aos leitores porto-alegrenses as falas e os discursos proferidos pela autoridade máxima do catolicismo, o Papa, representado por João XXIII até o seu falecimento em junho de 1963, e por Paulo VI, seu sucessor. Obviamente que muitas das manifestações dos pontífices não faziam relações com o comunismo ou com comunistas, no entanto, tanto João XXIII quanto Paulo VI, em várias oportunidades, manifestaram a sua contrariedade ao comunismo. Um exemplo desse tipo de manifestação pode ser caracterizado pela mensagem publicada no DN em 4 de janeiro de 1962, intitulada “Em carta aos bispos alemães, o Papa ressalta os problemas dos católicos da zona Russa”. Este tipo de manifestação é passível de certa diferença das demais, uma vez que, em função da autoria – a maior autoridade católica traz em si uma grande força de legitimidade, um grande potencial de “verdade” com uma grande probabilidade que aquilo que estava sendo objeto do discurso fosse entendido e absorvido pelos leitores.

2.3 PRINCIPAIS TEMÁTICAS DO ANTICOMUNISMO CATÓLICO NA IMPRENSA PORTO-ALEGRENSE

Nos jornais de Porto Alegre puderam ser encontradas manifestações anticomunistas dos católicos de acordo com acontecimentos e temáticas específicas. É possível afirmar que, também nesses casos, foi produzido um anticomunismo de circunstância, ou seja, os católicos se apropriaram de aspectos que de algum modo, nas suas visões, representavam a iminência do perigo comunista. Neste sentido, cabe destacar que os principais temas inspiradores deste tipo de anticomunismo católico podem ser visualizados através dos debates acerca do pleito eleitoral de 1962, da legalização, ou não, do Partido Comunista, o restabelecimento das relações do governo brasileiro com a União Soviética, a vinda do Marechal Tito, da Iugoslávia ao Brasil, e, também, pode-se destacar neste conjunto o debate que cercou a realização da “Cruzada do Rosário em família” pelo padre Patrik Payton, em dezembro de 1963, em Porto Alegre.

Antes aludir alguns aspectos de cada uma dessas temáticas, cabe deixar frisado que existiu um componente que de algum modo perpassou por todas estas formas de anticomunismo católico, ou seja, o fato de que, mesmo estas manifestações terem início a

partir de temáticas específicas, o anticomunismo que delas sobressaiu, geralmente ultrapassou em termos de desenvolvimento de argumentações, a temática inicial.

Como visto anteriormente, o processo eleitoral de outubro de 1962 marcou outro momento em que os católicos externaram seus posicionamentos anticomunistas, utilizando dessa prática como forma de convencer os “eleitores católicos” da periculosidade que representava um candidato que tivesse vinculações com os comunistas. Nos jornais porto-alegrenses foi possível encontrar três publicações em que foram explicitadas, com maior ênfase, acerca da temática supracitada. Tratou-se de uma alocução semanal de D. Vicente Scherer e de dois *a pedidos*. As publicações em questão permitem visualizar que houve conflitos e intrigas políticas, as quais giraram especificamente na questão do apoio ou não da Igreja a candidatos específicos e, conseqüentemente, na orientação, por parte da instituição, aos candidatos em que os fiéis deveriam votar. No início da alocução de D. Vicente, ficou perceptível que a questão estava sendo alvo de debates e posicionamentos contrários:

Em épocas pré-eleitorais mais freqüentemente surgem debates e se fazem pronunciamentos sobre as relações entre a Igreja e o Estado [...] se o clero, ou leigos na dependência da hierarquia eclesiástica, têm o direito de orientar os leitores, recomendando ao sufrágio determinados candidatos e desaconselhando outros, notoriamente hostis ou indiferentes aos postulados decorrentes da visão cristã [...]. (CP, 4 set 62, p. 13. Parte de Cesar e a parte de Deus)

O Arcebispo, então, adentrou ao debate e manifestou a sua opinião. Propôs demonstrar ao seu leitor que, em face do perigo que o comunismo representava para o país, especificamente com a proximidade das eleições, a Igreja deveria sim ser uma voz ativa no que diz respeito aos esclarecimentos necessários aos seus seguidores. A passagem seguinte permite visualizar a forma como D. Vicente organizou as suas argumentações, inicialmente, enfatizando o papel da Igreja nas questões políticas, principalmente quando se deveria fazer oposição ao comunismo:

Se um govêrno ou uma autoridade transgride as leis da justiça e viola os direitos imprescritíveis da pessoa humana, se persegue a religião, combatendo sua doutrina e impedindo o livre exercício de seu ministério [...] a Igreja de Deus não pode ‘deixar correr e deixar fazer’, mas deve levantar a voz de advertência e de correção. (CP, 4 set 62, p. 13)

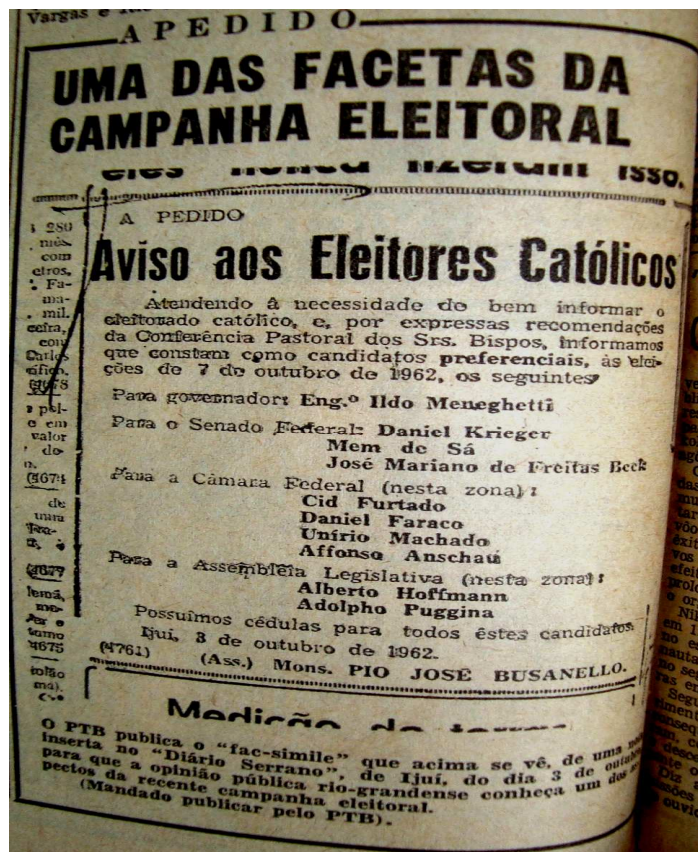
Mais adiante, o tema foi tratado com maior objetividade:

Em épocas de eleições, a Igreja deve inculcar, aos que lhe ouvem a voz, o gravíssimo dever de apoiar somente candidatos conhecidos como defensores da

ordem social cristã e de recusar apoio e votos aos inimigos dos ideais consubstanciados no evangelho. (CP, 4 set 62, p. 13)

A partir da publicação dos dois *a pedidos*, o primeiro no dia 21 de outubro, assinado pelo PTB e o segundo no dia 23, com assinatura do Bispo D. Victor Sartori, da cidade de Santa Maria, cidade do interior do Rio Grande do Sul, também foi possível visualizar que a questão, apesar do pouco aparecimento na imprensa de Porto Alegre, causou intensos debates entre as esferas política e religiosa.

No primeiro *a pedido* (ver fotografia abaixo), intitulado “Uma das facetas da campanha eleitoral”, foi publicado um recorte do que seria um outro *a pedido*, retirado do “Diário Serrano”, da cidade de Ijuí (cidade que, à época, pertencia à diocese de Santa Maria). Constava a assinatura de um clérigo (Monsenhor José Busanello), em que o mesmo informava, aos eleitores católicos, com “expressas recomendações da Conferência Pastoral dos Srs Bispos”, os candidatos preferidos da Igreja. O objetivo desta publicação do PTB se deu com o propósito de que “a opinião publica rio-grandense conheça um dos aspectos da recente campanha eleitoral” (CP, 21 out 62, p. 48), ou seja, de denunciar que os católicos estariam recomendando abertamente que os fiéis votassem em candidatos específicos.



No segundo *a pedido*, com a assinatura do Bispo de Santa Maria, ficou registrado o intento do referido clérigo de explicar a denúncia do *a pedido* assinado pelo PTB. Primeiramente, negou que teriam sido emanadas orientações da “Conferência pastoral dos Bispos” para que os eleitores votassem em determinados candidatos. Explicou, neste sentido, que havia sido elaborada uma *nominata* com os candidatos preferenciais de todos os partidos políticos, segundo D. Victor, “como uma recomendação, sem o caráter impositivo” (CP, 23 out 62, p. 24). Daí externou a sua reprovação do *a pedido* publicado no diário de Ijuí: “O citado A PEDIDO, contrariou, frontalmente, a orientação da Autoridade Eclesiástica”. Entretanto, no final da sua explicação, deixou registrada a sua aprovação no que diz respeito às orientações da Igreja aos candidatos que os católicos deveriam depositar seus votos, fazendo, neste sentido, referências ao regime democrático em vigor, em contraposição aos regimes totalitários (comunista):

A ação da Igreja, pela palavra autorizada da Autoridade eclesiástica, isto é, dos senhores Bispos, no sentido de recomendar e esclarecer os eleitores católicos para que elejam candidatos cristãos e eficientes, é um direito que emana do próprio regime democrático, que somente lhe poderia ser cerceado em regimes totalitários. (CP, 23 out 62, p. 24)

A chegada do Marechal Tito ao Brasil, então governante da Iugoslávia Comunista, provocou a ira dos mais diversos setores católicos. Antes mesmo da sua chegada, o desconforto sentido pelos católicos pode ser verificado com bastante intensidade. Neste sentido, o CP, no dia 3 de setembro de 1963 divulgou o pronunciamento em que o arcebispo de São Paulo, D. Carlos Carmelo Vasconcelos Mota, recomendava a atitude que deveriam ter os católicos perante a “indigesta” visita:

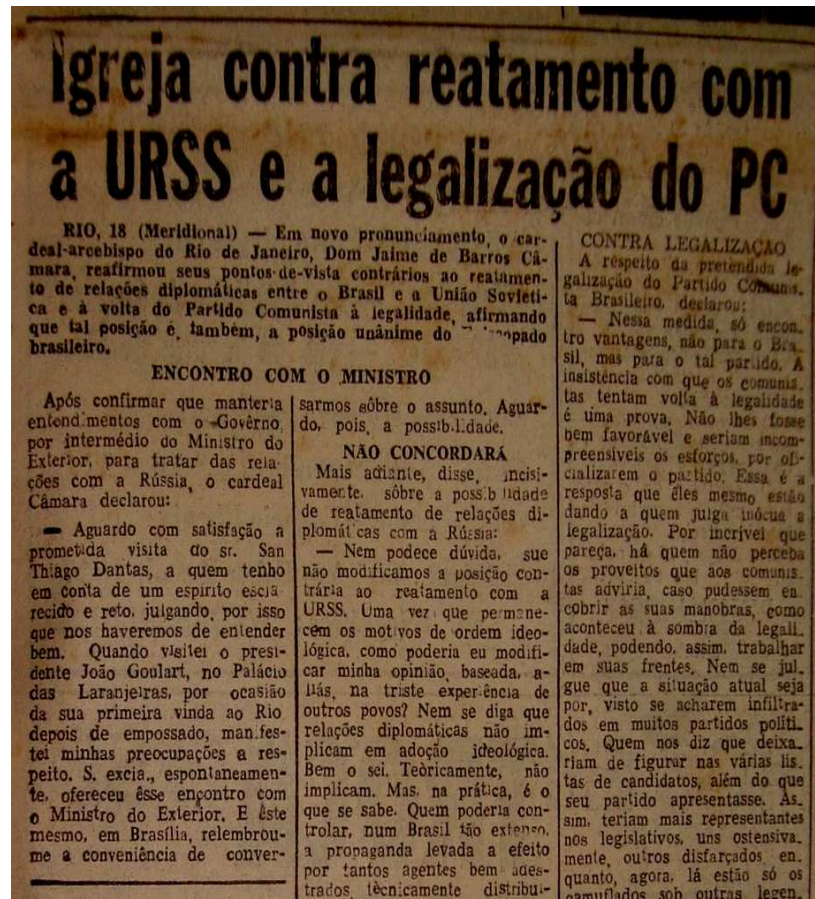
Em face de tal mal-estar que está produzindo nos meios católicos o anúncio da próxima visita de certo chefe de estado europeu [...] recomenda o Emmº Sr. Cardeal Mota, Arcebispo Metropolitano, aos católicos da Arquidiocese de São Paulo, uma atitude de absoluta abstenção: nem solidariedade ou aplauso, nem injúria ou ataques. (CP, 3 set. 63, p. 4. Nem aplausos ou injúria à chegada do Mal. Tito)

A motivação de tal atitude do referido arcebispo parece ter se dado a partir da sua contrariedade em receber não tão somente um Comunista, mas um que estaria “incurso nas mais graves penas canônicas, por motivos de violências cometidas contra um dos cardeais da Santa Igreja” (CP, 3 set. 63, p. 4).

O repúdio dos católicos frente a visita de Tito ao Brasil também pode ser sentido na reportagem do dia 17 de setembro, a qual transmitiu a atitude tomada pelos templos católicos

em Niterói, os quais realizaram uma “hora santa” como protesto à presença do “ditador”. Além do decreto de luto, conforme mencionou o título da matéria (“Católicos Fluminenses de luto durante a visita de Tito”), também mencionou sobre o “avultado” comparecimento dos fiéis nas celebrações. Quer dizer, desprende-se dessa matéria não só a manifestação de repúdio perante a permanência de Tito no Brasil como também a atitude, a prática que os católicos deveriam ter frente ao comunista. Além de a arquidiocese permanecer de luto até a permanência do marechal, e “os sinos dos templos católicos do Estado do Rio dobrarão em finados durante a visita de Tito ao Brasil”, ainda o arcebispo de Niterói, D. Antonio de Moraes determinou a “celebração de missas, em todos os templos, pela alma do Cardeal Stepinac, e de bispos, padres e fiéis católicos vítimas de perseguições religiosas na Iugoslávia” (CP, 17 set. 63, p. 4. Católicos Fluminenses de luto durante a visita de Tito). Como se pode perceber, a temática “Marechal Tito” logo ganhou em amplitude quando foram incorporados os aspectos da possível perseguição religiosa por ele praticada.

Um possível aceno do governo brasileiro em reatar as suas relações diplomáticas com a União Soviética bem como uma possível legalização do Partido Comunista foi motivo de matéria de capa do DN do dia 19 de outubro de 1961. Intitulada “Igreja contra reatamento com a URSS e a legalização do PC”, a referida matéria fez exposição, diga-se de passagem, com letras de tamanho garrafais, conforme se pode visualizar na fotografia abaixo, da ferrenha oposição da igreja católica brasileira perante a possibilidade da concretização das hipóteses já colocadas. Sobre estes dois assuntos, a matéria em questão trouxe a opinião do então arcebispo da cidade do Rio de Janeiro, D. Jaime de Barros Câmara.



Nas opiniões do arcebispo do Rio de Janeiro, ficou saliente a forma como procurou demonstrar a sua contrariedade com relação aos dois assuntos, mesmo reconhecendo que “relações diplomáticas não implicam em adoção ideológica. Bem o sei. Teoricamente, não implicam”, manifestou sua preocupação especificamente com relação à força que acreditava que os comunistas eram possuidores: “quem poderia controlar num Brasil tão extenso, a propaganda levada a efeito por tantos agentes bem adestrados tecnicamente distribuídos pelos numerosos consulados em todo o território nacional”. Na sua concepção, para existir consulados comunistas no Brasil, era essencial um melhor policiamento e leis de repressão contra o comunismo, pois, argumentou, “mesmo sem as relações diplomáticas, já é tão grande a infiltração comunista, no Brasil muito mais o seria com imunidades oficiais, sob as quais se acobertariam seus espiões” (DN, 19 out. 61, p. 1).

Com relação a uma possível legalização das atividades do Partido Comunista, também D. Jaime expôs a sua contrariedade. Suas argumentações foram em tentar mostrar as “desvantagens” para o Brasil, caso o PC tivesse suas atividades legalizadas. Contudo, e tendo em vista o amplo debate que se travou na imprensa porto-alegrense por ocasião da denúncia do arcebispo local (D. Vicente Scherer), na qual, conforme já verificado, denunciou que os

comunistas haviam se privilegiado dos chamados grupos de resistências democráticas, este assunto voltou em cena nas palavras de D. Jaime, fazendo eco nas palavras do arcebispo de Porto Alegre: “Por incrível que pareça, há quem não perceba os proveitos que aos comunistas adviria, caso pudessem encobrir as suas manobras, como aconteceu à sombra da legalidade, podendo assim trabalhar em suas frentes” (DN, 19 out. 61, p. 1).

Ademais dessas considerações acerca da notícia supracitada, vale destacar algumas contradições, ou, talvez, alguns “deslizes discursivos” (grifo nosso) que foram percebidos a partir de uma análise que leva em consideração outro tipo de enfoque, mas que se demonstra uma peça fundamental para que ajude a buscar outros elementos que elucidem sobre a manifestação anticomunista dos católicos nos jornais.

No subtítulo “Episcopado unido contra o Comunismo”, pertencente à mesma matéria jornalística, é possível perceber um aspecto que poderia não estar sendo exatamente fidedigno com a realidade, à medida que o texto propôs construir a concepção de que o episcopado brasileiro, na sua integralidade, estava contra o comunismo. Esta hipótese pode ser considerada uma vez que este texto, que enfatiza a união do catolicismo brasileiro contra o comunismo, “precisou” (grifo nosso) ser difundido. Então, levando em conta a afirmação de D. Jaime, “quanto ao comunismo, os bispos não poderiam divergir: é doutrina firme em tôda a Igreja Católica”, a pergunta que parece querer sobressair desta “vontade em confirmar” é basicamente a seguinte: qual a finalidade de se dizer algo que era, ou deveria, ser de conhecimento de todos? Ou ainda, se era questão consumada o fato da união de todo episcopado ser “plena e total quanto à ideologia marxista, que é materialista e atéia”, qual a intencionalidade em afirmar que “não seria católico o bispo que pensasse diferentemente”? Como poderia existir um bispo da igreja católica, não católico? As respostas a essas questões podem ser encontradas na análise da reportagem do DN do dia 29 de outubro de 1961, que divulgou uma entrevista com bispos de Brasília e de São Paulo, quando esses estiveram em passagem pelo Rio Grande do Sul. Quando indagados pela reportagem sobre o perigo que o comunismo representa ao Brasil, a resposta, num primeiro momento, não diferenciou das que são habitualmente conhecidas: “o Brasil é essencialmente cristão, por tanto profundamente espiritualista. O comunismo em si é ateu e materialista” (DN, 29 out. 61, p. 2. Bispos da igreja católica brasileira afirmam: não há comunistas no govêrno do RGS). O que verdadeiramente chama atenção nas palavras dos referidos religiosos, exatamente pelo elemento diferenciador que delas se sobressaiu, foram as suas opiniões sobre polêmica envolvendo D. Vicente e o governo do Estado, e também, a forma como eles – bispos – entendiam o comunismo: “não existe infiltração comunista no govêrno do Rio Grande do Sul

– declararam – O comunismo é uma fumaça da oligarquia e da reação para impedir o progresso das formas democráticas”. Se o comunismo é uma fumaça, utilizada para impedir o progresso democrático, o significado que pode se depreender daí é que ele se estabelece enquanto um dispositivo para desestabilizar a ordem política. Esta concepção pode ganhar maior legitimidade quando se observa as palavras dos católicos dirigidas ao governador do Estado: “queremos, aliás, cumprimentar e felicitar o digno e grande governador Leonel Brizola pela sua atitude patriótica, cristã e varonil, em prol da legalidade [...]” (DN, 29 out. 61, p. 2).

Diante essas questões, parece que o pronunciamento de D. Jaime, verificado anteriormente, poderia ter um direcionamento, um alvo a ser atingido. Nesse sentido, portanto, é preciso advertir sobre a existência de conflitos no catolicismo brasileiro, que, de algum modo, poderiam, a partir de uma temática mais geral acerca do comunismo, estar impulsionando a construção de argumentos para criticar atuações de católicos, talvez, considerados “pouco” anticomunistas⁵¹.

A organização e a realização da denominada “Cruzada do Rosário em Família”, em Porto Alegre, também foram situações das quais se desprenderam intensas manifestações, de pessoas ligadas à órbita católica (leigos e religiosos), em que foram desenvolvidos, indiretamente, é bem verdade, e a partir de um processo de conagraçamento dos católicos, uma forma de combate aos ideais de modernização, laicização e secularização, como também, aos ideais comunistas, entendidos como consequência dos três processos anteriores⁵². A historiografia mostra que a realização das cruzadas no Brasil foi incentivada pelo arcebispo fluminense D. Jaime, e que podem ser consideradas como uma espécie de ensaio para a mobilização anticomunista que iria irromper meses depois, na realização das “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”, realizadas no contexto da deposição de João Goulart. (DOCKHORN, 2002).

A ampla divulgação que a referida cruzada obteve nos jornais porto-alegrenses foi iniciada em uma das alocações semanais de D. Vicente Scherer, a qual pode dar uma base para o entendimento da forma que o catolicismo local vibrou com a confirmação da vinda do missionário: “contarão, também entre nós, sem dúvida [...] a colaboração que encontraram em

⁵¹ A análise sobre a existência dos conflitos internos do catolicismo será retomada e desenvolvida no segundo capítulo.

⁵² Segundo Rodeghero (2003, p. 51), “a Igreja católica assumiu uma posição de combate à modernização, à laicização e à secularização, contexto em que se coloca a reação contra o comunismo”. Nesse sentido, a autora afirma que diversos pontífices se pronunciaram sobre temáticas que salientavam a sua postura condenatória frente ao mundo moderno, destacando os seguintes: fé-razão, religião-ciência, separação entre Igreja e Estado, combate ao modernismo, ao racionalismo, ao liberalismo e ao comunismo.

outras cidades”. Também permite visualizar que o “sentido” da realização da cruzada se estabelecia a partir da percepção que a família, enquanto instituição, estava sujeita a muitos “inimigos”, os quais “ameaçam a sua firmeza, união, paz e felicidade” (CP 3 set. 63, p. 12. Cruzada pela recitação do Rosário em Família). A causa desses males, na visão que expressou o arcebispo, estaria nas transformações que a modernização suscitou naquele contexto, especialmente a quebra de alguns valores mais tradicionais. Esse aspecto pode ser verificado na seguinte passagem:

[...] em nossos dias, o estudo, as condições de trabalho, as diversões, as habitações coletivas, a mentalidade reinante, as atividades da mulher fora do lar, modificaram substancialmente o tom antigo da vida em família, separando seus membros e ameaçando os valores insubstituíveis de ordem individual e social. (CP 3 set. 63, p. 12)

No período percorrido desde esta primeira alusão à Cruzada, até uma última reportagem encontrada, publicada no dia 25 de dezembro de 1963, na qual foi transmitida uma mensagem do Papa Paulo VI ao padre Payton, diversas notícias e imagens foram divulgadas nos jornais de Porto Alegre. Desse conjunto é possível identificar os objetivos que deveriam ser os balizadores da realização do “evento” como também da sua própria estrutura organizacional, a qual, diga-se de passagem, foi objeto de muitos elogios por parte de comentaristas, jornalistas, políticos e católicos em geral.

Referente ao primeiro aspecto, cabe frisar, é possível apreender que em relação aos objetivos da Cruzada, ao menos aqueles que foram explicitados nas páginas jornalísticas, em nenhum momento foi externado diretamente qualquer propósito de luta contra o comunismo. Contudo, fazendo uma leitura mais atenta, percebe-se que o combate ao comunismo, a partir da Cruzada, se não mencionado diretamente, no mínimo perpassou pelas preocupações dos participantes e organizadores como um objetivo secundário. As seguintes expressões, que fazem parte de um conjunto de temáticas desenvolvidas nas notícias sobre a Cruzada, são indicativas de que um combate ao comunismo verdadeiramente se pretendia através da realização do evento: “sabem os desorientados política e ideologicamente [...]” (CP, 3 dez. 63, p. 3. Pedagogia da Cruzada do Rosário em Família), “defesa da paz e fé crista” (CP, 8 dez. 63, p. 24. Cruzada do Rosário em Família), “movimento que visa contribuir para a defesa das instituições cristãs, da família, da paz – valores espirituais agora mais do que nunca ameaçados” (CP, 17 dez. 63, p. 14. Rosário em família se constituiu numa empolgante manifestação de fé cristã), “aqueles países que, em nossos dias, promovem oficialmente o ateísmo, tornaram-se estados policiais porquê só pela força conseguem abafar de qualquer

forma a por algum tempo, os insopitáveis impulsos do espírito humano para a liberdade e Deus” (CP, 17 dez. 63, p. 14. Entre as Instituições mais ameaçadas nos dias atuais encontra-se a família).

Levando este primeiro aspecto em conta, cabe agora, colocar em relevo uma segunda questão que se insere em visualizar a estrutura organizacional da Cruzada realizada em Porto Alegre, pretendendo, com isso, em última instância, identificar sujeitos e instituições que se colocaram ao lado da Igreja Católica nesta luta na defesa da “paz e da fé cristã” contra, provavelmente, a maior das ameaças, o comunismo. Nesse sentido, é possível verificar todo um esforço mobilizado pela imprensa em publicar nomes de representantes de setores específicos da sociedade que tiveram participação destacada na organização e participação do evento. A reportagem que informou sobre a realização de três assembleias que tinham por finalidade de promover a Cruzada em solo porto-alegrense (CP, 30 out. 63, p. 9), destacou a presença de “autoridades” dos meios político – Claudio Norberto (presidente da Assembleia), Gay da Fonseca (Secretário do Interior), acadêmico – Irmão José Otão (reitor da PUC), Homero Guerreiro (representando o reitor da UFRGS), bem como a massiva presença de párocos da arquidiocese metropolitana, enumerando um total de 660 componentes, e, inclusive o meio acadêmico, alvo da terceira assembleia, no qual foram privilegiados professores de todos os segmentos.

Já a reportagem do dia 8 de dezembro, na qual foi divulgado programa a ser cumprido pelo “rosário”, permite indicar, a partir do destaque de “expoentes”, representante de setores da sociedade, a construção do público-alvo da cruzada, que interpelou desde membros da elite política, passando por vários segmentos sociais, inclusive a imprensa, chegando até o setor dos trabalhadores. A ordem de oração do Rosário foi publicada na seguinte disposição: a abertura do rosário: “Dr. Alberto André e sua família: trata-se de uma deferência da Cruzada à Imprensa [...] pela colaboração que vem prestando ao grande movimento de afirmação cristã”; primeira dezena do terço: “Dr. Ildo Meneghetti e família: na qualidade de governante de todos os rio-grandenses”; segunda dezena: “Sr. prefeito municipal José Loureiro da Silva e Família”; terceira dezena: “a terceira dezena será rezada por um militar do glorioso Exército, representando a fé cristã que sempre norteou as gloriosas forças armadas do Brasil, armadas para a paz e união dos lares do Brasil”; quarta dezena: “a quarta dezena será realizada por uma família operária, simples e de côr. É a oração da grande massa de trabalhadora que oferece a Deus a sua valiosa oração misturada com suor, sofrimento, fome, privação [...]”; quinta dezena: “a quinta dezena é rezada por uma família de agricultores, que oferecem a Deus, a oração do trabalhador rural [...]” (CP, 8 dez. 63, p. 24).

2.4 A POLARIZAÇÃO POLÍTICA NA ARGENTINA DA DÉCADA DE 1960 E O ANTICOMUNISMO CATÓLICO NA IMPRENSA PORTENHA

Para bem caracterizar o período que compreende a ascensão e a queda de Arturo Illia na presidência na Argentina (outubro de 1963 a junho de 1966), entre outros fatores, é preciso trazer elementos que reportem aos processos que antecederam o seu governo, especialmente pela herança dos embates políticos e ideológicos entre peronistas e antiperonistas, que emergiram após a denominada Revolução Libertadora (1955), a qual pôs fim ao governo de quase uma década de Perón (1946-1955). Segundo Spinesi (2005, p. 53), com o triunfo revolucionário antiperonista, inaugurou-se uma nova etapa no contexto argentino em que se pretendeu erradicar o peronismo da política e da sociedade, buscando estabelecer a ordem política sobre novas bases, que proporcionassem garantias de uma efetiva democracia⁵³.

Ao reconstruir o panorama político do período pós-Perón, Horácio Verbitsky diagnosticou a incapacidade dos novos governantes e dos grupos que se uniram na frente golpista, incluindo aí a própria Igreja Católica, de subtrair a influência ideológica do partido que, majoritariamente, alcançava os mais diversos setores da sociedade argentina. Foi um período em que a Igreja Católica se utilizou de diversos movimentos para ocupar uma posição central nas decisões políticas ou, “recatolizar a sociedade” (VERBITSKY, 2008, p. 53), já que havia perdido consideravelmente seu poder de influência durante a vigência do governo de Perón.

Dentre as motivações que fizeram parte dos embates travados pela hierarquia eclesiástica frente ao peronismo no período, além da manutenção do seu poder de influência e de privilégios, merece ser destacado o entendimento que se formou, junto aos setores conservadores, de que a presença do peronismo, principalmente entre os trabalhadores, poderia abrir as portas para a infiltração comunista. Mesmo que, nesse período, a influência comunista na Argentina tivesse carecido de maior expressividade, e isso parece ser um consenso na historiografia, agudizaram-se os debates acerca da relação peronismo/comunismo e, na relação com outros fatores, como por exemplo, a modernização, a excessiva liberalização na imprensa, o liberalismo maçônico e o antisemitismo, fizeram com que a

⁵³ Para se ter uma ideia do quão fragmentária se encontrava a sociedade argentina naquele contexto, para ficar somente nos grupos antiperonistas, a historiografia pertinente ao tema aponta a existência de pelo menos três matizes de antiperonismo, quais sejam um antiperonismo tolerante, antiperonismo radicalizado e um antiperonismo otimista. Independente da linha seguida pelos antiperonistas, um aspecto entre eles era em comum, ou seja, de que a desperonização da sociedade era necessária (SPINELLI, 2005).

Igreja Católica fosse entendida como o baluarte de defesa das “tradições cristãs e ocidentais” (grifo nosso) da Argentina.

A primeira experiência constitucional na Argentina pós-Perón se deu com o governo de Arturo Frondizi, o qual assumiu a presidência em 1º de maio de 1958 até ser destituído, também por militares, em março de 1962. O processo eleitoral em que Frondizi chegou ao poder, e que obteve boa maioria dos votos, foi marcado por dois importantes aspectos que iriam repercutir ao longo do tempo em que permaneceu na presidência. Primeiramente por ter atraído votos pela via do seu próprio partido, União Cívica Radical Intransigente (UCRI), e de uma ampla frente de posições, as quais chegaram até o setor nacionalista do Partido Comunista. O outro aspecto se configura à medida que a ampla maioria dos votos conquistados, decisivos para o sucesso na campanha, foram originários do peronismo (politicamente proscrito desde 1955). Segundo Carlos Altamirano (2007, p. 86), esse apoio maciço dos peronistas à Frondizi foi produto de um acordo entre Rogério Frigério (vice de Frondizi) e Perón (exilado na Espanha). Por mais que o presidente negasse em relação ao fato, a notícia alimentou a versão de que Frondizi, em função do acordo, preparava o retorno de Perón, algo inconcebível para os antiperonistas.

Por outro lado, além da polaridade peronistas/antiperonistas, o período também foi marcado pelo impacto da revolução cubana, a qual mobilizou grande parte dos setores de esquerda da Argentina, enquanto o anticomunismo, conforme Luis Alberto Romero (2006, p. 136) arraigou-se na direita, no liberalismo antiperonista e também na Igreja. Nesse sentido, conforme o autor, “a América Latina e a Argentina entravam no mundo da Guerra Fria e os militares, duramente interpelados pelos seus colegas norte-americanos, assumiram uma postura decididamente anticomunista [...]”.

Da mesma forma que no Brasil, a política externa de Frondizi no período, especialmente com a questão cubana, foi uma dos principais argumentos para os grupos antiperonistas e anticomunistas. O acordo com Jânio Quadros, em abril de 1961, o encontro com Che Guevara e a decisão de abster o voto argentino na Conferência de Chanceleres de Punta del Leste para a expulsão de Cuba da OEA, encabeçaram a força argumentativa dos conservadores contra Frondizi. Conforme salienta Altamirano (2007, p. 101), o anticomunismo na Argentina não era uma novidade na política nacional, e Frondizi conheceu desde o começo a acusação de ser conivente com a infiltração marxista. Porém, adverte o

autor, com a questão cubana, o tema do “perigo comunista” converteu-se em objeto de uma intensa prática alarmista nos meios conservadores⁵⁴.

Contudo, com receio de servir ao jogo do comunismo e do peronismo, o presidente cedeu, uma vez ou outra, à pressão anticomunista e antiperonista “sin desprenderse nunca de la sospecha de que asía el juego a uno de ellos o a ambos al mismo tiempo” (ALTAMIRANO, 2007, p. 86). Quer dizer, ficava notório o desgaste da sua imagem política. O estopim da sua derrocada se deu com o processo eleitoral de março de 1962, no qual os candidatos peronistas haviam sido eleitos nas principais províncias do país. Fracassada a sua tentativa de intervir nessas províncias, Frondizi se viu isolado na presidência, perdendo apoio dos partidos políticos. Em fins de março, Frondizi foi destituído da presidência pelos militares, lugar ocupado pelo presidente do Senado à época, José María Guido (ROMERO, 2006).

O período em que Guido permaneceu na presidência (até 1963) caracterizou-se por uma crescente instabilidade política. Para Romero (2006), na verdade, o comando sempre esteve nas mãos dos militares, os quais haviam empossado um gabinete ministerial definitivamente antiperonista. O reflexo da instabilidade política deste período se fez repercutir no Exército. A instituição estava dividida basicamente em dois setores antagônicos, quais sejam, os grupos antiperonistas que estavam no controle do governo, denominados de “gorilas” ou “vermelhos”, e os “azuis”, os quais reuniam importantes oficiais da Cavalaria, comandantes dos regimentos blindados e do quartel de Campo de Mayo. O ponto divergente entre esses grupos era a questão peronista. Para os vermelhos, era necessária uma categórica proscrição do peronismo, posição que divergia dos azuis, os quais acreditavam que a associação do peronismo com o comunismo, motivo de preocupação dos vermelhos, era simplista e exagerada⁵⁵. O conflito entre os dois grupos se deu em setembro de 1962. Os azuis saíram vencedores da disputa e alçaram seus simpatizantes ao governo. Também nessa oportunidade, em decorrência da vitória azul, o General Carlos Onganía foi nomeado Comandante-Chefe do Exército Argentino.

Em abril de 1963, uma nova crise surge, desta vez não mais dentro do Exército, mas entre as Forças Armadas da Argentina. A Marinha realizou um levante contra o Exército,

⁵⁴ O autor chama atenção também para o efeito cubano nas Forças Armadas da Argentina, uma vez que desde o fim dos anos 1950, a doutrina do Exército estava se ordenando sob a ordenação de assessores militares franceses, os quais difundiram o conceito de guerra *antirrevolucionária* ou *antisubversiva* – esta definia que o “inimigo” era múltiplo e onipresente, que atuava em todas as ordens da vida pública (partidos, sindicatos, universidades), portanto, o inimigo era interno.

⁵⁵ Conforme Liliana de Riz (2000, p. 31), os azuis ou os legalistas também eram antiperonistas, mas consideravam o peronismo como uma força nacional, cristã, que havia “salvado” a classe trabalhadora do comunismo. Os colorados, no entanto, viam no peronismo um movimento classista, sectário e violento, que inevitavelmente abriria as portas para o comunismo.

conflito que teve a questão peronista como pano de fundo. Quartéis foram destruídos e bombardeados, contudo, o Exército saiu vencedor. Mesmo assim, a resistência da Marinha obteve êxito: Os Azuis retomavam as posturas antiperonistas, e se declararam a favor da proibição do peronismo (ROMERO, 2006, p. 139).

Este foi o cenário político que as eleições de julho de 1963, a posse (outubro de 1963), como também, de certo modo, todo mandato de Arturo Illia acabou herdando. Uma cena política fragmentada que refletia os embates entre peronistas e antiperonistas, mas que a roupagem anticomunista também abria seus espaços de atuação.

O Dr. Arturo Illia e a segunda experiência constitucional pós-Perón

O período em que Illia permaneceu à frente da presidência da Argentina (1963 a 1966) foi marcado por questões sociais e embates políticos que originariamente pertenciam à conjuntura suscitada pela queda de Perón (1955), e a conseqüente proscrição do partido na vida política argentina. Além disso, a crescente mobilização das esquerdas, influenciadas pelo impacto da Revolução Cubana, proporcionou uma nova configuração na forma de atuação e representatividade desse setor. Desse modo, o objetivo deste tópico é apontar os principais processos que caracterizaram a presidência de Illia até ser destituído do cargo pelos militares em junho de 1966, buscando estabelecer o espaço que o anticomunismo ocupou neste processo, bem como o papel desempenhado pela Igreja Católica.

O primeiro fator de desestabilização por que passou Illia no seu governo pode ser remetido ao próprio processo eleitoral. Eleito com pouco mais que 25% dos votos, o candidato da União Cívica Radical do Povo (UCRP), para muitos, principalmente para os peronistas, a eleição não representava legitimidade pelo motivo da proscrição do peronismo. Dessa forma, o novo presidente assumiu a presidência “hostilizado pela oposição sistemática da liderança sindical e da maioria parlamentar peronista e condicionado pela coexistência de contraditórias tendências conservadoras e populistas dentro do próprio radicalismo” (RAPOPORT e LAUFER, 2000, p. 82).

Um fato que corrobora com esta caracterização se estabeleceu em janeiro de 1964, oportunidade que a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) anunciou seu “plano de luta” (1964-1965), momento em que foi ocupada, pelos trabalhadores, durante várias semanas, a

quase totalidade das empresas da Argentina⁵⁶, fator que decididamente contribuiu para desestabilizar, ainda mais, o governo presidencial uma vez que “ante un gobierno debilitado, sacudido por el Plan de Lucha lanzado por la CGT, el temor de que demasiada libertad desembocara en el temido retorno del peronismo y sirviera de caldo de cultivo para el izquierdismo [...]” (DE RIZ, 2000, p. 35). Portanto, em que pesem as particularidades, assim como no caso de João Goulart, no Brasil, Arturo Illia também passou a ser acusado por sua conivência com os grupos de esquerda. Em decorrência disso, segundo De Riz (2000, p. 35), pouco a pouco passou a ganhar aceitação nos grupos conservadores a concepção de que desalojar Illia do poder significaria desativar um grave risco de esquerdismo ou de populismo, encarnado no peronismo e em uma nova esquerda formada com a revalorização do peronismo através do impacto da revolução cubana.

Por outro lado, a política econômica adotada por Illia com ênfase no mercado interno, nas políticas de distribuição, na proteção do capital nacional, nas resistências às imposições do FMI e a medida de anular os contratos de petróleo assinados no governo de Frondizzi⁵⁷, não agradaram aos setores empresariais comprometidos com o capital estrangeiro⁵⁸. Nesse sentido, os desenvolvimentistas e os liberais reagiam contra aquilo que consideravam ser estatismo e demagogia, preocupavam-se com os avanços dos sindicatos e a passividade do governo em relação a eles (ROMERO, 2006).

É preciso destacar que nesse período o sindicalista Augusto Vandor passou a representar uma considerável liderança tanto em alguns setores peronistas quanto nos sindicatos. No primeiro semestre de 1964, Vandor organizou o Partido Justicialista, o qual seria o novo nome do partido Peronista. Deu início uma disputa política entre Vandor e Perón, que percebia ameaça quanto à sua liderança⁵⁹. Contudo, uma disputa limitada, uma vez que Perón não poderia prescindir dos sindicatos, nem estes da herança simbólica de Perón. Ao fim deste ano, o Partido justicialista anunciou a *Operação Retorno*, pela qual o ex-presidente retornaria à Argentina. Antes mesmo que o governo precisasse agir, Perón foi detido por

⁵⁶ Segundo Luiz Alberto Romero (2006, p. 141), somente nos meses de maio e junho de 1964, mais de 4 milhões de trabalhadores ocuparam um número perto de 11 mil fábricas, em toda a Argentina. Para o autor, o ato teve a intenção de demonstrar ao governo de que o setor, juntamente com os militares, empresários e o próprio Perón, era um agente inevitável e de peso para qualquer negociação.

⁵⁷ Os contratos com as companhias estrangeiras, das quais nove eram estadunidenses, foram rescindidos argumentando-se “vícios de forma”; eram questionados por não terem sido debatidos pelo Congresso nem acordados por licitação (RAPOPORT e LAUFER, 2000)

⁵⁸ Rapoport e Laufer (2000) explicam que as políticas econômicas dos radicais do povo se enquadravam nos limites básicos herdados da intransigência radical e eram marcados pelas propostas econômicas nacionalistas em voga em muitos países do Terceiro Mundo.

⁵⁹ Conforme Luis Alberto Romero (2006, p. 142), o temor era referente às eleições de 1967, pela possibilidade de Vandor eleger seus candidatos nas principais províncias e institucionalizar, a partir daí, o peronismo sem Perón.

autoridades brasileiras e enviado de volta à Espanha. Para Romero (2006), com esta manobra tanto Vandor quanto Perón, e o próprio presidente Illia, politicamente saíram perdendo.

O plano de luta da CGT, a operação de retorno de Perón culminando com a descoberta de acampamentos guerrilheiros no interior do país⁶⁰, enfim, o conjunto de todos esses fatores que davam subsídios para a crescente onda de instabilidade política e social, repercutiu nos setores conservadores como indícios de crescente agitação subversiva e de infiltração comunista na Argentina. É preciso levar em conta que em meio a este processo, o conflito político e ideológico que culminou com o golpe militar no governo de João Goulart, no Brasil, onde o problema da infiltração comunista esteve diretamente relacionado ao episódio, também se fez repercutir, colaborando, de certa forma, para colocar em alerta, ou, ao menos, para que a sociedade argentina avaliasse o “perigo comunista” no próprio país.

O sinal desse alerta pode ser representado através do discurso proferido pelo Comandante do Exército, o General Onganía, na V Conferência de Exércitos Americanos em West Point, no qual foi explicitada a sua adesão à nova doutrina estadunidense da “segurança nacional” (DSN)⁶¹. A maneira como as ideias da doutrina de West Point acabaram sendo apropriadas e colocadas à prova pelos militares argentinos é um dos aspectos que compuseram, naquele contexto, um poderoso braço conservador na Argentina, principalmente no que diz respeito às possíveis confluências de ideias que partiam de centros difusores distintos. Quer dizer, a referida doutrina acabou dando resposta ao anseio tão desejado pelas Forças Armadas de se colocar em prática a sua tradição nacionalista e católica, a qual determinava em criar uma sociedade ordenada, hierárquica, disciplinada e corporativista. De certo modo, pode-se dizer que o experimento da DSN estabeleceu a fusão entre um caráter extremamente arraigado no corpo militar argentino – a tradição católica e o nacionalismo – com a força de uma doutrina que, em nome dos valores ocidentais e cristãos, se apresentava com legitimidade no que diz respeito à defesa da sociedade contra a infiltração/intervenção comunista (DE RIZ, 2000)⁶².

⁶⁰ Na província de Salta, em 1963.

⁶¹ A DSN condicionava a postura apolítica das Forças Armadas e seu respaldo ao regime constitucional ao direito de derrubar um governo que elas consideravam despótico, e promovia a integração do Exército argentino dentro do sistema militar interamericano sob a égide do Pentágono, que pressionava para converter as Forças Armadas do continente em pilares contra o inimigo interno (RAPOPORT e LAUBER, 2000, p. 84).

⁶² É preciso considerar como outro componente de peso na formação doutrinária das Forças Armadas argentinas a influência francesa na experiência de guerra “contrarrevolucionária” adquirida através de intercâmbios militares. Para Verbitsky (2008, p. 183), a DSN preconizada em West Point se somou à doutrina francesa. Nesse sentido, “La mayoría de los militares argentinos, moldeados por el integrismo católico, pensaban y sentían como los franceses, pero se inclinaban ante el poderío militar y económico de los Estados Unidos [...]”.

As características “religiosas” assumidas pelas Forças Armadas argentinas na década de 1960 dizem respeito a um amplo desenvolvimento de mais de 15 anos de proximidade com a concepção religiosa que se estabelecia a partir dos *Cursos da Cristandade*, os quais tinham por missão formar um quadro dos chamados “cursilhistas”. Tal empreendimento objetivava impor características de empresa religiosa com o sentido de “cruzada” no que se refere à defesa da sociedade frente aos “inimigos” que poderiam ameaçar a nação. Além disso, a própria ressignificação da concepção de nacionalismo idealizada em West Point – a nação além de um território a ser defendido contra ameaças estrangeiras passou a ser entendida como um conjunto de valores, crenças, instituições e uma religião (católica) – e o aparecimento do primeiro foco de guerrilha na província de Salta (1963) corroboraram com a difusão do perigo comunista e o fantasma de que outra Cuba poderia se estabelecer na Argentina (DE RIZ, 2000, p. 35).

Concomitantemente à agitação do perigo subversivo em função da infiltração comunista, o período que Illia esteve à frente da presidência da Argentina foi acompanhado por uma maciça propaganda antigovernamental difundida através de revistas semanais, onde se destacou a revista *Primeira Plana*. Surgida em 1962, o estilo desta revista era copiado das revistas *Time* e *Newsweek*. Dessa forma, *Primeira Plana* era sustentada pela publicidade de grandes empresas nacionais e estrangeiras e se caracterizava por levar aos seus leitores as novidades e pautas de consumo além dos bastidores da política. As charges e caricaturas remetidas ao Presidente Illia, divulgadas nesta revista, ilustram bem a forma como se buscava perpassar ao leitor a imagem de um governo débil, inoperante, sem capacidade de reação frente aos problemas nacionais⁶³.

A maneira como tratou do peronismo, foi um dos principais argumentos dos grupos opositores na construção da propaganda antigovernista. O que fazer com o peronismo nas eleições de 1967, era a grande pauta acerca da realidade política argentina sessentista. Ao se comprometer a devolver a legalidade do partido peronista, o que realmente o fez, em meados de 1965, quando o partido Justicialista foi reconhecido legalmente, o presidente proporcionou o aumento da munição contra si, uma vez que o binômio peronismo/antiperonismo era uma marca decisiva nos embates político desde 1943, portanto profundamente arraigado na sociedade argentina.

O já conturbado ambiente político do governo de Illia, caracterizado por pressões que vinham tanto pela esquerda (Plano de lutas da CGT), quanto pelos setores de direita,

⁶³ Sobre este aspecto, ver De Riz (2007).

alarmados com a crescente onda de subversão, recebeu outro duro golpe em fins de 1965, quando da saída do General Onganía do Comando do Exército. Com a decisão do presidente em manter a sua política externa, especialmente com relação em não subscrever as restrições a Cuba, não apoiar a guerra estadunidense contra o Vietnã, e, principalmente, em não enviar tropas para integrar a Força Interamericana na República Dominicana, fomentaram ondas de oposição nas próprias Forças Armadas, culminando com a saída de Onganía, já que os comandantes eram favoráveis à participação argentina na força de intervenção (RAPOPORT e LAUFER, 2000).

De outra parte, a crescente aceitação de um suposto intervencionismo militar no governo já se fazia amplamente presente nas concepções da sociedade argentina em geral, mas principalmente nos grupos mais conservadores. Nesse sentido, De Riz (2000, p. 25) afirma que “Los militares pudieron aparecer como una solución menos temible que la decadencia y el caos a los que la sociedad se creía entonces condenada”. Portanto, no período foi crescente a difusão de um sentimento que legitimaria uma intervenção militar como forma de garantir o futuro da nação. Mas como explicar a aceitação de um novo intervencionismo militar num país que estava procurando se estabelecer politicamente em bases democráticas? Essa resposta ficaria imprecisa e incompleta se não for levada em conta a complexa rede conservadora que se instaurou na Argentina na década de 1960, incluindo neste bojo, principalmente, setores das Forças Armadas e da Igreja Católica, que, entre outras questões, encontraram eco e ponto de apoio nos embates travados acerca do peronismo e também acerca da infiltração comunista no continente latino-americano.

Jose Maria Ghio (2007) demonstra que, nesse período, a Igreja argentina e as organizações católicas (Ação Católica, estudantes católicos, inclusive a Revista Critério) apoiaram o plano de lutas da CGT contra o governo, e, portanto, não se movimentaram em relação ao comprometimento na manutenção da ordem institucional. De outra parte, o autor salienta que durante o governo de Illia voltou a aparecer com maior ênfase o fantasma da “infiltração marxista”, dando maior significado ao embate travado pela Igreja acerca dos temas do laicismo na educação, os quais eram vistos pelos setores conservadores da Igreja enquanto processos resultantes da crescente onda de ateísmo, diretamente relacionado com a propagação do comunismo pelo mundo. A crescente onda conservadora que unia diversos setores da sociedade argentina naquele contexto (Forças Armadas, Igreja, Imprensa e elites políticas e econômicas) proporcionou que, no dia 28 de junho de 1966, os comandantes das

Forças Armadas da Argentina destituíssem o presidente Illia da presidência, a qual foi entregue ao ex-comandante e chefe do Exército, o Tenente General Onganía⁶⁴.

Em linhas gerais, pode-se dizer que a difusão do anticomunismo católico na imprensa portenha se deu com bastante aproximação, se colocanda como fator comparativo à imprensa de Porto Alegre. Cabe destacar, por outro lado, que a historiografia argentina parece não ter priorizado a análise das manifestações anticomunistas, não só dos católicos e não só na grande imprensa, mas, de forma geral, o anticomunismo foi tratado apenas como um dado a mais no que diz respeito à história política da Argentina.

O próximo tópico do trabalho tem como objetivo, então, demonstrar a forma como o anticomunismo católico se fez presente nos jornais de Buenos Aires e, a partir disso, demonstrar que a “questão comunista” foi um fator de intensa preocupação e de mobilização de diversos grupos, naquele contexto, buscando com isso, de certa forma, relativizar o “silêncio historiográfico” acerca deste aspecto na história argentina.

A importância em destacar esse aspecto se estabelece à medida que, como será visto no decorrer do capítulo, os jornais argentinos foram locais de uma intensa campanha anticomunista de diversas matrizes, dentre as quais, a católica também fez parte. Corrobora com esta afirmativa o fato de que a imprensa portenha, por diversas vezes, trouxe a público manifestações de entidades anticomunistas, não necessariamente de católicos, os quais se davam a partir da divulgação de cerimoniais e “atos” anticomunistas, ou, até mesmo a partir de “solicitações” ou de “a pedidos”.

Diferentemente da imprensa porto-alegrense, em que existiu um canal de divulgação anticomunista mais constante, como, por exemplo, as alocuções semanais do arcebispo D. Vicente Scherer, na imprensa portenha este canal mais permanente não houve. Contudo, cabe destacar, os jornais argentinos seguidamente traziam notícias e discursos de entravam na órbita católica e, dentre esses, diversas expressões contrárias ao comunismo e aos comunistas.

2.4.1 As “Vozes” do Anticomunismo Católico na Imprensa de Buenos Aires

Um dos principais meios de manifestação anticomunista católico nos jornais de Buenos Aires, à época, se deu através do Cardeal Arcebispo da Argentina Antonio Caggiano. Caggiano foi arcebispo da Argentina no período de 1959 a 1975, sendo uma figura de intensa participação nas jornadas políticas da argentina neste interregno. Além disso, cabe destacar

⁶⁴ O contexto posterior ao golpe militar será retomado e explorado com maior ênfase no terceiro capítulo.

que acumulou com as suas atividades de Arcebispo Primado, a função de Vigário Geral das Forças Armadas argentinas, o que demonstra, de certo modo, seu grande poder de influência também no meio militar. Segundo Verbitsky (2008, p. 53), a Ação Católica e as capelanias militares, ambas idealizadas por Caggiano, foram “los dos pilares que sostuvieron el proyecto de recatolizar la sociedad argentina y de intervenir en sus decisiones políticas”.

No período analisado nesta parte do capítulo, com relação à imprensa argentina (1963 a 1966), foi possível visualizar diversos pronunciamentos de Caggiano que foram transcritos nos jornais de Buenos Aires. Tratou-se de “pastorais”, “homilias”, discursos em datas comemorativas, discursos proferidos em missas bem como discursos proferidos acerca do dia do trabalhador (1º de maio), situações que o anticomunismo de Caggiano foi mais intensamente manifestado.

A pastoral que foi publicada no LN no dia 30 de maio de 1963 é um exemplo que esclarece a forma como o arcebispo apareceu na imprensa e de como o seu anticomunismo foi externado. Intitulada “El arzobispo pide que se rece por la patria: en una pastoral, el Cardenal Caggiano se refiere a la necesidad de alcanzar la pacificación nacional”, nesta “pastoral”, Caggiano analisou os problemas vividos pelo seu país, e invocou a tradição católica das instituições, incluindo aí a das Forças Armadas, como forma de buscar uma unidade nacional para fazer frente especialmente “a un enemigo que acecha en medio de nuestro pueblo, el momento oportuno para quebrar nuestra unidad y sustituir nuestras instituciones libres con un totalitarismo inhumano, la unión de nuestras fuerzas armadas es sagrada” (LN, 30 maio 63, p. 14).

As mensagens referentes ao dia do trabalho, proferidas pelo Cardeal Antonio Caggiano na Catedral de Buenos Aires, foram, em sua íntegra, publicadas pelos periódicos argentinos. Importante destacar que as passagens dos primeiros de maio, conforme já referido, parecem ter sido uma das principais datas em que as manifestações anticomunistas dos católicos puderam ser lidas nas páginas dos jornais portenhos. Momento mais que propício para alertar ou prevenir a influência comunista neste setor – trabalhadores – considerado pelos católicos, como potencialmente sujeito às investidas dos “vermelhos”.

Dentre as várias temáticas aludidas por Caggiano, nesses discursos, a referência ao “materialismo ateu” ocupou boa parte desses espaços, o que é possível identificar, entre outras coisas, o cerne da problemática com que enxergava a sociedade argentina e, principalmente, os trabalhadores naquele contexto: a falta da religiosidade e o modo como isso poderia contribuir para a infiltração comunista. Quando se referiu sobre a violência que poderia ser suscitada em função das injustiças sociais, especialmente no âmbito dos trabalhadores,

Caggiano emitiu o seguinte posicionamento: “agrava esta posibilidad la insidia organizada por el materialismo ateo que intenta provocarla a toda costa, para llegar a la revolución social y por ella a la implantación de su sistema”. No seu entender, as intenções da difusão do materialismo ateu na sociedade, tinham um propósito específico: “este intento es la finalidad suprema e inmediata de una doctrina que necesariamente lleva al totalitarismo más cruel e inhumano que haya asolado a la humanidad nesta huera” (CL, 2 maio 64, p. 10. Caggiano: la violencia jamás nos llevará a la solución humana de los problemas del trabajo).

Não se podem considerar as expressões manifestadas acerca do “materialismo ateu” apenas no sentido de que seriam argumentos “construídos”, por assim dizer, como discursos prontos e sem nenhum significado ou sem nenhuma correspondência com o real. Se o “medo” da difusão do “materialismo ateu” entrou na pauta discursiva do cardeal, o qual manifestou esta preocupação e deu a ler esta realidade, significa que, de algum modo percebia esta difusão, por mais que esta fosse inexistente ou equivocada. Veja-se, por exemplo, qual a sua interpretação sobre aquele contexto: “el peligro es tremendo para nuestro pueblo. Una realidad dura que amarga la vida y que despierta la tentación, mientras el enemigo malo, con todos sus medios organizados sugiere, persuade y empuja al consentimiento y aceptación de la violencia” (CL, 2 maio 64, p. 10).

Segue na mesma esteira de aspectos a serem relacionados dentre os tipos de anticomunismos católicos nos jornais de Buenos Aires, aquelas notícias que deram a informar sobre a antirreligiosidade dos países comunistas. E, como consequência, notícias da luta do catolicismo contra a perseguição comunista. Nesse caso, é preciso considerar a intensa repercussão que os embates entre catolicismo e comunismo na Polônia obtiveram na imprensa portenha acerca do cardeal Wyszyński.

Os pronunciamentos de Paulo VI constituíram-se em outra forma de anticomunismo católico que intensamente se fez presente na grande imprensa de Buenos Aires. No período focalizado nesta parte do capítulo, diversas notícias originárias de agências internacionais trouxeram as mais variadas manifestações diretas do Pontífice, nas quais, aquelas que faziam oposição ao comunismo em vários sentidos também puderam ser encontradas. A notícia intitulada “PAULO VI: Elegir Fórmulas más humanas de auténtico Progreso Económico-Social – Inmunización Contra el Marxismo” (CL, 22 dez. 63, p. 7) é um exemplo que pode representar a forma como as palavras de Paulo VI foram colocadas em jornais de Buenos Aires⁶⁵.

⁶⁵ Este e outros discursos anticomunistas dos católicos difundidos na imprensa portenha serão analisados no decorrer do capítulo.

2.4.2 Entidades Democráticas (Anticomunistas) da Argentina na Década de 1960

Outra forma com que as manifestações anticomunistas, não necessariamente católicas, foram dadas a ler na imprensa portenha se configuraram a partir de publicações de comemorações ou eventos que tinham assinaturas grupos e entidades anticomunistas. Devido ao grande número de manifestações neste sentido, exclusivamente nesta parte da análise, optou-se por apresentar outras “modalidades” de anticomunismos além do católico, justamente porque isso pode contribuir para perceber o quanto a prática anticomunista foi utilizada no contexto da década de 1960 na Argentina. A seguir, então, destacam-se as “entidades” e as formas como estas se fizeram presentes nos jornais de Buenos Aires.

Sob o signo da doutrina social da igreja católica, estimulada pelas encíclicas de João XXIII e, ao mesmo tempo, propondo uma alternativa ao ideário da revolução marxista, no dia 22 de junho de 1963 o LN informou sobre a fundação do “Movimiento Social Cristiano”, o qual deu a seguinte declaração:

A largo alcance creemos que solamente la unión estrecha y genero a todas las fuerzas nacionales y populares, bajo el signo cristiano, podrá lograr la estabilidad y homogeneidad indispensable al gobierno futuro. Creemos que este es el único medio fecundo de salir del estancamiento y del retroceso que ofrece la supervivencia de las ideas del pasado y oponer sólida valla al cambio violento e inhumano de la revolución marxista. (LN, 22 jun. 63, p. 3. El movimiento Social Cristiano fue creado y dio una declaración)

No dia 19 de outubro o LR publicou sobre a fundação do “Centro Juvenil de Estudios Conservador”. Cabe ressaltar que este grupo talvez não tenha sido fundado com uma proposta estritamente anticomunista, contudo, no ato da sua inauguração esta foi a temática da palestra proferida pelo “doctor Julio Cueto Rúa”, então presidente do referido Centro: “cuando una filosofía es intensamente vivida por una comunidad, adquiere los caracteres de una religión. Es el caso del comunismo, se trata de una religión muy peculiar, una religión secular o laica en la que el mediador o el salvador es el proletario” (LR, 19 out. 63, p. 4. Para Cueto Rúa, el Comunismo, del que trazó un paralelo con el islamismo. Marcha hacia el ocaso). De certo modo, esta primeira manifestação autoriza a pensar que a temática “anticomunismo” se não a principal, acabou sendo uma entre as propostas a serem trabalhadas pelo grupo.

A questão da legalidade do Partido Comunista argentino foi objeto de manifestação do “Comité Argentino Pro Determinación de los Pueblos”, o qual emitiu um documento constando que o comunismo é “fundamentalmente una estructura que persigue fines totalitarios, cuya doctrina induce a luchar contra el ordenamiento jurídico y social de las

sociedades libres a través del establecimiento de la dictadura del partido único”. No documento ainda ficou estabelecido o setor da sociedade que compunha este grupo: “el documento sostiene que los jóvenes argentinos anticomunistas están firmemente dispuestos a defender la libertad amenazada” (LR, 31 dez. 63, p. 5. Critica-se duramente la posible personería al Partido Comunista).

“La infiltración comunista en el país denuncióse” foi o título da matéria publicada no LN em que a mesma trazia a informação da realização de uma conferência de imprensa do grupo denominado UNITAS (Unidos en Cristo Frente al Comunismo). Nesta notícia foi apresentado um projeto de lei de proteção para a vida dos militantes anticomunistas e para a subsistência dessas instituições. Além disso, destacou a participação de outros grupos no referido ato:

Frente democrático revolucionario, Centro anticomunista Democrático, Movimiento Argentino contra el comunismo, instituto de defensa jurídica del occidente, broquel, federación argentina de Estudiantes activos, organización Juvenil argentina, obra social nuestra señora de betharram, Frente latinoamericano anticomunista, acción liberal, Ateneo de dirigentes la inmaculada, Consejo Eslovaco de Liberación, Bulgaria libre y Liga de Estudiantes anticomunistas. (LN, 4 set. 65, p. 4)

Também foi motivo de destaque a presença de algumas “personalidades”, as quais foram identificadas como presidentes das entidades supracitadas. Tratou-se, então, de deputados, militares (General Toranzo Montero), religiosos (Silverio L. Lamas, presidente del Empleado católico”) e banqueiros (Ernesto Torquinst, presidente del Banco Torquinst) (LN, 4 set. 65, p. 4). Com base nessas descrições é possível perceber um aspecto que talvez tenha sido recorrente nos grupos anticomunistas da Argentina, ou seja, o fato de seus componentes pertencerem a grupos de elite política e econômica, representados pelos setores militar, religioso, empresário e político dos mais variados escalões.

Se o comunismo e os comunistas na Argentina careceram de maior expressividade, sendo hipervalorizados pelos setores conservadores, conforme deixa entender a historiografia argentina⁶⁶, por outro lado, a pesquisa está demonstrando uma atividade anticomunista bastante ativa e organizada, como se dá a entender quando publicações jornalísticas como estas que informaram sobre um projeto de lei, o qual defendia que as entidades anticomunistas pudessem “realizar actos públicos y propaganda en igualdad con los partidos políticos y entidades religiosas” (LN, 4 set. 65, p. 4).

⁶⁶ A historiografia argentina da década de 1960, não traz o comunismo e os comunistas enquanto movimento e grupos que tiveram uma representatividade considerável no cenário político do país. Neste sentido, o comunismo e os movimentos e entidades à ele ligados, muitas vezes, foram tratadas enquanto motivos de acirramento do conservadorismo no país. Ver em Romero (2006), De Riz (2001) e Verbitsky (2008).

No dia 15 de setembro de 1965 a UNITAS argentina novamente ocupou espaço nas páginas jornalísticas. Desta vez uma matéria do LN informou sobre a realização de uma cerimônia em homenagem póstuma ao monsenhor De Andrea, a qual teria sido organizada pela UNITAS. Dentre os participantes, a notícia destacou o Almirante Samuel Toranzo Calderón e representantes de “entidades democráticas”. Esta publicação permite que seja visualizada a forma como havia pontos de contatos e relacionamentos entre diversos segmentos ou setores da sociedade, todos unidos em prol do combate ao comunismo. Pode-se visualizar então, neste sentido, que deveriam convergir os objetivos entre os católicos, representados pelo homenageado e pela entidade que o homenageou, entre membros do alto escalão da Forças Armadas, representados pelo Almirante e, entre políticos, representados pelo dirigente do Partido Democrata Cristão.

A reportagem que informou a realização do “II Congreso Juvenil Argentino Frente al Comunismo”, publicada no CL do dia 27 de outubro de 1965, traz alguns novos elementos para compreender a atuação de grupos anticomunistas na Argentina. Desta pode se desprender o tempo de duração do referido congresso (aproximadamente quatro dias), como também a participação de algumas “personalidades”, das quais cabe destacar “José Fernandez” caracterizado como um “misionero católico” que havia atuado no Congo, ocasião que possibilitou “conocer las actividades de guerrilleros” (CL, 27 out. 65, p. 19. Congreso Juvenil Anticomunista). Além disso, chama atenção o fato de a notícia indicar o lugar onde seria realizado o congresso: “en el teatro de la Iglesia del Carmelo se realizará el acto de apertura” (CL, 27 out. 65, p. 19). A realização de um congresso anticomunista, em si, já é bastante indicativa do quanto essa temática movimentou a sociedade argentina. Mas é necessário levar em conta o fato de este ser um segundo congresso, fato que aponta para uma possível continuidade, que existiu uma vontade em combater o comunismo, mas também que os seus organizadores possuíam um relativo grau de organização.

De outra parte, o local da sua realização também não pode passar despercebido. Ora, para que qualquer atividade seja realizada em qualquer dependência de uma instituição, os seus responsáveis devem estar a par e concordar com o que se propõe realizar. Isso leva a crer que não só houve concordância por parte da Igreja Católica (talvez somente pelo pároco da referida Igreja, mas tendo em vista a difusão na imprensa nacional, por certo, os altos escalões deveriam estar cientes), como também, é possível pensar na sua participação efetiva no evento. Esse aspecto parece ficar comprovado quando se analisa uma publicação que deu a informar sobre as conclusões do referido congresso, as quais, segundo o editorial de notícias

do LR, foram externadas para membros do catolicismo argentino, como se pode observar na seguinte passagem:

[...] la comisión permanente de Unitas Argentina (Unidos en Cristo Frente al Comunismo) dio a conocer un comunicado acerca de la entrevista con monseñor Santiago Luis Copello, Cardenal concilier de la Iglesia Católica, a quien entregaron las conclusiones del II congreso juvenil argentino frente al comunismo. (LR, 21 mar. 66, p. 9. Frente al Comunismo)

Essa última citação merece duas considerações. Primeiro que deixa clara a ligação entre a entidade anticomunista UNITAS com o catolicismo argentino. Por outro lado, visualizando o tempo percorrido entre a realização do congresso (27 de outubro de 1965) e a data em que as conclusões foram apresentadas ao Cardeal Copello (21 de março de 1966), portanto aproximadamente cinco meses, fica em dúvida a veracidade das informações publicadas, especialmente, como já destacado, o fato de que o congresso anticomunista teve a duração de apenas quatro dias. Inúmeras podem ser as hipóteses que sobressaem desse equívoco. A que está sendo considerada no trabalho leva em conta duas variáveis. A primeira se estabelece quando se observa que o período da realização do congresso coincide com uma intensa atividade anticomunista (outubro de 1965), a qual se manifestou na imprensa de Buenos Aires (ver mais adiante as solicitadas da FAEDA). A segunda variável consiste em considerar que a data da entrega das “conclusões” (março de 1966) compreende um período em que as turbulências políticas e militares já indicavam a possibilidade de quebra institucional (o golpe se deu no dia 28 de junho de 1966). Portanto, frente a esses elementos, considera-se que este impasse se deu de forma proposital, ou seja, a notícia publicada em março de 1966 foi um dos fatores a mais para colaborar com a intensa propaganda de desestabilização no ambiente político argentino.

Continuando com a identificação dos grupos anticomunistas presentes nos jornais de Buenos Aires, no dia 3 de maio de 1966, o CL publicou uma nota intitulada “Acto Anticomunista”, a qual informou sobre um ato que teve como objetivo realizar uma “homenaje a Estados Unidos por su lucha en defensa de la libertad y la democracia y de apoyo a la posición norteamericana en el Vietnam” (CL, 3 maio 66, p. 19). Segundo o texto da publicação, tal ato foi organizado pelas seguintes entidades:

[...] el Frente Latinoamericano Anticomunista, la Organización Amigos de Mayo, el Centro de Estudios e Investigaciones Sociales Juan XXIII, el Instituto Coordinador de Acción Socialcritiana, la Confederación Universitaria Argentina Liberal, y la Unión De Entidades Liberales Argentina. (CL, 3 maio 66, p. 19).

Outra sigla que esteve presente nas páginas jornalísticas foi a “Unión Demócrata de Entidades Anticomunistas (UDEA)”. No dia 24 de junho de 1966, a constituição desta entidade foi publicada no CL, referindo que esta teria o propósito de “coordinar una acción común, defender la democracia y oposición activa al comunismo” (CL, 24 jun. 66, p. 13. Entidades Anticomunistas).

As solicitadas da FAEDA

A partir do dia 7 de outubro de 1965, a Federación Argentina de Entidades Democráticas Anticomunistas (FAEDA) deu início a uma série de *solicitadas* nas páginas dos três jornais analisados. O objetivo das tais *solicitadas* era exclusivamente denunciar a infiltração comunista nos mais diversos setores da sociedade argentina. Antes de analisar cada uma dessas *solicitadas* e os conteúdos que nela se desenvolveram, cabe buscar alguns elementos para que se possa conhecer e esclarecer alguns aspectos sobre a FAEDA.

Primeiramente, deve ser ressaltado que não foi possível encontrar, na historiografia argentina, qualquer trabalho que de algum modo tenha citado ou feito referência sobre a FAEDA. Este “silêncio historiográfico”, que de algum modo, em geral, perpassou por uma análise mais detalhada sobre a prática anticomunista argentina, faz com que seja preciso deixar claro que todas e quaisquer aferições sobre a FAEDA, aqui colocadas, serão baseadas naquilo que ela deixou perpassar a partir das suas “aparições” na grande imprensa argentina, como também a partir de alguns indícios que puderam ser encontrados na rede mundial de computadores, a internet.

Uma notícia publicada em 8 de outubro de 1967, no jornal LR, mesmo que fugindo do marco temporal determinado para este capítulo, deve ser neste instante colocada, pois é de lá que estão alguns importantes elementos elucidativos da organização e estrutura de FAEDA. Inicialmente, é possível identificar a sua “data de nascimento” no momento em que a reportagem do LR mencionou sobre os discursos de dois dirigentes:

Explicó las finalidades de la asamblea en la que se celebro otro aniversario de la federación, el presidente de FAEDA, Mayor (RE) Andrés Sanjuan. Luego la delegada de la presidencia de las juventudes FAEDA, de la provincia de Córdoba, señorita Mariel Arpi Coste, recordó que desde la creación de la federación, el 7 de octubre de 1963, ‘la lucha contra el marxismo la inició la entidad de una manera abierta [...]. (LR 8 out. 67, p. 7. En un acto de reafirmación Democrática Fue Denunciado un plan para anular medidas que impiden la entrada de Periódicos Comunistas)

Também pode ser depreendido desta publicação o fato de FAEDA ser uma organização que se desmembrava em diversas subdivisões, as quais tinham como objetivo alcançar diferenciados setores e em diversas localidades da Argentina. Na citação acima é possível visualizar o exemplo de uma dessas subdivisões, ou seja, um setor juvenil, com atuação em Córdoba. Além desse, também foi possível verificar a existência de uma subdivisão que deveria atingir aos trabalhadores, conforme ficou colocado na passagem seguinte: “seguidamente ocupo las tribuna el señor Horacio Hilario Jaime, presidente de las Juventudes Obreras de FAEDA [...]” (LR, 8 out. 67, p. 7).

No que diz respeito à sua matriz ideológica, os indícios apontam para o fato de FAEDA ser uma organização que representava setores do conservadorismo católico da Argentina. Dois aspectos indicam esta direção. O primeiro, encontrado em um texto de um *website* sobre o andamento dos processos de desaparecidos da última ditadura argentina (1976). O texto em questão, assim se referiu à federação: “tapadera institucional de la tenebrosa Tradición, Familia y Propiedad, una de las organizaciones de la extrema derecha católica que prepararon el golpe de estado del 28 de junio de 1966 que derrocara al Dr. Illía”⁶⁷. Outra página eletrônica faz menção à FAEDA distinguindo-a como “un movimiento de la derecha clerical y fascista amparado por la Iglesia y con fuertes vinculaciones con los servicios de inteligencia”⁶⁸. O outro indício que corrobora com este primeiro, pode ser encontrado na publicação do jornal CL do dia 24 de outubro de 1966, em que o cardeal Antonio Caggiano, representante maior da igreja católica argentina, recebeu, na sua diocese, representantes da FAEDA e outras entidades, com a função de celebrar um ato em apoio aos países que estavam sob a ditadura comunista (CL, 24 out. 66, p. 16. Evocóse ayer a la Revolución Húngara en su X aniversario).

Totalizando um número de dez *solicitudes*, que compreenderam o período do dia 7 ao dia 27 de outubro, as mesmas foram publicadas nos mesmos dias, nos três jornais elencados para a pesquisa, com uma diagramação que compreendeu, em geral, meia página dos jornais (apenas a primeira ocupou a página inteira e a última ocupou apenas um pequeno espaço). Todos esses aspectos podem ser elucidativos para que se possa ter uma ideia do aporte financeiro da FAEDA que pudesse permitir tantas publicações pagas. O que leva a crer que os seus componentes deveriam ser providos de condição financeira bastante elevada.

A *solicitud* de número um (ver fotografia a seguir), publicada no dia 7 de outubro, funcionou como uma espécie de *solicitud* introdutória, que dava a informar os conteúdos das

⁶⁷ <http://www.desaparecidos.org/arg/testimonios/schulman.html>. Acessado em: 24 ago. 2009.

⁶⁸ <http://www.nuncamas.org/investig/schulman/laberint13.htm>. Acessado em: 24 ago. 2009.

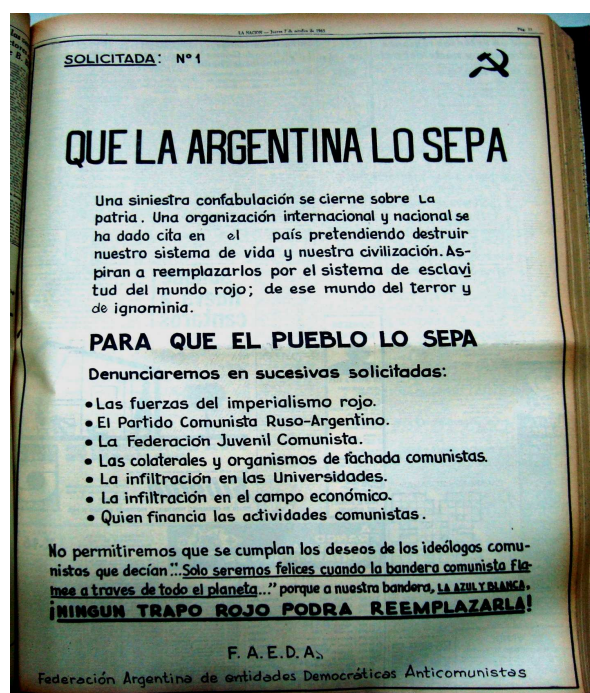
que estavam por vir. “Que la Argentina lo sepa” foi o título que permeou por todas as solicitadas, trazendo no canto superior direito o símbolo comunista da foice e do martelo. Já no título, então, fica explícito o caráter denunciatório das solicitadas, que na primeira trouxe o seguinte conteúdo, o qual iria se repetir em todas as outras:

Una siniestra confabulación se cierne sobre la patria. Una organización internacional y nacional se ha dado cita en el país pretendiendo destruir nuestro sistema de vida y nuestra civilización. Aspiran a reemplazarlos por el sistema de esclavitud del mundo rojo; de ese mundo de terror y de ignominia. (LN, 7 out. 65, p. 7)

Logo abaixo desse texto, ficaram expostos os conteúdos que iriam compor as publicações futuras:

Denunciaremos en sucesivas solicitadas: las fuerzas del imperialismo rojo, el partido comunista Ruso-argentino; La federación juvenil comunista; los colaterales y organismo de fachada comunistas; la infiltración en las universidades; la infiltración en el campo económico; e quien financia las actividades comunistas. (LN, 7 out. 65, p. 7)

Por fim, outro texto que também se fez presente em todas as outras *solicitadas*, que dizia o seguinte: “no permitiremos que se cumplan los deseos de ideólogos comunistas que decían ‘solo seremos felices cuando a bandera comunista flamee a través de todo el planeta’ porque a nuestra bandera, la azul y blanca, ningún trapo rojo podrá reemplazarla!” (LN, 7 out. 65, p. 7). Abaixo desta última mensagem ficava a assinatura da FAEDA.



No dia 10 foi publicada a *solicitada* de número dois a qual se propunha denunciar “las fuerzas del imperialismo rojo”. Nesta foi desenhado um organograma (com a foice e o martelo no centro) que difundia as “matrizes” que influenciavam as organizações comunistas na Argentina. De um “comunismo oficial a través de las embajadas rojas” partiam três divisões que davam a ler a forma como o comunismo na Argentina estaria organizado. Uma primeira divisão que identificou o comunismo “impulsionado desde Pekin”, a segunda que identificou o comunismo “Independiente”, do qual trazia ainda mais duas subdivisões, o “marxismo nacionalista” e os “trozkistas” e, por fim, a terceira divisão identificou o comunismo “impulsionado desde Moscou”, também este dividido em “agrupaciones políticas” e em “colaterales principales” (LN, 10 out. 65, p. 17).

A *solicitada* número três, publicada no dia 13 pretendeu denunciar a “organización del partido comunista”. Também no formato de organograma, esta *solicitada* fez ligação direta entre o Partido Comunista Soviético e o comitê executivo do Partido Comunista argentino. Deste partiam as subordinações dos comitês da capital, onde ficaram expostos todos os endereços completos dos mesmos, os comitês provinciais, em que foram identificadas as cidades e também os endereços respectivos e, a última subordinação denominada “aparato clandestino terrorista”, que apresentava a composição da sua constituição: organismos de inteligência, aparato militar (grupos de choque e de autodefesa) e equipes de vigilância revolucionária (LN, 13 out. 65, p. 10)

No dia seguinte, os jornais argentinos publicaram a *solicitada* de número quatro. Esta se propôs a denunciar a “Federación Juvenil Comunista”, que, em diversos momentos, acabou sendo alvo de denúncias de entidades anticomunistas. Além de denunciar diversos nomes que comporiam a referida organização, ainda foi possível identificar os diversos setores da “frente estudantil”, os teatros argentinos que já estariam infiltrados, bem como as organizações juvenis, nas quais haviam infiltrados desta federação, além dos comitês da capital federal e das províncias com os respectivos responsáveis (LN, 14 out. 65, p. 17).

Na *solicitada* de número cinco, publicada no dia 15, foram colocadas as denúncias dos “colaterales, movimientos de fachada y organizaciones que gravitan en la orbita comunista”. Dentre estas foram identificadas por FAEDA a “Liga Argentina por los Derechos del Hombre (LADH), o “Movimiento de Unidad y Coordinación Sindical (MUCS), a “Unión de Mujeres Argentinas” (UMA), o “Consejo Argentino por la Paz (CAP)”, além de “otros movimientos de frente y fachada propulsados por el Partido Comunista” (LN, 15 out. 65, p. 15). Analisando estes “movimentos” que pertenciam no último item, percebe-se que, de algum modo, qualquer entidade que representasse algum tipo de ligação com qualquer setor que lembrasse ou que

poderia fazer remota inclinação com a “órbita” comunista, ou até mesmo algum movimento que representasse uma contraposição dos setores mais conservadores, especialmente com os que faziam ligação estreita com a política estadunidense, nesta solicitada, acabou sendo enquadrado como se movimento comunista fosse. Por exemplo, apresentam-se alguns dos movimentos identificados como já “contaminados”:

Movimiento por la autodeterminación de los pueblos, movimiento de solidaridad con el pueblo de Vietnam, comisión pro reforma agraria, pro apoyo al pensionista, movimiento de solidaridad con el pueblo brasileño, comisión defensa escuela laica, movimiento en defensa del petróleo argentino. (LN, 15 out. 65, p. 15)

Os alvos da *solicitada* de número seis foram sujeitos que eram considerados pela FAEDA enquanto principais cooperadores financeiros das agrupações comunistas da Argentina. Nesse sentido, a entidade denunciou que “el comunismo se infiltra en el campo económico para, una vez controlada parte del mismo, desatar una falsa crisis que le resulte favorable a sus fines subversivos”. Nessa publicação, então, foram colocados os nomes desses sujeitos, os cargos ocupados por eles nos setores de finanças do comunismo argentino, bem como as entidades comunistas às quais eram vinculados. Abaixo, um exemplo da forma como foram expostos os cooperadores financeiros do comunismo argentino:

JAIME KREIMER – Presidente
Afiliado 5672 del Partido Comunista. Es adherente a la ‘LIGA ARGENTINA POR LOS DERECHOS DEL HOMBRE’, colateral del Partido Comunista (ver solicitada N° 5). (LN, 19 out. 65, p. 4).

No dia 20 de outubro, os jornais argentinos publicaram duas *solicitadas* da FAEDA. A primeira, com uma dimensão bastante reduzida se comparada com as outras, denunciou o modo como se estava organizando o comunismo internacional e o apoio deste aos movimentos de libertação nacional na África, Ásia e América Latina. Neste sentido, a FAEDA questionou a disparidade da forma com que estavam sendo criticados os Estados Unidos pela questão de autodeterminação dos povos, em detrimento do modo como se estava silenciando sobre a expansão do comunismo internacional: “indudablemente, se exhibe una firmeza agresiva contra los Estados Unidos y una debilidad cómplice respecto a la Unión Soviética y sus satélites” (LN, 20 out. 65, p. 8. La Ley Pareja no es Rigurosa). A outra *solicitada* deste dia deu continuidade na sequência das publicações que denunciavam o comunismo e as suas formas de organização na Argentina. Esta, de número sete, ocupou-se em denunciar “los elementos marxistas y de agitación izquierdista enquistados en los consejos

directivos de la universidad de Bs. As. y agrupaciones que los apoyan” (LN, 20 out. 65, p. 10). Diversos foram os profissionais e os setores da universidade denunciados. Dezenas de cursos da Universidade em questão foram apontados como tendo elementos marxistas infiltrados. Dentre esses, é possível citar os cursos de Arquitetura e Urbanismo, Ciências exatas, econômicas, médicas, Agronomia, Veterinária, Direito, Ciências Sociais, Engenharias, Odontologia, Filosofia, Letras Farmácia e Bioquímica. Cabe destacar também, a presença do historiador José Luiz Romero, apontado na solicitada como sendo um dos professores responsáveis pelo conselho superior que organizava a presença comunista na Universidade.

Seguindo na mesma estrutura das demais *solicitadas*, a de número oito se ocupou em denunciar a infiltração marxista no campo artístico e cultural, os possíveis financiadores das atividades comunistas no país, bem como, trouxe uma lista com diversas revistas e periódicos considerados de cunho essencialmente comunista. Um aspecto diferenciador desta *solicitada* é o fato de esta trazer, juntamente com a assinatura da FAEDA na parte final do texto, os nomes de seis dos dirigentes da entidade, indicando com isso que não havia qualquer tipo de restrição destes em mostrar publicamente as suas identidades enquanto pertencentes ao grupo anticomunista. Ficaram identificados, então, o presidente Apeles E. Márquez, o primeiro vice-presidente Francisco Antonio Rizzuto, o segundo vice-presidente Basilio Ivanytzky, o secretário geral Victor Ernesto Rabuffetti, o tesoureiro Mehtmetali Shaban e o secretário de imprensa José Antonio Sollazzo.

Foi somente no dia 24 de outubro que os jornais argentinos publicaram as primeiras manifestações de respostas às acusações da FAEDA. Nesse dia, duas *solicitadas* exigiam uma retificação da entidade anticomunista pela acusação de cooperador do comunismo do país, o Dr. Mauricio B. Helman. No texto da primeira solicitada, assinada por diversas pessoas, ficou exposta a seguinte declaração:

Declaramos que es totalmente errônea la absurda acusación aparecida en diarios del dia 20, por solicitada de FAEDA, cuya rectificación aguardamos, y ratificamos nuestra confianza al amigo Dr. Mauricio B. Helman, reafirmando su clara postura católica y democrática. (LN, 24 out. 65, p. 14)

Essas publicações de respostas e possíveis outras possíveis manifestações em outros canais de comunicação da Argentina parecem ter surtido efeito. Este aspecto pode ser percebido a partir do conteúdo da solicitada de número nove, última solicitada da série. Esta trouxe seis retificações de elementos denunciados em solicitadas anteriores, inclusive a do Dr. Mauricio Benjamin Helman, o qual teria sido confundido com Maurício Federico Helman,

este último sim, identificado como pertencente aos grupos de intelectuais e artistas com estreita ligação com o Partido Comunista.

Como se verá no decorrer do trabalho, a FAEDA e outras entidades anticomunistas da Argentina marcaram sua intensa participação nas questões políticas do país. O contexto caracterizado pela intensificação da repressão política no regime militar, instaurado pelo golpe de Onganía (1966), dará um novo impulso nestas agrupações, as quais visualizarão no novo regime, um terreno propício para as suas denúncias.

2.5 O PAPEL DA IMPRENSA NA DIFUSÃO DO ANTICOMUNISMO CATÓLICO

Os tópicos anteriores demonstraram que os jornais de Porto Alegre e de Buenos Aires foram veículos de uma intensa propaganda anticomunista católica. Nesse sentido, até esta parte do trabalho foi posto em destaque como se configurou esta prática na imprensa das duas cidades. Este tópico pretende, de certo modo, proporcionar um deslocamento do sentido da análise, ou seja, visa a colocar em evidência o papel das editorias dos jornais e as suas contribuições nas formas que foram dadas para o anticomunismo católico. Em geral, o objetivo é analisar a disposição gráfica de alguns dos textos anticomunistas católicos nos jornais selecionados. A forma como foram publicados, ou seja, a localização nas páginas, o tamanho da grafia, as matérias que os cercam, se acompanhados por imagens, a intensidade com que foram divulgados em cada espaço e em cada jornal pesquisado, como também pretende-se evidenciar alguns aspectos que podem ser demonstrados a partir da análise dos textos e notícias, especificamente no modo como a editoria dos jornais contribuiu para a construção e para maior efetividade da propaganda anticomunista católica.

Para que se possa entender efetivamente o papel das editorias dos jornais na difusão do anticomunismo católico é necessário que se leve em conta, inicialmente, um aspecto que perpassou por todas as matérias ou textos jornalísticos que enfatizaram a temática mencionada, ou seja, a própria seleção ou a própria escolha, por parte da editoria jornalística, daquilo que deveria ser publicado. Acredita-se, deste modo, ser necessário desnaturalizar a implementação das reportagens de um modo geral, mas, especificamente, aquelas que versaram sobre a oposição do catolicismo ao comunismo.

Nos dois primeiros tópicos deste capítulo foi possível visualizar uma grande presença de textos e notícias anticomunistas de matriz católica nos jornais, num período delimitado

(1961 a 1964, no Brasil, e 1963 a 1966, na Argentina), o que, de certa forma, corrobora com a afirmativa que a temática era muito bem-vinda pelos “senhores” da imprensa.

Portanto, defende-se a ideia de que não se podem visualizar as publicações como apenas “aquilo que deveria ser publicado por ser notícia”, simplesmente, mas sim elas podem ser um indicativo para que se possa pensar justamente na “intencionalidade” (grifo nosso) com que se propunham os editoriais na seleção e publicação de textos anticomunistas católicos. Nesse sentido, chama atenção o grande número dos textos terem sido escolhidos para serem matérias de capa dos jornais, fato que por si só remete a pensar na importância que a temática foi dada. De outra parte, nos textos selecionados percebeu-se que, mesmo um comentário que tratasse de outros assuntos, não somente o anticomunismo, nos textos introdutórios das notícias, aqueles utilizados como um tipo de “chamamento ao leitor”, a temática “anticomunismo” por diversas vezes foi colocada em destaque. Para ilustrar esta questão, separou-se um exemplo da imprensa argentina: título da notícia: “CAGGIANO Exortó a trabajar por el bienestar público y la Grandeza nacional”. Texto introdutório: “Adivrtió que el deber de convivencia cristiana no debe contribuir a la penetración de las ideologías Marxistas” (CL, 28 mar. 64, p. 1).

As alocações semanais do arcebispo D. Vicente Scherer podem ser o primeiro exemplo para se pensar o papel da imprensa na difusão do anticomunismo católico. O fato de algumas vezes o anúncio das alocações estarem na primeira página deve ser ressaltado, e, pode indicar, além da considerada importância que estas recebiam por parte da editoração do jornal, a própria respeitabilidade com que estas poderiam ser consideradas no âmbito dos leitores dos jornais. Um aspecto que chama atenção, neste sentido, é que as alocações, como já colocado, não necessariamente tratavam de temas políticos, contudo aquelas selecionadas para compor a primeira página dos jornais, como anúncio de chamadas, o assunto em voga acabou sendo sempre o anticomunismo. De outra parte, apesar deste aspecto já ter sido mencionado, as alocações ocuparam quase sempre as mesmas páginas tanto no DN quanto no CP, apresentando uma constância, o que não impediu que a mesma alocação tenha sido intitulada de forma diferente nos dois jornais de Porto Alegre. Este aspecto também é um indicativo da atuação direta dos editoriais na forma com que se propunham publicar os textos dos católicos em geral.

Outra consideração que deve ser mencionada se refere sobre o formato com que, muitas vezes, as publicações das manifestações anticomunistas católicas eram publicadas. Um exemplo significativo para esta questão foi a reportagem que deu a informar sobre a denominada “frente única”, em apoio ao Arcebispo D. Vicente Scherer, sobre as suas

denúncias de infiltração comunista no governo do Estado do Rio Grande do Sul (aspecto trabalhado no primeiro tópico do capítulo). Conforme já salientado, esta notícia foi colocada no centro da capa do DN, que contrastou com a pequena notícia publicada alguns dias antes que se reportava sobre a possível conciliação entre o arcebispo e governador. A escolha determinada pela editoria do DN estabeleceu um aspecto que permite considerar que trazer elementos que dava margem para a credibilidade da denúncia do arcebispo teve mais importância do que, fundamentalmente, a conciliação dos dois envolvidos diretamente na polêmica.

A exposição do debate travado acerca da denúncia do Arcebispo, também visto no primeiro tópico deste capítulo, pode ser importante para destacar a forma como era encarado o “perigo comunista”, neste caso, em relação ao governo Estadual. Ou seja, deve-se, antes de perguntar se foram verídicas ou não, se tinham fundamento, ou não, as declarações do arcebispo, o que também deve ser levado em conta, é exatamente o prestígio, a consideração que foi dada, a importância que a voz de um religioso, no caso na figura de D. Vicente Scherer, por ocasião de assuntos que transcendem as questões puramente religiosas, se integrando no debate político. Este aspecto congrega o conjunto de elementos que ajudam a confirmar que a voz de um católico no que tange ao “problema comunista”, além de ser considerada legítima, ainda acabou sendo uma das principais utilizadas pela imprensa na seleção que realizava para publicações em relação ao anticomunismo.

Da mesma forma, na imprensa argentina, deve-se questionar a importância que os “sermões” do arcebispo D. Caggiano repercutiam na sociedade de modo que as suas palavras eram transcritas nos jornais de Buenos Aires, por diversas vezes, integralmente. A pergunta específica neste aspecto se refere ao “como” de esses discursos estarem nas páginas dos jornais. Quer dizer, aponta-se para a hipótese de se pensar que os discursos de Caggiano, por ocasião das suas missas na Catedral (a maior parte dos seus discursos em que se pode evidenciar a manifestação anticomunista se deu em sermões proferidos na Catedral da cidade de Buenos Aires), seguiam algum tipo de tramitação que os permitiam ser divulgados nas páginas jornalísticas. Não se pode supor, neste sentido, que a divulgação seja baseada em anotações de membros dos jornais que teriam assistido às missas, pelo simples motivo de que os textos são reproduzidos na íntegra, discursos extensos, em que algumas partes indicam, inclusive, as fontes de algumas citações, motivo esse que também pode eliminar a hipótese de que as falas do Cardeal teriam sido captadas por gravadores e depois sofreriam algum tipo de edição.

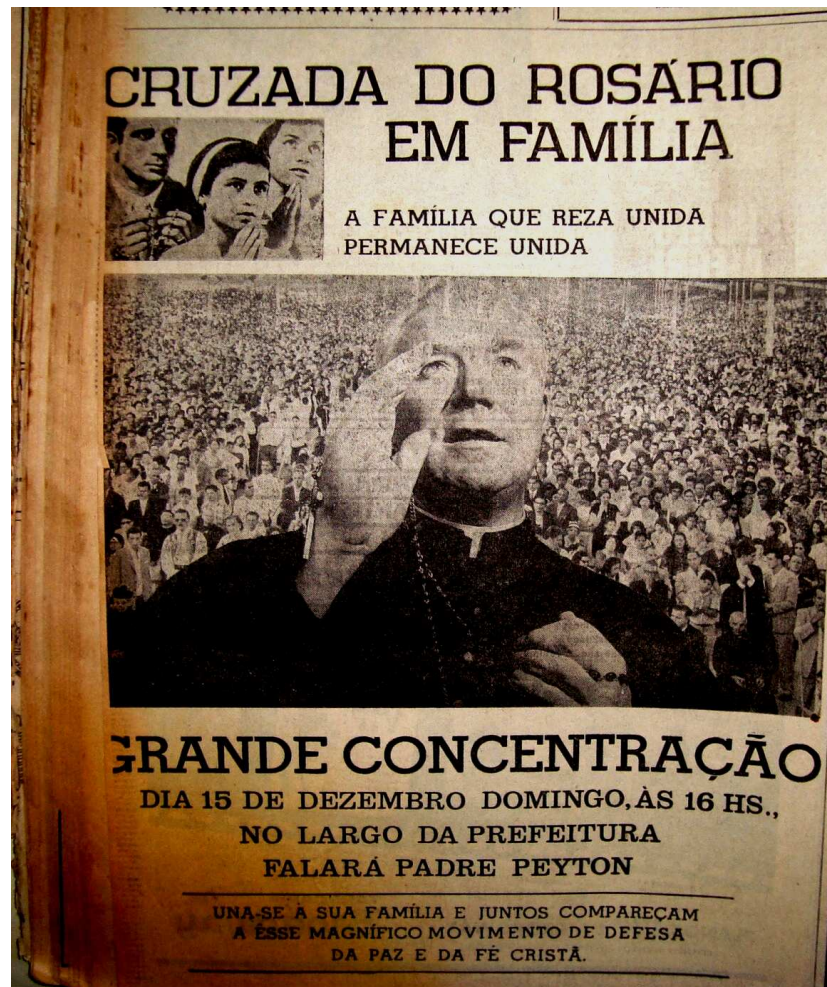
Frente a essas considerações, é necessário levar em conta o processo que permitiam os textos de autoria do Cardeal serem publicados nos jornais. Não se quer com isso penetrar no mundo jornalístico da época e decifrar o seu funcionamento, mas sim salientar a importância que um texto pronunciado pelo cardeal do país tinha naquele contexto, a ponto de movimentar toda uma estrutura jornalística (e aqui não se sabe exatamente qual a profundidade disso) em função da sua publicação. Pode-se aludir diretamente, como foi visto, sobre a própria “vontade” em publicar, o efeito que se esperava desta publicação, mas também, pode-se aludir a forma como este aspecto pode indicar o funcionamento das relações entre grupos e instituições, neste caso, entre o catolicismo (através de um representante da Igreja, e das Forças Armadas) com a imprensa escrita.

A presença de imagens que acompanhavam as manifestações anticomunistas dos católicos, é preciso destacar, não adquiriram considerável número se comparado com a quantidade dos textos. No entanto, por vezes, esse foi um aspecto possível de ser identificado. Tanto nos jornais porto-alegrenses quanto nos jornais portenhos, as imagens de religiosos acompanhando seus respectivos discursos puderam repercutir diretamente na ação e intenção dos editoriais, os quais, propunham com essa prática, conferir ao que estava sendo dito certo grau de veracidade e legitimidade.

Dentre os exemplos que podem ser levantados neste aspecto, cabe destacar a matéria de capa do DN do dia 24 de novembro de 1961, em que a mesma trouxe uma entrevista com o arcebispo D. Vicente Scherer. O assunto tratado na entrevista versou sobre o possível reatamento das relações diplomáticas do Brasil com a União Soviética e dava a ler a contrariedade do arcebispo acerca da questão em pauta. Esta entrevista veio acompanhada de uma foto de corpo inteiro do arcebispo, com este na posição característica de um clérigo que reza uma missa. Cabe ressaltar, ainda, que esta temática foi o principal assunto dos jornais daquele dia. Tanto que, além da matéria de capa, ainda no espaço destinado às notícias, o DN trazia ampla reportagem sobre as repercussões que tal reatamento teria proporcionado nos mais diversos setores da política brasileira.

As divulgações da “Cruzada do Rosário”, na imprensa de Porto Alegre, foram outras oportunidades possíveis de constatar uma ampla utilização de imagens juntamente com os textos. Nos cartazes sobre a referida cruzada (ver exemplo na fotografia abaixo), publicados nos jornais, grosso modo, a mensagem ficou disposta da seguinte maneira: o título “CRUZADA DO ROSÁRIO EM FAMÍLIA”, logo abaixo uma foto que representa uma família em ato de oração (pai, mãe e uma criança) com os seguintes dizeres: A FAMÍLIA QUE REZA UNIDA PERMANECE UNIDA. Mais embaixo, a foto do padre Payton, em

atitude de bênção, sendo seguido pela multidão. Abaixo da foto, os dizeres “GRANDE CONCENTRAÇÃO” são destacados. Abaixo deste, as seguintes informações: “dia 15 de dezembro, domingo, as 16 h, no largo da prefeitura falará padre Payton”. E, por fim a mensagem de apelo aos fiéis: “una-se sua família e juntos compareçam a esse magnífico movimento de defesa da paz e da fé cristã”.



Com relação à diagramação dos textos anticomunistas católicos, é possível observar que, principalmente, mas não só, aqueles que foram publicados nas páginas dos noticiários, uma grande parte acabou fazendo fronteira com outras notícias de cunho anticomunista. Considera-se a importância deste aspecto na medida em que a escolha dos locais de publicação não era aleatória, pois dependia, entre outros fatores, da relevância do tema e também da proximidade das temáticas das outras matérias, de maneira que entre uma e outra pudesse ser estabelecida uma interferência mútua que incidisse na legitimidade do conteúdo da informação. Considera-se, por exemplo, que não consiste em mera casualidade o fato da

notícia que trazia um comentário do Papa João XXIII acerca dos “problemas dos católicos na zona Russa” estar fazendo fronteira com outra notícia que informava acerca da excomunhão de Fidel Castro pela Igreja Católica. (DN 4 jan. 62, p. 14). Ambas as notícias foram complementares, uma vez que as duas enfatizaram a oposição do catolicismo com relação ao comunismo e os aspectos que dele podem ser relacionados.

Outro exemplo que pode ser separado neste aspecto se refere ao extenso discurso em que o cardeal Caggiano expressou uma “defesa” das ideias cristãs em relação às ideias marxistas, sendo o mesmo procedido de uma matéria que deu conta de informar acerca de “desorden de proporciones”, na província de Santa Fé, na qual, estariam envolvidos “exaltados comunistas” (CL, 28 mar. 64, p. 9). Quer dizer, é preciso levar em conta a intencionalidade dos editores em aproximar esses textos, como também é preciso problematizar o quanto esta aproximação não repercutiu no leitor, que, após ter lido a palavra de um representante de Deus na terra, ter se deparado com eventos negativos provocados pelos que a este emitiu sua oposição.

Também neste aspecto, o exemplo da “polêmica” envolvendo a Igreja Católica da Argentina frente ao governo de Córdoba, o qual havia proibido o ensino religioso naquela província, foi possível observar a intencionalidade na diagramação da imprensa em contribuir, de certa forma, com as reivindicações dos católicos, utilizando para isso a publicação de notícias anticomunistas. Cabe destacar que um dos argumentos católicos transmitidos nos jornais referente à proibição referida transitou na questão da difusão do laicismo, o qual seria um dos fatores responsáveis pela infiltração de ideologias materialistas, sendo a principal delas o marxismo e, por conseguinte a infiltração comunista: “el monopolio de los espíritus es un de los rasgos más característicos del estado totalitário” (CL, 2 abr. 64, p. 22. Pastoral en favor de la libertad de enseñanza en Córdoba). No dia 5 de abril de 1964, dando continuidade na divulgação da polêmica, o CL publicou uma notícia que teve como introdução as seguintes expressões de autoria do monsenhor R. J. Castellano, arcebispo daquela localidade: “palpita un vigoroso espíritu religioso, que hace de balanza a esta nueva tendencia laicista y materialista, que tanto mal produce en esta tierra”, sendo que, nesta mesma página, outra notícia deu a informar sobre “la detención de personas de conocida actuación extremista y del secuestro de abundante material de propaganda castro-comunista que tenían en su poder” (CL, 5 abr. 64, p. 31 Vigoroso Espíritu Religioso).

A partir dos exemplos elencados, é possível visualizar uma questão que, de certo modo, transcende ao anticomunismo católico simplesmente, à medida que é preciso questionar o papel da imprensa e a sua responsabilidade em determinar o formato de como se

organizariam as notícias que, em última análise, versavam sobre coisas interligadas, senão direta, mas indiretamente. No último exemplo foi possível observar que, a questão essencial das notícias, o fator que as interligavam, recaiu sobre questões ligadas ao comunismo, questões ligadas à infiltração comunista na Argentina. É preciso supor, neste sentido, o quanto não ganhou em representatividade o problema da liberdade de ensino, ou exatamente, o problema da difusão do “laicismo materialista nas escolas”, quando se é “provado” uma apreensão de sujeitos portando materiais subversivos, que são diretamente relacionados com a prática “laicista” e “materialista”⁶⁹.

Além disso, cabe destacar outra tarefa das editoriais perceptível em alguns dos textos elencados, qual seja a de fazer interferências nos enredos, as quais repercutiram diretamente na contribuição da imposição de sentido que o texto propunha, muitas vezes reforçando tal imposição como, em muitas vezes, sendo a própria imposição. A respeito deste aspecto, serão destacados alguns exemplos que podem ser esclarecedores.

Primeiro exemplo: no dia 4 de janeiro de 1962, a reportagem que trouxe o discurso de João XXIII sobre “os problemas dos católicos na zona russa”, teve início da seguinte maneira: “O Papa João XXIII disse que o comunismo fracassara em seu esforço para destruir a fé religiosa na Alemanha Oriental”. Agora, o que foi publicado no decorrer do texto: “Na transmissão se indicou claramente que o Papa se referia ao comunismo quando fez alusão ao ateísmo e a outras ideologias equivocadas” (DN, 4 jan. 62, p. 14. Em carta aos bispos alemães, o Papa ressalta os problemas dos católicos da zona russa). Sutil, mas decisivo deslocamento. Na primeira passagem, o Papa “disse”, já na segunda, o Papa “indicou”. Cabe ressaltar, que, pelo menos nesta reportagem do DN, em nenhum momento a palavra “comunismo” aparece como sendo citação de autoria de João XXIII.

Este tipo de deslocamento também foi encontrado em textos da imprensa de Buenos Aires. No dia 30 de setembro de 1963, o CL publicou algumas partes do discurso de Paulo VI por ocasião da retomada das atividades conciliares. A editoria do jornal separou, dentre algumas passagens, a que se ocupou dos problemas da repressão religiosa em alguns países: “A los católicos oprimidos por régimen políticos, en aparente referencia a los dominados por los comunistas, les dijo que estaba con ellos, y pidió a los gobernantes abandonar la hostilidad contra la religión” (CL, 30 set. 63, p. 2. Reanudóse el Concilio Ecuménico). A questão da antirreligiosidade dos países comunistas foi um grande argumento utilizado pelos católicos em demonstrar sua oposição ao comunismo. Contudo, nesta manifestação, especificamente,

⁶⁹ Para Rodeghero (2003, p. 77), as opiniões expostas sobre a educação laica reforçavam a ideia de que o comunismo se aproveitaria dos espaços abertos pelo laicismo.

fica claro que a ligação entre perseguição religiosa e comunismo foi produzida pela editoração da imprensa.

Nesse sentido, esses dois exemplos permitem duas considerações. Não se está questionando, e nem esse é objetivo, se o que ambas as notícias publicaram foi ou não verdade. Ou seja, talvez seja preciso concordar que o Papa João XXIII realmente estaria se referindo ao comunismo quando disse: “o ateísmo e outras ideologias foram lançadas num esforço para que o homem elimine do seu coração a piedade e a religião”, como também, da mesma maneira, Papa Paulo VI no caso da hostilidade contra a religião. Por outro lado, mas a partir do levantamento destas primeiras questões, é possível perceber que a ressignificação do comunismo, as inúmeras expressões com que ele foi constantemente relacionado, indicam uma maleabilidade das formas como foi difundido e que pode ter sido, de acordo com contextos específicos e situações diversas, reapropriado, e utilizado por outros sujeitos e outras instituições, como a própria imprensa, conforme demonstrado no exemplo.

Segundo exemplo: Na reportagem analisada anteriormente, no caso de Porto Alegre, é possível perceber outra articulação intencional provocada pela editoria do DN: “o Papa atacou em sua carta medidas comunistas como o matrimônio civil e a eliminação do dia de descanso para os trabalhadores”. Neste trecho também é possível evidenciar uma completa ausência das palavras de João XXIII fazendo comprovação ao que a notícia dava a informar. Esta ligação entre matrimônio civil e eliminação do dia de descanso, como uma prática essencialmente comunista, foi obra do jornal. Também aqui, o objetivo não é refutar tal associação, ou seja, que realmente a igreja católica defendia esta ideia. Contudo, o que se quer deixar claro, que, não é a verdade em si que está sendo levada em conta, mas necessariamente, tanto para o exemplo recente, quanto para o exemplo anterior, estas associações foram possíveis, emitiam um saber, tinham legitimidade e significado. O comunismo foi ressignificado pelo editor da reportagem ao estar presente como referência às críticas do catolicismo.

Terceiro exemplo: “Mais de 350 mil berlinenses já tiraram passe para visitar parentes pelo natal no setor comunista” foi o título da manchete de capa do CP do dia 24 de dezembro de 1963. “O fogo de metralhadora dos comunistas rompeu hoje a paz de Natal na muralha de Berlim, enquanto milhares de berlinenses se preparavam entusiasmados para a maior reunião em mais de dois anos”, é a frase que abre a reportagem publicada na capa. Pode-se observar uma mudança repentina entre aquilo que o título indicava e esta frase de abertura. Quer dizer, aquilo que deveria ser “comemorado”, conforme era a indicação do título, tornou-se um segundo plano quando o assunto era comunismo.

É possível perceber também, nesta mesma matéria, o grau de dramaticidade imposta na narrativa: “Houve gente que ouviu este cidadão em sua luta desesperada para abrir a passagem entre as cercas de arame farpado erigidas na parte meridional da cidade”. Não menos perceptível foi o modo como o texto se encarregou de depreciar a forma de vida que levavam os berlinenses orientais: “deu-se uma grande corrida nas casas de comércio de Berlim Ocidental para a compra de café, manteiga e frutas, êstes são os produtos que mais são levados como presentes para o outro lado”. Quer dizer, além de prestar a atenção na forma como as mensagens são repassadas ao leitor, é preciso levar em conta, também, a forma como de algum modo ou de outro, o leitor é conduzido a acreditar na “crueldade” dos atos praticados por comunistas. Grosso modo, essa é a tônica dos textos que transmitiam os pronunciamentos dos Pontífices sobre os problemas dos católicos com relação à perseguição religiosa. Ou seja, os editores se encarregaram de aumentar, através de narrativas dramáticas, os significados da repressão religiosa, como se pode perceber no início desta reportagem de setembro de 1965: “el papa permaneció hoy unos minutos en una catacumba romana y expresó su pesar por el hecho de que modernos cristianos que habitan tierras comunistas ‘vevan en catacumbas’” (LN, 13 set. 65, p. 1. Fustigó el Papa a los marxistas). Se, por um lado o editor da reportagem bem frisou sobre as várias condenações do Vaticano aos países comunistas e os seus relacionamentos com os católicos, citando, inclusive uma “categórica condenación [...] cuando calificó de outra crucifixión al tratamiento que los comunistas dan a los católicos”, por outro, não deixou de estabelecer a Igreja enquanto promotora de “continuos esfuerzos por mejora las relaciones con los regimenés comunistas” (LN, 13 set. 65, p. 3), aspecto esse bastante utilizado nas notícias sobre problemas de ordem religiosa nos países comunistas.

As reportagens acerca do problema dos católicos em países comunistas não devem ser consideradas apenas pelo o que estão dizendo, mas se deve levar em conta a forma como foram construídas as argumentações para colocar os fatos em evidência. Em uma palavra, deve-se prestar atenção na estratégia de construção desses discursos. Considerando este aspecto, pode ser importante destacar que quando o assunto era, por exemplo, a “Polônia” e os conflitos entre religião e Estado, priorizavam-se em estabelecer algumas associações como a que se pode visualizar na passagem a seguir: “este país católico, governado por comunistas, celebró esta noche mil años de cristianismo con grandes expresiones [...]” (LN, 13 set. 65, p. 3). O que se quer chamar atenção, neste sentido, é exatamente o motivo da inflexão operacionalizada, perpassando uma ideia de que a Polônia fosse um país católico “essencialmente”.

O cardeal polonês e as suas declarações acabaram tendo algum tipo de prioridade nas notícias divulgadas nos jornais. Interessante notar, e este parece ser um aspecto recorrente das “notícias católicas”, que, quando se tratou de mencionar algum aspecto sobre os países comunistas, foi preciso sempre deixar claro alguma caracterização ou alguma forma de representação que vinculasse ou que classificasse o país com o sistema político nele estabelecido, obviamente que, com propósitos sempre negativos, conforme pode-se observar o exemplo no jornal LR: “El cardenal Stefan Wiszynski, primado de la polônia roja...” (LR, 6 out. 63, p. 6. *Habló en Italia el Cardenal Wyszynsky*). Não bastaria ter apenas colocado “primado de la Polônia”? Por que a caracterização “rojo” foi utilizada, quando se o que queria informar era o país de atuação do Cardeal? Caso não existisse uma intencionalidade em difundir essas ligações – cardeal polonês, Igreja Católica, perseguição comunista – não teriam motivos, os editores e os sujeitos responsáveis pela difusão das notícias, trazerem as mesmas à tona. Mas o próprio trazer à tona pode ser esclarecedor do quanto essas questões faziam parte de debates entre grupos, justamente para demarcar, fazer prevalecer as suas visões de mundo perante outros grupos ou grupos rivais.

O que ser quer, trazendo estas passagens que enfatizam a estratégia da construção desses discursos, não é fazer com que sejam entendidos como se fossem notícias inventadas, ou como se aquilo que estava sendo noticiado realmente não aconteceu. Independente da veracidade ou não das informações, o que se está sendo considerado, também, são as escolhas, especialmente por parte das editorias jornalísticas, dos fatos selecionados para serem publicados, que de algum modo, podem expressar as angústias, os sentimentos, as preocupações, também da realidade, talvez nem tanto em relação aos problemas da Polônia, mas as associações que estes poderiam trazer nos contextos locais, tanto em Porto Alegre quanto em Buenos Aires.

Quarto exemplo: Ainda na temática “muro vermelho”, outra matéria que pode ser destacada para demonstrar o “trabalho” da formatação das reportagens pelos editores foi intitulada “Abre-se o muro vermelho de Berlim para visitas pela festa do Natal”. Uma das coisas que devem ser levadas em conta e que podem caracterizar muito bem a imposição, ou tentativa de imposição de um sentido no qual pretendeu-se a desqualificação, ou, ao menos, proporcionar uma visão negativa acerca do regime comunista da Alemanha Oriental, pode ser percebida na forma como foram denominadas as cidades separadas pelo muro, ou seja, a Berlim Ocidental e a Berlim Oriental. O editor da reportagem, ao se referir sobre o acordo entre as duas cidades, com relação às visitas de natal, afirmou: “as visitas serão permitidas em virtude do acordo hoje assinado entre representantes do govêrno municipal de Berlim

Ocidental e o regime comunista da Alemanha Oriental”. Daí pode caber a seguinte pergunta: por que, o editor, ao trabalhar com a notícia, precisou enfatizar a questão do “regime comunista” da Alemanha oriental se ele somente necessitava ter mencionado “Berlim oriental”, isso, claro, levando em conta a referência com a “Berlim ocidental” pronunciada anteriormente?

O quinto exemplo separado para destacar a atuação dos editoriais, se configura, de certa forma, numa maneira diferenciada dos exemplos já destacados, uma vez que, no exemplo a seguir, a “voz” do editor se fez presente diretamente. No dia 17 de setembro de 1963, o CP recuperou o debate acerca da relação entre comunismo e marxismo trazendo “na íntegra” um pronunciamento da Rádio do Vaticano, tema que já havia sido motivo de publicação no mesmo CP ainda no início do mês de agosto daquele ano. Além de ter considerado um “problema” bastante debatido, mas “com graves desvios de verdade”, o editor do texto da reportagem admitiu os motivos e as intenções da publicação do referido pronunciamento: “estamos certos de prestar um serviço ao povo brasileiro, nesta hora de confusão dirigida, e por isso mesmo de definições claras e inadiáveis” (CP, 17 set. 63, p. 13. Uma Questão de Princípios).

A divulgação de uma homenagem póstuma ao monsenhor De Andrea, pela UNITAS Argentina, já citada anteriormente, também pode ser considerada como um exemplo em que o editor interferiu diretamente nas informações transmitidas. Depois de narrar algumas partes da referida cerimônia, destacando participantes e grupos anticomunistas presentes, bem como aqueles sujeitos que teriam proclamado discursos, o texto da reportagem abruptamente mudou o seu foco, passando a narrar um “acontecimento” bastante curioso: “cuando se disponía a hablar el siguiente orador [...] sobrevino en la sala un apagón, ocasionado al parecer por manos anónimas, pues nadie comprobó desperfecto alguno en la instalación eléctrica” (LN, 15 set. 65, p. 10. Rindióse homenaje a Monseñor de Andrea). Na sequência, foi narrado sobre uma “explosão”: “a ello se agregó pocos segundos después la explosión de un petardo en el escenario donde estaba el nombrado junto al dirigente democristiano”. Claramente, é possível perceber que a notícia vende a imagem de uma sabotagem ou de um atentado. Contudo, observando o desfecho da mesma, percebe-se que, talvez, tal ocorrência foi, de fato, mal contada. Por dois motivos principais: primeiro, a forma como se deu o desfecho, segundo o texto da reportagem:

[...] fue un momento de confusión, pero los reiterados pedidos de calma, los viva a libertad, a la Revolución libertadora e a monseñor de Andrea y el canto de la Marcha

de la libertad, llevaron tranquilidad a la concurrencia, que, ya nuevamente con las luces, se dispuso a escuchar al orador interrumpido. (LN, 15 set. 65, p. 10)

Questiona-se, então, se a caracterização de um atentado, como demonstra a narrativa, não seria motivo para um alarde muito maior do que apenas “entoar vivas e cantos de liberdade”? O outro motivo para a dúvida levantada se estabelece quando se observa a forma como o “atentado” foi explorado pelo orador, segundo a publicação: “dijo el Sr. Blanco Correa que quiso silenciarse la voz de la libertad en medio del homenaje al más grande de los sacerdotes argentinos y que lo ocurrido demostraba que la lucha no ha terminado [...]” (LN, 15 set. 65, p. 10).

O que se sobressai, de maneira bastante geral acerca desta matéria e dos desmembramentos que dela podem partir é algo bastante pontual. Quer dizer, a realização de um ato anticomunista, em homenagem a um sacerdote que “siempre dispuesto a interpretar la realidad a la luz del evangelio [...] en tiempos de crisis ideológicas”, portanto, possivelmente também anticomunista. Ato este que sofreu um atentado, que é intencionalmente flexionado a ser entendido como de origem ideológica contrária ao que se estava realizando, portanto, em última análise, uma sabotagem comunista. Daí, mais que ter razão, o presidente da UNITAS Argentina teve motivos para afirmar que “la lucha no ha terminado”.

2.6 CONTEÚDO DAS REPRESENTAÇÕES DO ANTICOMUNISMO CATÓLICO NAS IMPRENSAS DE PORTO ALEGRE E BUENOS AIRES

Esta parte do capítulo tem como objetivo identificar e analisar o conteúdo dos textos selecionados, destacando as expressões, as argumentações, as relações mais recorrentes, enfim, as próprias representações anticomunistas que foram dadas a ler a partir das manifestações católicas nos jornais. Por um lado, este tópico pretende demonstrar, através das representações, a forma como o comunismo foi apropriado pelos católicos e como estes impuseram caracterizações do que era “ser” um comunista. A pergunta que recai nesta questão é a seguinte: quem são os comunistas para os católicos, quais as suas caracterizações, quais os perigos que representam e como esses os identificam? Por outro lado, a proposta é inverter o sentido de como o objeto será trabalhado, ou seja, buscar-se-á identificar, também a partir das representações, a forma como os discursos dos católicos caracterizaram o que era ou o que deveria ser um anticomunista. Daí, a pergunta que vai balizar essa questão: Para os católicos que se manifestaram nos jornais de Porto Alegre e Buenos Aires, como deveria ser

caracterizado um anticomunista, de que atributos ou práticas deveriam ser possuidores para fazer oposição aos comunistas, ou em outros termos, quais as formas de combater aos comunistas?

Uma das questões mais recorrentes acerca do “problema comunista”, aquilo que parece ter tirado o sono de muitos católicos no contexto da década de 1960, se deu em função da sua “infiltração” ou da sua “penetração”, na sociedade em geral, mas também, em determinados setores desta, como os trabalhadores, estudantes e, inclusive, nos próprios setores ligados ao catolicismo.

Diversas foram as oportunidades em que os católicos ou a imprensa que destes se apropriava (conforme visto no tópico anterior), colocaram, nos textos jornalísticos, o tema da “infiltração comunista” como aspecto central de seus discursos. Quer dizer, houve grande preocupação por parte dos autores dos discursos em denunciar o “como” da infiltração, divulgar os setores mais propícios, pensar e apresentar quais as armas mais efetivas para lutar contra a infiltração, enfim, pode-se dizer que os discursos católicos, tanto da imprensa de Porto Alegre quanto a de Buenos Aires, construíram uma realidade na qual o perigo da infiltração comunista era iminente, e por isso, deveria ser combatida. Algumas vezes, e isto deve ser colocado, os católicos denunciaram que o perigo já não era mais de “infiltração”, justamente pelo fato do inimigo já ter se infiltrado: “frente a un enemigo que acecha en medio de nuestro pueblo, el momento oportuno para quebrar nuestra unidad y sustituir nuestras instituciones libres con un totalitarismo inhumano, la unión de nuestras fuerzas armadas es sagrada” (LN, 30 maio 63, p. 14. El arzobispo pide que se rece por la patria: en una pastoral, el cardenal Caggiano se refiere a la necesidad de alcanzar la pacificación nacional).

Por outra parte, a temática da infiltração, por diversas vezes, foi divulgada com ênfase na sua ampla conquista, como se a ameaça tivesse que ser consentida por todos, como se a ameaça comunista estivesse em todos os lugares, quase como a onipresença do Deus católico. Foi, então, deste modo que Paulo VI, em uma de suas primeiras aparições na imprensa, logo depois de ter sido nomeado Papa, manifestou seu pensamento acerca do comunismo:

[...] esta amenaza en realidad se ha extendido por todas partes [...] preocupa todas las clases sociales, afecta a todas las formas de actividad. Se podría pensar que esto constituyó un fenómeno pasajero de los años de la posguerra, que la paz, el orden público y la prosperidad recuperada podrían haber dado lugar a retroceder y desaparecer. Pero no ha sido así [...]. (LN 22 jun. 63, p. 2. Pablo VI será continuador de la empresa de Juan XXIII – así se desprende de los conceptos suyos emitido en diversas alocuciones y cartas pastorales)

Uma das formas com que os católicos deram a entender sobre onde poderia residir a eficácia da infiltração comunista foi através da propaganda ideológica, que, quando difundida, poderia obter êxito em conquistar os corações e mentes das pessoas. Por um lado era ressaltado o poder de convencimento dos comunistas que contrastava com a fragilidade de suas vítimas:

[...] a propaganda organizada, sutil e incessante que no Brasil e no mundo inteiro se faz da interpretação dos acontecimentos na política nacional e internacional segundo os interesses do comunismo russo, desorienta facilmente também pessoas honestas, más prevenidas. (DN, 30 jan. 62, p. 4. Em causa própria)

A propaganda comunista foi representada como uma “máquina publicitária”, com a qualidade de ser uma “arma poderosa” para colocar em prática a sua principal habilidade, qual seja, “confundir os espíritos, quebrar resistências psicológicas e nivelar o caminho para a dominação política e militar”. A presença do “inimigo” poderia estar em toda a parte muito em função da “propaganda solerte”, e por isso exigiria da população “aço vigilante e decidida dos valores essenciais à vida humana” (DN, 30 jan. 62, p. 4). Neste sentido, não foi à toa que D. Vicente Scherer, na sua alocução de final de ano, de 1963, convidou seu leitor a realizar uma “reflexão séria sôbre outra ordem de assuntos, de importância sem dúvida mais alta, tanto de caráter pessoal como de âmbito universal”. Dentre os assuntos considerados por ele “problemas fundamentais da nação” como as greves “articuladas por cúpulas interesseiras”, estava a “propaganda comunista” em solo brasileiro: “apesar de choques armados num e outro ponto do globo, não obstante revoluções e a continuação ostensiva da propaganda do comunismo para o assalto ao poder também em nosso país” (CP, 31 dez. 63, p. 13. O ano que finda confirmou o desejo humano de convivência universal).

Esta visão de que os comunistas poderiam tomar de assalto o poder no país pode explicar, em parte, os motivos de intensa manifestação anticomunista dos católicos na imprensa. A importância que o tema “comunismo” gerou nos setores conservadores do catolicismo pode ser exemplificada na passagem a seguir, manifestada pelo arcebispo D. Vicente Scherer. Para o clérigo, o comunismo não deveria ser encarado apenas como “um tema ocioso de debates acadêmicos, como p. ex., a filosofia de Platão”, pois se tratava de “uma doutrina social revolucionária, de brutal impetuosidade, em ação e movimento em todo o mundo, também entre nós [...]” (CP, 27 ago. 63, p. 13. Aliar-se aos comunistas seria o mesmo que batalhar pela sua causa).

Ao se estabelecer como uma voz que sabia identificar o “como” da infiltração comunista, D. Vicente Scherer, conseqüentemente, também se estabelecia como uma voz legítima para dar as diretrizes e ensinamentos da forma de como se deveria evitar ou, neste caso, para reparar o mal: “os semeadores da cizânia dos erros apresentam-se numerosos e infatigáveis. A ninguém, por isso é lícito cruzar os braços para assistir impassível e diferente à evolução dos acontecimentos decisivos para o futuro” (DN, 12 dez. 61, p. 4). Quer dizer, o perigo comunista não só existia, mas ainda estaria por toda a parte, e a todos os homens de bem recaía a responsabilidade de procurar em qualquer ato duvidoso, qualquer ato, que por mais simples e inocente, e talvez justamente por isso, poderia indicar algum tipo de propagação das ideias marxistas na tentativa de seduzir mais vítimas. Por isso, apelou D. Vicente, “a todos corre o dever de deitar a mãos cheias, a semente de princípios salvadores, principalmente no terreno da doutrina social, para reorganizar as instituições segundo as mais profundas aspirações da alma humana” (DN, 12 dez. 61, p. 4. Dom Vicente sobre Fidel Castro e F. Julião: muito transparentes as máscaras que caíram).

Pode-se perceber que, no contexto da década de 1960, o entendimento, por parte dos católicos, de que o denominado “materialismo ateu”, cada vez mais estaria ganhando espaço nas adesões ideológicas, acabou sendo percebido como um dos principais “facilitadores” da infiltração comunista. A “culpa” por esta difusão, geralmente recaía na supressão de resistências da doutrina católica em função do consumo de livros e revistas inadequados, dos meios de comunicação e dos prestígios científicos, os quais estariam “logrado incorporar a la mentalidad contemporânea materialista, substituyendo y deformando los conceptos cristianos”⁷⁰. Pode-se explicar esse ataque incisivo ao materialismo ateu através do próprio binômio, que, em si, carrega uma pesada carga opositiva em relação aos ideais católicos. Quer dizer, confronta-se materialismo versus o espiritualismo católico e ateísmo versus cristianismo. Ao se referir sobre o materialismo, D. Caggiano colocou em perspectiva este aspecto: “há avasallado naciones y las a sometido al régimen totalitario y en todas las demás está infiltrado e conduce una lucha para dominar las inteligencias, desterrando toda concepción espiritualista del mundo” (CL, 28 mar. 64, p. 8 e 9. Caggiano: Advirtió que el deber de convivencia cristiana no debe contribuir a la penetración de las ideologías Marxistas). Já em outra oportunidade, também se manifestou neste mesmo sentido: “dos grandes males que corroen y destruyen el ordenamiento moral y amenazan llevar la sociedad

⁷⁰ Carla Rodeghero (2003) trabalhou com a hipótese que relaciona o anticomunismo católico e a luta da Igreja contra o laicismo e a secularização. Daí a ampla utilização por parte dos católicos das expressões “materialismo”, “ateísmo”, “laicismo”, etc.

a la ruina son el ateísmo teórico de los materialistas y el ateísmo práctico de muchos cristianos” (LN, 2 maio 63, p. 8. El 1º de mayo ya no es día de enfrentamientos).

Com relação ao primeiro dos “grandes males”, o “ateísmo teórico dos materialistas”, é possível visualizar, inicialmente, dois importantes aspectos que sobressaem da análise de seu texto. Primeiramente, aquilo que pode ser considerado como uma denúncia, especialmente do modo como percebia a realidade da Argentina naqueles tempos: “Es un hecho innegable y doloroso. El ateísmo se enseña en nuestras universidades y hasta en nuestras escuelas. Es siembra siniestra que germinas siempre en las conciencias, llevándolas al desorden moral, perturbando la sociedad familiar” (LN, 2 maio 63, p. 8). A seu ver, portanto, o segundo aspecto, o ateísmo, ou melhor, a sua ampla difusão na sociedade, poderia levar “a implantar en la sociedad civil la tiranía del peor de los totalitarismos que es el comunismo” (LN, 2 maio 63, p. 8). Fica evidente, então, a associação e a relação direta entre ateísmo e perigo comunista, como sendo coisas complementares.

Em outra passagem, o cardeal deu a entender que a Argentina poderia ser um exemplo aos demais países da América, justamente por enfatizar que o seu país era essencialmente voltado para as concepções de vida ocidental e cristã, portanto, contrário às concepções ateia e oriental dos comunistas, em que somente a democracia deveria ser aceita enquanto sistema político:

Tenemos un compromiso de honor e un deber de solidaridad fraternal con América [...] debemos demostrar que, en el régimen democrático que afirma, respecta y defiende la dignidad humana [...] se puede crear un ambiente de bienestar general en el orden, la justicia y el amor. (LR, 13 out. 63, p. 1. La Argentina, esperanza de América)

Entendia também que a Argentina era possuidora da “riqueza que puede ambicionar un pueblo”, e que tal distinção seria obra “del Creador”. Daí que defendeu a ideia de que o país devesse fazer jus às prerrogativas divinas, como também, defendeu a ideia de que também a América esperava que o país, através dos seus governantes e de sua população, fizesse jus, especialmente no que diz respeito a uma “contribución más efectiva y eficaz para disipar y ahuyentar las tormentas de la revolución materialista e atea” (LR, 13 out. 63, p. 1).

Além de colocar a Argentina como um modelo desejado e a ser seguido, D. Caggiano difundiu uma imagem que coloca a infiltração comunista e o seu modo de se propagar diretamente relacionado com defasagens sociais da população e a submissão desta pelas promessas marxistas:

[...] nuestros pueblos reclaman con derecho bien estar indispensable para la dignidad de su vida y de su hogares, no podemos someterlos indefinidamente al peligro que implica el espejismo engañoso de las promesas de la felicidad que les ofrece la revolución marxista, sin faltar a nuestros deberes. (LR, 13 out. 63, p. 1)

É preciso destacar que esta concepção, de que o comunismo teria maior êxito quanto maior a pobreza, a desigualdade econômica e a desordem, foi uma ideia amplamente trabalhada pelos católicos. A reportagem que informou sobre o retorno do Frei Eugênio de um congresso camponês em Belo Horizonte, na qual sugeria que “Reforma Agrária não é comunismo” (DN, 21 nov. 61, 2º Caderno, p. 1. Religioso Gaúcho volta do congresso camponês de Belo Horizonte: Reforma agrária não é comunismo), pode se enquadrar num dos exemplos. Estaria a Reforma Agrária sendo rejeitada por grupos conservadores, especialmente os grandes latifundiários, sob a argumentação de que ela poderia ser realizada “nos termos” comunistas? Independente da afirmativa ou negativa desta questão é preciso destacar que constantemente a temática da Reforma Agrária foi relacionada com o modo cristão em oposição ao modo comunista, se é que alguma vez alguma dessas hipóteses chegou a ser colocada em prática no Brasil.

De qualquer forma, aparentemente, este medo – da reforma agrária comunista – existiu, podendo ser percebido quando se examina as palavras proferidas pelo Frei Eugênio. Para ele, a reforma agrária “não é comunismo e não pode ser confundida com tal doutrina” (DN, 21 nov. 61, 2º Cad, p. 1). Contudo, advertiu da necessidade de levar em conta a humilhação e a escravidão com que o povo brasileiro estaria subjugado, sem proteção das classes políticas, proporcionando, desta forma, que “os comunistas tomem como bandeira – a reforma agrária – como reivindicação e a façam de seu modo, pois vencerá que tiver os melhores líderes” (DN, 21 nov. 61, 2º Cad, p. 1). Ou seja, por mais que a reforma agrária não fosse “comunista”, construía-se uma realidade que ela assim poderia se tornar, caso não fossem tomadas as medidas corretas, neste caso resumidas ao descaso com a população, para proteger o país da infiltração comunista. É mais ou menos neste sentido que se pode colocar o inflamado discurso publicado através de uma nota oficial do arcebispo de Goiás. Segundo esta nota, para que a Pátria não fosse dominada pelos “incapazes”, “aventureiros” ou por “potências estrangeiras” (referindo-se à URSS), era preciso estreitar as relações com Deus e com “os irmãos que sofrem nos campos e nas cidades”. Ficou explicitado, então, que com essas relações bem firmadas, a tendência era que se anulassem “os efeitos perniciosos das relações oficiais com o comunismo” (DN, 1º dez. 61, p. 1. Arcebispo de Goiás denuncia: governo na direção de Moscou).

Outro fator a ser considerado na análise coincide em buscar perceber a forma como os católicos transmitiram aos seus leitores a dimensão do perigo comunista. De forma geral, difundiram que o comunismo era o “más grave peligro que la humanidad haya encontrado jamás en su camino” (LN, 2 maio 63, p. 8). Mais grave perigo porque, justamente, o seu principal objetivo era “estabelecer o regime marxista em todos os países do mundo. Esta tendência está contida no próprio cerne doutrinário do sistema” (CP, 6 ago. 63, p. 13. Como poderemos estender a mão aos comunistas). Para a concretização deste plano era preciso estabelecer a alianças com outras frentes, as quais devem ser entendidas como os locais preferidos para a infiltração: “em todo o mundo, os adeptos do comunismo procuram aliados e auxiliares nos setores de influência política, religiosa e econômica e em todas as classes da coletividade social” (CP, 6 ago. 63, p. 13).

Era preciso temer ao comunismo e aos comunistas. Para o padre Pierre Bigo⁷¹, no comunismo, o homem perde a noção entre os critérios de bem e mal e submete-se única e exclusivamente à luta de classe e à revolução. Segundo o religioso, a maior periculosidade do comunismo é quando este deixa de se apoiar em questões teóricas, e passa à prática efetiva, daí o motivo enfatizado em seu alerta, pois o comunismo, na sua visão, “torna-se ainda mais perigoso para aqueles que não têm absoluta segurança de suas convicções, mesmo sendo cristãos” (CP, 26 set. 63, p. 4. Comunismo mais perigoso quando deixa dogmatismo). O perigo de sua infiltração era diretamente relacionado com o alto nível de eficiência na forma como persuadia suas vítimas e na forma como combatia aos seus inimigos para a consecução de seus objetivos, conforme denunciou o artigo do jornal *Osservatore Romano* publicado na capa do CP:

[...] a primeira característica do comunismo militante é o ativismo de seus membros, sua impermeabilidade à propaganda dos outros, a ‘fidelidade’ que resiste, no seio do partido, a tôdas as contradições, a capacidade de disciplina e de sacrifício que distingue seus prosélitos. (CP, 8 set. 63, p. 1. “Osservatore” também denuncia em artigo o perigo comunista)

⁷¹ Segundo a reportagem publicada no CP, tratou-se do diretor do jornal “action populaire” e que esteve no Brasil para transmitir uma palestra na PUC do Rio de Janeiro sobre “a natureza do comunismo, do seu perigo e da vigilância que os católicos devem manter em face da penetração vermelha” (CP, 26 set. 63, p. 4). Tão importante quanto acreditar na veracidade das informações, ou seja, de que o padre efetivamente faria uma palestra sobre o comunismo na PUC do Rio de Janeiro, e que esta palestra foi patrocinada pelo atrativo do seu conteúdo, também deve-se levar em conta, especificamente a partir da notícia publicada na página do CP, a “mensagem” que diz indiretamente: “sim, precisamos divulgar que existe um saber sobre o comunismo, que existem especialistas que podem esclarecer nossas dúvidas, e que o perigo existe e devemos estar em constante estado de alerta”

Com este mesmo raciocínio, hiperdimensionando o poder dos comunistas, D. Jaime de Barros Câmara escreveu sobre dois temas caros à instituição católica à época: a legalização do Partido Comunista e o reatamento das relações diplomáticas por parte do governo brasileiro com a União Soviética. Manifestou sua preocupação especificamente em função de duas variáveis, uma com relação às dimensões do país e outra com relação à força que acreditava que os comunistas eram possuidores: “Quem poderia controlar num Brasil tão extenso, a propaganda levada a efeito por tantos agentes bem adestrados tecnicamente distribuídos pelos numerosos consulados em todo o território nacional?”, perguntou D. Jaime. Na sua concepção, para existir consulados comunistas no Brasil, era essencial um melhor policiamento e leis de repressão contra o comunismo, uma vez que, argumentou, “mesmo sem as relações diplomáticas, já é tão grande a infiltração comunista, no Brasil muito mais o seria com imunidades oficiais, sob as quais se acobertariam seus espíões” (DN, 19 out. 61, p. 1. Igreja contra reatamento com a URSS e a legalização do PC).

Uma “nota oficial da arquidiocese de Goiás”, publicada na capa do DN pode ser um exemplo para que se possa ter ideia do tamanho da repugna dos católicos acerca do reatamento das relações diplomáticas com a União Soviética. A referida nota manifestou as seguintes considerações:

O governo brasileiro deu mais 1 passo em direção a Moscou. Não só reconhece o governo comunista totalitário, anti-humano e anti-cristão, como mantém relações comerciais com o bloco soviético sem nenhuma vantagem econômica para o nosso país. (DN, 1º dez. 61, p. 1)

São essas objeções que deram suporte para que os católicos se manifestassem contrários a qualquer tipo de aliança ou acordos com os comunistas. Realizando uma crítica às possíveis interpretações que faziam vinculação da encíclica *Pacem in Terris* como esta induzindo uma colaboração com os comunistas, crítica essa que foi dirigida àqueles que buscavam esta união como uma “justificativa para transformações estruturais”, D. Vicente Scherer se reportou ao papa Pio XI, quando da edição da Encíclica *Quadragesimo Anno*, na qual é explícita a condenação a qualquer tipo de alianças, especificamente quando essas “exigem concessões em matéria de doutrina e de princípios”. O arcebispo explicou que a encíclica *Pacem in Terris* evocava sim, à união, a ação conjunta, mas que, no entanto, “exige que os objetivos visados na colaboração com homens de outras ideologias sejam bons por

natureza, ou pelo menos, se possam encaminhar para o bem”, portanto, qualidades que não eram encontradas no comunismo (CP, 6 ago. 63, p. 13)⁷².

Os católicos entendiam que as condições necessárias para que se pudesse admitir uma aliança com os comunistas não existiam, pois, as organizações comunistas “não se julgam limitados por escrúpulos de consciência na escolha de meios e métodos para atingir o fim e o meio colimado” e desta forma, “procuram simplesmente conquistar o poder para substituir o regime de liberdade democrática pela ditadura soviética”. Já que os comunistas eram entendidos enquanto “uma força revolucionária para de qualquer maneira conquistar o poder”, era inadmissível qualquer colaboração, no máximo, o que se deveria fazer era “estender as mãos” em contatos e diálogos cordiais, para eles “conhecerem a doutrina social cristã que [...] projeta a luz de soluções duradoras e justas” (CP, 6 ago. 63, p. 13). É preciso destacar que este mesmo aspecto foi motivo de uma publicação na capa do CP, no dia 9 de agosto de 1963, a qual divulgou o que foi considerado “dos mais incisivos ataques até agora feitos contra a doutrina comunista”, por parte da Rádio do Vaticano. As argumentações desta publicação giraram em torno da condenação à possível assimilação, por parte dos Cristãos, da doutrina marxista: “não existem dissensões internacionais, nem pretextos históricos que possam justificar uma indulgência, uma atitude conciliatória para com o marxismo e o comunismo” (CP, 9 ago. 63, p. 1. Rádio do vaticano adverte contra infiltração da doutrina marxista).

A leitura dos fatores que impediriam qualquer aproximação entre cristãos/ocidentais e comunistas/orientais pode ganhar em repercussão quando comunismo e cristianismo são tratados como opostos, como na seguinte passagem retirada do texto da Rádio do Vaticano: “hoje como ontem, em tôdas as coordenadas geográficas, sem distinção de características étnicas, o comunismo é a antítese do cristianismo, é a negação da liberdade, da justiça e da paz”. Sendo antítese do cristianismo, foi demonstrado o que é comunismo na sua relação com a religião: “o comunismo é praticamente opressão da liberdade, perseguição de toda a fé religiosa, é de modo especial perseguição da igreja” (CP, 17 set. 63, p. 13. Uma Questão de Princípios).

O tema “coexistência pacífica” foi assunto de outra alocução do arcebispo de Porto Alegre. Sob o título “Aliar-se aos comunistas seria o mesmo que batalhar pela sua causa”, D. Vicente Scherer manifestou aquilo que chamou de “uma clamorosa falta de lógica, de coerência e sinceridade”, ou seja, no seu entendimento, a União Soviética pregava a coexistência pacífica apenas nas questões econômicas, não abrindo mão de continuar a luta

⁷² Este aspecto, associação entre cristianismo e comunismo, será retomado e analisado no segundo capítulo.

ideológica. “Neste terreno não aceitam paz e entendimento na coexistência”, afirmou o arcebispo. Para ele, os comunistas possuíam uma meta, a qual se configurava em triunfar o comunismo por todos os países do mundo. E, para isso, consideravam a coexistência pacífica uma “fase passageira, uma manobra tática indispensável para atingir a meta suprema”. Associar-se ao comunismo, explicou D. Vicente, seria o equivalente a “a batalhar pela vitória da sua causa que é a implantação do regime marxista. Não seria o Brasil soviético o primeiro país a testemunhar, submetido ao arbítrio de uma feroz ditadura, a lógica inexorável da teoria e da estratégia marxista” (CP, 27 ago. 63, p. 13).

Nessas últimas passagens é possível perceber algumas das preocupações que passavam pela mente do arcebispo, mas também de grupos conservadores em geral, ou seja, o fato do então Presidente João Goulart, promover alianças econômicas e comerciais com a União Soviética e com a China comunista. Daí pode-se desprender uma característica das representações, qual seja, o fato da sua construção e da sua difusão estar associada diretamente com a forma de como a realidade estava sendo percebida, que coincide com problemas, situações e aspirações dos grupos que a percebiam.

Essa consideração pode ser levada em conta, também, na análise da alocução semanal em que o arcebispo manifestou sua preocupação com as greves: “qualquer movimento grevista atinge e prejudica não somente os empregadores [...] mas também acarreta aborrecimentos, transtornos e prejuízos [...]” (CP, 24 set. 63, p. 13. Greves que prejudicam o povo e o nome do Brasil). No seu entender, as greves se assemelhavam às guerras, pois considerava os movimentos grevistas como a última “ratio rerum”, ou seja, “o argumento decisivo, como a voz dos canhões nas guerras sangrentas”. Ainda, as greves eram momentos propícios para o surgimento dos “dirigentes sindicais, os políticos aproveitadores, que nestas ocasiões imediatamente se fazem presentes, para fins de agitação [...]” (CP, 24 set. 63, p. 13). E é neste aspecto que residem as principais preocupações do arcebispo em relação às greves, ou seja, a agitação proporcionada, a desordem. São fatores que implicariam diretamente no favorecimento à penetração comunista:

[...] as greves ilegais e políticas, que se estão repetindo em série, irritam os espíritos e separam os homens entre si pela incompreensão e pela desconfiança, favorecem a causa da penetração do comunismo, que sempre lucra com a desordem e a perturbação voluntária do processo de produção e distribuição. (CP, 24 set. 63, p. 13)

A contrariedade em relação às greves se manifestou também pelo motivo de que a sua realização não cooperaria para o entendimento entre as classes dos empregadores e

empregados, favorecendo, desta maneira, a “luta de classes”, a qual considerou como um “verdadeiro darwinismo econômico”. A luta de classes, na sua argumentação, “coloca os sindicatos paralelos, isto é, os de patrões e empregados, nos extremos de uma corda que cada um cuida de puxar o seu lado”. Por isso, condenou veementemente esses aspectos considerados “negativos e até nefastos” daqueles que defendiam essa postura, de modo que, para ele, eram possuidores de um espírito “essencialmente marxista, de exacerbação planificada dos espíritos e promoção de impiedosa guerra de classes” (CP, 24 set. 63, p. 13).

Nas passagens que discorreu sobre o aniversário da Intentona Comunista em 1961, intituladas “Podemos lealmente honrar as vítimas da Intentona Comunista” (DN, 24 nov. 61, p. 1) e “Inaceitável colaboração entre comunistas e promotores de reformas” (DN, 28 nov. 61, p. 1), o arcebispo também fez referências às agitações sociais como caminhos abertos à infiltração comunista. A primeira traz uma entrevista com o arcebispo, publicada na primeira página do DN. A segunda trata-se de uma das suas alocuções semanais.

Na alocução, destacou a forma como teriam sido mortos os verdadeiros “heróis” que pagaram com as suas vidas o preço da “liberdade e da sobrevivência da pátria como nação livre soberana” (DN, 28 nov. 61, p. 4). Neste sentido repetiu uma versão que ganhou significado com o passar dos tempos, na qual os militares mortos no levante teriam sido vítimas de ações covardes dos comunistas: “alguns militares morreram enquanto dormiam, friamente trucidados pelos seus colegas, outros foram abatidos a tiro quando já se encontravam presos” (DN, 28 nov. 61, p. 4)⁷³. Já na entrevista, ao ser questionado sobre outras considerações que julgava serem oportunas sobre o assunto “Intentona”, D. Vicente Scherer discorreu da seguinte forma:

Vem a notícia oficial do reatamento precisamente poucos dias antes do aniversário da revolução comunista de 1935. Esta revolução foi dirigida pelo agitador Harry Berger, do partido internacional comunista. Há poucos minutos recebi telegrama do presidente nacional da Liga de Defesa Nacional, do Rio de Janeiro, solicitando homenagens em todos os lugares aos heróis militares assassinados vilmente no levante comunista de 35. Pergunto! Poderemos lealmente honrar as vítimas, que defenderam morrendo as instituições e a soberania do Brasil, quase no mesmo dia em que o governo reconduz ao país os seus desalmados e covardes assassinos? (DN, 24 nov. 61, p. 1)⁷⁴

⁷³ Sobre a construção dessa versão, Rodrigo Motta (2002) explica que ao longo do tempo ganhou legitimidade, mas que, no entanto, ao analisar as reportagens da imprensa do período, o autor põe em dúvida a veracidade de tal versão.

⁷⁴ Desta passagem duas considerações: Primeiramente o fato de criticar a medida adotada pelo governo federal, que ganha um dimensionamento maior quando o arcebispo relacionou uma possível intencionalidade, por parte do governo, em adotar essa medida na coincidência da data comemorativa do levante de 1935. Dimensionamento maior, também, quando colocou sobre o mesmo patamar os “desalmados e covardes assassinos” de 1935 com os comunistas da sua atualidade, deixando passar a ideia de que estes, por serem comunistas, herdaram os mesmos atributos negativos dos comunistas de outrora.

Da mesma forma que, no seu entender, o levante de 35 foi cuidadosamente preparado e promovido pelo Partido Comunista, estendendo uma onda de agitação propícia para a sua execução, ao analisar a sua realidade, deixou bem claro a percepção de algumas semelhanças, e daí, a motivação suficiente para o seu alerta: “a forma e os métodos, com que hoje, amplamente se estão tratando justíssimas reivindicações dos trabalhadores da terra e das indústrias, do campo e da cidade, têm alarmante semelhança com a tática seguida em 1935” (DN, 28 nov. 61, p. 4).

Atribuiu aos comunistas uma série de práticas consideradas por ele negativas, relacionadas com os mais diferentes aspectos. Dentre essas pode-se destacar o levantamento de “uma onda de antipatia popular e mesmo de hostilidades aberta à poderosa democracia dos Estados Unidos”, a propagação do ódio entre as classes, atributo este considerado como o “mais puro estilo marxista”, pois criava o conflito para jogar os “pobres contra os ricos, os agregados contra os fazendeiros, os inquilinos contra os senhorios, os pretos contra os brancos, os nortistas contra os paulistas, os nacionais contra os estrangeiros, os leigos contra os padres” (DN, 28 nov. 61, p. 4).

Esses fatores criavam o ambiente propício para a infiltração das ideias marxistas, à medida que “acirram-se os ânimos, levantam-se os muros simbólicos do ódio que separa e destrói e na hora aprazada, bastará aos interessados na convulsão, na desordem e na evolução para a conquista do poder” (DN, 28 nov. 61, p. 4). É este clima caótico, de sublevação, perfeitamente desejável pelos comunistas, que D. Vicente desenhou aos seus leitores.

Além de oferecer estas proposições acerca do comunismo, identificando a sua forma de infiltração, informando ao seu leitor um saber acerca das práticas comunistas, D. Vicente, no repasse desse “conhecimento comunista”, se estabelecia como uma voz de legitimidade, de representante da verdade do que estava afirmando: “além disso, e principalmente, é fácil prever com certeza quase matemática o rumo dos acontecimentos sociais porque as ideias carregam em seu bojo um dinamismo lógico incoercível” (DN, 12 dez. 61, p. 4). Uma das formas que utilizou para transparecer o sentimento de legitimidade no seu discurso foi a ampla utilização de metáforas, talvez como forma de “chegar mais perto” do seu leitor, decodificar a informação que se queria transmitir. Esta “tática” pode ser visualizada na passagem que compara a quem apoia a infiltração comunista com o fazer de um laboratorista:

[...] inoculando num corpo vivo determinado germe, sabe o laboratorista o gênero de cultura e enfermidade que se produzirão e vitimarão a cobaia. Lançai as sementes de

idéias errôneas no organismo social e as consequências destruidoras aparecerão [...].
(DN, 12 dez. 61, p. 4)

É possível perceber, até este ponto, de todos os exemplos separados que abordaram a questão da “infiltração comunista”, de algum modo, os católicos construíram suas representações anticomunistas se baseando em “fatos”, o que contribuiu diretamente para a divulgação da sua visão e dos seus posicionamentos em relação a eles, que em última instância, possivelmente, teve como finalidade agregar um maior número de adeptos com os mesmos posicionamentos. Nesse sentido, o pronunciamento do arcebispo D. Vicente Scherer em que fez referência às manifestações e repercussões por ocasião da realização, em Porto Alegre, da “Cruzada pelo Rosário em Família”, é significativo para se pensar sobre os embates entre grupos ideologicamente distintos ou opostos e como isso incidiu na representação que o católico promoveu acerca dos seus “adversários”. Inicialmente, o Arcebispo deixou explícitos a confirmação do seu apoio, aceitação e contentamento em relação à cruzada: “A cruzada do Rosário conseguiu êxito almejado. Reza-se agora mais em Porto Alegre. Deus é mais reconhecido e invocado” (CP, 31 dez. 63, p. 13). Entretanto, a sua manifestação não traz tão somente argumentações da ordem “espiritual”. É possível perceber, também, uma argumentação que se concentra em evidenciar a importância das questões metafísicas sobre as questões materiais. Deste modo, pode-se concluir que a sua “resposta” não foi simplesmente palavras soltas e dispersas no discurso, não foi em vão, nem ao acaso, mas sim, pareceu apontar para um direcionamento: “A promoção do Rosário também recebeu críticas. Disseram ou escreveram que a concentração de encerramento não faria aparecer o pão em cima da mesa de ninguém” (CP, 31 dez. 63, p. 13). E quem seriam os responsáveis pelas críticas mencionadas por D. Vicente? A resposta a esta pergunta, pode ser encontrada na sequência de seu texto:

Os amplos movimentos e as fecundas real seções pelo bem comum obedecem à inspiração de consciência cristã. O ateísmo militante, ao contrário, nota essencial da doutrina marxista, tem caráter negativo e liberta nos homens as forças instintivas, essencialmente egocêntricas e anti-sociais. (CP, 31 dez. 63, p. 13)

É importante deixar claro que, mesmo que se tenha identificado, neste discurso, os possíveis alvos da manifestação do arcebispo, não significa necessariamente que existiam grupos realmente marxistas e que estes haviam criticado a realização da Cruzada. Mas também, obviamente, esta hipótese não pode ser descartada. Contudo, o que também deve ser levado em conta é a forma como o arcebispo percebia a realidade daquele cenário e a forma como a reproduziu e a reinventou a partir das suas palavras impressas nos jornais. Os grupos

ou sujeitos que criticaram a realização da cruzada poderiam não ser adeptos do marxismo ou ateísmo, mas assim foram caracterizados pelo arcebispo. A partir do momento que se opuseram a uma “obra do bem”, foi necessário mais que simplesmente disparar críticas contra eles, ou rebater as suas acusações, também foi preciso desqualificá-los na caracterização imposta, especialmente, a partir do “mal” que seriam causadores.

Para os católicos, a difusão do materialismo ateu (ou o “ateísmo militante”, na passagem anterior) na sociedade era de caráter intencional, e fazia parte dos objetivos comunistas em provocar um grau de desordem necessário para fomentar a luta de classes e a consequente implantação do seu sistema, em outros termos, fazer a revolução:

[...] agrava esta posibilidad la insidia organizada por el materialismo ateo que intenta provocarla a toda costa, para llegar a la revolución social y por ella a la implantación de su sistema [...] este intento es la finalidad suprema e inmediata de una doctrina que necesariamente lleva al totalitarismo más cruel e inhumano que haya asolado a la humanidad nesta huera. (CL, 2 maio 64, p. 10 e 11. Caggiano: la violencia jamás nos Llevará a la solución Humana de los Problemas del Trabajo)

Também para D. Vicente Scherer, os comunistas agiam no sentido de provocar revolução, como se pode observar na passagem que reafirmou a valorização da solidariedade pan-americana, que no seu entender, impediu a deflagração das “revoluções comunistas que a Rússia esperava na América Latina, em apoio a Cuba”. Mais do que indicar um motivo da derrota soviética, esta passagem revela o pensamento que o arcebispo mantinha em relação às possíveis estratégias dos comunistas. Além das esperadas “revoluções”, conforme citado acima, ainda o clérigo entendia que, caso os comunistas dispusessem de força suficiente para enfrentar a América, “Kruschev não teria recuado aceitando a derrota moral perante a atenção de todo o mundo” (CP, 26 fev. 63, p. 13. Razões do recuo russo durante a crise cubana)⁷⁵. Um texto da Rádio do Vaticano também se prendeu nessas questões e pretendeu demonstrar quais eram os propósitos do comunismo, especificamente a partir das suas concepções práticas: “tanto no oriente como no ocidente, a mística das lutas de classes e da revolução proletária comporta um processo implacável de subversão da ordem moral e uma tentativa insana de destruição progressista dos valores ocidentais” (CP, 17 set. 63, p. 13).

Uma vez conhecidos e divulgados os objetivos do comunismo no mundo, os católicos anticomunistas reprovaram qualquer manifestação de simpatia para com os sujeitos como também para qualquer aspecto da doutrina comunista. Foi neste sentido que o DN deu a conhecer o manifesto construído a partir de uma reunião da CNBB, em Belo Horizonte. O

⁷⁵ Nesta alocução, o arcebispo colocou em pauta o episódio da crise dos mísseis em Cuba.

referido manifesto versou sobre os “problemas nacionais” suscitados a partir da crise da Legalidade, momento considerado pelos Bispos como “uma das crises político-sociais mais profundas da História” (DN, 24 dez. 61, p. 3). Em função dessa realidade, os católicos acreditavam ser necessária “uma particular atitude cristã e patriótica de reflexão e boa vontade, para vivermos de novo, e o quanto antes, o ritmo sadio e normal de nossa vida, de nação democraticamente amadurecida”. Essa preconização da forma como os católicos deveriam agir, naquele momento, ganha sentido quando ficou estabelecido que “só uma minoria impatriótica ou inconsciente pode sonhar com êle como solução para os problemas que nos afligem”. Quer dizer, quem pensava no comunismo enquanto uma possível solução para as mazelas ou para os problemas sociais, especificamente enquanto uma alternativa econômica foi devidamente representado como um traidor da pátria e um sujeito desprovido de razão.

Dois foram os motivos, apontados no manifesto, pelos quais o comunismo não poderia ser encarado como uma solução para os problemas do Brasil. Um que diz respeito às características próprias da doutrina marxista por preconizar o ateísmo contrapondo a concepção de vida Cristã. O outro motivo se configurou na sua incapacidade enquanto um sistema econômico:

[...] mesmo sem atentarmos para o ateísmo, que é sua viga mestra, o que por si só o torna execrável para nossa formação cristã, ninguém desconhece que o comunismo não está resolvendo absolutamente o problema econômico dos países em que foi imposto, e vai sempre adiando para mais tarde o “paraíso” prometido pelos seus profetas. (DN, 24 dez. 61, p. 3)

Nesta última citação, é possível perceber que os comunistas e o comunismo de maneira geral foram caracterizados, enquanto sujeitos e doutrina, como enganosos, que atraíam suas “presas” com propostas encantadoras (o paraíso prometido). Essas atitudes dos comunistas foram constantemente denunciadas pelos católicos. Em uma palavra, eles foram representados como persuasivos: “el, como el maligno del evangelio, sabe presentar la tentación con las apariencias deslumbrantes que ofrece el espejismo en los caminos caldeados por el sol, ofreciendo a los sedientos el agua vivificante que no existe” (CL, 2 maio 64, p. 10 e 11). Foi mais ou menos neste sentido que na alocução intitulada “Neutralismo impossível”, de março de 1963, que D. Vicente Scherer apontou a política de neutralidade como fator primordial para a deflagração das crises na Índia e em Cuba. No caso da Índia, afirmou que *Nheru*, então governador, por ter confiado na política de neutralidade, e acreditado nas promessas comunistas, acabou “atacado pelas costas e foi apelar aos países do bloco ocidental

em procura de apoio e ajuda militar” (CP, 5 mar. 63, p. 13). Em outra oportunidade, o aspecto da traição foi colocado para ressaltar que os comunistas eram possuidores de “estratégias profissionais [...] abundâncias de recursos materiais” e que, assim que conquistavam o poder, se “apoderam das rédeas do movimento e eliminam os aliados na véspera”. Para ele, esta vinculação teria a significação de um “verdadeiro suicídio” (CP, 6 ago. 63, p. 13).

No caso da temática “coexistência pacífica” (vista anteriormente) também o arcebispo deu a ler que os comunistas sempre almejam a objetivos, os quais para obterem êxito nunca eram revelados, daí o motivo para serem encarados como “ardilosos e calculistas”. No caso específico da coexistência pacífica, ele a entendia como “um simples e rápido compasso de espera que se observa enquanto não vem a possibilidade, para a qual convergem todos os esforços, de estabelecer o regime marxista em todos os países”. Para explicar este mesmo aspecto ao seu leitor, ele faz uso de uma linguagem coloquial e de mais fácil entendimento: “Aliado Desleal: Assemelham-se os soviéticos a um aliado que respeita o companheiro enquanto não chega a ocasião azada para liquidá-lo” (CP, 27 ago. 63, p. 13).

Os pronunciamentos da Rádio do Vaticano também deram a ler e a representar os comunistas como sendo dissimuladores, sempre com “duas caras”, quase nunca mostrando as suas verdadeiras feições e os seus propósitos. Enquanto alguns comunistas eram “revestidos de cores deslumbrantes e de ideais aparentes humanos e tão cristãos, parecem que já atingiram o objetivo visado”, outros pretendiam “valorizar ao máximo a ilusão sugestiva e sentimental de um comunismo açucarado” (CP, 17 set. 63, p. 13), daí a possibilidade de estarem em todos os lugares, em todos os setores, e, conseqüentemente o estado de alerta e vigilância devendo sempre ser permanentes.

Adotar a postura de neutralidade significaria abrir as portas ao comunismo, pois isso fortalecia a “ação proselitista dos doutrinadores e agitadores marxistas [...]” fazia parte do jogo político da Rússia, segundo D. Vicente. Para o sacerdote, o interesse em fomentar a neutralidade era exclusivo dos comunistas, pois, na sua visão, era deste modo que a Rússia intensificava a propaganda e construía a base de agressão ideológica, com o objetivo de “transformar tais países (neutros) possivelmente sem guerra, de neutralistas a comunistas” (CP, 5 mar. 63, p. 13).

Os católicos não escondiam a insatisfação acerca de uma possível posição neutra frente aos dois blocos (EUA e URSS) que se defrontavam no mundo: um inspirado em “dogmas comunistas” e o outro baseado “nas leis de democracia e nos anseios de liberdade próprios da alma humana”. Na passagem seguinte, a opinião do arcebispo de Porto Alegre com relação à temática ficou ainda mais explícita, além de ter feito menção às práticas

comunistas em solo brasileiro, o que pode ser indicativo de que boa parte da sua construção argumentativa se baseava na realidade local: “seria suicídio manter neutralidade diante da doutrina, da política e da ação do comunismo no mundo e em nosso país, seria adotar a política do avestruz diante da desgraça que já se abateu sobre Cuba” (CP, 5 mar. 63, p. 13).

Defendiam os católicos que, uma vez instalado o regime comunista, ele mostraria a sua verdadeira face, caracterizada por “sus entrañas la injusticia, la falta de respecto a la persona humana y la supresión de las libertades, siendo el camino más corto el totalitarismo” (CL, 2 maio 64, p. 11). Para D. Vicente Scherer, que admitiu ser um leitor assíduo de “escritos de propaganda comunista, não por gosto evidentemente, mas por dever de ofício”, portanto um sujeito com “autoridade” (grifos nossos) para falar sobre o assunto, o comunismo “controla rigorosamente as manifestações mais íntimas e confidenciais [...] está supressa toda a liberdade de expressão do pensamento” (DN, 30 jan. 62, p. 4).

Cabe destacar que a associação entre comunismo e totalitarismo, como sendo duas faces da mesma moeda, também foi um dos artifícios utilizados pelos católicos em promover uma visão negativa dos ideais comunistas. Desse modo, o totalitarismo materialista e ateu, portanto, o totalitarismo comunista, em diversas passagens, recebeu caracterizações intrínsecas de animais, com o propósito de redimensionar o efeito a ser atingido na percepção dos leitores: “más cruel y despiadado en que la prepotencia de pocos somete a la mayoría de los pueblos que cae bajo sus garras” (CL, 2 maio 64, p. 10 e 11).

Se nos países comunistas imperava a censura, a repressão, as quais atingiam até os pensamentos dos indivíduos, seria mais do que óbvio que estes quisessem abandonar seus lares em busca de liberdade. Essa foi outra “dura realidade” (grifos nossos) colocada em destaque nos textos dos católicos com relação aos países sob a ditadura comunista, como no caso da Alemanha Oriental, lugar onde “comprovam os arames farpados e eletrificados e as patrulhas de soldados ao longo das fronteiras [...] empregadas para impedir as constantes fugas desesperadas do paraíso comunista” (DN, 30 jan. 62, p. 4).

A passagem a seguir, remete a uma histórica tradição das manifestações anticomunistas que se utilizaram de terminologias relacionando o comunismo ou marxismo, como se fossem doenças ou vírus, dos quais necessitariam “imunização”⁷⁶. No caso específico desta notícia, o fator “imunológico” que Paulo VI promoveu, relacionou-se com uma maior difusão do catolicismo em meio aos trabalhadores: “El Papa exhortó hoy a los trabajadores cristianos a desarrojar una actividad más decidida y apostólica para inmunizar a los demás

⁷⁶ Sobre este aspecto ver Dutra (1997).

trabajadores contra las doctrinas marxistas” (CL, 22 dez. 63, p. 7. Paulo VI: Elegir Fórmulas Más humanas de auténtico Progreso Económico-Social – Inmunización Contra el Marxismo). Se, por um lado, os católicos apontam a necessidade de imunização contra o comunismo, por outro dão a este o poder de serem agentes tóxicos, e como tais, causavam problemas àqueles que eram submetidos aos seus efeitos. D. Caggiano, neste sentido, afirmou que todas as nações livres estariam submetidas pelo “vírus” do comunismo, que, a seu ver, tinha o poder de “intoxicar las almas de tal manera que las incapacita aun para defenderse ante el espectáculo aterrador de los campos de concentración, de trabajos forzados y de la pérdida de las libertades”. Contra esta “paralísia” proporcionada pela “intoxicação comunista”, somente a presença de Deus: “despertemos y reaccionemos de una vez, racional y virilmente. Enseñemos bien a conocer a Dios como Creador y Ordenador Supremo [...] si es necesario estudiemos, leamos e irradiemos el conocimiento y el amor de Dios” (LN, 2 maio 63, p. 8).

Além de evocar a presença de Deus para ajudar na luta contra o comunismo, os católicos também defenderam lutas no campo terreno. Combates que deveriam ser colocados em prática por eles mesmos:

[...] os católicos devem intervir mais ativamente em todos os domínios da vida pública [...] todo cidadão pelo menos numa confrãção do poder é depositário do bem público e é ainda mais pela força de expansão das suas idéias e pelo poder do exemplo. (CP, 8 set. 63, p. 1)

Nesse sentido, o que o artigo em questão propôs é basicamente uma luta, na qual os católicos deveriam usar das mesmas armas dos comunistas, mas utilizando-as para o “bem”. Os católicos, portanto,

[...] não devem ceder diante de ninguém, no que se refere à capacidade de unir-se, de convencer, de organizar-se e de tomar qualquer iniciativa [...] é necessário que essa capacidade não se enfraqueça ou desapareça devido às tentações pessoais, individuais ou excêntricas. (CP, 8 set. 63, p. 1)

A luta contra o comunismo foi considerada pelos católicos como “um dever não menor”, o qual deveria se opor “com tenacidade e com coragem à ideologia marxista”, para que pudesse, de fato, obstruir todas as vias de possíveis infiltrações. O comportamento dos católicos ou dos “homens livres” perante o comunismo não poderia e não deveria mudar: “Neste campo a única atitude para um homem livre que se preza [...] é a mais severa intransigência.” Deveriam ser tão intransigentes quanto “mais equívoca e sutil for a tática de infiltração e de conquista do comunismo” (CP, 17 set. 63, p. 13). Além disso, quanto maior a

disposição prática dos comunistas, maior deveria ser o grau de vigilância por parte dos católicos, como também, uma “postura convicta”, uma vez que o comunismo representava “o movimento da paralisação social, a imobilização das forças sociais no sentido de um ‘impasse’, impedindo-nos de pensar em soluções fecundas” (CP, 26 set. 63, p. 4).

Alguns textos católicos foram estrategicamente publicados colocando em pauta a oposição em relação ao comunismo, visando a atingir um público-alvo específico, os trabalhadores. Neste caso, pode-se evidenciar que a estratégia colocada em prática privilegiou atingir o comunismo não em termos de suas práticas (como por exemplo, a antirreligiosidade), mas nos termos de sua filosofia, de sua essência teórica e ética. E foi exatamente neste sentido que Paulo VI pregou como defesa, ou como imunização contra o marxismo, para que os trabalhadores voltassem a “descubrir de nuevo en la religión cristiana la única interpretación completa y segura de la vida del hombre en su integridad”. Além de afirmar o que deveria ser aceito pelos trabalhadores em termos de interpretação da vida, em termos de ética filosófica, Paulo VI também apontou quais aspectos deveriam ser recusados. Estas considerações podem ser apreendidas na passagem a seguir, que evidencia a esperança do Pontífice com relação aos trabalhadores, ao perceber que estes “se preguntan si es digno de ellos y útil a su causa ceder pasivamente a los atractivos del marxismo ateo e subversivo, como si este pudiera verdaderamente representar con eficacia sus aspiraciones” (CL, 22 dez. 63, p. 7).

Como já afirmado, os trabalhadores foram um dos setores que mais causaram preocupação nos católicos acerca da infiltração comunista. Não foi à toa, neste sentido, que os pronunciamentos dos católicos no dia 1º de maio se configuraram em extensos e calorosos discursos impressos nas páginas jornalísticas. Momento mais que propício para alertar ou prevenir a influência comunista neste setor – trabalhadores – considerado pelos católicos, como potencialmente sujeitos às investidas dos “vermelhos”.

3 DISSENSOS E DISPUTAS NO SEIO DO CATOLICISMO VISTOS ATRAVÉS DA IMPRENSA

A proposta deste capítulo é analisar os efeitos das reformas realizadas no catolicismo, principalmente, pelo Concílio Vaticano II e pelas encíclicas *Pacem in Terris* e *Mater et Magistra* na Igreja dos dois países. Dar-se-á destaque às divergências internas surgidas no interior da Instituição e como esse conflito repercutiu nas manifestações anticomunistas católicas divulgadas nas grandes imprensas porto-alegrense e portenha. Identificando de que maneira os simpatizantes das ideias e reformas pós-conciliares foram enquadrados como sendo condizentes ou favoráveis às ideias e às práticas marxistas, este capítulo pretende focalizar parte dos possíveis “alvos”, ou seja, os sujeitos ou grupos que o discurso católico pretendeu representar como disseminadores ou praticantes de ações entendidas como sendo de concepções comunistas.

3.1 O CONCÍLIO VATICANO II E AS ENCÍCLICAS DE JOÃO XXIII: RENOVAÇÃO E DIVISÃO DO CATOLICISMO

O Concílio Vaticano II deve ser entendido como um dos principais e decisivos movimentos a serem analisados no âmbito do catolicismo na década de 1960. Inserido em uma escala mundial, induziu e proporcionou muitas transformações não somente na instituição como também, de certo modo, em toda sociedade católica. A sua realização, também, deve ser pensada como uma proposta da igreja católica em atualizar a sua base doutrinária e pastoral⁷⁷ frente aos crescentes processos de modernização, secularização e laicização, que viriam a se intensificar em meados da segunda metade do século XX. Formalmente, teve seu início em outubro de 1962 e se desenvolveu até dezembro de 1965, contando com a participação de mais de 2.500 católicos do mundo inteiro (PONZA, 2008).

Para melhor compreensão do momento do catolicismo mundial, especialmente latino-americano, quando da realização do Concílio Vaticano II, é preciso, dentre outros fatores, considerar a importância e o significado que tiveram as duas encíclicas editadas pelo Papa João XXIII, em 1961 a *Mater et Magistra* e em 1963 a *Pacem in Terris*. Alguns autores (BRUNEAU, 1979; BEOZZO, 1993) salientam que a própria realização do Concílio foi influenciada, em grande parte, a partir da resposta que ambas as encíclicas provocaram nos

⁷⁷ Segundo Pablo Ponza, (2008), essa renovação não se limitou somente às consequências religiosas, mas afetou o posicionamento político e a cosmovisão das pessoas, inclusive até a atualidade.

mais diversos setores do catolicismo. Nesse sentido, pode-se dizer, grosso modo, que as encíclicas abriram o caminho para as atividades conciliares. Fomentaram, por assim dizer, uma atualização, uma readequação da prática e doutrina católica em função da realidade social daqueles anos de 1960.

A encíclica *Mater et Magistra* (publicada em 15 de maio de 1961) aprofundou uma discussão, que pode ser remetida à Encíclica *Rerum Novarum* (1891), acerca do desenvolvimento da doutrina social da Igreja Católica. Para Beozzo (1993), a Encíclica de João XXIII abordou dois problemas que estavam no centro daquele momento histórico: os países subdesenvolvidos e o problema do campo. Nesse sentido, trouxe para o debate, de modo bastante preciso, a questão da terra e da reforma agrária.

Por seu turno, a encíclica *Pacem in Terris*, publicada na quinta-feira santa de 1963, pode ser considerada como uma última mensagem do Papa João XXIII ao mundo. João XXIII, ciente de que em função de seu estado enfermo não chegaria ao final das atividades conciliares, deixou esta sua última encíclica, a qual versou sobre o tema da paz, considerado por Beozzo (1993, p. 65) um tema que “obcecava sua alma de pastor e de pai”. Nascida no contexto da denominada “crise dos mísseis” em Cuba⁷⁸, a referida encíclica “chamou atenção do mundo sobre a necessidade de respeito e colaboração entre os diferentes regimes sociais e políticos” (1993, p. 118). Quer dizer, especificamente no caso da América Latina, significou o direito a Cuba desenvolver a sua experiência política e social, portanto, em certa medida, também significou uma resposta acerca da “liceidade da colaboração, no terreno do social, do político, da justiça, entre cristãos e movimentos históricos vindos de outros horizontes doutrinários e ideológicos” (1993, p. 118).

No período compreendido da realização das seções conciliares, foram produzidos alguns documentos oficiais nos quais ficaram delineadas as bases para a modernização da Igreja e sua liturgia. Trata-se dos seguintes documentos: *Lumen gentium* (A luz das nações), *Dei Verbum* (a palavra de Deus), a declaração *Gaudium et Spes* (Gozo e esperança), *Nostra Aetate* (Em nosso tempo), *Dignitatis Humanae y Unitatis Redintegratio* (Restauração da Unidade). Por seu turno, esses documentos, desenvolvidos sob a estrita polaridade entre *renovadores* e *tradicionalistas* afirmaram, segundo Verbitsky (2008, p. 163):

⁷⁸ É preciso destacar que a Revolução Cubana, em janeiro de 1959, precedeu em apenas dois meses a coroação de João XXIII, fato que vai ser pontual para colocar a realidade latino-americana nos olhos da cúpula católica. Cuba passará a ser um divisor de águas na política do continente e também questão crucial para a Igreja, uma vez que esta buscou um realinhamento de suas forças levando em conta o compromisso social (BEOZZO, p. 19). Contudo, ideologicamente, boa parte da cúria romana alinhou-se às posições mais extremadas da política estadunidense. Por isso, a necessidade de se distinguir a atitude de João XXIII e a atitude de boa parte de cúria herdada de Pio XII, especialmente a política do anticomunismo.

[...] el principio de la libertad religiosa y de conciencia, liberaron de la acusación de haber crucificado al Hijo de Dios a buena parte de los judíos contemporáneos de Jesús y a todos sus descendientes, condenaron todo tipo de discriminación y persecución y abrieron el camino ecuménico hacia la reunificación del cristianismo.

A proposta de renovar a tradicional estrutura hierárquica composta por bispos, presbíteros e laicos, transformando-a em um conceito de “comunidade de igualdade” denominada no Concílio de “Povo de Deus”, a afirmação de que a Igreja não era somente sobrenatural, mas deste mundo, ou seja, uma tentativa de inverter o princípio de atuação pastoral, colocando a Igreja e os seus quadros para “servir” e não apenas governar o “Povo de Deus”, parecem ter sido os principais centros de oposição e irritação dos católicos conservadores. Deste modo, Verbitsky (2008, p. 165) salienta que o Concílio “puso el acento en la igualdad de laicos y sacerdotes en vocación, dignidad y compromiso”, provocando a resistência de boa parte da Cúria Romana acerca das mudanças, sobretudo com relação ao poder do colegiado e a tolerância religiosa.

Especificamente, o processo revisionista do Concílio procurou atingir os assuntos que tratavam da ordem da tradição pastoral e litúrgica como também da ordem de uma nova reflexão teológica. A partir disso e em benefício da proposta do capítulo, parece ser importante fazer vistas ao embasamento teórico e ideológico que apoiou o estabelecimento das novas concepções.

No que se refere ao aspecto pastoral e litúrgico, Ponza (2008) salienta que o concílio deu uma especial atenção para o valor comunitário e humanista da prática religiosa. Já no aspecto teológico, a proposta foi colocar em pauta, nas discussões, aquilo que Gustavo Morello (2003) denominou “renascimento teológico progressista”. Portanto, frente aos dois aspectos que nortearam a realização do Concílio, é possível verificar que permeou pelos debates, de maneira bastante geral, uma perspectiva e um direcionamento ao aspecto social.

Pablo Ponza (2008), tentando caracterizar a perspectiva social da igreja católica, afirma que o novo direcionamento foi resultado de duas variáveis distintas, mas que se sobrepuseram e, de certa forma, se complementaram no espaço de aplicabilidade prática do catolicismo. Uma variável interna, que consistiu nos avanços da chamada “Doutrina Social” e que se caracterizou, conforme o autor, em uma espécie de sociologia evangélica, nascida no interior da igreja católica, a qual recebeu a influência dos desenvolvimentos das modernas

ciências sociais⁷⁹. A variável externa se caracterizou pelo esforço da igreja católica em se estabelecer enquanto instituição preocupada e ativa com os contrastes e desequilíbrios sociais e econômicos entre países ricos e pobres, buscando, com isso, impedir ou frear o avanço do marxismo, “una doctrina que se erigía entonces como la teoría explicativa de los conflictos sociales más avanzada de la época” (PONZA, 2008, lin. 8).

Para José Maria Ghio (2007), o Concílio Vaticano II foi o movimento que deu início a uma nova orientação ao catolicismo latino-americano (posteriormente este aspecto teve desenvolvimento em Medellín e Puebla, respectivamente em 1968 e 1979), a qual se traduziu em que um setor significativo de católicos abandonaram seu tradicional trabalho missionário, para de fato “instalarse com mayor decisión junto a los oprimidos y marginados, acompañando sus demandas por el cambio de las estructuras de sometimiento e injustiça” (2007, p. 9). Esses setores, na década de 1960, foram caracterizados como “esquerda católica”, a qual se estendia a um elevado numero de organizações do apostolado leigo e do clero jovem e davam ênfase a uma orientação que vinculava prática cristã com as lutas dos setores populares (2007, p. 177)⁸⁰.

A participação da igreja latino-americana no Concílio contribuiu decididamente para a concretização das propostas renovadoras, uma vez que se tratava de uma igreja com experiência pastoral numa região explorada pela economia mundial, marcada fortemente por sua condição de miséria e pelo seu desejo de alcançar o desenvolvimento econômico e social. Além disso, outro fator determinante para a referida contribuição se configurou a partir da prática no exercício da colegialidade episcopal, a qual se desenvolveu na experiência da articulação supranacional desenvolvida com o Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM) (BEOZZO, p. 74).

O padre Oscar Beozzo aponta como fator essencial para as divergências quanto às decisões conciliares a participação do episcopado latino-americano através dos membros da CELAM. Divergências que quebraram, em parte, o pensamento conservador da Cúria: “[...] fui testemunha pessoal da perplexidade de muitos bispos ao ouvirem, na aula conciliar, propostas teológicas diametralmente opostas umas às outras, críticas duras ao Governo Central, a distintos dicastérios romanos e à Cúria em geral” (p. 79).

⁷⁹ Conforme o autor, “Ya desde 1920 la *Doctrina Social* venía reflexionando sobre la eficacia del sistema democrático de representación partidaria, los contrastes y desequilibrios entre países ricos y pobres” (2008, lin. 8).

⁸⁰ Especificamente no caso do Brasil, Carla Rodeghero (2003, p. 92) afirma que a partir dos anos de 1963 e 1964, intensificou-se a denúncia de que parte do clero e de setores católicos (MEB, JUC e JOC) estava sofrendo influências dos comunistas.

Tanto no Brasil como na Argentina, o processo de divisão do catolicismo suscitado a partir do Concílio aumentou consideravelmente no momento em que os religiosos de ambos os países se engajaram nos debates e nas lutas políticas que cercaram os momentos de rupturas institucionais (com os respectivos golpes militares, 1964, no Brasil e 1966, na Argentina).

No contexto da crise do golpe militar de 1964, contemporâneo das atividades conciliares, também foi aprofundado o processo de divisão interna do catolicismo brasileiro. Bispos da extrema direita, como D. Geraldo Proença Sigaud, arcebispo de Diamantina, em Minas Gerais, como também o arcebispo D. Vicente Scherer, do Rio Grande do Sul, marcaram suas posições a partir de embates políticos que se fizeram visíveis na contrariedade para com as “Reformas de Base” do governo de João Goulart. Por outro lado, a Ação Católica, sobretudo a Juventude Universitária Católica (JUC), tomou uma posição bastante à esquerda e, de maneira ainda mais radical, a Ação Popular (AP), que tinha saído da JUC, e se instituído como partido político cristão de esquerda (BEOZZO, 2005).

A historiografia mostra que, no quadro desenhado daquele contexto, é possível visualizar grupos de bispos que apoiaram as reformas e um núcleo à direita que pregou, inclusive, uma resistência armada a qualquer reforma, sobretudo à reforma agrária. Beozzo (2005, p. 27) demonstra a disjunção interna do catolicismo brasileiro no contexto do golpe militar de 1964:

Quando aconteceu o golpe, a Igreja ficou um pouco paralisada. Como estava dividida internamente, não se pronunciou, nem no dia 31 de março, nem no dia seguinte, nem na semana seguinte. Só quatro semanas depois, houve uma reunião do Conselho Permanente da CNBB, que era formado pelos arcebispos, pelos cardeais e pela direção da CNBB, somando umas 28 pessoas. Eles discutiram, durante três dias, sobre os dois rascunhos de declarações e não chegaram a um acordo. Um rascunho havia sido redigido por Dom Sigaud, que era o arcebispo de Diamantina, dizendo que agradecia a Deus pela intervenção dos militares, que haviam salvo o País do comunismo. O outro foi redigido por Dom Helder Câmara e denunciava as prisões arbitrárias, a tortura e que estavam perseguindo os militantes da Igreja, prendendo-os injustificadamente.

O golpe militar de 1966, o qual estabeleceu o Tenente General Onganía no poder, representa um momento singular para se pensar sobre o comportamento da hierarquia católica da Argentina. Para os religiosos, foi um momento bastante agitado, em que conviveram um modelo integralista de sociedade, veiculado através de organizações clericais, como os “cursinhos da cristandade”, e um ambiente de renovação que se configurou a partir do Concílio, no qual ficou visível, conforme salienta Ghio (2007, p. 173), “una atmosfera política

cada vez más radicalizada, empujando algunos obispos y a numerosos sacerdotes a un compromiso con las luchas populares [...]”. Este autor demonstra que o resultado mais evidente e até previsível deste processo foi a divisão entre a hierarquia conservadora, que apoiou o governo de Onganía, e os quadros médios do clero, os quais foram, gradualmente, se separando dos grupos mais tradicionais, buscando uma revalorização do legado peronista empurrados pelo clima de renovação que acompanhou o desenvolvimento do Concílio (2007, p. 174)⁸¹.

Anteriormente, mencionou-se sobre a possível influência das ciências sociais nas concepções ideológicas do Concílio Vaticano II, sem, no entanto, destacar um aspecto que parece ser fundamental para o entendimento da guinada social do catolicismo. Neste sentido, é preciso fazer menção às correntes filosóficas em voga na época (entre outros atores Husserl, Heidegger, Kierkegaard), como também dar prioridade ao processo de renovação do marxismo. Este elemento possibilitou ao Concílio uma reflexão que excedia as fronteiras do pensamento cristão, à medida que a sua perspectiva teórica foi entendida e aceita por grupos de religiosos e elementos ligados ao catolicismo como uma articulação doutrinária entre o marxismo e o cristianismo, ou seja, especificamente “se trató de una convivencia del pensamiento político de algunos núcleos intelectuales cristianos que consideraban perfectamente lícita la cooperación marxista” (PONZA, 2008, lin 19).

Substancialmente, pode-se afirmar uma nova fusão entre dois processos que caracterizaram um reordenamento no que diz respeito ao pensamento e prática da igreja católica. Primeiramente, uma Igreja que se apresenta em plena transformação a partir do Concílio Vaticano II e que tem, à sua frente, uma realidade latino-americana em que prevalece a manutenção de regimes autoritários, como é o caso brasileiro e argentino. A partir, daí é possível perceber um sutil (talvez nem tão sutil) deslocamento daquilo que é entendido por guinada social da Igreja, ou seja, para alguns religiosos não bastava apenas colocar em prática um pensamento que evocasse as questões de igualdade e justiça social, mas sim uma nova posição política que se mostrasse combativa frente à violência e opressão dos governos militares (DE RIZ, 2000, p. 68). Por mais que se tentou manter a disciplina e a unidade interna nos quadros católicos, a Igreja não passou imune à agudização dos conflitos políticos e sociais que se desenvolviam na sociedade.

⁸¹ O autor ainda coloca que a falta de comunicação e de uma estratégia comum do clero a partir do concílio foi o principal fator que agudizou o processo de divisão no catolicismo argentino. De um lado, os setores considerados progressistas, influenciados pelas mudanças da sociedade nos anos 1960, propunham uma completa renovação da atividade pastoral. Já a alta hierarquia (bispos e arcebispos) mantinha-se em uma posição mais conservadora, optando por certo tradicionalismo doutrinário (2007, p. 193).

Horácio Verbitsky (2008) demonstra que, no caso da Argentina, com as novas diretrizes do Vaticano, a igreja católica estava transformando a sua doutrina e postulando ideias que reafirmavam a sua responsabilidade social⁸². Entretanto, não foi bem isso que foi colocado em prática pelo chefe maior da igreja argentina no período, o cardeal Caggiano, que também acumulava a função de Vigário Geral das Forças Armadas (Vicariato Castrense)⁸³.

Declaradamente não simpático às renovações conciliares, Caggiano e os sacerdotes que faziam parte da ala mais conservadora do catolicismo argentino se depararam com resistências, que provinham, em grande parte, das organizações do apostolado laico (como a Juventude Universitária Católica – JUC, a Juventude Estudantil Católica – JEC e a Juventude Operária Católica – JOC) que aumentavam seu poder de influências tanto no seio dos sindicatos dos trabalhadores, na CGT e nas universidades como também sofriam oposições de parte dos próprios membros da hierarquia, como bispos e padres, simpáticos às novidades do Concílio. O autor mostra que o grande problema, no entendimento da cúpula conservadora, era que esses grupos de católicos, considerados rebeldes, estariam contribuindo para a disseminação da influência marxista nos mais diversos setores da sociedade argentina⁸⁴.

Márcio Moreira Alves (1979, p. 55) mostra que este aspecto também perpassou pelas considerações dos católicos conservadores brasileiros. Com a mudança do discurso ideológico preconizado a partir do Concílio Vaticano II, segundo o autor, despertou um “novo sentimento de missão” tanto nos membros do apostolado leigo (a Ação Católica é um exemplo) quanto nos próprios membros da hierarquia (padres e freiras, especialmente). Contudo, esta “inovadora” postura provocou a rejeição por parte dos grupos de católicos “reacionários”, os quais não repercutiram e não colocaram em prática as novas diretrizes. Para Alves, essa reação acabou por comprometer a unidade do catolicismo brasileiro: “a partir do momento em que o grupo de bispos reacionários [...] passou a utilizar os órgãos de comunicação de massas para delatar o ‘comunismo’ dos progressistas, quebrou-se o mito da fraternidade episcopal”.

⁸² José Ghio (2007, p. 157) afirma que para o laicato argentino como também para a própria Igreja, a década de 1960, “fue un período de tremenda agitación producto del resultado del Concilio Vaticano II y del giro hacia la izquierda de muchas iglesias del continente”.

⁸³ Para o autor, a Argentina foi um dos países em que a hierarquia manteve maior apego às tradições. Contra a fomentação da liberdade religiosa preconizada no concílio, Antonio Caggiano advertiu sobre as reuniões litúrgicas com ministros não católicos sob a argumentação que o decreto conciliar sobre o ecumenismo somente continha princípios gerais (VERBITSKY, 2008 p. 165).

⁸⁴ O caso da Igreja Católica argentina, para José Ghio, é um bom exemplo para o estudo da mudança e resistência dessa instituição com relação às renovações conciliares. Mesmo que tenha legitimado, desde o começo, a todos os governos militares, sua orientação institucional e a relação com a política também dependeu da interpretação dada ao Concílio e, posteriormente em outro contexto, da CELAM. Quer dizer, por mais que o conservadorismo católico tenha se demonstrado majoritariamente naqueles anos de 1960 em relação à política, houve “dissidências” (grifo nosso), as quais manifestaram o seu compromisso com o “popular”.

Para Beozzo (1993), ficou visível o choque interno da hierarquia católica, de um lado a teologia conservadora e por outro a teologia conciliar renovada. Nesse sentido, o autor aponta alguns movimentos da “ala” conservadora do catolicismo brasileiro já mesmo durante a realização das seções do Concílio, os quais giraram em torno da órbita anticomunista:

No final da 2ª sessão do Concílio (1963) foi entregue ao cardeal Secretário do Estado uma petição assinada por mais de 200 padres conciliares de 46 países pedindo que a questão do comunismo, do marxismo e do socialismo entrassem na ordem do dia do Concílio. A iniciativa dessa petição partiu de dois bispos brasileiros: Sigaud e Castro Mayer. (BEOZZO, 1993, p. 88)

Naquele contexto, uma das instituições que se mostrou mais engajada em ser porta-voz do setor conservador acerca dos “avanços” (grifo nosso) Conciliares foi a Tradição Família e Propriedade (TFP)⁸⁵. Criada por Plínio Correia de Oliveira em 1960, a TFP era uma organização civil anticomunista que tinha como objetivo “combater a vaga do socialismo e do comunismo e ressaltar, a partir da filosofia de Santo Aquino e das encíclicas os valores positivos da ordem natural, particularmente a tradição, a família e a propriedade” (RODEGHERO, 2003, p. 93). Esta instituição cabe destacar, não limitou a sua atuação apenas no Brasil, mas se desmembrou em diversas filiais nos países latino-americanos, em que, segundo Beozzo, “o clima político eclesial era favorável à sua expansão, como na Argentina durante os Governos militares [...]” (1993, p. 89)⁸⁶.

A historiografia que se debruçou sobre os efeitos das reformas conciliares nos quadros internos da instituição católica da América Latina, mostra que, por um lado o Concílio foi entendido de acordo com a tônica das democracias liberais europeias, ou seja, como um movimento que se abriu ao mundo moderno, propôs um diálogo com a modernidade, incluindo uma aceitação do secularismo da sociedade contemporânea como um lugar privilegiado para a propagação do Evangelho. Em outra concepção, passou a ser entendido enquanto um movimento de crítica ao capitalismo liberal, ao imperialismo, trouxe a Revolução Cubana como uma via possível de diálogo entre marxismo e cristianismo. Daí a formação daquilo que Ghio (2007, p. 190) denominou como “leitura anti-moderna do

⁸⁵ Para exemplificar a força desta instituição, cabe ressaltar uma campanha organizada por ela destinada a recolher assinaturas para um manifesto que denunciou a infiltração comunista na Igreja. O referido manifesto foi assinado por 24 membros do episcopado (5 arcebispos, 14 bispos diocesanos, 2 bispos auxiliares, 1 prelado e 2 bispos titulares) (ALVES, 1979, p. 89).

⁸⁶ No caso da FAEDA, que foi uma das formas de manifestação da TFP argentina (aspecto visto no primeiro capítulo), é preciso ressaltar a sua atuação não somente durante os governos militares, como destacou o autor, mas também no processo que antecedeu a eles, como instituição engajada e ativa na desestabilização do governo civil de Arturo Illia.

Concílio”, ou seja, a formação de dois setores extremistas, quais sejam, um clássico direitista e ultraconservador e outro de esquerda e revolucionário⁸⁷.

Boaventura Kloppenburg, citado por Beozo (1993, p. 90), caracterizou bem a ruptura do catolicismo a partir das atividades conciliares e a formação de dois campos ideológicos bastantes distintos:

Fui increpado por ter dividido os padres conciliares em dois grupos. Conservadores, com mentalidade estática, autoritária, fechada, reacionária; e inovadores, com mentalidade pastoral, aberta, liberal, [...]. Há no Concílio duas tendências distintas claramente delineadas.

Mais do que utilizar o testemunho de Boaventura para caracterizar o ambiente conciliar, Oscar Beozo o utiliza como um exemplo que pode demonstrar o quanto o “problema comunista”, mesmo para aqueles considerados favoráveis às reformas, representou um peso considerável quando se necessitava uma tomada de posicionamento:

O notável é que Kloppenburg como redator da Revista REB, autor de crônicas do Concílio em 5 volumes, consultor e perito dos trabalhos conciliares [...] tenha se tornado um dos expoentes mais duros de toda a reação contra as comunidades de base [...] contra a teologia da libertação, considerada uma contrafação do marxismo [...] pedindo o retorno dos métodos autoritários e intolerantes por ele condenados.

O anticomunismo advindo das divergências políticas do interior da igreja católica, principalmente a partir das reformas conciliares, ainda é muito pouco explorado pela historiografia. O processo da divisão interna da Igreja aumentou proporcionalmente aos problemas da ordem econômica, social e política, fatores que exigiam uma tomada de decisão dos católicos. O diálogo entre a hierarquia e as bases comprometidas nos movimentos sociais, especialmente as do apostolado leigo, estavam cada vez mais difíceis. A colaboração de religiosos com os setores de esquerda agravou a situação. Os conflitos internos da Igreja a respeito do Concílio puseram os religiosos na discussão pública como nunca antes. O debate começou a ser foco de atenção periodística, especialmente devido ao alto grau de controvérsia por que girou os assuntos eclesiais.

Muito se escreveu sobre a “esquerdatização” por parte de clérigos, a luta por justiça social, o envolvimento de católicos com a luta armada, mas, no entanto, pouco se têm escrito sobre o modo como os setores conservadores se posicionaram frente a essas possíveis

⁸⁷ É preciso deixar registrado que este cenário se enquadra melhor para o contexto argentino, especialmente a partir da agudização dos conflitos sociais no período pós-1968, em que o episódio do “cordobazo” é paradigmático para demonstrar o conflito interno do catolicismo. Contudo, no Brasil, essa situação também pode ser visualizada, principalmente quando se leva em conta a figura de D. Hélder Câmara e a sua atuação política, sendo muitas vezes acusado de ser um difusor do ideário marxista no Brasil.

“dissidências”, quais os seus argumentos e como foram *representados*. Segundo Ghio (2007), a ênfase dos estudos que apontam as experiências inovadoras ou progressistas acabou ocultando as formas claramente tradicionais, conservadoras e regressivas. Para o autor, a dinâmica mudança/continuidade é peça fundamental para que se possa entender as tensões que surgiram no catolicismo latino-americano durante e após o Concílio Vaticano II. Desta forma, adverte que “al destacar los cambios, o que ha ocurrido es que han quedado sin explicación no sólo las experiencias que no marcan ninguna ruptura con modelos previos de iglesia, sino también aquellas que han ofrecido una clara resistencia a esos cambios” (2007, p. 12).

3.2 EM RESPOSTA À INDISCIPLINA: O DISCURSO CATÓLICO CONSERVADOR NAS PÁGINAS DOS JORNAIS

Após a apresentação do contexto político e social que estava inserido o Concílio Vaticano II, o próximo passo é identificar de que forma se deu o debate acerca da disjunção interna do catolicismo nas páginas das grandes imprensas de Porto Alegre e Buenos Aires. O ponto crucial a ser atingido nesta etapa é compreender de que forma o discurso conservador do catolicismo procurou representar os sujeitos e grupos considerados “dissidentes” e como se caracterizou a prática anticomunista neste processo.

De acordo com as considerações apresentadas no primeiro tópico deste capítulo, deve ser ressaltado que o Concílio e os embates político e ideológico que dele foram resultantes proporcionaram a construção de uma nova matriz fornecedora de argumentos para aqueles sujeitos ou grupos que transmitiam seus posicionamentos anticomunistas. Não se quer com isso, em hipótese alguma, desconsiderar a importância do contexto sociopolítico que esteve em torno do debate entre os pré-conciliaristas e pós-conciliaristas, e transformar o Concílio como um fator independente na construção dos argumentos anticomunistas. Entretanto, a proposta é tentar identificar o Concílio como um dos principais vetores de argumentos anticomunistas que foram construídos para o enquadramento dos grupos e sujeitos pertencentes aos próprios quadros da Igreja, sejam eles hierarquizados ou componentes do apostolado leigo.

É preciso deixar posto, também, que por mais que o debate Conciliar tenha surgido no interior do catolicismo, ele tomou proporções que não respeitaram os limites institucionais. Quer dizer, ao longo do desenvolvimento das seções conciliares e as transformações surgidas, os leigos também acompanharam nos noticiários o desenrolar dos conflitos e ficaram

suscetíveis e influenciáveis pelos posicionamentos conservadores que, por se tratarem de posições emitidas por membros da alta hierarquia, os quais tiveram um amplo espaço nas grandes imprensas analisadas, o seu significado pode ter um peso considerável na construção do imaginário anticomunista católico.

O marco temporal utilizado para a análise das fontes de pesquisa, neste capítulo, vai percorrer o período compreendido entre 1961 a 1967. A justificativa para o referido recorte se dá à medida que, conforme visto no tópico anterior, o debate acerca da “esquerdatização” de parte dos católicos se intensificou desde mesmo as Encíclicas de João XXIII, especialmente a *Mater et Magistra*, de 1961. Por outro lado, mesmo que o Concílio tenha formalmente finalizado seus trabalhos em 1965, o debate ultrapassou este marco, mesmo porque o processo de readequação (quando este houve) da igreja latino-americana, especialmente no Brasil e Argentina, não foi imediato, mas gradual, muito em função da própria divisão dos posicionamentos dos católicos, como das próprias estruturas dessas igrejas. Além disso, a publicação, em março de 1967, da primeira Encíclica do Papa Paulo VI, denominada *Populorum Progressio*, vai dar continuidade ao debate que perpassou no Concílio, como, de certa forma, vai oferecer um novo redimensionamento ao processo da “guinada” social da igreja católica nos países foco da pesquisa.

3.2.1 “Condenação ao Comunismo Continua em Pleno Vigor”

O título deste subtópico, retirado de uma notícia⁸⁸ que comentou e transcreveu as palavras do Papa Paulo VI por ocasião do seu discurso na XII Semana de Adaptação Pastoral, reflete, em parte, uma das grandes preocupações dos católicos conservadores naquele contexto de realização do Concílio Vaticano II. Ou seja, a necessidade de deixar claro que, mesmo com possíveis transformações doutrinárias em curso, um aspecto deveria permanecer sem qualquer mudança: o comunismo e os comunistas continuavam sendo os principais inimigos da igreja católica. Além disso, o que se deve levar em conta, além de outros aspectos, é a própria necessidade desse tipo de matéria estar presente nas páginas jornalísticas.

Houve, neste sentido, uma grande preocupação por parte dos grupos conservadores em deixar clara a condenação acerca de qualquer tipo de aproximação entre o cristianismo e o comunismo. Contudo, esta “vontade” e este esforço, é preciso destacar, somente teve sentido a partir do momento que tais grupos conservadores perceberam atitudes “errôneas” (expressão

⁸⁸ Publicada na capa do CP do dia 8 de setembro de 1963.

bastante utilizada por eles) por parte de outros grupos de católicos, considerados ou caracterizados enquanto progressistas.

A historiografia que analisou os movimentos do catolicismo na década de 1960⁸⁹ demonstra que a forma como grupos católicos se apropriaram dos ensinamentos da Encíclica *Mater et Magistra* foi um dos principais fatores que estabeleceram brados de alerta por parte dos grupos mais conservadores. Aqui é preciso estabelecer uma ressalva: não foi a Encíclica em si que provocou um processo de dismantelamento nas questões teóricas e práticas do catolicismo, mas sim a forma como grupos de católicos ou leigos, influenciados por toda uma gama de teorias sociológicas (vistas anteriormente) e pelas especificidades sociais latino-americanas adequaram ou apropriaram seus ensinamentos e provocaram uma pluralidade de interpretações.

Nos jornais de Porto Alegre e Buenos Aires também foi possível detectar este aspecto, ou seja, a “voz” conservadora do catolicismo (mas também da imprensa) se utilizou da ampla divulgação e circulação dos jornais para demarcar, esclarecer, demonstrar a sua versão e as suas verdades acerca da Encíclica aos possíveis leitores dos diários.

No dia 11 de novembro de 1961, o DN publicou um comentário de autoria de Plínio Correa (líder da TFP no Brasil) intitulado “A Socialização na Encíclica *Mater et Magistra*” (DN, 11 nov. 61, p. 4), o qual se inseriu dentre os discursos que fizeram menção, e podem ser considerados como uma resposta às consideradas interpretações errôneas da primeira Encíclica de João XXIII. O referido comentário procurou demonstrar, primeiramente, o entendimento do autor com relação ao comunismo. Nesse sentido, procurou ressaltar o seu inconformismo com a aproximação diplomática entre o Brasil e os países comunistas (aspecto analisado no primeiro capítulo), frisando que tal aproximação havia resultado na caída do Presidente Janio Quadros: “o fato se deve, entre outras razões, ao profundo desgosto, à apreensão vivíssima de grande parte de seu eleitorado, em relação à sua política exterior”. Por outro lado, fez menção aquilo que considerou uma “admirável serenidade das massas rurais”, com o posicionamento deste setor em relação ao “reformismo confiscatório e anticristão” que entendia ser obra dos “demagogos”, que “insistem em lhe oferecer – aos ruralistas – as terras legitimamente pertencente a outros, com a esperança de o conquistar” (DN, 11 nov. 61, p. 4). E, aqui neste trecho, já é possível perceber que as suas argumentações foram cuidadosamente colocadas no sentido de repercutir o conteúdo da Encíclica *Mater et Magistra*, uma vez que esta, como visto anteriormente, trouxe ao debate a questão da reforma agrária.

⁸⁹ Bruneau (1979), Beozzo (1993), Zanca (2007), Verbitsky (2008)

Conforme visto no primeiro capítulo, representar os comunistas como sujeitos que se disfarçavam para conquistar seus objetivos foi uma estratégia intensamente utilizada nos discursos dos católicos. Para Plínio Oliveira, neste sentido, “os comunistas tomaram entre nós o hábito de se disfarçar [...] essa mania de disfarçar é a maior confissão que o comunismo faz de sua própria impopularidade”. Para o autor, o principal e perigoso disfarce que os comunistas se utilizavam na consecução de seus objetivos era “esconder sua ferocidade sob a máscara de blandicioso socialismo”. Segundo o seu comentário, a partir da propaganda socialista, considerada “pacífica em seus métodos, e moderada na aparência quanto a seus objetivos, o público se vai habituando gradualmente às idéias comunistas” (DN, 11 nov. 61, p. 4).

Após atribuir a questão do disfarce aos comunistas, dando ênfase para o maior deles, o socialismo, Plínio Oliveira, tratou de relacionar este aspecto com a religiosidade, expressando-se da seguinte maneira: “para que a máscara socialista iluda com perfeição, nada melhor que marcá-la na frente com o sinal da cruz. Socialismo Cristão é o rótulo predileto atrás do qual se oculta o anticristianismo socialista”. A finalidade do referido disfarce tinha como objetivo tornar o comunismo com “os ares piedosos sem os quais não se conquista a simpatia dos brasileiros”. Daí, que mencionou o livro “Reforma agrária – questão de consciência”, o qual foi um dos autores, justamente pelo fato de este livro ter demonstrado a incompatibilidade entre o catolicismo e o socialismo, causando, segundo ele “mal-estar em certos círculos esquerdistas”. Ou seja, para o autor, seriam os “círculos esquerdistas” os responsáveis pela associação entre socialismo e catolicismo, e isto tinha o propósito de proporcionar maior efetividade na infiltração comunista. Ao mencionar a Encíclica *Mater et Magistra*, em seu texto, este aspecto ficou evidente:

E por esta razão também ouve entre estes – círculos esquerdistas – de Norte a Sul do País, um imenso brado de júbilo diante da notícia de que a encíclica ‘Mater et Magistra’ aprovava a socialização. O comunismo, que não ignora as possibilidades de vitória das minorias organizadas sobre as maiorias desprevenidas, e que trabalha ativamente para conquistar o poder, sentiu-se mais próximo da vitória, com este reforço de prestígio do ‘front’ socialista. (DN, 11 nov. 61, p. 4)

O DN do dia 8 de dezembro de 1961, portanto pouco menos de um mês após a manifestação de Plínio Oliveira, publicou um telegrama de autoria do então governador do Estado do RS, Leonel Brizola, em que o mesmo respondeu o questionamento de “políticos rio-grandenses” sobre quais os princípios que iriam nortear a formação da Frente de

Libertação Nacional (FLN)⁹⁰. Na resposta, Leonel Brizola argumentou: “Tôda a nossa luta [...] está consubstanciada no mais alto e luminoso documento do nosso tempo: a Encíclica *Mater et Magistra*, síntese do pensamento social da Cristandade”. Na opinião do referido governador, a Encíclica e os seus ensinamentos “ajustam-se como uma luva à situação presente no Brasil e na América Latina, trazendo uma luz nova sob a qual poderemos ver melhor as questões que angustiam a humanidade nesta parte do mundo” (DN, 8 dez. 61, p. 3. LB: F.L.N. se inspira nas ideias da encíclica *Mater et Magistra*).

Em face dessa aprovação da *Mater et Magistra*, como também e principalmente a partir da crítica que Brizola emitirá com relação a forma como esta estaria sendo divulgada pelos meios católicos, esses fatores podem ser sugestivos na tentativa de um mapeamento acerca dos grupos (círculos esquerdistas) que estavam sendo alvo das manifestações católicas sobre as interpretações “equivocadas” da referida encíclica. Veja-se, por exemplo, a crítica emitida por Brizola, que reflete o modo como o debate ideológico se intensificou naquele contexto:

[...] é estranho que um documento tão essencial a vida material e espiritual da comunidade cristã seja obscurecido pelos que deveriam ter a missão de divulgá-lo, levá-lo à consciência de todos os homens. Em vez de assim fazê-lo, os que deveriam ter êsse dever antes se empenham em obscurecê-lo, com interpretações restritivas, cegos pela sua casuística. (DN, 8 dez. 61, p. 3)

Buscando demonstrar os embates opinativos que cercavam, num primeiro plano, exclusivamente a interpretação da *Mater et Magistra*, pode-se inferir um cenário em que, de um lado estariam católicos, hierarquizados ou não, preocupados com a inclinação “esquerdizante” da Encíclica, e, por conseguinte, a contribuição desta em promover a infiltração comunista no país. Do outro lado, estariam grupos, ou sujeitos, como o próprio governador Brizola, que conclamavam o documento justamente por este oferecer novos princípios de luta às populações, especialmente dos países subdesenvolvidos. Por isso, argumentou, contra qualquer tentativa de “obscuramento”, que a *Mater et Magistra* “veio para ser executada – essa é a recomendação do Papa Agricultor, SS. João XXIII: ela não foi escrita para permanecer como um texto inoperante” (DN, 8 dez. 61, p. 3).

A vontade em demonstrar as oposições e conseqüentemente a impossibilidade de qualquer correlacionamento entre socialismo e cristianismo podem ser percebidas em diversas

⁹⁰ Um mês após a posse de Jango, que ocorreu no dia 7 de setembro de 1961, Leonel Brizola e Mauro Borges, governador de Goiás, lançam a Frente de Libertação Nacional (FLN) com o objetivo de unir os setores nacionalistas buscando eleger um maior número de candidatos nas eleições legislativas de outubro de 1962. (STEPAN,1975)

publicações nos jornais de Porto Alegre e Buenos Aires. Observa-se que a colocação do tradicional argumento dos católicos em relação a esta questão, que consistia em ressaltar a oposição, por parte do socialismo, à religiosidade e aos valores metafísicos, foi um dos principais artifícios utilizados: “qualquer socialismo nutre um profundo desprezo pelos valores religiosos, negando a vida futura e pretendendo já nesta terra, dar aos homens o paraíso”. O socialismo e o comunismo, depois de galgado ao poder, procuravam “organizar a vida social em função das necessidades materiais [...] desprezando a princípio, hostilizando em seguida, perseguindo depois abertamente a religião” (DN, 24 dez. 61, p. 4).

Quando o propósito era desqualificar qualquer tipo de aproximação entre cristianismo e comunismo, outra estratégia que os católicos conservadores utilizaram na construção de suas argumentações consistiu em recuperar o anticomunismo preconizado por outros Papas, em contextos históricos onde a prática anticomunista católica se revestiu de objetivos e propósitos à luz das especificidades das problemáticas daquelas épocas, distinguindo, em parte, dos propósitos daqueles anos de 1960⁹¹. Um dos motivos para evocarem a tradição anticomunista da instituição se deu na medida em que esses grupos conservadores não encontraram nos pontífices a eles contemporâneos (João XXIII e Paulo VI) as argumentações e o embasamento que necessitavam. Pelo contrário, esses pontífices, na visão conservadora, não combateram ao comunismo como deveriam.

Uma das Encíclicas em que se buscou a legitimação para a condenação da perspectiva de associar socialismo com catolicismo, foi a Encíclica *Quadragesimo Anno*. Para Plínio Oliveira, esta encíclica “levou ao extremo da precisão, o pronunciamento da Igreja a respeito, condenado explicitamente o socialismo até seus matizes mais modernos e afirmando que socialismo e catolicismo são ‘termos contraditórios’” (DN, 11 nov. 61, p. 4).

Para este autor, a palavra *socialização* era um dos fatores causadores dos equívocos na interpretação daqueles que liam a Encíclica *Mater et Magistra*. Por isso, este aspecto demandou um esforço em explicar o significado da palavra socialização no sentido que, a seu ver, era empregada na referida encíclica: “designa [...] a formação e o desenvolvimento de grupos sociais intermediários entre o indivíduo e o Estado, destinados precisamente a atender as necessidades do indivíduo sem que este seja obrigado a apelar ao Estado”. E assim

⁹¹ Sobre este aspecto ver Motta (2002).

concluiu o seu argumento: “ora, isto é precisamente o oposto do socialismo” (DN, 11 nov. 61, p. 4).⁹²

Dom Vicente Scherer, em uma de suas alocuções, buscou como ponto de apoio e embasamento das suas argumentações, um trecho da encíclica *Divini Redemptoris*, na qual, Pio XI havia escrito: “o comunismo é intrinsecamente perverso e não pode admitir em nenhum campo a colaboração com ele quem queira salvar a civilização cristã”. Nesta alocução, ainda no seu título, colocou em destaque um questionamento, como que parecendo interrogar ao seu leitor, contudo já oferecendo um direcionamento da resposta: “Podemos se socialistas e ao mesmo tempo cristãos? (CP, 10 set. 63, p. 10). A partir da resposta que apresentou podem ser subtraídas algumas expressões que permitem verificar a sua visão acerca do comunismo e como o representa. Ao mencionar sobre a “oposição radical e inconciliável” entre cristianismo e comunismo, D. Vicente emitiu todo um saber e uma verdade em relação ao comunismo. Assim, deixou registrado que

[...] o materialismo dialético e ateu, a subordinação total do cidadão, da pessoa humana, aos interesses e planejamentos de um Estado onipotente, a guerra implacável, com o emprego de todas as armas disponíveis, entre as classes sociais, até a esperada vitória integral do proletariado são linhas mestras do sistema comunista. (DN, 10 set. 63, p. 10)

Por um lado, está a essencialidade maléfica dos sistemas comunista e socialista, e por outro, mas correspondente ao primeiro, o fato de ambos os sistemas e aqueles que a eles aderem renegarem a fé cristã. Este aspecto parece ser o ponto fundamental expressado pelo arcebispo, que deveria ser levado em conta na não aceitabilidade da adequação entre o cristianismo e comunismo. Por mais que realçou e levou em conta aquilo que considerava um “avanço progressista” dos sistemas socialistas “revisionistas” os quais, segundo ele, abandonaram “em questões importantes, as teorias e os meios de ação fundados no materialismo dialético de Marx”, se aproximando, desta forma, da “doutrina social cristã e o

⁹² Cabe ressaltar que no parágrafo final deste texto, além de mais uma vez retomar a representação do disfarce para qualificar aos comunistas, o autor ainda explicou os objetivos de sua longa explanação: “sirvam estas considerações para pôr à vontade todos os brasileiros que conservam o sentido de nossas tradições cristãs, para reagir contra o socialismo blandicioso e disfarçado em pele de ovelha”. Caso isso não ocorresse, ou seja, caso não tivesse a reação solicitada contra o comunismo, o autor advertiu que não poderia haver “ação anticomunista séria nem eficiente”.

regime democrático no sentido ocidental”, assim mesmo, afirmou o arcebispo que “persiste a irreduzibilidade com a doutrina cristã”⁹³.

Já em outra de suas manifestações, Dom Vicente Scherer recuperou os ensinamentos da encíclica *Quadragesimo Anno*, especificamente o trecho que demarca a incompatibilidade entre socialismo e catolicismo: “ninguém pode ser ao mesmo tempo bom católico e verdadeiro socialista”. Para o arcebispo, esta aproximação tinha como ponto de partida do “lado” socialista, e este, por seu fim,

[...] foi construído sob uma concepção de vida fechada no temporal, com o bem estar por objeto supremo da sociedade, como por que uma organização social da vida comum que considera a produção fim único, não sem grave prejuízo da liberdade da pessoa humana. (DN, 17 out. 61, p. 4. Socialismo e Cristianismo)

Este discurso do arcebispo, pareceu querer colocar em questão uma “defesa” com relação às ideias manifestadas pelo Papa João XXIII, por ocasião das propostas sociais suscitadas a partir da publicação da encíclica *Mater et Magistra*. Nesse sentido, sua postura foi enfática: “adulteraria substancialmente a encíclica ‘Mater et Magistra’ quem a declarasse favorável a soluções especificamente socialistas”. Por isso, entendia o arcebispo estar acontecendo uma confusão terminológica e de conceitos, por parte de quem empregava a referida encíclica erradamente. Esse aspecto foi demonstrado quando afirmou que a palavra socialismo “tem um sentido histórico fixo. Designa a doutrina ou o ordenamento político social preconizado por Carl Marx”. Já para a palavra socialização, presente na encíclica, o arcebispo buscou uma explicação etimológica para resguardar aquilo que João XXIII queria transmitir aos seus fiéis: “No original latino, êsse termo não existe e a idéia é expressa com as

⁹³ Cabe mencionar que este discurso do arcebispo metropolitano não pode ser considerado apenas uma restrição e uma oposição somente ao comunismo, mas também emitiu duras críticas ao sistema capitalista e aqueles “cristãos e católicos que, declarando-se, embora, fiéis à civilização e às tradições cristãs ocidentais criaram, e se obstinam em manter uma ordem econômica [...] vergonhosamente egoísta”. Contudo, essa crítica ao capitalismo se estabeleceu a partir da emergência de um pensamento que entendia que a propagação do comunismo crescia, especialmente, nos países em que as desigualdades sociais e econômicas se faziam latentes (conforme visto no primeiro capítulo), portanto, especificamente na “falência” do sistema capitalista em promover justiça social. Este pensamento pode ser muito bem extraído das palavras de D. Vicente quando este expressou o modo como frear o avanço do comunismo: “A única arma capaz de barrar o avanço do comunismo e dos socialismos consiste na implantação de uma ordem social que a todos ofereça condições satisfatórias de vida e possibilidade de alcançar seu destino supremo” (CP, 10 set. 63, p. 10).

palavras ‘socialium rationum incrementum’, isto é, aumento de relações sociais” (DN, 17 out. 61, p. 4)⁹⁴.

Além das confusões entre conceitos, o arcebispo se preocupou em discorrer sobre as vantagens que a doutrina social da Igreja traria ao homem, colocando-a lado a lado com as desvantagens do progresso sob a concepção comunista. Argumentou que, por mais que o “programa socialista” tenha adotado algumas reivindicações cristãs, estas, segundo ele, “são decorrentes de princípios que os socialistas inspirados no seu materialismo histórico e dialético, não aceitam”. Deste modo, demonstrou toda a sua condenação ao progresso “obtido na Rússia, na China e outros países soviéticos”, pois, foi um progresso obtido “a custa do trabalho escravo e da liquidação de milhões de vidas” (DN, 17 out. 61, p. 4)⁹⁵.

Indignado com os constantes equívocos das interpretações acerca do pensamento do Papa João XXIII, transmitidos através das encíclicas *Mater et Magistra* e *Pacem in Terris*, como também a partir do Concílio Vaticano II e as novas posturas pastorais do catolicismo naquele contexto, o católico Gustavo Corção⁹⁶, da mesma forma que D. Vicente Scherer, partiu para uma eloquente defesa a João XXIII. Em uma de suas colunas publicadas no CP esse aspecto ficou bastante evidente. Ainda no início de seu texto, quando se referiu a uma entrevista concedida para uma jornalista, a qual teria lhe indagado sobre as reformas da igreja ou suas supostas “aberturas” para a esquerda, Corção depreendeu o seguinte comentário:

⁹⁴ Como se poderá visualizar mais adiante, quando serão citados outros religiosos que propuseram defender João XXIII e as suas ideias transmitidas através das Encíclicas e do próprio Concílio Vaticano II, por quanto da sua participação, a prática em tentar explicar o “real” significado daquilo que o pontífice queria passar aos católicos será constante entre aqueles que tiveram seus textos publicados nos jornais. Este aspecto pode ser considerado como uma comprovação de que outros grupos estariam se apropriando dos mesmos conceitos, contudo, como forma de dar embasamento e justificação para suas atuações, as quais, obviamente, foram de encontro com que os conservadores acreditaram ser o correto.

⁹⁵ Ainda nesta passagem, parece ser importante destacar a forma como em seu texto procurou construir uma realidade negativa e pejorativa do mundo comunista. Além de tentar demonstrar que no comunismo o progresso era obtido através do trabalho escravo, conforme visto anteriormente, ainda o arcebispo salientou a “admirável prosperidade dos países como Estados Unidos e todo Norte da Europa mais florescentes e principalmente mais felizes que a Rússia”, país este, que no seu entender, utilizava de “métodos brutais e desumanos [...] para um avanço rápido no caminho do desenvolvimento” (DN, 17 out. 61, p. 4).

⁹⁶ Este intelectual se estabeleceu como um dos sujeitos mais atuantes e enfáticos na divulgação da propaganda anticomunista. Especialmente no contexto da Realização do Concílio Vaticano II, Corção escreveu extensas colunas no CP, no espaço denominado “Especiais para o Correio do Povo”, denunciando aquilo que era entendido pelos conservadores como um processo de “esquerdatização” das correntes progressistas do catolicismo. É possível considerar Corção, juntamente com D. Vicente Scherer, como uma das principais vozes anticomunistas católicas a exprimir suas opiniões na imprensa de Porto Alegre. Entretanto, as ideias de Corção não se limitaram apenas ao periódico gaúcho, mas também nos principais periódicos nacionais. Pertencente aos quadros do laicato nacional, este intelectual defendia suas ideias com veemência, muitas vezes, como se verá na análise de alguns de seus textos, utilizando palavras fortes e marcantes, avaliando a realidade brasileira e mundial a partir de uma ótica conservadora em que, muitas vezes, o eixo central de suas colunas foi o combate ao ideário comunista, bem como a possível influência deste no meio católico. Sobre a trajetória de Gustavo Corção enquanto um intelectual católico, porta voz do laicato brasileiro, ver em SILVA (2004) e PAULA (2007).

“pude apreciar a singela convicção com que a jovem jornalista imaginava ter o Papa João XXIII apoiado o socialismo”. Daí, que, em seguida, transmitiu sua indignação: “Foi tanta a bulha, tamanha confusão criada em torno das grandes encíclicas, que se tornou possível a afirmação de que João XXIII revogara a condenação feita por seus predecessores e passara a recomendar o diálogo” (CP, 29 dez. 63, p. 4. A Igreja e o Mundo).

Corção, com esta coluna, não ficou restrito apenas a mostrar sua indignação, mas também se empenhou em demonstrar, ao seu leitor, os pontos específicos que levava as encíclicas e a postura de João XXIII a serem equivocadamente interpretadas. Nesse sentido era preciso recuperar a voz de Pio X, considerado por ele um “grande Papa”, que “afrontou a modernidade, que na famosa ‘Pascendi’ denunciou os vícios e erros do ‘modernismo’”. Ou seja, enfatizou a questão da modernização como sendo um grande mal para a Igreja e seus seguidores. Aliás, a modernização e os modernistas eram parte das suas preocupações, pois estes são os que “procuram mundanizar a Igreja, e que só falam na Igreja como quem fala na Petrobras, na ONU, ou em qualquer outro instituto humano”. Portanto, colocou João XXIII na posição de vítima de equivocadas interpretações, aspecto que fica perceptível na passagem que referiu sobre uma possível canonização de João XXIII, sugerindo que este seja colocado entre os mártires, pois, no seu entender, “foi um grande perseguido, e perseguido pelos que o flagelavam com elogios modernistas e socialistas” (CP, 29 dez. 63, p. 4).

Ainda na coluna de Corção, é possível observar uma estratégia bastante utilizada nas argumentações anticomunistas dos católicos, que consistia em perpassar ao leitor alguma comprovação ou um tipo de “atestado de verdade” sobre o assunto referido, que no caso em questão, foi em demonstrar, explicitamente, que João XXIII estaria sendo vítima de “falsas” interpretações. Primeiramente, de forma irônica, desqualificou a sua entrevistadora, a qual, segundo ele “não soube dizer se lera ou não lera as encíclicas. Acabou descobrindo que efetivamente não lera e que também não se lembrava em que coluna, debaixo de qual assinatura, lera tais opiniões”. Num segundo momento, organizou, através da emissão de um saber, a sua “defesa” em relação a João XXIII. Ainda se referindo à sua entrevistadora, afirmou:

Espantou-se um pouco quando eu disse que João XXIII reafirmara a mesma posição de Pio XI, e reforçara com expressões enérgicas a condenação do comunismo e do socialismo, mesmo moderado: ‘prae se fert praeterea Antistes sacrorum Maximus communistaram, qui dicunt, et cristianorum placita inter se repugnare vehementer’. O comunismo e o cristianismo entre si se repelem com veemência. (CP, 29 dez. 63, p. 4)

O debate em torno das ideias e concepções de João XXIII, importante deixar frisado, não se restringiu apenas aos religiosos que escreviam ou apareciam com regularidade nas páginas jornalísticas. O próprio sucessor de João XXIII, o Papa Paulo VI, também emitiu suas considerações e, por que não, a sua defesa em relação ao modo equivocado que as ideias do Papa anterior estavam sendo interpretadas. “No aminora la iglesia su Oposición al Comunismo: Lo declaró Paulo VI a Obispos” foi o título de uma notícia em que Paulo VI teria dito a um grupo de bispos que a igreja católica “no ha cambiado su juicio sobre los errores difundidos en la sociedad contemporánea, algunos de ellos ya condenados oportunamente, como el marxismo ateo”. Nesta publicação é possível perceber o modo como o editor da notícia procurou salientar, na fala de Paulo VI, o correto entendimento do que havia dito João XXIII: “En una alusión a su predecesor Juan XXIII, Paulo VI dijo que este busco una nueva relación con los países comunistas mientras mantenía la histórica oposición de la Iglesia a las opresiones y la filosofía comunista” (CL, 7 set. 63, p. 3).

De outra parte, a publicação em questão permite encontrar um dos aspectos em que poderiam estar se assentando as falhas das interpretações, ou seja, o tema da nova postura pastoral que a igreja estava adotando naquele contexto de transformações doutrinárias. Na passagem a seguir, é possível perceber este aspecto: “el sumo pontífice abordó luego el tema de la adaptación pastoral en los tiempos modernos, y señaló que sería una imprudencia creer que la importancia atribuida a la actividad pastoral significa un olvido de la especulación teológica”. Portanto, para o pontífice, o entendimento era que, ao se valorizar a prática pastoral, estariam alguns católicos esquecendo de conjumar os valores espirituais, contribuindo, com isso, em relativizar a condenação ao comunismo, também considerado enquanto uma forma de valorizar somente a materialidade das ações⁹⁷. Por isso, defendeu Paulo VI que “el espíritu y la voluntad, el pensamiento y el trabajo, la verdad e la acción, la doutrina y el apostolado, la fe y la caridad [...] asumen en la vida de la iglesia funciones complementarias cada vez más estrechas e interdependientes” (CL, 7 set. 63, p. 3).

“El Papa y los Comunistas” foi o título de um comentário do monsenhor José Medina publicado no LR, o qual permite verificar alguns aspectos bastantes significativos acerca do debate travado em torno da possível aproximação entre cristianismo e comunismo. Por seu turno, é preciso destacar a forma como Medina “defendeu” o Papa João XXIII acerca do fato

⁹⁷ Este aspecto também foi motivo de preocupação para Gustavo Corção. No seu entender a nova pastoral, “tem uma dificuldade dobrada, porque deve, sem diminuição da solicitude lutar contra a naturalização, a mundanização da Igreja”. Ao contrário do que estava sendo entendido na época por diversos segmentos católicos progressistas, para Corção “não é o problema social, não é mesmo a paz mundial que mais interessa à igreja: é, como sempre foi e sempre será, a salvação das almas” (CP, 29 dez. 63, p. 4).

de ter proporcionado algum tipo de conciliação com os comunistas. Nesse sentido, entendia que a “aproximação” era fruto de interpretações equivocadas: “que deseaban los comunistas del ex arzobispo de Milán? Ni un Pio XII ni un Juan XXIII. Mejor dicho, querían a un Juan XXIII mal interpretado” (LR, 24 out. 63, p. 3).

Outro aspecto que deve ser considerado nesta manifestação se concentra em explorar os motivos pelos quais os católicos de maneira geral, e aqui representados pelo monsenhor Medina, deveriam se preocupar pelo modo como Paulo VI, o atual pontífice, se posicionaria frente ao comunismo. Questionou Medina como os “comunistas veían a Paulo VI; que pensaban de él: qué esperaban del flamante Papa?”. Chegou à conclusão de que “por encima de la expectativa que su designación creó en el campo rojo, le tenían miedo”. Questionam-se os motivos destas constantes confirmações da incompatibilidade entre cristianismo e comunismo. Se, conforme afirmou Medina, “los comunistas la tienen bien clara y nosotros podemos comprobar”, se este aspecto em si já era condenado, como pode ter movimentado tantas posições, tantas manifestações, tantos discursos de reconfirmação? Por que foi preciso, conforme comprova o texto de Medina, recuperar as palavras de Paulo VI, proferidas por ocasião da abertura da segunda seção do Concílio Vaticano II, nas quais indagou sobre os religiosos ausentes, impossibilitados de estarem presentes no Concílio em função da perseguição religiosa nos países comunistas? Por que Medina precisou afirmar sobre uma reunião de Paulo VI com os bispos italianos, na qual teria colocado “pesoalmente normas precisas de actuación em contra de una pseudoapertura al comunismo”? Todos esses questionamentos podem indicar, de certa forma, como os setores conservadores do catolicismo amplamente se utilizaram da imprensa como meio para confirmar e defender a incompatibilidade entre comunismo e cristianismo.

Por outro lado, analisando esta comunicação de Medina, impressa no LR, é possível perceber que parte dela se construiu a partir do discurso de Paulo VI por ocasião da abertura da segunda sessão do Concílio Vaticano II. Contudo, o discurso de Paulo VI se direcionou em criticar e protestar contra a antirreligiosidade praticada nos países comunistas. Mais uma vez, então, a reprodução das palavras proferidas naquela oportunidade: “debemos ser realistas [...] Podemos estar ciegos y no advertir que muchos puestos de esta asamblea están vacíos? Donde están nuestros hermanos de naciones en que la Iglesia es combatida [...]”. Sutil deslocamento proporcionado por Medina do texto atual. A mesma citação, o mesmo texto de Paulo VI foi reapropriado, com um uso bastante diferenciado daquele “original”. No texto de Medina, o objetivo de recuperar as palavras do pontífice foi exatamente para que tivesse certeza e convicção, e desta mesma forma passe aos seus leitores que a postura anticomunista de Paulo

VI seria mantida. Esse exemplo, essa apropriação operacionalizada a partir de ideias que circulam entre grupos, entre as imprensas, entre as instituições, e essas ressignificações produzidas, podem ser um indicativo do quanto a temática poderia ser um fator primordial de demarcações de posicionamentos, de posturas, de práticas, demarcações, inclusive de inimigos políticos.

Parte dos textos da Rádio do Vaticano, publicados nos jornais, também compuseram o coral dos grupos conservadores do catolicismo que entoaram a reprovação acerca das especuladas aproximações entre cristianismo e marxismo. No dia 2 de agosto de 1963, o CL trouxe publicado em suas páginas um desses textos originário da Rádio do Vaticano, conforme se pode visualizar na ver fotografia abaixo. Com o objetivo de esclarecer sobre “las tácticas marxistas-comunistas”, e de “expresar que son insostenibles, tanto para el cristianismo como para la humanidad libre y consciente”, o editorial de notícias do CL expressou e seleccionou (do texto da rádio) algunas argumentações que podem dar uma dimensão da forma como a temática estava sendo repercutida. Cabe destacar que esta publicação pode ser um demonstrativo do posicionamento político e ideológico do jornal, uma vez que o espaço destinado para a reportagem não era exclusivo do catolicismo. Nesse mesmo sentido também é preciso destacar o local e o tamanho da sua publicação, que compreendeu toda a parte superior da página, trazendo o título em letras em negrito e tamanho que se destacavam de outras reportagens.



Uma primeira argumentação do texto levou em conta que, mesmo com a “evolución temporal” e as “configuraciones geográficas o étnicas”, não se deveriam conferir ao comunismo ou ao marxismo “títulos de recomendación ante los pueblos libres y mucho menos ante los católicos”. Da mesma forma que era um dever “promover, secundar y alentar iniciativas y entendimientos que favorezcan la paz entre los pueblos”, também era um dever “la oposición vigilante, contante e insobornable a la ideología marxista cerrándole toda vía de penetración” (CL, 2 ago. 63, p. 3. Radio Vaticano: Ninguna situación Justifica Indulgencia Frente al Comunismo).

A referida “via de penetração”, de acordo com que se pode aferir do texto em questão, não poderia ser outra se não no próprio seio do catolicismo “atraído” pela teoria marxista. E é exatamente esta ideia que o texto separado pela editoração da notícia perpassa, ou seja, primeiramente que a aproximação entre cristãos e marxistas era fruto de uma estratégia do comunismo em atrair novos adeptos. Daí que a imagem vendida é de um comunismo extremamente poderoso frente à fragilidade dos católicos:

[...] es infinita la serie de iniciativas que el comunismo marxista puede extraer de su inagotable fantasía táctica para influenciar la esfera emotiva y suscitar simpatías que acallen las dudas, confunda las ideas y disminuya la instintiva resistencia que todo hombre libre, todo creyente y todo católico experimenta frente a la ideología marxista y comunista. (CL, 2 ago. 63, p. 3)

O texto também colocou em evidência os principais pontos ou motivos, porque a aproximação entre marxismo e cristianismo não deveria ser levada em conta, principalmente pelos católicos. Nesse sentido, explicou que “el comunismo marxista es la antítesis del cristianismo y la negación de la libertad, de la verdad, de la justicia y de la paz”. Então, a oposição preconizada e defendida nesta matéria, representou um comunismo “essencialmente” (grifo nosso) incompatível como cristianismo. Tal representação se apoiou, basicamente, em três termos distintos: éticos: “la concepción marxista y comunista es y seguirá siendo materialista y atea”; em termos de intolerância religiosa: “la praxis dela comunismo es y seguirá siendo la opresión de la libertad e la persecución de toda auténtica creencia religiosa y en particular, de la iglesia; e, por último, em termos de práticas: “la

mística de la lucha y de la revolución es y seguirá siendo el método irrenunciable de la penetración e conquista”⁹⁸.

Tento em vista esse tipo de publicações que, como se observa nas publicações já analisadas, foram bastante recorrentes nas grandes imprensas de Porto Alegre e Buenos Aires, publicações que não cansaram de ressaltar todas as incompatibilidades entre marxismo e cristianismo, entre comunismo e igreja católica, é possível visualizar os conflitos, ou os embates ideológicos e políticos que a temática poderia estar suscitando, especialmente na parte interna do catolicismo. Mas também este tipo de publicação deixa algumas questões importantes para perceber a forma de como foram operacionalizadas a estratégia de fazer surgir, colocar em evidência, por parte dos católicos conservadores, as oposições e as incompatibilidades ressaltadas. Daí perceber, justamente, os aspectos que podem ser considerados como aqueles que, na busca pela construção destas oposições, ao mesmo tempo inventaram um comunismo com atributos suficientemente preenchidos com as “qualidades” necessárias para deslegitimar qualquer tipo de compatibilidade com o cristianismo.

Mas qual seria o motivo para tamanho esforço? Por que essa vontade em confirmar, esclarecer, explicar, trazer a “verdade” sobre a relação comunismo/cristianismo? Mais que simplesmente fazer um alerta sobre os perigos da infiltração comunista, os católicos estavam preocupados em demonstrar “como” da infiltração. Talvez estivessem preocupados também em demonstrar “como” identificar os dissidentes e qual atitude tomar perante eles.

3.2.2 Quando os Progressistas se Tornaram Comunistas

Em grande parte das matérias jornalísticas que trouxeram expressões sobre o tema marxismo/catolicismo, pelo menos um aspecto pareceu estar constantemente perpassando por todas as publicações. Qual seja, o fato de que os católicos que demonstraram seus posicionamentos políticos e sociais, com um postura que os diferenciava daquelas mais tradicionais, ou posturas que eram vinculadas com os novos ensinamentos das Encíclicas Sociais (*Mater et Magistra*, *Pacem in Terris* e *Populorum Progressio*), bem como do próprio Concílio, acabaram sendo, invariavelmente, identificados com a expressão “progressista”. A questão é que ser um católico progressista, no contexto da década de 1960, não apresentava

⁹⁸ Cabe destacar que o editorial de notícias também priorizou a publicação da parte do texto da Rádio do Vaticano que explicitou quais deveriam ser as atitudes, ou o posicionamento dos católicos frente “a esas ideologias extremistas”: “el juicio y la actitud de los hombres libres y principalmente los católicos, respecto del marxismo y del comunismo, no pueden ni deben ser cambiados. Con la ideología marxista-comunista es necesario ser intransigentes” (CL, 2 ago. 63, p. 3).

apenas as caracterizações acima colocadas. Ser caracterizado de progressista na década de 1960, sob o ponto de vista dos conservadores, carregava em si uma forma depreciativa de conceber as novas diretrizes do catolicismo. Esta década, pode-se dizer, foi o período em que pretendeu-se cristalizar negativamente todos aqueles reconhecidos como progressistas. Pode-se dizer, enfim, foi o período quando os progressistas se tornaram comunistas.

Quando se examinam os textos dos católicos publicados nos jornais, constata-se que havia nesses discursos uma explícita vontade de esclarecer a definição do que viria a ser um católico progressista, muito provavelmente, como um artifício de alertar os “verdadeiros” fiéis quanto à sua periculosidade. Mas especificamente para os católicos que se faziam presentes nas páginas jornalísticas, o que viria a ser um católico progressista? Esta é uma das perguntas que esta seção pretende responder. Além disso, tentar-se-á mapear os discursos adjacentes deste principal, verificando de que maneira eles contribuíram para a consolidação da negatividade que representava, na década de 1960, ser um católico progressista.

Dom Vicente Scherer, uma das vozes conservadoras mais presentes na imprensa de Porto Alegre, em uma de suas alocuções intitulada “Progressismo Inadmissível”, defendeu que os adeptos do progressismo eram aqueles que “esperam a solução dos problemas sociais do emprêgo da tática da ‘mão estendida’ ou da colaboração com o comunismo” (CP, 6 jul. 65, p. 15). Para o arcebispo, o apoio dos progressistas aos comunistas não implicava necessariamente na aceitação total do marxismo e nem adesão ao Partido Comunista, contudo, como ele mesmo advertiu, na prática isso acontecia, uma vez que recomendavam “plena unidade de ação com o partido comunista”. Na medida em que eram complacentes com o comunismo, sobressaíam nos progressistas as suas ideologias anticapitalistas, condenando desta forma qualquer aproximação com o país expoente do lado ocidental daquele contexto, os Estados Unidos.

Para o arcebispo, o principal foco disseminador desta doutrina no Brasil foi a Ação Popular, instituição que se manifestou abertamente favorável às ideias marxistas e que recebeu uma considerada oposição dos setores conservadores do catolicismo, conforme indicou na seguinte passagem:

O programa da falada “ação popular” adotava tal posição doutrinária e, não fossem a vigilância e as advertências das autoridades eclesiásticas, as mesmas opiniões se teriam infiltrado profundamente em algumas organizações católicas de vanguarda notadamente de estudantes. (CP, 6 jul. 65, p. 15)

Isso significa, e levando em conta as constantes manifestações dos setores conservadores com relação ao assunto, que o número de adeptos, bem como a intensidade da

influência dos setores “progressistas”, aumentava consideravelmente nos católicos em geral, ocasionando constantes manifestações de alerta e advertência por parte dos grupos conservadores, contrários às posturas daqueles considerados progressistas.

Outra característica imposta pelo arcebispo aos setores progressistas se estabelecia na forma que estes aceitavam e consideravam a possibilidade de distinguir entre ateísmo materialista e ação social dos marxistas. Ou seja, os progressistas, na visão de D. Vicente, entendiam que era lícito condenar o comunismo à medida que se mostrava contrário a Deus, contudo, para eles a autoridade eclesiástica não deveria interferir em questões de ordem social ou temporal. Desta forma, alertou o arcebispo: “[...] formando assim a sua consciência tais cristãos estavam dispostos a se ‘engajar’ incondicionalmente na ação social e política promovida pelo comunismo”. Só que é neste fator que começariam os problemas, segundo o que entendiam os grupos católicos conservadores.

Não entendiam, e deixam isso bem claro, ser possível apoiar o comunismo no plano social sem favorecer a sua ação em outros setores, pois conforme declarou D. Vicente, “a ideologia do marxismo, sua doutrina sôbre a vida [...] estão inevitavelmente na base de tôda a ação econômica e política dos comunistas”. Em outras palavras, por mais que a ação baseada na ideologia marxista se revestisse das melhores intenções, até mesmo exclusivamente em transformações no plano social, para os conservadores, em algum momento, os adeptos se veriam colocados diante da opção entre a “filosofia atéia do comunismo e a filosofia religiosa do Evangelho”, o que resultaria, inevitavelmente “no triunfo do comunismo e a consequente destruição, imediata ou lenta, da liberdade religiosa” (CP, 6 jul. 65, p. 15).

Foi possível constatar que um dos aspectos que faziam proceder com as constantes críticas dos católicos às influências marxistas no campo social e também no próprio catolicismo, era a visão de que, em face da crescente aceitabilidade da ideologia marxista em diversos setores da sociedade e esta sendo considerada como uma força importante no combate às desigualdades sociais, os católicos buscavam argumentos que dessem conta de defender a doutrina social da Igreja como sendo tão ou mais eficiente quanto a ideologia marxista. Na passagem em que o arcebispo respondeu uma crítica de que a Igreja seria aliada do capitalismo e dele se servia para a manutenção de seu poder de influência na sociedade, crítica essa revestida de argumentações pautadas no marxismo, podendo se evidenciar que os argumentos do arcebispo eram sim rebatidos e contrariados, a questão da efetividade da igreja nas questões sociais foi argumentada:

A doutrina social cristã não se mostra contrária a qualquer aproveitamento de capital, mas inculca que a propriedade tem função social e seu uso deve obedecer a determinadas leis e restrições, ditadas pela justiça dos assalariados e do bem comum. Os abusos do capital, as injustiças sociais, a exploração dos economicamente fracos e dependentes são condenados pela igreja com igual ou maior veemência que pelos marxistas. (CP, 13 jul. 65, p. 9. A doutrina social cristã em face do uso da propriedade)

“Progresso e progressismo” foi o título do “Espacial para o correio do Povo” de Gustavo Corção, publicado no dia 11 de julho de 1965. Este escritor se tornou uma das principais vozes do anticomunismo católico a marcar sua presença nos jornais porto-alegrenses, especialmente no CP, no contexto da realização do Concílio Vaticano II. Neste contexto, a principal temática que envolvia seus “especiais” para o CP se configurou em denunciar, criticar, fazer oposição, difamar, aquilo que considerava como “frivolidade progressista” da sociedade em geral, mas principalmente no catolicismo, quer dizer, o progressismo dos católicos, na sua visão, se vinculava diretamente na aceitação da ideologia marxista: “o que mais dói nessa matéria é a manifestação na mesma frivolidade no meio religioso” (CP, 11 jul. 65, p. 4).

A estrutura de suas colunas que traziam assuntos de ordem religiosa, geralmente era a mesma, ou seja, a primeira parte era destinada a demarcar a sua contrariedade com relação às mudanças da sociedade, contra o progresso, fazendo apologias ao que era tradicional, ao que considerava imutável, procurando mostrar exemplos práticos para que o leitor pudesse compreender melhor seu raciocínio. Neste texto, o exemplo escolhido versou sobre a discussão entre um “velho” e um “novo” em que o assunto em pauta era o “estilo de namoro” das duas gerações. No final do diálogo, o velho saiu vencedor: “todos se convenceram de que alguma coisa permanecia constante, em matéria de namoro e noivado, nos mais angulosos momentos históricos”. Por seu turno, na segunda parte, após as explicações conceituais e os exemplos esclarecedores da primeira, Corção manifestou-se abertamente contra o “progressismo” dos católicos, sempre relacionando esse com a influência marxista, que a seu ver, cada vez mais ganhava adeptos por parte dos religiosos.

Outro aspecto que se deve considerar é que Corção colocava o movimento militar de 1964 enquanto processo que freou o avanço marxista em direção aos católicos. E, neste mesmo sentido, só que com propósito inverso, ele também apontou dois significativos momentos em que essa nova postura de alguns católicos foi fortalecida. Primeiramente destacou as ideias difundidas nas encíclicas do Papa João XXIII, como também e principalmente a realização do Concílio. Isso explica as diversas manifestações contrárias às “novidades” do catolicismo surgidas a partir do Concílio. Para o colunista do CP, o

progressismo tomava conta da igreja católica naquele contexto. Entretanto, curiosamente, o bem maior da realização do Concílio, a seu ver, consistia no fato de proporcionar uma “consciência mais viva que a Igreja tem de si mesma”, a qual, repercutia no alerta e no maior preparo para combater a presença de fenômenos que corrompiam a instituição, citados pelo autor como “progressismo”, “modernismo”, “pelagianismo”, e o “liberalismo filosófico”. Neste sentido, a grande lição da experiência do Concílio, para Corção, foi de demonstrar a necessidade de “trabalhar mais para a coesão da própria Igreja”, fator que evidenciava, em parte, que o Concílio foi o responsável pela desagregação do catolicismo. Essa desagregação parece pesar muito nas observações de Corção, sendo que o principal fator desagregador nunca foi por ele escondido, quer dizer, se tratava da influência modernista na ideologia e doutrina dos católicos, muitas vezes vindo na forma de cooperação e aceitação da filosofia marxista. Na passagem a seguir, este aspecto não foi externado explicitamente, contudo, permite chegar às mesmas conclusões:

Sem esta solidêz a igreja não poderá enviar seus filhos em missão de cristianização das estruturas sociais [...] porque esses missionários desparelhados da sólida doutrina terão a sorte que tiveram muitos dos padres operários e dos padres sociólogos e economistas: foram converter e saíram convertidos [...]. (CP, 19 set. 65, p. 4)

Chama atenção nestes “especiais” de Gustavo Corção o fato de uma grande parte dos seus textos sempre trazer situações em que nos exemplos ficam expostas situações vinculadas ao “progressismo dos católicos”, obviamente que numa maneira pejorativa. No texto em que o tema central foi a “democracia brasileira” e os “falsos valores dos políticos”, na passagem que utilizou para justificar a sabedoria popular e, a partir disso tentando demonstrar que o problema do processo eleitoral não estava na ignorância do povo, mas sim nos políticos, Corção citou o seguinte exemplo:

[...] há por aqui uma paróquia com padre esquerdista empenhando em fazer o que o Sr. Fullbright, com enorme circunspeção, chamou “revolução social da América Latina”. Para esse fim, congregou uns “jovens”. E para o início da dita revolução enviou os ditos jovens em missão cataquética junto a umas modestas empregadas domésticas que imprudentemente frequentavam a dita paróquia. Puseram-se os moços em atividade de conscientização das atividades domésticas. A idéia consiste em fazê-las terem raiva das patroas, e dessa raiva, através de um processo doutrinário, passarem a uma atividade mais revolucionária. (CP, 23 set. 65, p. 4)

Esta passagem merece uma análise mais demorada. Inicialmente, deve-se ressaltar que não se está se levando em conta a veracidade ou não das suas afirmações, mas exatamente a

mensagem que elas perpassam aos possíveis leitores de seus “especiais”. Nesse sentido, é evidente a mecanicidade com que descreveu o exemplo, ou seja, tentando demonstrar, primeiramente, o princípio do problema, ou as suas causas, as quais podem ser resumidas em um católico (padre) com um posicionamento esquerdista e o seu poder de influência num setor da sociedade que era motivo de intensa preocupação por parte dos católicos, exatamente pela forma como eram suscetíveis às novidades, ou seja, os jovens. Daí, o fio condutor da sua narrativa apresenta os objetivos perseguidos por católicos com a mesma postura do padre citado por Corção, quais sejam, fazer com que os jovens já doutrinados com “pensamentos esquerdistas” utilizem seu poder de persuasão para fazer suas ideias penetrarem (para utilizar o mesmo linguajar que os católicos utilizavam) nas pessoas humildes, representadas pelas empregadas domésticas. Conforme as outras passagens já analisadas no primeiro capítulo, uma das grandes preocupações dos católicos em relação à infiltração marxista se dava por conta do grande poder de influência de suas ideias nos setores populares, sujeitos, pela sua condição social, a serem cooptados pelas promessas de melhoras de condição de vida.

No final da história de Corção, dentre as três partes que compunham a sua narrativa, quais sejam, o padre, os jovens universitários e as moças, ficou definido que seriam as últimas aquela parte que iria descobrir, em primeiro lugar, o “ridículo da situação” como definiu o autor. Um final de certa forma surpreendente, que mais parece um desejo de um final feliz, ou, em outras palavras, a difusão daquilo que seria uma imagem perfeita do processo, quer dizer, a conscientização dos populares contra a tentativa de serem enganados ou corrompidos pelos agentes da revolução social. Um final de história que é contrastante com o pessimismo com que enxergava a realidade naquele contexto.

“Crisis en la Iglesia Posconciliar?”

Este foi o título de um discurso proferido pelo monsenhor Jerónimo Podestá na comemoração de bodas de ouro de uma escola de Buenos Aires, do qual, grande parte deste foi transcrito no LR. Trata-se de um discurso que permite observar a forma como se estava desenvolvendo o debate em torno das ideias conciliares. Mais do que isso, trata-se de um texto que transmite o pensamento da outra parte do diálogo, quer dizer, daqueles que eram considerados progressistas. E é com a ajuda de sua fala que se pode verificar quais questionamentos estaria sofrendo, quais as perguntas a que se propunha responder.

Ao contrário das vozes conservadoras que viam a realização do Concílio provocar uma crise e divisão do catolicismo, conforme alguns textos já analisados neste capítulo, para Podestá o Concílio foi convocado em função da crise que a Igreja sofria no período anterior à realização do Concílio. Entretanto, para ele, a crise não se igualava aos mesmos termos dos conservadores, para ele, a crise do catolicismo se estabelecia na incapacidade de a Igreja se adequar aos tempos modernos: “cuantas veces se oyó decir a la gente del pueblo de todo mundo, si los curas no cambian, la Iglesia Católica no progresará!” (LR, 13 ago. 66, p. 5), exclamou o Monsenhor. Não foi sem propósito, neste sentido, o provocativo título que foi dado para o seu discurso, quando no mesmo, ironicamente, questionou: “Crisis en la Iglesia Posconciliar?”. Nas suas palavras fica claro o recado aos conservadores: “si el concilio Ecuménico Vaticano II ha producido una crisis en la Iglesia Católica, debe sostenerse que esa crisis ha sido pre e no posconciliar, sencillamente porque el concilio fue provocado por la crisis” (LR, 13 ago. 66, p. 5).

Se houve crise pós-conciliar, e isso admitiu monsenhor Podestá, esta se deu além das dificuldades com que sacerdotes e laicos se adequaram às novas doutrinas conciliares, mas também pelas resistências dos setores conservadores, vistos por Podestá como um entrave nos sucessos das reformas. Na passagem seguinte, deixou perpassar este seu sentimento, além de demonstrar que um dos pontos principais que causou resistência nos setores conservadores foi o fato de o Concílio não ter, entre as suas pautas, qualquer referência à condenação do comunismo: “el mundo sabe que hubo obispos que exigieron condenar al comunismo, sin advertir que el comunismo ya está condenado y que ello significaba mezclar a la Iglesia católica con cosas políticas” (LR, 13 ago. 66, p. 5). No final de seu discurso, monsenhor Podestá mais uma vez deixou um recado aos religiosos resistentes às reformas conciliares: “[...] que el concilio pastoral no terminó sino que, en verdad, parecería que recién empieza. Y a los cristianos toca hacer que la iglesia Católica avance cada día más, en esas grandes líneas” (LR, 13 ago. 66, p. 5).

No dia 28 de setembro, mais uma vez as palavras de monsenhor Podestá puderam ser lidas no LR. Nesta oportunidade foi transcrito o discurso que havia proferido para um grupo de 50 dirigentes de empresas argentinas. Podestá manifestou seu pensamento acerca do papel da Igreja no mundo, demonstrando claramente seu posicionamento: “lo que hay que buscar es una iglesia moderna; pues sencillamente, no puede existir una Iglesia anticuada” (LR, 28 set. 66, p. 7. Habla Monseñor Podestá). Também é possível perceber que a sua declaração foi no sentido de deixar transparecer uma crítica aos seus companheiros de batina mais conservadores, exatamente pelas suas aproximações com o governo militar: “la iglesia se

estructura con un predominio de los valores que ella entraña, sin pretender gravitar, por ejemplo en las estructuras sociales o políticas [...] la Iglesia no se encuentra atada a ningún régimen político, no se identifica a ninguna forma política” (LR, 28 set. 66, p. 7). Contra os setores conservadores que defendiam o tradicionalismo da igreja católica acima de tudo, inclusive pode ser incluído nestes o primado da Argentina, D. Caggiano, monsenhor Podestá dirigiu as seguintes palavras: “si la Iglesia fue feudal en el medievo, si las estructuras feudales la favorecieron, eso no quiere decir que ahora la Iglesia deba añorar el medievo”, que dizer, para Podestá, os valores do cristianismo, ao contrário dos que pensavam e defendiam os setores conservadores, deveria coincidir com as estruturas do presente.

Esta postura do monsenhor Podestá lhe custou muito caro. É o que se pode concluir no conjunto de notícias que publicaram as repercussões acerca do processo que envolveu a sua renúncia do cargo de bispo de Avellaneda. Os motivos de sua renúncia foram especulados pelas diversas matérias jornalísticas que acompanharam o caso. O LR apresentou a seguinte explicação: “Comentarios que emanan del mundo católicos señalan que la decisión del Santo Padre se basa en denuncias e informaciones que se hicieron llegar acerca de actividades desarrolladas por Monseñor Podestá en esferas ajenas al quehacer religioso” (LR, 1º dez. 67, p. 1. El Papa Aceptó la Renuncia de Jerónimo Podestá, Obispo de Avellaneda).

Como foi possível verificar anteriormente, o bispo de Avellaneda ficou marcado por seu posicionamento progressista e a sua reconhecida adesão às mudanças estruturais do Concílio Vaticano II. Nesta reportagem, entre outras questões, ficou colocado que para a alta cúpula do catolicismo argentino, D. Podestá estaria mantendo estreitas relações com grupos peronistas e com setores simpatizantes de Perón. Os católicos entendiam que esses núcleos políticos “tomaban como bandera al obispo de Avellaneda con fines de proselitismo político” (LR, 1º dez. 67, p. 1).

As interpretações da Encíclica *Populorum Progressio*, transmitidas em diversas conferências pelo bispo de Avellaneda, foi outro fator apontado pela reportagem do LR como sendo um dos motivos do pedido de renúncia de D. Podestá ao cargo que exercia. Segundo o texto da notícia, para alguns setores do catolicismo argentino, a ideia defendida pelo bispo, estaria sendo “utilizada por corrientes izquierdistas para ubicar a la Iglesia en un plano de identificación con los principios que sustenta el marxismo”. Esta situação, segundo os “informantes” do LR estava criando um clima de enfrentamentos dentro do próprio mundo católico, sendo previsível a crise que culminou com o pedido de renúncia por parte do monsenhor Podestá.

Por seu turno, no dia 3 de dezembro foi publicada uma notícia que dava a confirmação provinda do Vaticano de que tinha sido aceita a renúncia de monsenhor Podestá. Nesta matéria também ficaram expostas algumas opiniões de diversos setores do catolicismo ligados a ele, as quais possibilitam perceber o quanto pode ter sido conflituoso e conturbado o processo que desencadeou no pedido de renúncia, bem como apontam para as suas motivações. Identificados na reportagem como pertencentes ao apostolado dos leigos da diocese de Avellaneda, sobre o ocorrido disseram o seguinte:

[...] hemos sido sorprendidos por la renuncia de nuestro pastor, a través de un procedimiento que no resulta transparente [...] la campaña dirigida al deterioro de un Pastor de la Iglesia que se constituyó en principal difusor de la doctrina contenida en la encíclica *Populorum Progressio*, se basa en que dicho pastor no se limitó a una exposición intelectual sino a que se comprometió auténtica y personalmente con los humildes. (LR, 3 dez. 67, p. 10. Confirmaron en el Vaticano que está aceptada la renuncia de Monseñor Podestá)

Já no dia 18, o LR publicou as declarações do próprio monsenhor Podestá. Também nestas palavras é possível identificar que existiu uma espécie de conspiração contra o bispo e o seu posicionamento progressista, provinda, ao que tudo indica, da própria hierarquia católica e dos grupos a ela ligados, como a própria imprensa. Esse aspecto pode ser percebido na passagem em que Podestá comenta sobre o porquê da sua tristeza, como também na passagem que fala sobre o episódio. Primeiramente, então, explicou: “por eso mi dolor es grande; no por el alejamiento de mi cargo [...] es dolor por aquellos pocos que se alegran por el desconcierto de muchos”. Em seguida, denunciou aquilo que considerou uma “maquinaria muy bien montada” afirmando que antes mesmo de apresentar sua renúncia,

[...] en altos círculos se daba por finiquitado el operativo de mi decapitación. Cuando aún no se tenía respuesta oficial, la noticia circuló primero como rumor de boca en boca, y logo se difundió en la prensa [...] como para crear un clima irreversible, aduciéndose toda clase de motivos falsos. (LR, 18 dez. 67, p. 11. Dio Hoy una declaración Monseñor Podestá)

Mesmo que declarações de monsenhor Podestá não fossem exatamente fidedignas com a realidade, elas são passíveis de demonstrar, até mesmo pela forma como foram colocadas e as argumentações utilizadas, que o embate interno do catolicismo, naquele contexto pós-conciliar estava atingindo dimensões de conflitos abertos, desencadeando em consequências que atingiam a opinião pública como um todo, saindo exclusivamente da esfera religiosa e atingindo a esfera política e social, tendo, como foi possível verificar, a imprensa enquanto mediadora do embate.

3.2.3 “Llamado a la Disciplina”: Na Alça de Mira dos Conservadores

Um verdadeiro “llamado a la disciplina”. Este será o objetivo desta parte do capítulo, quer dizer, entender a forma como se deu, nas grandes imprensas de Porto Alegre e Buenos Aires, o enquadramento das possíveis dissidências, daqueles que, por seu turno, aplicaram as reformas da Igreja de acordo com concepções consideradas progressistas, quebrando com as diretrizes ou enfrentando a hierarquia conservadora, a qual atribuiu neles a responsabilidade de serem uma das vias de infiltração comunista.

Os jornais de Porto Alegre, se comparados com os jornais de Buenos Aires, não se estabelecem enquanto uma fonte privilegiada para demarcar diretamente aquilo que está sendo considerado como “enquadramento” dos grupos de católicos conservadores para com os progressistas. No entanto, indiretamente este aspecto pode ser perceptível, até mesmo em função das constantes afirmações de incompatibilidade entre cristianismo e marxismo, vistas no tópico anterior.

Entretanto, ainda no ano de 1961, um colunista do DN (Paulo Tollens) ao entrar no debate sobre, conforme indicava o título de seu comentário (“Cristianismo e Socialismo: Mais revolucionário que o socialismo é o cristianismo social”), a polêmica envolvendo um possível assentamento das ideias socialistas nas ideias cristãs e vice-versa, transmitiu uma espécie de denúncia de colaboração com os comunistas, a qual envolveu possíveis membros da hierarquia católica. Tendo em vista visualizar a forma como procedeu e como organizou essa denúncia, acredita-se ser necessário desmembrar o seu texto, de forma que se possa compreender além dos argumentos que se baseou para fundamentar seu raciocínio, ainda, compreender a sua concepção de comunismo que sobressaiu de sua esteira argumentativa. Isso poderá permitir observar como as suas argumentações foram direcionadas para dar maior amplitude e significado ao seu objetivo que, em última instância, se configurou em realçar a permissividade de alguns católicos para com o ideário comunista.

O primeiro “tema” posto em relevo se estabeleceu quando criou o cenário que emitia um “contra-ataque” contra os que defendiam a ideia de que, quem era inimigo do socialismo, deveria ser considerado ou caracterizado como “reacionário”. O levantamento desta questão possibilitou ao autor realçar o aspecto das “duas caras”, da falsidade, do disfarce com que os comunistas se utilizariam para agir na sua propagação:

[...] o primarismo nacional dos mal intencionados, pescadores de águas turvas, com o intuito encoberto de estimular um movimento favorável, no fundo, ao comunismo, procuram quebrar qualquer resistência dos espíritos que se poderiam opor ao bolchevismo mediante o temor de ser classificado de reacionário, burguês, fascista, etc., etc. (DN, 24 dez. 61, p. 4)

Para destacar a questão da não liberdade individual dos países comunistas, Tollens buscou argumentos na expressão “socialismo”, que, no seu entender, não deveria ser empregada para “designar um conjunto de medidas necessárias a uma reforma social e o estabelecimento de uma ordem mais justa”, conforme poderia estar sendo entendida por algumas pessoas no seu anseio de justiça. Advertiu o autor, que estas pessoas estariam sendo vítimas de uma “imaginação tropical, soprados por sentimentos impulsivos que deturpam noções econômicas e sociológicas em estranha contrafação a que não faltam temperos religiosos e filosóficos”. A palavra socialismo em si, destacou, já estaria penetrada de um sentido

[...] preciso e claro que o seu emprêgo fatalmente irá gerar nos espíritos a inclinação para as formas coletivas de existência [...] que engendra em consequência da regulamentação e arregimentação, pelo estado, de tôda a vida social, o que termina por sufocar qualquer veleidade de liberdade pessoal. (DN, 24 dez. 61, p. 4)

Em outro momento, propondo enfatizar a concepção materialista de vida comunista em oposição à concepção espiritualista da vida cristã, destacou algumas características das mentalidades “típicas da massa asquerosa” do socialismo e dos socialistas, nas quais atribuiu “uma sêde ardente de viver, mas viver à forra com intensidade apenas no plano material; afã de bem estar, do gôzo das coisas, aparelhos mecânicos, rádio, automóvel, perfume, em suma “vinho canção e mulheres” (DN, 24 dez. 61, p. 4).

Entendia Tollens que a propagação comunista se dava na mesma proporção da valorização das modernas formas de vida e aos “abusos que uma ordem estreitamente materialista e ateia criou entre os homens”. Deste modo, reclamou contra o descaso, por parte dos cristãos, para com as verdades evangélicas, afirmando que isso teria brotado a “revolta e o brado de que a religião nenhuma influência positiva possui, e que a vida é antes de mais nada luta, conflito áspero, entre os homens, melhor, entre as classes”, e, contribuindo decididamente para que surgisse “avassalador o comunismo na esteira segura que é o socialismo, encarregado de quebrar as últimas consequências dos espíritos” (DN, 24 dez. 61, p. 4).

Após essas considerações que colocam em evidência as diversas formas como o comunismo foi representado negativamente, no discurso do autor, a parte final da sua coluna

incidiu diretamente na problemática questão dos co-relacionamentos teóricos entre socialismo e cristianismo. A propósito de tal aproximação, colocada como um problema cultural brasileiro, afirmou: “não há expressão que revele maior boçalidade, maior primarismo que revele tão acentuadamente a tendência que é característica de nós, brasileiros para conciliar contrários”. Daí que direcionou a sua argumentação para demonstrar ao seu leitor algumas das oposições marcantes, quais sejam, no terreno econômico, político e religioso. Primeiramente no campo econômico, destacou o conflito capital versus trabalho que, no socialismo torna-se irreduzível a ponto que “urge abolir o primeiro de maneira a só substituir o trabalho”. Já no cristianismo, destacou que ambos são importantes, e os dois, capital e trabalho, podem “permanecer num plano de estreita e justa e caridosa cooperação” (DN, 24 dez. 61, p. 4).

A oposição do campo político foi estabelecida pelo autor levando em conta o entendimento da forma como o socialismo e o cristianismo preconizavam a realização das transformações na sociedade. Neste sentido, entendia que no socialismo, esta transformação somente se daria “mediante a aplicação de medidas coercitivas impostas pelo poder público, visando abolir a fonte das grandes diferenças entre os homens que é a propriedade privada”. Já no cristianismo, através da igreja católica, este mesmo processo se daria através do “aperfeiçoamento íntimo, espiritual dos homens, no sentido do desprendimento, da caridade, do amor enquanto propugne [...]” (DN, 24 dez. 61, p. 4).

Finalmente, no campo religioso, a vontade em demonstrar as oposições e consequentemente a impossibilidade de qualquer co-relacionamento entre socialismo e cristianismo, foi bastante exacerbada pelo autor, de modo que utilizou de diversos elementos, os quais, serão expostos no decorrer. Primeiramente, a colocação do tradicional argumento dos católicos em relação a esta questão, que consistia em ressaltar a oposição, por parte do socialismo, à religiosidade e aos valores metafísicos: “qualquer socialismo nutre um profundo desprezo pelos valores religiosos, negando a vida futura e pretendendo já nesta terra, dar aos homens o paraíso”. Entendia o autor, e isso foi demonstrado na sua coluna, que o socialismo e o comunismo, depois de galgados ao poder, procuravam “organizar a vida social em função das necessidades materiais [...] desprezando a princípio, hostilizando em seguida, perseguindo depois abertamente a religião” (DN, 24 dez. 61, p. 4).

Mais adiante, fez uma alusão em que explicitou, talvez, os principais aspectos que motivaram a publicação da coluna nas páginas do DN, ao trazer à tona esta temática. Em duas passagens seguintes deixou perpassar a ideia de quem, quais alvos gostaria de atingir com suas manifestações, quer dizer, deixou perpassar a ideia de que esta “confusão”, esta “assimilação” e esta “conciliação” entre cristianismo e socialismo poderiam estar sendo

difundidas e aceitas, também, por próprios membros da hierarquia católica. Esse aspecto fica visível no momento em que se referiu sobre a Igreja, ao destacar o seu poder de promover as “mudanças necessárias” na sociedade: “o pior, os grandes inimigos, os grandes sabotadores que dentro dela – igreja – existem”. Depois, num segundo momento transmitiu a seguinte afirmação: “soubessem os poderosos a quem se aliam os ‘clérigos traidores’ de que fala Sciacca, a carga poderosamente explosiva que se esconde no pensamento católico, ao invés de perseguirem os comunistas, trancafiariam nas prisões os católicos autênticos [...]” (DN, 24 dez. 61, p. 4).

No período da quaresma de 1964, os jornais argentinos publicaram parte de uma extensa declaração emitida pelo cardeal Antônio Caggiano. O tema da sua declaração girou em torno da “disciplina”, a qual foi defendida e solicitada como uma prerrogativa que deveria estar presente nos mais diversos setores da sociedade:

[...] no solamente en el orden civil, sino también en el orden religioso la disciplina es necesaria, hoy, más que nunca, para resolver los graves problemas que afectan la vida y las relaciones humanas y el desarrollo religioso y sus actividades apostólicas. (CL, 14 fev. 64, p. 10. Caggiano: Exhortación Pastoral la Disciplina)

D. Caggiano enfatizou os motivos deste seu chamado em defender a disciplinarização: “sin disciplina reina el desorden que enpuja al caos. Se apela a la fuerza y a la violencia organizada frente al estado”. Mais adiante, ainda neste mesmo sentido, foi mais específico: “si reclamamos de disciplina, no es en detrimento de la libertad y de la justicia, sino en defensa del orden publico frente al peligro de la subversión”. De qual “perigo de subversão” estaria referindo Antonio Caggiano em seu comentário? Frente às diversas maneiras com que o cardeal argentino se reportou acerca dos “problemas” sociais e políticos em seu país (especialmente sobre a questão comunista, vista no primeiro capítulo), é autorizado a afirmação que dentre os diversos “tipos” de subversão que poderiam estar “rondando” a sociedade argentina, naquele período, a subversão comunista certamente seria uma das que preocupavam o cardeal. Por isso defendeu, entre outras coisas, a intervenção do Estado, como sendo o provedor de uma “disciplina rígida” de forma que esta penetrasse em “todos los engranajes de la administración pública para solucionar rápidamente los problemas urgentes que azotan los hogares de los asalariados” (CL, 14 fev. 64, p. 10).

O cardeal também deixou entender que a presença de um estado forte e disciplinador seria o principal antídoto para amenizar “las amenazas de lucha social”. Nesse sentido, contra a expectativa que poderia produzir nas massas “desesperançadas”, defendeu que a revolução social (luta de classes?) “es como el fenómeno del espejismo que muestra un agua ansiada

pero inexistente sobre los caminos caldeados por el sol”. Repetindo alguns termos que já havia utilizado para qualificar a “ditadura comunista” (ver Capítulo 1), afirmou que “la revolución social podría llevarnos a la dictadura más inhumana y totalitaria, con sus campos de concentración y trabajos forzados, que ya para nadie son invenciones sino realidades tremendas comprobadas” (CL, 14 fev. 64, p. 10).

Tendo em vista este primeiro esclarecimento, quer dizer, os motivos pelos quais solicitou mais “disciplina” na sociedade, pode ser pertinente tentar compreender qual ou quais os possíveis alvos desta sua manifestação, ou seja, para quem – qual grupo específico – esta pastoral, no que tange à questão do disciplinamento, acabou sendo dirigida.

Analisando a continuidade da sua manifestação, surge a hipótese de pensar que o direcionamento das suas palavras deveria atingir aos próprios católicos. Levando em conta a afirmação de que “en el orden eclesiástico, por razones comprensibles, la disciplina es más necesaria aún, máxime en momentos en que deben cumplirse las exigencias del Concilio Ecuménico Vaticano II”, fica a sugestão que a disciplina, na opinião do cardeal, também deveria ser incorporada pelos membros da hierarquia. Na sua pastoral, Caggiano não mencionou se estava faltando disciplina por parte de religiosos compatriotas no que diz respeito à aplicabilidade das renovações conciliares. Contudo, dirigiu-se aos sacerdotes, aos religiosos e aos fiéis, advertindo em não poderem ocultar “nuestra preocupación por casos de indisciplina que [...] son bien conocidos”. Mais adiante falou em “erros”, os quais “vienen de fuera y llegan con algún retardo a nuestro país, en el cual la ignorancia religiosa [...] ofrecen campo propicio para su difusión”. Daí que sua fala, importante isso ser destacado, se direcionou sobre a responsabilidade daqueles que apresentam e difundem tais erros em conferências, em artigos e revistas (CL, 14 fev. 64, p. 10).

É preciso lembrar que naquele contexto um amplo debate acerca das ideias do Concílio foi desenvolvido no principal periódico católico da Argentina à época, a revista *Critério*. Essa revista, considerada órgão oficial do catolicismo argentino, tinha uma administração independente da arquidiocese, ou seja, a ingerência de Caggiano não atingia ao periódico. Sabe-se também que *Critério*, especialmente a partir da administração de Jorge Mejía⁹⁹, acabou adotando uma postura considerada progressista, especialmente no contexto das transformações conciliares. De posse dessas evidências, procura-se levar em conta que o direcionamento do enquadramento proposto por Caggiano, em suas palavras manifestadas na pastoral da quaresma, teria como principais alvos os grupos católicos considerados

⁹⁹ Em 1957 esse presbítero assumiu a direção da Revista, substituindo o monsenhor Gustavo Franceschi, católico conservador, o qual havia ficado na direção desde o ano de 1932.

progressistas, incluindo, talvez, o grupo responsável pela administração da revista *Critério*, que a seu ver, estavam fazendo uma interpretação equivocada das reformas conciliares.

No dia 25 de abril de 1964, o CL publicou o que foi considerado como “Sugestivos conceptos de un sacerdote cordobés”. Tratou-se da primeira notícia inserida num conjunto de reportagens sobre expressões de católicos publicadas num periódico de Córdoba, as quais parecem ter suscitado uma intensa repercussão na imprensa portenha, especificamente por se tratar de um diálogo em que foi explicitado uma voz discordante do catolicismo conservador, que até então detinha ampla primazia nos espaços oferecidos pela imprensa.

O conflito que dela emergiu pode ser considerado como outro importante meio para que se visualize a discordância interna do catolicismo. A seguir, serão colocados os chamados “conceitos sugestivos” divulgados no CL, para posteriormente analisar a forma como os membros da hierarquia católica de Córdoba se manifestaram a respeito do assunto.

Erio Vandagna, identificado pela editoração do CL como sacerdote professor de um “seminário conciliar”, foi o autor dos referidos conceitos da primeira publicação. Conforme mencionado, ao que tudo indica, os conceitos deste sacerdote teriam sido publicados, primeiramente, em um periódico de Córdoba e, pela polêmica, a sua repercussão acabou tendo amplitude nacional, sendo difundida nos jornais de maior circulação da capital federal.

No jornal CL foram destacados quatro tópicos pelos quais o referido sacerdote desenvolveu seus comentários, sendo que os três primeiros são os que interessam para essa análise. O primeiro tópico versou sobre o seu pensamento acerca do anticomunismo católico especialmente levando em conta o recente processo de golpe militar no Brasil. Assim se manifestou o professor, primeiramente falando sobre a relação Igreja e capitalismo: “el capitalismo en América Latina quiere emplear a la Iglesia para impedir reformas sociales y apela a un anticomunismo fundado en una falsa y interesada defensa de los valores religiosos” (CL, 25 abr. 64, p. 13). Seguiu seu comentário versando sobre a crise política no Brasil: “mientras se desenrollaba el problema del Brasil y se entonaban loas a la revolución anticomunista, yo y otros sacerdotes pensábamos en los millones de seres humanos, a quienes una vez más se los privaba de toda posible promoción legítima”. Posteriormente, mencionou as reformas de Base do Governo de João Goulart e as acusações das mesmas serem de cunho comunista:

[...] en el Brasil, muchos obispos y católicos, estaban con las reformas de base propugnadas por el gobierno derrocado. Junto a ellos y por las mismas medidas, se aliaron los comunistas. Eso bastó para que tanto los planes del gobierno como ese importante sector del catolicismo fuesen acusados de comunistas por el capitalismo

internacional a través de todas sus poderosas organizaciones y medios de comunicación. (CL, 25 abr. 64, p. 13)

No segundo tópico da sua declaração, o sacerdote versou sobre a realidade argentina, especialmente sobre o plano de luta da CGT e o modo como alguns setores a estavam qualificando de subversiva. O professor entendia que a CGT “es la expresión de un estado de maduración mental de dirigentes e obreros argentinos”, por isso manifestou sua indignação ao fato “ridículo y cómico tratar de subversivo el plano de lucha de la CGT”. Justificou este pensamento dizendo que “todo lo que puede significar denuncia del capitalismo y la burguesía en su forma de explotación, rápidamente se lo define de comunista, disolvente y castrista” (CL, 25 abr. 64, p. 13).

O terceiro tópico foi dedicado a trazer algumas observações acerca das renovações conciliares, especificamente renovações que na Argentina não estariam sendo levadas em conta: “hay un aire nuevo en la Iglesia que viene del concilio, por que entre nosotros aún no se respira”. Ainda sobre as reformas, o sacerdote afirmou: “[...] el concilio vaticano ha aprobado reformas estructurales, pero aquí no ha pasado nada. Pereciera que el Concilio es algo reservado a Roma” (CL, 25 abr. 64, p. 13).

Essa publicação traz alguns indícios para que se possa pensar como existiu, neste caso na Argentina, um choque entre concepções de realidades. Pode ser importante chamar atenção para estes dissensos internos do catolicismo argentino, que, no caso desta reportagem, foram explicitados de maneira mais intensa. Isso não significa que eles não existiam de maneira a aparecer explicitamente, mas dificilmente a imprensa abria as portas para este tipo de manifestação. Cabe citar uma última passagem que pode bem caracterizar tamanha crítica manifestada pelo sacerdote para a Igreja de seu país:

[...] la iglesia ha conservado su ropaje -muy distinguido- pero fuera de uso. Sin embargo, muchos parecen no haber se dado cuenta y siguen pensando como visten: fuera de época. Naturalmente que no reconocen y en lugar de asomarse a la realidad, se contentan con decir que todos los que no piensan como ellos son ‘modernistas’ o ‘castristas’ sin percatarse que tal ‘modernismo’ o ‘castrismo’ es la tónica del Aula Conciliar. (CL, 25 abr. 64, p. 13)

Sob o título “Conceptos de um sacerdote”, no dia 27 de abril foi publicado parte da entrevista do “terceiro reportado” do jornal de Córdoba, que versou sobre a temática “la Iglesia Católica en su realidad interna”. O sacerdote entrevistado foi José O. Gaido, identificado como diretor de “Estudios Teológicos del seminario mayor de Córdoba” e assessor da “Acción Católica Universitaria”. O mais significativo desta publicação é exatamente a

pergunta que foi posta ao sacerdote por parte do repórter do CL: “respondido a una pregunta sobre si la iglesia argentina está desubicada, el padre Gaido dijo: muchos piensan que es cierto que la iglesia argentina está desubicada” (CL, 27 abr. 64, p. 4). Aqui cabem alguns questionamentos: Por qual motivo seria prudente formalizar uma pergunta que pudesse expor a situação de desorientação do catolicismo argentino? Ou, ainda, quais foram os sinais que puderam fazer com que uma pergunta deste tipo fosse formalizada, se não em função de disparidades de concepções no interior da instituição?

Já no dia 5 de maio, dando continuidade ao assunto, o CL publicou uma notícia com seguinte título: “Opinan 27 Sacerdotes: Apoyo”. O “apoio” que o título fez menção se referiu a um manifesto de apoio de 27 sacerdotes acerca do que haviam dito os religiosos Vaugdagna e José Gaido. O que parece ficar desta mensagem é que as declarações dos referidos religiosos tiveram repercussões de contrariedade, indicando com isso a possibilidade de perceber a divisão do catolicismo acerca das temáticas já analisadas. Esse aspecto surge quando se observa a “fala” do editor da notícia, quando esse justifica a publicação da mensagem: “dicen en la misma que no todos han interpretado bien el sentido y la intención de los reportajes efectuados a dichos sacerdotes” (CL, 5 maio 64, p. 28). Quem, se não os grupos de católicos conservadores, poderiam estar não entendendo as críticas dos religiosos?

No trecho seguinte, analisando a forma como se manifestou a “defesa” ou o apoio dos 27 sacerdotes (na notícia não foi mencionado quem seriam eles), pode-se ter uma ideia de quais acusações teriam sofrido, muito provavelmente através dos setores católicos conservadores que, de algum modo, não viram com bons olhos as suas manifestações:

[...] sostienen a continuación que pensar y expresar con lealtad los problemas de la iglesia, anhelar su urgente y profunda renovación y trabajar por una iglesia pobre y evangélica [...] no configura herejía, cisma o rebelión ante la jerarquía; y que dichos reportajes son motivo de sincero examen de conciencia para los cristianos. (CL, 5 maio 64, p. 28)

Outra manifestação que pode ser considerada como contra-resposta explícita com relação aos sacerdotes de Córdoba se deu no dia 19 de maio, através de uma “homilia” transmitida pelo arcebispo Monsenhor Ramón J. Castellano. “No hay más una Iglesia de Cristo” era o título da matéria que o jornal CL publicou, e que trouxe como trecho introdutório as palavras do arcebispo de Córdoba, as quais pregaram pela unidade no catolicismo argentino: “no hay más que una Iglesia de Cristo, una en la doctrina, una en la caridad, una en el gobierno, por obra del espíritu santo”. Cabe destacar que o próprio editor da

notícia considerou a manifestação do referido monsenhor como fazendo resposta “a recientes criterios expuestos públicamente por algunos sacerdotes” (CL, 19 maio 64, p. 20).

O principal argumento trazido nesta homília deixou perpassar publicamente o confronto entre ideias entre os grupos católicos, especialmente, estes dissensos sendo concebido pelos grupos conservadores como falta de disciplina hierárquica: “la falta de lealtad y obediencia a la autoridad eclesiástica constituye una falta de sinceridad con el espíritu de la verdad”. Trazendo as reformas conciliares para o debate, o monsenhor afirmou que a renovação proposta deveria se levada adiante, contanto que não fosse entendida como “un cambio total, una especie de revolución que eche por tierra valores y elementos vigentes en épocas antiguas y recientes”. Segundo o arcebispo de Córdoba, as renovações conciliares não deveriam permitir que fosse relaxada a postura em relação às possíveis “influencias perniciosas del ambiente y al desgaste inevitable del tiempo”. Nesse sentido, defendeu as reformas como um método para salvar “la humanidad carcomida por el materialismo y sensualismo desbordantes” (CL, 19 maio 64, p. 20).

A polêmica sobre as declarações dos sacerdotes ganhou continuidade no dia 21 de maio. Desta vez, o bispo auxiliar de Córdoba foi quem manifestou a opinião. De acordo com o que publicou o CL, monsenhor Angelelli teria criticado além da utilização de meios de difusão, “a la cátedra, aún la sagrada, para ahondar la confusión, la desorientación por parte de ambas posturas distintas”. Ao se referir sobre os dois sacerdotes e as opiniões que estes colocaram a público, considerou-as como movidas “solo por el amor y la fidelidad a la Iglesia, con todo lo que ella encierra de contenido social”. São palavras de apoio aos sacerdotes, mas que não impedem de perpassar os conflitos que estariam ocorrendo internamente na igreja argentina, conforme se pode perceber nas expressões que utilizou para defender a sua própria diocese: “no existe en la arquidiócesis ni cisma ni herejía, ni rebelión contra la legítima autoridad del pastor de la iglesia cordobesa”. Não deixam de perpassar, também, que esse conflito, de algum modo, acabou mobilizando vários setores, conforme se pode depreender do trecho a seguir, escrito pelo editor da notícia: “luego de señalar que en torno a esos reportajes se han escrito cartas, se efectuaron manifestaciones públicas, se utilizaran expresiones graves [...]” (CL, 21 maio 64, p. 21. No Ahondar la desorientación).

Mesmo que as fontes não permitam ter acesso aos conflitos desencadeados e os seus desdobramentos, mesmo que não se dê crédito ou que se duvide daquilo que a imprensa noticiou, deve-se ter em mente que o simples fato do debate ter permeado por diversos dias as páginas dos jornais argentinos, e, diga-se de passagem, um debate que trouxe distintas “vozes” nas defesas de posições, é plausível que se deva considerar, nesta “vontade” em se

fazer ouvir, em se ter a palavra, um possível desdobramento de conflitos com proporções bastante significativas.

Contra aqueles que de certo modo atacaram o posicionamento do seminário realizado em Córdoba, e em especial contra aqueles que emitiram as suas opiniões acerca das ideias difundidas pelos sacerdotes palestrantes, Angelleli afirmou com veemência: “el seminario de Córdoba ni es rebelde ni está imbuido de espíritu que desliga de lo sacerdotal y de lo que la iglesia le exige hoy al sacerdote”. Além disso, na defesa aos sacerdotes, também se fez expressar: “los tres sacerdotes reportados pertenecen a nuestro seminario; de su integridad sacerdotal, de su amor a la Iglesia, de su fidelidad [...] damos público testimonio” (CL, 21 maio 64, p. 21). Essas respostas emitidas podem ser indicativas do conteúdo que preencheu as críticas dos grupos de católicos que se posicionaram contrariamente às ideias levantadas no seminário de Córdoba.

De outra parte, as palavras do monsenhor Angelleli podem fornecer um parâmetro da forma como os diversos entendimentos das novas diretrizes do Concílio Vaticano II acabaram provocando, ou ao menos deram suporte às divergências internas do catolicismo:

[...] si en la Iglesia en concilio se revisa, se actualiza, se rejuvenece y quiere ser más evangélica, abierta al mundo, no para dominarlo sino para servirlo, esta iglesia de Córdoba es parte de la misma iglesia de Jesucristo y por tanto, también es la Iglesia en concilio. (CL, 21 maio 64, p. 21)

Conforme se pode observar na análise das reportagens que versaram sobre a preconização da disciplina, acerca da atuação dos católicos por ocasião das reformas da Igreja, o respaldo com que os religiosos locais manifestaram suas preocupações também advinha do Vaticano através dos discursos do Papa. Intitulada “Llamado Papal a la Disciplina Eclesiástica: señaló la acción de quienes se hacen eco de errores” essa notícia permite observar a visão do Papa Paulo VI sobre o assunto, na qual, defendeu um “chamado à disciplina” para “ciertos puntos de vista extremos em cuanto a la actual renovación de la Iglesia” (LN, 5 ago. 65, p. 1). Por um lado, esse chamado do pontífice só poderia fazer sentido se, de alguma forma, estaria havendo algumas interpretações equivocadas acerca das renovações conciliares, ou, conforme as próprias palavras de Paulo VI, poderia estar sentindo “inquietude y las sospechas al hallar conflictos dogmáticos que no toman en cuenta el estado actual de las almas” (LN, 5 ago. 65, p. 1). De outra parte, é preciso questionar a própria presença ou intenção da imprensa, argentina especificamente, em selecionar e publicar este tipo de matéria se a sua publicação não fosse relevante.

Se, de algum modo esta “discordância” estaria se fazendo sentir no mais alto escalão da cúpula católica, e de lá saíram manifestações acerca delas, este aspecto permite pensar que a difusão deste tipo de manchete se configurou como uma forma de trazer o problema à tona, ou como forma de prevenção às futuras indisciplinas, ou, ainda, o que parece ser o caso, como forma de chamar atenção às possíveis indisciplinas já em curso. E aí adentra uma questão que pode ser decisiva para entender o posicionamento da cúpula conservadora acerca do processo de fragmentação do catolicismo. Para Paulo VI, neste sentido, as revisões radicais da ação apostólica da igreja, provocada por “voces estrañas y confusas” poderiam ter origem “en corazones jóvenes o en eruditos bien intencionados que no desean traicionar la lealdad debida a nuestra fe católica, sino tender a nuevos lazos com la cultura moderna” (LN, 5 ago. 65, p. 1).

3.3 DEMARCANDO O PERIGO: AS ORGANIZAÇÕES DO APOSTOLADO DOS LEIGOS E A INFILTRAÇÃO COMUNISTA

Conforme já referido no primeiro tópico deste capítulo, tanto na Argentina quanto no Brasil as organizações do apostolado dos leigos, através de suas ações, se estabeleceram enquanto os principais meios pelos quais as reformas do catolicismo na década de 1960 foram colocadas em prática. Conseqüentemente, esses setores também foram os principais causadores de desconfiança por parte dos conservadores do catolicismo, os quais enxergaram essa postura como desenquadramento disciplinar, muito propícia a contribuir com a infiltração das ideias marxistas no meio católico. O objetivo deste tópico, então, é primeiramente demonstrar como se deu o discurso dos setores conservadores da igreja católica nas imprensas de Porto Alegre e Buenos Aires, especificamente na forma como se reportaram aos setores do apostolado dos leigos, para posteriormente identificar e analisar possíveis confrontos que surgiram a partir ou como causadores dessas publicações.

Dando a informar sobre as primeiras tarefas do “primeiro congresso latino-americano para o apostolado dos leigos”, o qual objetivava converter em ações as resoluções do Concílio Vaticano II, o LR publicou a notícia intitulada “La responsabilidad del Dirigente Laico”. Esta notícia trouxe em seu texto algumas partes dos discursos proferidos por alguns delegados representantes dos mais diversos setores do catolicismo da América Latina¹⁰⁰. Dentre esses, é

¹⁰⁰ Dentre estes, além de altos prelados argentinos, também marcou sua presença o arcebispo de Porto Alegre D. Vicente Scherer.

preciso destacar as palavras do presidente da Junta coordenadora das organizações do apostolado secular e da ação católica, o Dr. Manuel N. J. Bello:

[...] nos enfrentamos con fuerzas peligrosas que se filtran fácilmente, que rompen la unidad religiosa y moral del organismo social hasta ahora mantenida fatigosamente. Entre estas fuerzas prevalece como la más dañina y la más cargada de atracción el marxismo ateo que con su mesianismo social hace del progreso humano un mito y funda toda esperanza sobre los bienes económicos y temporales, determina un ateísmo doctrinal y práctico, propugna y prepara la revolución violenta como único medio para la solución de los problemas. (LR, 8 out. 66, p. 6)

A citação acima demonstra claramente que uma das pautas principais acerca do processo de renovação do catolicismo, principalmente entre os setores do apostolado dos leigos, se estabelecia na crescente infiltração das ideias marxistas entre os católicos. Diversas foram as publicações dos jornais portenhos e porto-alegrenses que possibilitam verificar que este aspecto era causador de muitos temores nos setores conservadores das igrejas de ambos os países. Esta seção, então, pretende demonstrar e analisar algumas dessas expressões.

A Capela de “Cristo Obrero” e os sacerdotes do clero secular

A partir do dia 18 de agosto de 1966 os jornais argentinos publicavam os detalhes dos acontecimentos que envolviam os universitários de Córdoba e o protesto contra a intervenção da universidade por parte do governo militar que recentemente havia tomado o poder na Argentina. No episódio, houve confrontos com a polícia, tendo um estudante ferido à bala. Desde esse dia, um grupo de estudantes ocupou a paróquia universitária de “Cristo Obrero”, em Córdoba, realizando uma greve de fome como forma de protesto.

Os jornais demonstraram que numerosas entidades estavam dando apoio aos estudantes acantonados na capela de Cristo Obrero, as quais solicitavam ao arcebispo daquela região, monsenhor Primatesta, que permitisse manter o protesto dos estudantes, pois, segundo eles, a greve de fome era um meio pacífico que poderia dar abertura para o caminho do diálogo. Entretanto, também foi publicado o manifesto de grupos contrários às atitudes dos estudantes, conforme a declaração dos “Universitários Católicos de Córdoba”, afirmaram, entre outros aspectos, a vinculação dos universitários grevistas com a ideologia marxista: “con la firma de Universitarios Católicos de Córdoba, se dio una declaración donde se señala a diversas fracciones estudiantiles que obedecen consignas marxistas” (LR, 22 ago. 66, p. 4. La situación en Córdoba). Além disso, finalizaram comentando sobre a crise de autoridade no

país, que também havia repercutido na Igreja, e que ficou refletida na atitude de estudantes “[...] que, bajo el rótulo de cristianos, toman un templo como base de maniobras políticas, negándose al desojo ante un concreto pedido del arzobispo” (LR, 22 ago. 66, p. 4).

No dia seguinte a esta primeira repercussão do episódio, em meio às notícias que atualizavam os leitores acerca dos desdobramentos do confronto entre estudantes e a polícia, também foi publicado um comunicado, assinado por um “grupo de profissionais e universitários católicos de Córdoba”, o qual criticava a declaração emitida pelos “universitários católicos” colocada anteriormente. Desta forma, mostraram-se “profundamente doloridos y avergonzados” pelo comunicado do dia anterior, o qual, segundo eles instigava a realizar “actos de desagravio con motivo de haberse retirado el santísimo Sacramento de la parroquia de Cristo Obrero, ante la profanación del templo por parte de los Estudiantes que realizan la huelga de hambre” (LR, 23 ago. 66, p. 8. Hubo Nuevos disturbios en Córdoba). Demonstraram-se então, profundamente contrários às atitudes do grupo que se manifestou primeiramente. Chama atenção o fato de que ambos os grupos se identificaram enquanto católicos e estudantes de Córdoba, demonstrando o quão dividido estava o catolicismo argentino, até mesmo entre os setores leigos. Este aspecto fica ainda mais evidente em dois momentos seguintes da declaração do grupo em questão. Inicialmente aquele que critica a postura conservadora dos primeiros: “no nos extraña, son los que horrorizan cada vez que los cristianos se comprometen con el mundo e se hacen constructores de la ciudad”. O segundo momento se estabelece quando o grupo analisa a postura de apoio do arcebispo de Córdoba frente à greve de fome dos estudantes e a utilização do templo católico para o ato de protesto:

[...] esta es la actitud de una iglesia conciliar. Esta es la actitud de un pastor que vive el espíritu del Concilio. No nos ha defraudado en nuestras esperanzas y aguardamos, ansiosos, que se mantenga firme en esta actitud, a pesar de las presiones que imaginamos debe recibir, de personas que el cristianismo de Córdoba ya conoce suficientemente. (LR, 23 ago. 66, p. 8)

Por seu turno, parece que o monsenhor Primatesta não conseguiu vencer às pressões, tendo em vista o fechamento do templo e a sanção disciplinar imposta aos dois sacerdotes leigos que dirigiam a capela, solicitando, inclusive a renúncia de ambos, conforme foi publicado no LN do dia 16 de setembro. Isso é mais um indicativo de que os embates entre os conservadores e os setores progressistas estavam se tornando cada vez mais frequentes e presentes no catolicismo a ponto de se tornarem matérias jornalísticas. Deve ser ressaltado que os dois sacerdotes envolvidos na polêmica, os presbíteros Nelson Dellaferrera e Pedro

Ogaydo, se tratam dos mesmos que outrora haviam promovido acalorados debates na imprensa, vistos anteriormente. O editor da notícia não deixou de lembrar deste aspecto: “Los dos sacerdotes agora sancionados integraran el grupo de tres, cuyas entrevistas periodísticas realizadas por un diario local hace algo más de dos años, desencadenaran [...] el problema eclesiástico encabezado por los llamados ‘progressistas’”. A responsabilidade pelo episódio foi imposta aos sacerdotes da seguinte maneira: “en algunos círculos católicos se estima que los nombrados sacerdotes del clero secular no solo han facilitado, sino que han participado en la organización de a ocupación del templo [...] (LN, 16 set. 66, p. 4. Clausuró un templo y aplico sanciones el arzobispo de Córdoba).

No dia 28 de setembro o assunto voltou a estar nas páginas dos jornais. As manchetes informavam sobre as adesões por parte de entidades laicas de Córdoba à medida tomada pelo monsenhor Primatesta. Contudo, não deixavam de informar sobre reações de protesto, demonstrando o momento conturbado do ambiente ideológico no catolicismo argentino: “Esas adhesiones suscritas por Estudiantes y también por algunos miembros de la feligresía de Cristo Obrero, contenían además, la protesta contra al arzobispo por sus medidas, calificadas en muchos casos con dureza” (LN, 28 set. 66, p. 28. Entidades laicas de Córdoba apoyan a Mons. Primatesta).

Também nesta mesma data foram publicadas algumas expressões de religiosos que teriam manifestado apoio ao arcebispo Primatesta. Nessas, é possível identificar que um dos fatores que estaria por trás da polêmica envolvendo o fechamento do templo de “Cristo Obrero” se configurava em argumentações que giravam na órbita pós-conciliar, especificamente se a diocese de Córdoba estava ou não promovendo as renovações e se adequando às novas propostas do Concílio. As palavras dos dirigentes diocesanos das associações do apostolado dos leigos da diocese de Córdoba podem exemplificar esta questão. Ao confirmarem apoio à postura de monsenhor Primatesta, esses católicos afirmaram que “la Iglesia de Córdoba, ciertamente puede mostrar acabados ejemplos de comunidades parroquiales, religiosos y laicas, que sienten profundamente la renovación conciliar y trabajan con ardor para llevarla a la práctica”. Para tentar dar maior fundamentação a essas afirmações, o grupo também lembrou que o monsenhor Primatesta fez parte da comissão preparatória do Concílio e que também fazia parte da comissão pós-conciliar para o governo da diocese, além de afirmarem que ele estaria sendo um “legítimo promotor del Concilio en la diocesis, como lo compraban realizaciones concretas que sólidamente van cimentando la implantación del espíritu conciliar” (LN, 28 set. 66, p. 28).

D. Antonio Caggiano e as idéias que confundem os católicos

No dia 9 de dezembro de 1966 foi publicada uma extensa matéria no LR sobre a repercussão em relação a uma carta pastoral do arcebispo de Buenos Aires Antônio Caggiano, a qual foi publicada com a intenção de esclarecer o posicionamento da Hierarquia Católica da Argentina acerca das publicações de uma revista católica dirigida por sacerdotes e leigos denominada “Tierra Nueva”. A manchete foi dividida em três partes. A primeira parte da matéria buscava contextualizar o leitor sobre o que teria motivado a carta pastoral de D. Caggiano, especialmente o debate em torno das reformas conciliares. A segunda parte tratou de descrever os principais conteúdos da carta pastoral, colocando em evidência as possíveis justificativas para a sua publicação e, por fim, a terceira parte publicou as palavras dos dirigentes da revista, em entrevista concedida a um jornalista do LR.

Na primeira parte, o editor da manchete tentou informar sobre o fato em si, qual seja, os motivos da censura empreendida pelo arcebispo aos diretores da revista: “Antonio Caggiano dio una carta pastoral por sacerdotes y laicos, cuyo primer número data de un mes atrás, por sembrar ideas que confunden a los católicos”. Não ficou mencionado explicitamente que a “confusão” que a revista estaria proporcionando nos católicos era em função da vinculação com o ideário marxista. Contudo, este aspecto ficou implícito quando da identificação de um dos editores da revista, o padre Mascialino, como um “expert” na leitura de Teilhard de Chardin, considerado pelo editor da matéria como “comentador y revisor de Carlos Marx y uno de los más influyentes epígonos de la llamada apertura hacia el diálogo con los no cristianos” (LR, 9 dez. 66, p. 12. Hoy, en la Iglesia Argentina).

Também nesta primeira parte, o editor da notícia tratou de informar sobre quais as origens dos sacerdotes da equipe da revista “Tierra Nueva”. Neste sentido, foi destacado que seus principais membros provinham das entidades do apostolado dos leigos da Ação Católica da Argentina, indicando especialmente a JUC. De outra parte, também ficou colocado quais seriam os propósitos e os aspectos balisadores das publicações da revista. Segundo o LR, os membros da revista acreditavam na necessidade de mudanças estruturais da Igreja partindo internamente, buscando, a partir desse movimento, questionar normas que tradicionalmente eram indiscutíveis. Demonstrou claramente, então, que os seus componentes faziam parte da ala do catolicismo considerada pós-conciliar, os quais “intevén en polémicas frecuentes”, deixando claro, neste sentido, a indisciplina e o caráter marginalizado com que esses setores do catolicismo foram representados. Para exemplificar este aspecto, foi citado, primeiramente, o exemplo dos acontecimentos em Córdoba na paróquia de Cristo Obrero: “entre los hechos

últimos, protagonizados por postconciliares están los casos de los curas de la Parroquia Cristo Obrero, en Córdoba, desplazados por el obispo, monseñor Primatesta, por desobediencia” (LR, 9 dez. 66, p. 12). Outro exemplo que corroborou com a representação de indisciplinados ficou por conta da lembrança de uma possível querela quando da chegada de D. Helder Câmara na Argentina: “la intervención en un reciente congreso de laicos y una mesa redonda, también frustrada por la intervención policial, cuando llegó a Buenos Aires el obispo brasileño Helder Cámara” (LR, 9 dez. 66, p. 12).

A segunda parte da matéria do LR iniciou trazendo as justificativas para a publicação da carta pastoral de D. Caggiano, precisamente se referindo à responsabilidade que caberia à hierarquia na sua constante vigilância acerca dos “planteos modernistas en seno de la Iglesia”. Além de deixar explícito sobre uma advertência que o arcebispo teria imputado aos membros da revista, também ficou exposto que, segundo a interpretação do editor da matéria, a carta pastoral se deu em função da “tutela y defensa de la verdad religiosa, cuya importancia es esencial en la vida Cristiana y en el desarrollo de la actividad de la Iglesia”, ou seja, deixando clara a divergência entre os posicionamentos ideológicos do que preconizava a alta hierarquia, e os grupos do apostolado dos leigos do catolicismo argentino representados pelos membros da revista. Daí a crítica emitida em direção ao conteúdo de *Tierra Nova*, visto pelo arcebispo como estando “ubicada en un clima de historicismo en el que se desvirtúa toda la verdad natural y sobrenatural, y toda norma moral permanente”. Essa postura, na visão de D. Caggiano, necessariamente conduziria ao erro “por falta de conocimientos serios y profundos de la filosofía y teología católicas, y asimismo de las ciencias y culturas actuales [...]” (LR, 9 dez. 66, p. 12).

A terceira parte da matéria, a menor das três, divulgou aquilo que seriam as primeiras impressões dos membros da revista após terem conhecimento da carta pastoral publicada pelo arcebispo. Nesta oportunidade, responderam aos jornalistas que estavam muito surpreendidos pela importância e repercussão dada à publicação da revista, além de deixarem claro não terem intenção de contrariar a hierarquia eclesiástica. Mas foi no dia 13 de dezembro, sob o título “Responden los laicos”, que efetivamente o grupo da Revista *Tierra Nueva*, representado pelo seu diretor Roberto S. Britos e pelas secretárias Magdalena Estevez e Nilda B. Sorrosal, emitiu uma resposta ao arcebispo D. Caggiano. Eles responderam, entre outras coisas, que seguiam fiéis à mensagem do evangelho e que nunca pretenderam negar os valores permanentes da doutrina católica. Além disso, contra-argumentaram as acusações do arcebispo afirmando que “el hecho de que en nuestra comunidad se den frecuentemente casos de sacerdotes que piden a la iglesia pasar al estado laical, plantea una situación que debe

enfrentarse con sinceridad, con realismo y valentía”. E, por fim, criticaram as acusações e o julgamento de Caggiano: “una expresión de asombro ante lo que consideramos prematuro en los juicios vertidos” (LR, 13 dez. 66, p. 18).

Essa polêmica, envolvendo o arcebispo D. Caggiano com o grupo de sacerdotes da revista *Tierra Nueva*, merece mais algumas considerações justamente pelo que significa a publicação na imprensa de um debate que, em última instância, girou na atmosfera que envolvia grupos caracterizados de pós-conciliares, e o arcebispo, representando os setores conservadores que eram reservados em relação às reformas do Concílio.

Um primeiro aspecto a ser chamado atenção é o fato de a polêmica ter saído das esferas mais internas do catolicismo e ter ido para a imprensa. É preciso considerar o fato de que a referida carta pastoral pode ser considerada uma crítica mais direta de Caggiano aos grupos do apostolado laico, e, por consequência desta ser um documento público, a imprensa não só a divulgou como também emitiu algumas considerações sobre o documento. Isso demonstra que o embate interno do catolicismo, naquele contexto, já ganhava dimensões consideráveis, saía do plano institucional e das argumentações doutrinárias, para passar para um plano maior, que envolvia a sociedade como um todo. De outra parte, também é preciso considerar que um dos fatores, se não o principal, que pode ter municiado a crítica de D. Caggiano aos sacerdotes da revista, se configurou na possível vinculação ou simpatia destes para com as ideias marxistas. Este aspecto, como já salientado, não foi referido diretamente por Caggiano na carta pastoral, mas sim, foi obra do editor da reportagem. Contudo, o debate que envolvia a infiltração das ideias marxistas nos setores do catolicismo, especialmente no apostolado dos leigos, autorizam a afirmar que esse aspecto também, indiretamente talvez, foi o despertar para D. Caggiano construir a sua crítica.

Os quadros da Ação Católica brasileira e o perigo comunista

No dia 4 de janeiro de 1964, o CP divulgou as implicações de uma carta assinada por sete Bispos da CNBB dirigida ao assistente geral da Ação Católica que seria lida pelo deputado Cid Furtado do Partido Democrata Cristão (PDC) do RS, na câmara dos Deputados em Brasília. Esta carta manifestava a posição dos bispos diante da Organização denominada Ação Popular (AP), bem como fixava normas de comportamento aos católicos diante de “movimentos de doutrina marxista ou capitalista liberal”. Foi uma carta que pretendeu divulgar e padronizar ações contra a infiltração marxista nos setores do apostolado laico da

Ação Católica (AC) (principalmente a JUC, JEC e JOC), as quais estavam sendo vistas pelos bispos como suscetíveis às influências da AP¹⁰¹.

Como tentativa de amenizar os efeitos da AP nos quadros dos apostolados dos leigos, procurou-se orientar aos integrantes da AC que os mesmos deveriam “acautelar-se com certas correntes ideológicas em voga nos meios do laicato”. Certamente que as referidas “correntes ideológicas” não seriam outras que as inspiradas nas ideias marxistas. Deste modo, também foi orientado, ao referido coordenador, que manifestasse às organizações da AC a preocupação dos bispos referente à AP, pelo seguinte motivo exposto no texto: “êsse movimento, pela sua orientação naturalista, não representa o pensamento cristão autêntico e tem, ao lado dos aspectos positivos em algumas dioceses, causado sérios prejuízos em várias outras” (CP 4 jan. 64, p. 3. Colaboração dos católicos com os comunistas e capitalistas).

O texto da carta, por outro lado, também informou que existia, por parte de componentes da JUC, aqueles que estariam dando apoio e ingressando na AP, por isso, era dever do coordenador da AC mostrar a inconveniência da participação dos católicos nesse movimento. Entretanto, o documento viabilizava a participação dos jucistas na AP se esta fosse com “intuito de modificar substancialmente a AP para uma linha cristã autêntica”. Em outra parte, os bispos fizeram um chamado à união do catolicismo, preconizando que toda a AC devesse lealdade à doutrina social da igreja, “especialmente no que se refere a luta de classes, disfarçadas de infiltrações marxistas e a preocupação tática”.

É preciso deixar claro que o documento reflete bem a preocupação dos bispos brasileiros sobre as “circunstâncias concretas”, como se referiram, ao problema da infiltração marxista no catolicismo. Na concepção manifesta, era um problema real, que cada vez mais aumentava de intensidade. Por isso, as organizações católicas não deveriam “entrar em frente única com movimentos que surgem de doutrina ou ideologia marxista ou capitalista liberal. E mesmo para receber apoio deve haver a maior prudência a fim de evitar que sirvamos à infiltração de seus propósitos e táticas” (CP, 4 jan. 64, p. 3).

Um dos primeiros comentários publicado na imprensa de Porto Alegre acerca da difusão do conteúdo da carta dos Bispos da CNBB se deu na alocução radiofônica de D. Vicente Scherer. Além de concordar com o que foi publicado no documento, o arcebispo complementou e reforçou o posicionamento dos católicos (bispos) acerca do problema percebido na AP. Segundo ele, a organização preconizava abertamente a luta de classes e que,

¹⁰¹ Sobre a trajetória da Ação Popular no catolicismo brasileiro, ver em DIAS (2008).

em seu nome, abria as portas para a colaboração com os adeptos do comunismo e de movimentos esquerdistas. Se, por um lado ressaltou o trabalho da AP em conscientizar e politizar as “criaturas humanas” que se encontravam na situação de pobreza, “instilando-lhes sentimentos de inconformidade e de revolta contra as condições intoleráveis”, por outro lado, desqualificou a forma como se dava esse processo de conscientização, segundo ele, através de “críticas incendiárias [...] só suscita ódio e provoca explosões da ira popular, sem nada modificar”. Estas atitudes, frisa-se, o arcebispo atribuiu estando diretamente ligadas ao pensamento e à ideologia marxista, a qual via “no ódio e na luta de classes armas das mais eficientes e indispensáveis para a implantação do regime que preconiza” (CP, 14 jan. 64, p. 12. Aonde nos querem levar).

Ao se perguntar (e perguntar ao seu leitor) sobre quais seriam os propósitos das forças de orientação esquerdista, notadamente se referindo aos membros da AP, em divulgar “o espírito de revolta, de guerra, de revolução, social ou armada” contra o sistema capitalista, D. Vicente manifestou a sua preocupação sobre este posicionamento, construindo uma concepção de que as forças comunistas tomariam o poder através de golpes, nunca por meio democráticos, e que seu único propósito era instalar a ditadura comunista, mais cruel, mais opressora e mais injusta que o sistema capitalista:

[...] existe o receio fundado e inafastável de que, subvertida a ordem atual, com todos seus lados positivos suas deficiências ou vícios, assaltado o poder, instalados os novos governantes, suprimam êles as liberdades públicas e os direitos individuais e, sem programa definido e comprovado de reconstrução, submetem o povo e o país à escravidão comunista, adotando seus métodos e ideologia. (CP, 14 jan. 64, p. 12)

Para caracterizar e comprovar os seus argumentos, D. Vicente apresentou aquilo que considerou “uma prova elucidativa” sobre o resultado da orientação da AP em decorrência da aliança “ocasional ou pragmática” com os comunistas. Neste sentido, afirmou que, na eleição da diretoria da “confederação nacional dos trabalhadores na agricultura (CNTA)”, houve a união entre membros da AP com militantes comunistas, fazendo com que a diretoria ficasse “completamente sob o arbítrio de chefes marxistas”.

No dia seguinte à alocução do arcebispo, foi dada continuidade ao debate sobre a carta dirigida ao assistente geral da AC. Além de repetir trechos da carta já publicados, o CP trouxe a opinião de D. Jaime, arcebispo do Rio de Janeiro. Tratou-se, portanto, de mais uma voz conservadora a emitir a sua opinião, a sua verdade em relação ao debate. No entendimento de D. Jaime, segundo o que foi publicado no CP, havia claros indícios que comprovavam que a juventude católica estava sendo utilizada “de fachada” da extrema esquerda comunista,

através da AP. Diagnosticou que o problema era maior nos estudantes, portanto na JUC, do que nos operários, uma vez que, conforme declarou, “é dos meios estudantis sairão os dirigentes de amanhã”. De outra parte, D. Jaime se manifestou acerca daquilo que seria outro indício da penetração comunista na juventude católica, quer dizer, o fato de que “a utilização das escolas católicas faz parte dos planos do movimento comunista” (CP, 15 jan. 64, p. 7. Bispos alertam juventude católica contra alianças). Esta última passagem, que num primeiro passar dos olhos parece estar deslocada do eixo narrativo estabelecido na notícia, pode representar o modo como o discurso do arcebispo, precisou trazer outro elemento para contribuir e se inserir no aspecto negativo com que estava sendo tratada a questão, uma vez percebida a amplitude do problema.

Se a grande parte das reportagens que traziam considerações sobre as atividades da AP divulgou posicionamentos contrários à organização, talvez essa postura não tenha sido tão unânime quanto esperavam os católicos conservadores. É o que se pode perceber no “especial para o Correio do Povo” do editorialista Gustavo Corção do dia 26 de janeiro de 1964, intitulado “Os católicos e a Ação Popular”. Nesta oportunidade, Corção adentrou ao debate acerca da carta emitida pelos bispos, elegendo uma das vozes “progressista” do catolicismo como um alvo específico de seu comentário.

O texto em questão pode ser elucidativo para apreender o modo como os conservadores percebiam e divulgavam a realidade que os rodeada, especialmente, neste caso, o modo como o pensamento social do catolicismo foi alvo de intensos debates entre, de um lado esses conservadores, mais críticos em relação às novas posturas, e, de outro, aqueles que percebiam positividade nas mudanças. Nesse sentido, é possível verificar o modo como os grupos católicos considerados progressistas foram alvos de críticas que os representavam no sentido de demonstrar à sociedade a sua forma subversiva de atuação. Veja-se, por exemplo, a forma como Corção se reportou ao comentário de Alceu Amoroso Lima¹⁰² e a maneira como manifestou sua opinião acerca da AP:

Terá o sr, Alceu Amoroso Lima procurado informar-se bem do que é a AP antes de emitir sua opinião? Terá lido os folhetos clandestinamente na PUC [...]? Acho difícil não ver que o movimento em questão para uma consciência católica é intrinsecamente mau, como o comunismo também o é. Ou melhor, acho difícil não ver que as duas coisas estão unidas e confundidas. (CP, 26 jan. 64, p. 4)

¹⁰² Alceu Amoroso Lima, também conhecido pelo pseudônimo *Tristão de Ataíde*, era um intelectual católico com posições consideradas progressistas. Ver Silva (2004).

Por um lado, ao mesmo tempo em que tentava demonstrar ao seu leitor aquilo que entendia se configurar numa explícita relação entre os católicos da AP e os comunistas demonstrando a confluência de práticas e pensamentos, “usam o mesmo linguajar, baseiam-se nos mesmos critérios, norteiam-se pela mesma filosofia, e na ação prática amam o que os comunistas amam, odeiam o que os comunistas odeiam, tomam posições que os comunistas também tomaram [...]”, de outra parte, a sua crítica foi direcionada para os “líderes católicos”, os quais, segundo ele, por estarem com “escamas nos olhos” não conseguiam enxergar a realidade de crescente infiltração comunista no país e,

[...] vão dando diploma de boa formação aos impostores que falam muito em diálogo, que aplaudem Fidel Castro ou Tito, que apóiam as Reformas de base do Sr. João Goulart, e vão caindo assim em tôdas as elementares armadilhas preparadas pelos inimigos do Brasil e da Igreja. (CP, 26 jan. 64, p. 4)

Quer dizer, pode-se depreender das palavras de Corção que efetivamente existiram grupos que não concordavam com o posicionamento conservador do catolicismo, e que essa disjunção interna poderia ser uma das causas dos tantos e inflamados alardes publicados nos jornais. É o que se pode perceber na passagem em que Corção se encarregou de reconstruir a “curiosa evolução do pensamento do eminente líder católico Alceu Amoroso Lima”. Neste sentido, enfatizou o fato de que o referido católico, em outros tempos, combatia o comunismo, o nacionalismo, o totalitarismo, “quando o perigo para nós era relativamente remoto”. Entretanto, conforme afirmou Corção, em relação ao perigo comunista, “agora que está às nossas portas o sr. Amoroso Lima passa a dizer que a Igreja entrou em fase dialogante, depois de João XXIII, e que, da condenação passou à colaboração [...]” (CP, 26 jan. 64, p. 4).

O debate envolvendo a carta foi alvo imediato de quatro publicações no CP, o que, de certa forma, pode demonstrar que este assunto causava bastante preocupação nos setores conservadores do catolicismo. Mesmo as informações transmitidas pelos católicos serem portadoras de fundamento e veracidade, quer dizer, a referida associação entre membros da AP com comunistas realmente foi praticada, o que também interessa é o “ato de denúncia”, ou seja, a vontade explicitada pelos católicos em manifestar e divulgar essas possíveis associações e manifestar a reprovação do catolicismo neste sentido. Esse aspecto adentra no conjunto de proposições manifestadas pelos religiosos na imprensa para fomentar e organizar uma força que aglutinasse sujeitos, possíveis leitores, que respondessem às suas visões de mundo, a visão de que os quadros leigos do catolicismo estavam na iminência do risco de se renderem às ideias marxistas.

Após a publicação da carta da CNBB e das repercussões nos jornais porto-alegrenses, verificou-se que a temática envolvendo a infiltração comunista nos setores do apostolado dos leigos como também nos próprios quadros da hierarquia, passou a estar constantemente presente nos comentários e nas colunas dos católicos, como também nas reportagens que circularam na esfera religiosa. Foi possível demarcar, nos jornais porto-alegrenses, quatro principais e constantes vetores que se manifestaram e emitiram suas opiniões sobre a polêmica em questão. Tratou-se, então, de opiniões emitidas pelos quadros da Igreja, representados principalmente por D. Vicente Scherer e D. Jaime B. Câmara, além das notícias provindas do Vaticano, opiniões emitidas por intelectuais católicos, sendo Gustavo Corção como o principal expoente, opiniões emitidas pelas próprias editorias dos jornais, e, por fim, opiniões que provinham da sociedade como um todo, representados por grupos contrários ao “progressismo” católico. Nas próximas subseções do capítulo apresentam-se esses quatro vetores das vozes conservadores, buscando apreender suas estratégias argumentativas que se empenhavam em demonstrar a infiltração comunista no catolicismo, bem como tenta-se demarcar os confrontos ideológicos surgidos, causados por, ou, como consequência dessas declarações.

A “Má-fé dos comunistas” ou a inocência dos católicos?

O editorial do DN do dia 22 de janeiro de 1964 comentou sobre a divulgação de um documento preparado por “bispos e arcebispos brasileiros, sob inspiração direta do chefe da Igreja no Rio Grande do Sul, Sr. Vicente Scherer”. O referido documento seria destinado aos estudantes católicos para que estes não se deixassem “envolver e enganar pela propaganda comunista que pretende engajá-los em movimentos ditos ‘populares’ ou de ‘frente única’[...]”. Além disso, discorreu sobre aquilo que entendia ser verdade em relação à prática dos comunistas: “é sabido que realmente faz parte da tática esquerdista o envolvimento de todos os cristãos em seus objetivos”. E esse envolvimento se dava, segundo o editorial, por meio da “sedução” daqueles que estariam desprevenidos. Considerava essa prática uma “verdadeira exploração e franco desvirtuamento essa tentativa de capcioso aliciamento da juventude católica por parte dos escravizadores vermelhos”. Por isso, neste texto, o editorial mandou seu sinal de alerta aos estudantes católicos para que ficassem vigilantes, uma vez que os “agentes marxistas” agiam disfarçadamente: “citam encíclicas do Papa João XXIII, interpretando-as como favoráveis aos seus corrosivos fins” (DN, 22 jan. 64, p. 4).

As palavras supracitadas, mesmo sendo a “voz da imprensa”, dão conta de transmitir o pensamento dos católicos em relação ao modo como estavam encarando as ações dos grupos católicos considerados progressistas. Em parte, transmitem a imagem de que os católicos estavam sendo “seduzidos” pelos agentes marxistas, em parte transmitem o alerta para as juventudes do apostolado dos leigos em relação aos movimentos “populares”. Por um lado, os comunistas estariam agindo de má-fé, se utilizando de argumentos religiosos para poderem se infiltrar nos grupos de jovens, e por outro, os católicos, especialmente os mais jovens, em busca de justiça social e um mundo melhor, estariam permitindo em seu meio a circulação das ideias marxistas. Esta parece ser a tônica principal das manifestações que permearão pelo debate: demonstrar as ações que os comunistas utilizam para se infiltrarem no catolicismo e, ao mesmo tempo, enquadrar os jovens católicos simpatizantes das ideias marxistas.

No programa radiofônico de D. Jaime, publicado no DN do dia 22 de março de 1964, este aspecto pode ser observado. Tratou-se de uma publicação em que o arcebispo fluminense denunciou a infiltração comunista em “ambientes” católicos:

[...] quando se diz que a infiltração comunista já penetrou em alguns ambientes católicos, poderá parecer exagero. Mas há notícias tão detalhadas de manobras dos vermelhos dentro de instituições nossas, que em boa consciência não se tem como pôr em dúvida. (DN, 22 Mar 64, p. 3. D. Jaime Explica má fé dos comunistas)

É necessário destacar que a fonte de sua informação foi uma “circular” distribuída aos bispos brasileiros, que dava conta de comunicar que um “organismo de evangelização” havia sido “absorvido” pelos comunistas. No texto publicado pelo DN, não foi possível identificar qual seria o organismo referido, bem como não apresentou maiores esclarecimentos da origem e autoria da circular informativa.

Em relação “às manobras dos vermelhos”, foram dedicadas algumas linhas que procuraram identificar a estratégia que seria posta em ação, bem como as suas possíveis origens. Segundo D. Jaime, neste sentido, os comunistas teriam se apropriado do organismo católico a partir de um auxílio financeiro que foi oferecido através de um convênio com o governo, motivo pelo qual, aponta D. Jaime, não haviam tido qualquer suspeita. “E qual a diocese, prelazia ou qualquer outra circunscrição eclesiástica a braços com lutas econômicas, recusaria o auxílio que lhe era oferecido?” indagou o arcebispo para justificar o referido aporte financeiro, já que a principal preocupação dos “abnegados sacerdotes era [...] transmitir ao povo os ensinamentos do Evangelho: ide e ensinaí”. Quer dizer, as passagens referidas dão conta de demonstrar o modo como se foi construindo a imagem dos comunistas (com participação do governo) que se aproveitaram da dificuldade financeira do organismo

católico, e também da sua inocência (por confiar no governo), para poder se infiltrar na instituição religiosa.

Nas passagens seguintes, D. Jaime explicou a forma como se foram modificando as “metas ideológicas traçadas” pela diocese contaminada, uma vez que o dinheiro colocado na instituição a colocava “numa linha aconfessional, portanto sem religião nem catequese”. Nessa altura, explicou o arcebispo, os supervisores do convênio, portanto, representantes do governo, já haviam “despertado” para a nova linha ideológica e declarado os seus objetivos: “num encontro com entidades irmãs exigiram uma frente única com os comunistas ‘para libertar do capitalismo o nosso pobre povo’”. Chama atenção uma das ações apontada por D. Jaime com relação aos supervisores qualificados por ele enquanto “progressistas”. Afirmou terem convidados uma “senhorita” que havia feito um curso de cultura popular em Moscou e não “ocultava seu entusiasmo pelo mundo soviético”, a ministrar palestras durante cinco dias na sede do bispado. Eis que os padres da diocese, indignados com os rumos dos acontecimentos, teriam se reunidos com a equipe de supervisores para exigir o afastamento da “mocinha bolchevisante”. D. Jaime explicou o resultado desta mobilização:

[...] declararam abertamente que os padres nada tinham que ver com a instituição [...] que aquele organismo passava a pertencer-lhes exclusivamente [...] que o dinheiro do governo era do povo e não tinha outro dono [...] que não viam nada de mal no documento de frente de mobilização popular e na união deles com os comunistas. (DN, 22 mar. 64, p. 3)

O último trecho de seu manifesto evidencia claramente a forma como estavam se desenhando os embates internos do catolicismo brasileiro naquele momento, caracterizados pelas distintas posições políticas e ideológicas suscitadas pelas interpretações das transformações doutrinárias em curso:

Pergunto-lhe agora, caro ouvinte, onde está a boa-fé, a consciência, a lealdade, a justiça desses elementos que, bastou trabalharem junto com os comunistas para se transformarem de cordeiros em lobos? Seria neste sentido que tinham de aplicar as encíclicas do bondoso Papa João XXIII? (DN, 22 mar. 64, p. 3)

Entretanto, os embates que surgiam internamente na instituição não ficavam limitados exclusivamente aos posicionamentos dos religiosos, mas também foram alvos de críticas dos mais diversos setores da sociedade que também enxergavam e denunciavam a infiltração das ideias marxistas nos setores do apostolado dos leigos. É o que se pode perceber quando da publicação de um abaixo assinado de ex-estudantes da PUC, do Rio de Janeiro, dirigido ao arcebispo D. Jaime. O referido abaixo assinado solicitava ao prelado o fechamento da

Juventude Universitária Católica, tendo em vista a instituição continuar “inquietando a vida universitária brasileira e tornando-se constante foco de atrito e desunião entre católicos” (DN, 15 abr. 64, p. 9. Fechamento temporário da JUC: Apêlo ao arcebispo).

O texto do abaixo assinado informou que um dos pontos pelos quais a JUC passou a ser considerada como um motivo de “inquietação”, estabeleceu-se no entendimento que esta, no congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1960, teria passado a atuar como partido político estudantil. Foi o momento em que assumiu, segundo o abaixo assinado, “o caráter de agremiação de eleitores para fazer vingar, no cenário estudantil os seus candidatos ainda que às custas de alianças espúrias com a União Juventude Comunista (UJC)”.

Desde aquele contexto, então, a JUC estaria sendo usada por parte da UNE, a qual era “pontilhada por esmagadora maioria de membros filiados ao ativismo marxista”. Além disso, no documento foi defendido também o fato da nova mentalidade da JUC ser resultado “de certa mentalidade ‘progressista’ que quer fazer da igreja sociedade beneficente ao invés de unificadora” (DN, 15 abr. 64, p. 9).

No abaixo assinado também é possível visualizar o efeito resultante das modificações no catolicismo, marcado por embates entre os setores mais conservadores e setores considerados progressistas, os quais, entre outros aspectos, eram acusados de indisciplina e insubordinação hierárquica. Essas acusações não somente foram direcionadas aos membros da JUC, mas também aos membros da Igreja, principalmente Padres, que mantinham ligações com os setores do apostolado laico, como se pode visualizar na passagem a seguir: “[...] alguns padres sob a coação jucista, proclamam a intocabilidade de seus atos e passam a admitir, ‘pari passu’ a integridade das suas afirmações progressistas e uneistas”. A crítica dirigida aos membros pertencentes aos quadros da igreja católica, identificados pelas suas posições progressistas e tendo em vista a intensa mobilização que causaram nos setores conservadores, será recuperada adiante no trabalho. Por hora, é preciso retomar o foco nos posicionamentos conservadores contra os grupos do apostolado laico uma vez que o “problema” da infiltração comunista também existiu nestes setores localizados em Porto Alegre. É o que parecem indicar uma série de alocações do arcebispo local publicadas nos jornais a partir de janeiro de 1965, as quais serão analisadas a seguir.

D. Vicente Scherer e a Ação Popular

Antes de proceder com a análise das alocações que D. Vicente emitiu com a temática da infiltração comunista nas associações do apostolado laico, é preciso colocar que o referido prelado, no contexto em que a polêmica foi a público, era o presidente e conselheiro dessas associações localizadas na sua arquidiocese. Essa questão é um fator primordial para que se possa entender a postura que assumiu perante as denúncias que envolviam as associações diretamente ligadas a ele.

A primeira alocação de D. Vicente que versou sobre o tema em questão foi intitulada “Arcebispo diz que os indiciados no IPM da Ação Popular desfrutam de seu afeto”. Desde o título desta alocação ficou posto um novo elemento que, de certo modo, transformou o enredo que se construía, até então, nas argumentações dos católicos anticomunistas. Trata-se da presença dos militares neste contexto. A abertura de um Inquérito Policial Militar (IPM) para investigar setores do catolicismo e as suas possíveis ligações com sujeitos comunistas, ou até mesmo católicos com posturas marxistas, pode representar o início de uma “virada” na forma como os quadros conservadores do catolicismo brasileiro se posicionariam, futuramente, contra a ditadura militar.

O objetivo desta alocação, conforme declarou o arcebispo, foi de publicar o conteúdo de uma carta sua endereçada ao Tenente Coronel Ruy C. Gonçalves, uma vez que o IPM, aberto para investigar a AP e as suas relações com membros da Igreja, bem como com os membros do apostolado dos leigos, havia se encerrado. D. Vicente enumerou cinco tópicos pelos quais reproduziu a referida carta. Todos eles parecem de dar conta de emitir respostas bastante pontuais. Respostas que, de maneira geral, ao mesmo tempo em que fazem uma defesa em relação aos membros pertencentes à arquidiocese de sua jurisdição no que tange a possíveis relacionamentos com membros da AP, também exprimem toda a contrariedade do arcebispo em relação à referida organização. O governo militar havia dado início à caça aos comunistas investigando aqueles lugares onde possivelmente estariam os focos de subversão. Os setores leigos do catolicismo foram vistos como um foco em potencial. Foi exatamente contra esta ação dos militares que o arcebispo se manifestou.

No primeiro tópico, D. Vicente se preocupou em deixar registrado o fato de não haver responsabilidade da igreja católica na criação da AP, como também não competia julgar sua aprovação ou condenação, uma vez que a AP, para o arcebispo, era uma organização política e não cabia à Igreja a intromissão nos assuntos desta ordem:

Não poderia caber à autoridade eclesiástica aprovar ou censurar a criação da Ação Popular, movimento político de estudantes, como não poderia caber-lhe aprovar ou censurar a criação de quaisquer outros grupos ou partidos políticos, de cujo grêmio participassem elementos do laicato católico e, até mesmos sacerdotes [...]. (CP, 12 jan. 65, p. 13. Arcebispo diz que os indiciados no IPM da Ação Popular desfrutaram de seu afeto)

Citando as suas alocuções como exemplo de sua atuação e vigilância, no segundo tópico declarou que nunca havia permitido, em sua arquidiocese, que “se confundissem e identificassem os rumos ideológicos e políticos da Ação Popular com as diretivas da doutrina social da igreja”. Neste sentido, no terceiro tópico explicou que sempre esteve atento “até mesmo a meros desvios” da doutrina social, quando estes foram imputados a sacerdotes do clero arquidiocesano, não deixando, inclusive de apurar a sua procedência.

No quarto tópico negou que a AP tivesse tido qualquer ligação “direta ou indireta, aparente ou oculta” com as organizações do apostolado laico da arquidiocese, notadamente aquelas organizações que compunham a Ação Católica, especialmente a JUC e a JEC: “membros da JEC e da JUC poderão ter-se filiado à Ação Popular; serão casos isolados e inexpressivos”. Declarou ainda que “nenhum dos jovens, entretanto, cujos nomes são referidos no relatório final do inquérito policial-militar pertence à Ação Católica da arquidiocese, como nenhum dos sacerdotes, a que se faz alusão no mesmo documento” (CP, 12 jan. 65, p. 13).

Pois bem, aqui são necessárias algumas considerações. Primeiro: como explicar a sua denúncia emitida no mês de janeiro de 1964 (CP, 14 jan. 64, p. 12) sobre o problema da infiltração comunista nos setores do catolicismo? Será que o calor do momento (agitações pré-golpe militar) fez com que o arcebispo emitisse denúncias das quais apenas suspeitava? Como entender esse corporativismo na defesa exercida para com os membros do apostolado laico pertencente à sua arquidiocese? Será que os IPMs na “caça aos comunistas”, ao investigar membros do catolicismo, provocaram certo desconforto no arcebispo? Diante dessas indagações aqui é preciso registrar um deslocamento da forma como o “perigo comunista” se redimensionou após o golpe militar. Se antes do golpe as organizações leigas receberam todas as advertências em relação à infiltração comunista, como se pode ver, principalmente no mês de janeiro de 1964, na polêmica envolvendo os membros da AP e da JUC, passados quase um ano do golpe, “percebeu-se” que aqueles que aderiram à AP eram somente “casos isolados e inexpressivos”¹⁰³.

¹⁰³ O deslocamento da forma como o perigo comunista passou a ser encarado no período pós-golpe militar será assunto para o terceiro capítulo da dissertação.

No quinto tópico de sua declaração, também foi dedicado a externar a sua condenação contra qualquer união ou colaboração entre católicos e comunistas. Declarou que tal postura (condenação) era incessantemente repetida por “dezoito anos de episcopado, em pronunciamentos públicos, com ampla divulgação pela radiodifusão e pela imprensa”. “Se a referida união aconteceu”, disse D. Vicente, “os que dela participaram não se conduziram como católicos”. Os católicos da sua arquidiocese, desde os membros da Ação Católica, os professores e os sacerdotes do clero secular, como ele mesmo declarou, tinham a segurança do seu “fraternal afeto” e a certeza de que os reputava “isentos de culpa”.

O tema da aproximação entre católicos e comunistas voltou a ser assunto na alocução do dia 19 janeiro de 1965. Mais uma vez, como já havia manifestado outrora, deixou bem claro que a referida aproximação era de interesse exclusivamente dos comunistas, os quais, “procuram atrair as simpatias e a colaboração dos católicos para suas campanhas e iniciativas” (CP, 19 jan. 65, p. 10. Impossível a aliança entre católicos e comunistas em qualquer campanha). Nesta questão, para exemplificar seu pensamento, citou o exemplo do Partido Comunista Italiano. Afirmou que esta organização, na tentativa de consolidar a aproximação com os católicos daquele país, estaria usando “uma linguagem muito diferente das fórmulas dos seus antigos correligionários”. Ou seja, para o arcebispo, os comunistas italianos estavam vendendo uma imagem de que na futura sociedade por eles preconizada estariam “assegurada a liberdade de culto e propaganda religiosa; o ateísmo de Estado não mais figura no programa do partido”.

Fazendo consideração com relação ao caso brasileiro, D. Vicente afirmou que esta nova linguagem dos comunistas em cooptar católicos para o seu lado, nos moldes do exemplo apresentado, coincidia com as esperanças de políticos e estudantes que “antes da revolução de março, interpretando erroneamente palavras de João XXIII, advogavam a colaboração com os comunistas [...]” (CP, 19 jan. 65, p. 10).

Na sequência da alocução a sua preocupação foi em demonstrar ao seu leitor os motivos pelos quais defendia a não cooperação entre católicos e comunistas. Os exemplos elencados por ele informaram sobre a realidade dos católicos nos países comunistas:

Cinquenta anos de experiência marxista, na Rússia e demais países soviéticos, evidenciaram que a supressão da liberdade civil, política e social e a perseguição religiosa fazem parte da própria natureza do comunismo e, por isso dele são inseparáveis. (CP. 19 jan. 65, p. 10)

Defendeu que todas as alegações favoráveis a uma aliança com os católicos, por parte dos comunistas, obedeciam a ordens táticas e não havia nelas “sinceridade alguma”. A finalidade se resumia, segundo o arcebispo citando Lênin, “usar tôdas a sorte de as estratégias, de astúcia, de métodos ilegais [...] para penetrar nos sindicatos, ali ficar e realizar [...] a tarefa comunista”.

Outra passagem que merece destaque é a parte em que diferenciou o comunismo com outras ideologias, consideradas por ele passíveis de serem aceitas as contribuições dos católicos. Para D. Vicente, os comunistas preconizavam a substituição total das estruturas sociais e políticas pelos “esquemas do totalitarismo marxista”, ao contrário dos socialistas, dos liberais e dos radicais que “aceitam uma organização da sociedade que promova ou realize ao menos parcialmente os seus postulados pragmáticos”. Citando a encíclica *Mater et Magistra*, o arcebispo afirmou: “com essas ideologias os católicos podem colaborar para a consecução de objetivos imediatos ‘bons por natureza ou que podem tornar-se bons’” (CP, 19 jan. 65, p. 10).

Já no caso dos comunistas, quando estes buscam a colaboração de outras “correntes”, na forma como entendia D. Vicente, estes só o faziam como meio e instrumento para o “triunfo da causa marxista”. Daí defendeu a atitude de “nunca [...] agarrar a mão estendida deles para uma colaboração em favor de objetivos sociais em si justos e irrecusáveis”. Essa atitude em relação ao comunismo proporcionou que emitisse a forma como entendia a força do comunismo naquele contexto: “mas o consideramos – marxismo – uma ameaça perigosa aos valores meramente temporais e uma das piores alienações do homem que a história registra” (CP, 19 jan. 65, p. 10).

Em outra oportunidade, o arcebispo comentou sobre o papel determinado a ser desempenhado pelos leigos através do Concílio Vaticano II. Entre outras abordagens, citou passagens dos documentos conciliares (*de ecclesia*) que balizavam essa nova postura da hierarquia, aos quadros da Ação Católica, especificamente. Depois de embasar o atual pensamento do catolicismo para com os leigos, D. Vicente comentou sobre a atuação destes no contexto do golpe militar:

É fato notório que, no período de agitação demagógica, que precedeu a revolução de março, alguns jovens, totalmente avessos à doutrina marxista, levados certamente por um nobre sentimento de inconformidade com clamorosas injustiças sócias existentes, substituíram a suprema e autêntica finalidade do apostolado em geral e da Ação Católica pelo interesse em prol de reformas sociais de determinado tipo. (CP, 23 fev. 65, p. 8. A colaboração entre os fiéis e pastores da Igreja)

Um dos aspectos que fica bastante explícito nesta passagem, como já havia feito em outras oportunidades, é a forma como D. Vicente defende a atuação do apostolado dos leigos, justificando, de certo modo, a sua guinada social e o suposto indício da presença da ideologia marxista neste processo. E que diverge completamente das suas alocações em que condenava toda e qualquer aproximação dos católicos com os marxistas “mesmo com as melhores das intenções”, conforme havia declarado em outra alocação. O próprio arcebispo admite isso: “Em diversos pronunciamentos alertei contra tão perniciososa confusão de metas, objetivos e caminhos do apostolado católico”. Para D. Vicente, havia a necessidade de se alertar contra o perigo de que estes confundissem “a missão apostólica do cristão com a luta a serviço do mundo para a transformação das estruturas temporais da sociedade humana”. Em outras palavras, o perigo era de que a missão religiosa sob inspiração marxista desvirtuasse os membros do apostolado e, desta forma, contribuísse para a infiltração marxista no setor.

Por isso que, também nesta alocação, manifestou a sua preocupação em explicar o “verdadeiro” significado da nova postura dos leigos debatida e outorgada no Concílio. Ou seja, as novas ideias tratadas no Concílio aconselhavam o engajamento na luta pela promoção do bem-estar social, contanto que houvessem “soluções possíveis dentro da coerência com os princípios da fé”, e que esta opção não poderia estar sujeita à nenhuma organização do apostolado impusesse aos seus membros “uma determinada linha e nem sequer dar-lhes uma formação tendenciosa e unilateral que os leve a certa e única forma de participação no esforço pelo desenvolvimento do país e pela superação das injustiças sociais” (CP, 23 fev. 65, p. 8).

Entretanto, também ficou notório a forma como tentou retirar da responsabilidade da Igreja a postura adotada por membros da Ação Católica no processo do golpe militar, como que querendo passar a ideia de que estes, pelas suas atitudes, não eram autênticos católicos:

As diversas opções que os militantes fizeram, dentro da ortodoxia católica, como também no campo declaradamente político, ocorreram por sua exclusiva responsabilidade pessoal, como acontece em todos os setores da atividade social e política dos cidadãos. (CP, 23 fev. 65, p. 8)

Por mais que se tentasse “livrar” de toda responsabilidade da arquidiocese acerca do posicionamento político de seus quadros, hierarquizados ou não, esta postura não agradou àqueles grupos que denunciavam os desvios de conduta e exigiam maiores esclarecimentos por parte da cúria metropolitana. É o que permite apreender um *a pedido* assinado por diversos líderes representantes de grupos de estudantes da PUC, publicado no CP no dia 15 de setembro de 1965.

O *a pedido* de forma bastante incisiva criticou a postura do então governador da cúria porto-alegrense, monsenhor Fontana, acerca de um possível manifesto lançado pelos estudantes da PUC em que denunciavam a infiltração marxista entre os seminaristas estudantes no seminário de Viamão. É preciso destacar que não foi possível o acesso aos dois textos que suscitaram este “a pedido”, ou seja, o texto da denúncia de infiltração marxista nos religiosos e a conseqüente resposta do monsenhor Santana. Contudo, no próprio documento é possível observar algumas questões importantes que indicam a existência de uma divisão interna do catolicismo local principalmente no aspecto ideológico. Ao que permite entender do documento, a crítica dirigida ao referido monsenhor se deu por este não ter esclarecido sobre as denúncias lançadas, conforme ficou registrado na seguinte passagem:

O pronunciamento desta alta autoridade da Hierarquia, de nosso Estado, sôbre nada aclarar, muito menos responder, ou refutar, objetivamente, prima por generalizações vagas, pelo esquivamento às observações expendidas no Manifesto em pauta [...]. (CP, 15 set. 65, p. 18. Esclarecimento da Cúria metropolitana)

Esta publicação se configura em mais que um indício de que os constantes alertas de infiltração marxista no meio dos católicos permeava pelas preocupações dos conservadores através das suas percepções, não só, mas também, tendo como referência as problemáticas locais. Nesse sentido, o texto é bastante esclarecedor, inclusive do modo como se deram as divergências internas do catolicismo acerca do debate em questão. A passagem a seguir, permite demonstrar, então, a tonalidade do debate, ou em outras palavras, permite que seja possível entender as argumentações, as acusações e o enquadramento dos possíveis responsáveis, os quais foram acusados de forma explícita:

[...] por outro lado, quanto saibamos, denunciar a infiltração do comunismo, nunca foi tática comunista [...] tática comunista, notoriamente, é o envolvimento do clero em suas manobras revolucionárias, sempre que a incúria ou a irresponsabilidade o permitam. Face à denúncia de insidiosa infiltração de idéias, de esquerda, no Seminário de Viamão [...] caberia, efetivamente, um esclarecimento da Cúria Metropolitana. (CP, 15 set. 65, p. 18)

De outra parte, o texto também permite apreender a forma como os grupos conservadores identificavam e caracterizavam as dissidências do catolicismo, quer dizer, quais os atributos que eram possuidores e que os identificavam como sujeitos colaboradores do comunismo. Na passagem em que os estudantes da PUC listaram os motivos porque necessitavam de esclarecimentos por parte do Monsenhor, este aspecto é perceptível:

[...] quando um dignatário da Igreja é rotulado de burguês clerical [...] quando futuros padres sustentam que cristo foi crucificado pelo espírito do capitalismo, misturando teologia com bastardas ideologias; quando a aliança com os comunistas e com a Ação Popular, visando o encaminhamento revolucionário do ‘processo histórico brasileiro’ é bandeira dos estudantes de Viamão [...]. (CP, 15 set. 65, p. 18)

“A presença de Calabar na Igreja”

As transformações doutrinárias do catolicismo suscitadas com a realização do Concílio Vaticano II proporcionaram que diversos setores do catolicismo interpretassem de maneira singular as novas concepções doutrinárias então estabelecidas. Como se pode ver no tópico anterior, parte das organizações do apostolado laico foram suscetíveis às transformações, sendo, desta forma, motivos dos muitos brados de alerta dos setores conservadores, os quais viam nestes posicionamentos, um explícito engajamento desses grupos no ideário marxista. Além dos membros pertencentes dessas organizações, diversos componentes dos quadros hierárquicos da igreja católica, neste contexto, também tomaram posicionamentos políticos e ideológicos divergentes da alta cúpula da Igreja. O objetivo desta subseção é apresentar e analisar como os setores conservadores do catolicismo se reportaram, através da imprensa, em relação aos membros da hierarquia que tomaram posições consideradas progressistas.

O proprietário do Diários Associados, Assis Chateaubriand, rede jornalística da qual o DN fazia parte, na sua tradicional coluna a que fazia seus comentários nos Diários, trouxe, no dia 18 de abril de 1964, aquilo que pode ser considerado um ataque mais incisivo acerca da infiltração comunista na Igreja Católica. Ao perguntar em sua coluna quando o “comando revolucionário” iria “agarrar” a linha auxiliar das operações do marxismo internacional no Brasil, a igreja católica, através de seus componentes, foi lembrada como fazendo parte da referida “linha auxiliar”. “Tratava-se de vendilhões do templo”, afirmou Chateaubriand repetindo uma expressão utilizada pelos católicos ao se referirem sobre a infiltração comunista em seus quadros. Deixou bem claro que a defesa da democracia não estava plenamente consolidada se “padres renegados” continuassem “manipulando impunemente rádios e jornais [...]” em nome daquilo que definiu como um “esquerdismo religioso”, ou uma “cauda anárquica, pregada pelo comunismo eclesiástico” (DN, 18 abr. 64, p. 4. A presença de Calabar na Igreja).

As passagens seguintes demonstram a forma como Chateaubriand percebia o catolicismo brasileiro naquele cenário marcado pela recém destituição de Goulart da

presidência: “os vigários réprobos de cristo, picados de esquerdismo [...] tomavam posição de um suposto coexistencialismo entre católicos e ateus marxistas [...] mascarados, os tarfutos se dispunham a apresentar êste o momento para a concordata com Fidel Castro”. Denunciando que “havia na igreja servidores dêste inferno de alma”, Chateaubriand sugestionou a punição destes nos mesmos termos de ministros e deputados: “se tivemos os expurgos já conhecidos, os dos vigários que se passaram para o inimigo não deve faltar [...] porque não passar igualmente a faca nos sicofantes da Igreja que se bandearam para o inimigo” (DN, 18 abr. 64, p. 4).

O conteúdo da coluna de Chateaubriand pode apresentar certo exagero em suas argumentações, entretanto, exageros à parte, suas palavras também podem demonstrar que os setores conservadores percebiam posicionamentos dos padres estando diretamente relacionados com o ideário comunista. Diversos textos de católicos se manifestaram neste mesmo sentido, ou seja, demonstrando para a sociedade a periculosidade que os padres com o perfil “progressista” poderiam representar para a abertura de ideias não condizentes com a “tradição cristã e ocidental” do Brasil.

No mês de abril de 1965, Gustavo Corção escreveu três colunas nos “especiais para o CP” que versaram sobre a mesma temática, ou seja, os “novos padres”, adjetivo usado por ele para caracterizar o efeito da transformação do catolicismo, especificamente nos membros progressistas da Igreja, à luz das novidades impostas pelo Concílio Vaticano II. O próprio autor explicou o conceito de “padres novos”: “não se trata simplesmente dos padres jovens nem apenas dos padres modernos ou padres do nosso tempo [...] trata-se de uma específica novidade ou de padres que descobriram realidades ‘especificamente modernas’”. Daí a principal crítica externada diz respeito à forma como estes “novos padres” estavam colocando em prática os seus entusiasmos pelas mudanças:

[...] mas seria preciso dizer aos jovens padres uma coisa que parece esquecida. Falem com entusiasmo nas reformas [...] mas pelo amor de Deus não coloquem nas mudanças a tônica da pregação, que deve estar sempre nas coisas mais importantes que não mudam. (CP, 15 abr. 65, p. 4)

Intituladas “Os Novos Padres”, “Os Novos Padres II” e “Ainda os Padres Novos”, as três colunas marcaram o posicionamento do autor contra os “inconvenientes terríveis” das novidades conciliares e os seus efeitos nos “jovens mais desarmados do clero”. Dentre esses inconvenientes destacou aquele que considerava principal: “[...] é o de afastá-los das obras de

real valor, tidas por superadas, deixando ao seu alcance os Best seller's do sensacionalismo da 'igreja em estado de concílio'" (CP, 29 abr. 65, p. 4).

A crítica em questão foi formulada trazendo o exemplo de um desses "novos padres", o Padre Henrique Vaz: "qual será a diferença específica que separa o 'nosso tempo' do padre Vaz"? indagou Corção como forma de demonstrar o seu repúdio às novidades incorporadas nas ações deste prelado. Ao se reportar sobre um texto do Padre Vaz publicado em uma revista, Corção deixou transparecer a sua simpatia pela intervenção dos militares em 1964, especialmente com a instauração do primeiro Ato institucional: "eu observo neste texto singular que fazia muito sucesso nas fileiras estudantis, que antes do Ato Institucional faziam marxismo e ao mesmo tempo roubavam os dinheiros públicos, um curioso deslocamento do adjetivo verdadeiro [...]" (CP, 29 abr. 65, p. 4).

Para caracterizar a forma como entendia o impulso progressista dos novos padres, Corção comparou aquele contexto com o movimento cultural da Renascença, pelo fato de esta, em sua concepção, "fugir à cristandade [...] para redescobrir o mundo antigo", quer dizer, "dirigia-se para as aberturas do porvir, quando fazia ciência, e para horizontes do passado, quando fazia humanismo". Para Corção, os padres novos poderiam ser enquadrados nesta tipologia de ruptura, ou seja, para eles "em religião tudo serve, desde que não seja a doutrina comum da Igreja, desde que não seja Santo Tomás, por exemplo". Por isso, qualificou "essa espécie de padres nascida da igreja em estado de concílio" como desobedientes e rebeldes, nos quais se manifestavam o seu negativismo rancoroso e estéril (CP, 15 abr. 65, p. 4).

Gustavo Corção, nestas três colunas fez questão de demonstrar a sua contrariedade contra as "modernidades" trazidas pelo Concílio. Priorizou, neste sentido, argumentos que pudessem relativizar a questão do "novo" como sendo somente coisas boas e do "antigo" como sendo coisas que representavam o atraso. Certamente esta relativização era uma metáfora para caracterizar o seu descontentamento em relação às novidades conciliares e o comportamento dos "novos padres" em função destas. Conforme declarou,

Deveríamos saber que é estúpido entusiasmar-se alguém pelas novidades e pelas mudanças, por serem novas e por trazerem modificações. Mas o fato brutal aí está: vivemos num tempo em que essa estupidez é praticada com fervor e acompanhada com admiração. (CP, 29 abr. 65, p. 4)

Também chama atenção nesses textos, o fato de Corção constantemente buscar explicações ou argumentações, as quais indicavam estar respondendo críticas que possivelmente recebia por "desafetos ideológicos", possivelmente em outros canais de

comunicação. Foi deste modo que se manifestou confirmou o fato de acreditar que as coisas “mais altas” eram as imóveis, as imutáveis: “Será isto a profissão de fé de um conservador? É o que dizem de mim e de quem falar como falo”, ponderou Corção. Argumentou não ser merecedor do título de conservador e reacionário somente por não querer “as reformas que os comunistas nos sugerem!” (CP, 15 abr. 65, p. 4).

Portanto, fazia questão de explicitar a forma negativa e perigosa como enxergava as mudanças do catolicismo naquela época, uma vez que entendia o movimento como sendo uma profunda abertura para a propagação do comunismo pelo mundo. Ao mencionar o comportamento dos “padres novos”, este aspecto novamente foi externado pelo autor:

[...] o fato é que muitos dêsses –padres novos – pela paixão da novidade, chegam a não ver bem o que está escrito nos muros de Berlim e nos paredões de Havana. E aglutinam-se em tôrno do fenômeno que trouxe à tona da história o mais brutal materialismo. Sim, porque o culto da novidade pela novidade, ou a aceitação da história como critério de verdade, é na verdade um culto materialista, se podemos usar essa contraditória expressão. (CP, 29 abr. 65, p. 4)

4 ANTICOMUNISMO CATÓLICO DURANTE E PÓS-GOLPES MILITARES

O objetivo central do capítulo é compreender a forma como se efetivou o discurso anticomunista católico no contexto imediatamente anterior e posterior aos golpes militares de 1964 no Brasil e 1966 na Argentina. Ultrapassando o marco fronteiro dos referidos acontecimentos, o capítulo pergunta sobre possíveis reestruturações do modo como o comunismo (objeto) foi apropriado e se houve algum tipo de ressignificação operacionalizada pelos discursos divulgados nas grandes imprensas, nos contextos supracitados. Em outras palavras, a proposta é verificar de que forma as rupturas institucionais incidiram na construção discursiva do anticomunismo católico nas grandes imprensas.

Tendo em vista respeitar a singularidade de cada contexto, as manifestações anticomunistas católicas do período imediatamente anterior e posterior aos golpes militares serão analisadas separadamente. Primeiro, referente ao anticomunismo na imprensa de Porto Alegre e, após, na imprensa de Buenos Aires. No caso do Brasil, em particular, será recuperado o contexto político dos três meses que antecederam o golpe militar. A partir de janeiro de 1964 até o dia do golpe diversos católicos manifestaram as suas opiniões sobre a realidade conturbada que vivia o país, principalmente sobre a ameaça comunista. Por seu turno, na Argentina, a manifestação de clérigos não foi possível perceber, quer dizer, nos momentos que antecederam a crise política que culminou com o golpe de 28 de junho de 1966, os católicos pouco se manifestaram nos jornais de Buenos Aires. Entretanto, como será visto no decorrer do trabalho, a alta cúpula do catolicismo argentino vai marcar sua presença, a sua influência e o seu apoio ao governo militar desde o primeiro dia após a concretização do golpe. Objetiva-se, com o foco proposto, caracterizar o momento de ruptura, representado pelos golpes militares, e como incidiram em relação às manifestações anticomunistas católicas nas imprensas de Porto Alegre a Buenos Aires.

4.1 “IGREJA APREENSIVA ANTE INFILTRAÇÃO COMUNISTA”

O título deste subcapítulo, retirado de uma manchete do CP do dia 23 de janeiro de 1964 (CP, 23 jan. 64, p. 11) é representativo do quadro político e social com que os católicos enxergavam o Brasil naquele contexto. O tema da infiltração comunista foi ganhando em relevância à medida que o Presidente João Goulart manifestava seu posicionamento político. Como foi possível visualizar no primeiro capítulo, no início de 1964 João Goulart acenou

para o abandono da sua política equilibrada e buscou uma reaproximação com os grupos de esquerda. Acentuaram-se as posturas radicais dos grupos conservadores que se faziam repercutir em diversos setores, as quais colocavam o governo como um dos principais responsáveis pela infiltração comunista no país.

Os jornais porto-alegrenses, neste contexto, publicaram diversas manifestações dos católicos acerca da situação política por que passava o Brasil. Aspectos que perpassavam desde a questão da infiltração comunista na sociedade como um todo, até a denúncia de infiltração comunista nos setores governamentais. Nesta seção, pretende-se analisar o cenário construído pelos discursos dos católicos, buscando identificar de que maneira as suas argumentações se encarregaram de representar a degradação daquele presente político, como manifestavam as suas previsões negativas em relação ao futuro. Também, visa a identificar o papel das editoriais dos jornais na divulgação do anticomunismo católico naquele contexto, contribuindo, em última instância, para promover o processo de desestabilização do governo de João Goulart.

A matéria que publicou as palavras de D. Augusto Álvaro da Silva, arcebispo da Bahia, e as expressões que nela foram colocadas, podem ser um parâmetro inicial para perceber o quanto cresceu o comprometimento dos católicos conservadores em contribuir com a desestabilização do governo de João Goulart, no período que antecedeu o golpe militar. D. Augusto, não hesitou em demonstrar os motivos que angustiavam os bispos brasileiros: “a situação do Brasil é gravíssima, pois se acentua cada vez mais a infiltração comunista”. Denunciou que existiam “forças dirigidas pelo comunismo internacional nas altas funções administrativas do país [...] e a marcha dos comunistas e socialistas em direção ao govêrno, agora acentuadamente acelerada” (CP, 23 jan. 64, p. 11). A imagem aterrorizante com que D. Augusto descreve as consequências da tomada de poder pelos comunistas, no Brasil, chama atenção pela forma apelativa com que foram colocados os argumentos:

[...] é certo o assassino de sacerdotes e o incêndio nas Igrejas. Arrasará conventos, fuzilará líderes católicos, atacará famílias, confiscará propriedades, ferirá, matará, martirizará com requintes de barbaridade e fereza bestiais; renovará os tiros na nuca, as lavagens do cérebro, os paredões de fuzilamento e os campos de concentração. (CP, 23 jan. 64, p. 11)

Outra parte que chama atenção neste texto consiste no modo bastante cordial com que o arcebispo se referiu ao governador do Rio de Janeiro, Carlos Lacerda, inimigo político declarado de João Goulart. Qualificou o governador como “um homem filho de Deus, um líder de grande visão e, acima de tudo, amigo do país”. É preciso destacar que a reportagem

informa sobre D. Augusto ter sido vítima de uma represália dos comunistas, pelo fato de seu trabalho estar atingindo “os inimigos do Brasil”. Os comunistas, acusados de serem agentes das represálias, estariam instalados em um órgão do governo, a Petrobras: “surpreenderam-no com a suspensão de cota de gasolina que normalmente vinha recebendo de alguns órgãos da Petrobras”. Quer dizer, além de ficar evidenciado uma nada sutil distinção entre os “amigos do país”, representados no “católico” Carlos Lacerda, com os inimigos, representados pelos órgãos governamentais já penetrados pela ideologia comunista, também esta questão permite pensar na ampla articulação que pode ter existido entre as esferas políticas e religiosas, unidas em prol da desestabilização do governo presidencial, sob a argumentação da infiltração comunista.

Nesse período, o arcebispo metropolitano de Porto Alegre, D. Vicente Scherer, também foi uma voz ativa no que diz respeito às denúncias de infiltração comunista e, conseqüentemente, deu sua contribuição à desestabilização política de Jango. A alocução do arcebispo do dia 28 de janeiro de 1964, transcrita no CP, trouxe um novo estilo de denúncia acerca da infiltração marxista no país. Desta vez, o arcebispo tratou de manifestar a sua preocupação acerca do “aluvião de literatura marxista”, que cada vez mais, em sua concepção, ganhava espaço nos setores estudantis. Com este pano de fundo, ou seja, da presença de literatura marxista entre os estudantes, D. Vicente denunciou o Ministério da Educação como sendo um ponto difusor deste tipo de literatura. Conforme suas palavras, “no próprio ministério da educação existe e funciona um departamento, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros, vulgo ISEB, que sistematicamente propaga entre a mocidade estudiosa a ideologia marxista” (CP, 24 jan. 64, p. 12. Aluvião de Literatura Marxista Invadiu o País). Desta forma, denunciou e deixou claro que os pontos essenciais da doutrina preconizada no ISEB coincidiam com a doutrina de Hegel e de Marx¹⁰⁴.

De outra parte, manifestou sua preocupação com a literatura escrita por brasileiros ou traduzidas para o português, as quais examinavam os problemas nacionais exclusivamente sob o aspecto de critérios marxistas. Citou o exemplo dos “Cadernos do Povo”. Para ele, essa era uma leitura perigosa na medida em que os leitores desses livros “não têm critérios de valor e conhecimento de causa para julgar afirmações categóricas e dogmáticas que encontram nessas publicações”. Uma vez não possuindo esses atributos, os leitores seriam conduzidos a

¹⁰⁴ O ISEB foi criado em 1955 como órgão do Ministério da Educação, e extinto em abril de 1964. Reuniu diversos intelectuais como Hélio Jaguaribe, Roland Corbisier, Nelson Werneck Sodré, Antonio Cândido, Ignácio Rangel, Carlos Estevam Martins, entre outros. Tinha também como colaboradores Celso Furtado, Gilberto Freyre e Heitor Villa Lobos (Brito, 2005).

acreditar e a serem “seduzidos” pelos ensinamentos dos “ardilosos marxistas”. Não saberiam perceber, por exemplo, que a literatura em questão estava a serviço da “luta desapiedosa de classes”, em radical oposição “às exigências de uma ordem democrática e cristã” (CP, 24 jan. 64, p. 12).

Com o propósito de desqualificar essa produção, D. Vicente também tentou demonstrar, ao seu leitor, que as críticas às injustiças sociais, marcantes nas obras marxistas apontadas por ele, já haviam sido referidas por vários pontífices ao longo dos últimos séculos, “às vezes até com veemência maior do que o fazem os autores marxistas”. Enfatizou a necessidade de divergir acerca dos métodos que, segundo a teoria marxista, seriam utilizados para remediar as injustiças. Para o arcebispo, neste sentido,

[...] o marxismo substitui o capitalismo baseado na livre iniciativa pelo capitalismo do Estado. Mas, este capitalismo do regime soviético oprime o homem sem defesa, porque contra os poderosos chefes do governo e os dirigentes do partido comunista não há apelação. (CP, 24 jan. 64, p. 12)

Argumentou contra essa realidade comunista, trazendo o exemplo dos Estados Unidos e dos países do Norte da Europa, locais “onde o capitalismo se desenvolveu plenamente” e que os direitos dos trabalhadores “têm encontrado mais eficaz entendimento”.

O periódico “Cadernos do Povo” foi alvo de toda uma alocução de D. Vicente, publicada nos jornais porto-alegrenses no dia 2 de fevereiro. Intitulada “Caminho Errado”, esta alocução preocupou-se em trazer algumas informações acerca de um dos autores dos “cadernos”, o qual se tratava de um sacerdote, seu conhecido, denominado Aloísio Guerra. Entre outras informações, D. Vicente, resumidamente, demonstrou a trajetória deste padre, desde o início da sua vida em seminários nordestinos, passando por seminários no Rio Grande do Sul (Viamão e Gravataí), até o momento da sua ordenação, novamente no Nordeste. Assim caracterizou essa trajetória: “Da Igreja no Rio Grande do Sul durante oito anos, só recebeu benefícios. Recém-ordenado, jogou-se na agitação social que convulsiona a vasta região nordestina” (CP, 2 fev. 64, p. 4).

D. Vicente demonstrou, ao seu leitor, que, de acordo com o publicado nos “Cadernos do Povo”, o padre Aloísio só poderia ter encarnado outra personalidade, pois as suas palavras somente continham “duras críticas e desapiedadas invectivas” direcionadas à Igreja e alguns de seus membros. Ao que o texto do arcebispo deixa perceber, essas críticas eram direcionadas à Instituição católica como um todo, mas, especialmente à riqueza da Igreja, aos seus bens materiais, aos seus privilégios, certamente atributos esses desconectados com a nova postura do catolicismo surgidas a partir das encíclicas de João XXIII e do Concílio, que,

neste momento, estava finalizando a segunda seção. Daí, o motivo pelo qual se desempenhou em demonstrar os atributos positivos da Igreja, especialmente para as questões sociais:

[...] o P. Aloísio Guerra só busca sombras, ignora todo o esforço generoso e muitas vezes heróico que a Igreja Realiza em todos os setores [...] principalmente, a luta por uma justiça social efetiva todos o sabem, encontra a Igreja na primeira linha de combate. (CP, 2 fev. 64, p. 4)

É preciso ressaltar, uma vez mais, que os referidos cadernos foram condenados pelo arcebispo por entender que esses eram de inspiração marxista, e em decorrência disso, pelo fato de estarem circulando na sociedade, quer dizer, esses eram motivos mais do que suficientes para a manifestação da sua contrariedade em relação ao seu conteúdo, como também para a manifestação da sua crítica, objetivando, de certa forma, amenizar a influência dos cadernos, principalmente entre os fiéis católicos, como é possível perceber na seguinte passagem: “não duvido de que consigam afastar da Igreja pessoas que não conheçam o empenho decidido das forças vivas do catolicismo para uma vivência plena da mensagem do Evangelho”.

O Ministério da Educação e o ISEB foram novamente alvos de suas alocações no mês de março. Intitulada “Livros Didáticos do Ministério”, a alocução iniciou comentando acerca das altas dos preços dos livros em decorrência do processo inflacionário vigente e sobre a proposta de os livros serem impressos com verbas do governo. Contudo, o centro argumentativo de D. Vicente desviou o foco das questões quando se reportou aos “inconvenientes e ameaças mais sérias” da proposta em questão. Segundo ele, “nas altas esferas do Ministério da Educação não sopram ventos favoráveis à educação cristã”, uma vez que a existência do ISEB “sistematicamente envenena com a doutrina marxista a juventude brasileira”. Portanto, a proposta se tornava inviável em sua concepção, uma vez que o Ministério da Educação estava apresentando uma orientação educacional “alheia e contrária à concepção cristã de vida e aos ideais de liberdade democráticas” (DN, 3 mar. 64, p. 4).

Além de denunciar o fato de que o Ministério em questão estava enviando aos ginásios e aos grupos escolares “livros de extensão cultural [...] indiferentes à verdade cristã”, também manifestou a sua preocupação em decorrência do agitado ambiente político e social daqueles dias, o qual responsabilizou o governo e a sua aproximação com o modelo de educação cubano, fazendo uma previsão nada otimista, especialmente para aqueles que compartilhavam do seu pensamento:

Dada a agitação que sacode o país, patrocinada também por altos funcionários do Ministério e do próprio Governo, já se pode prever sem receio de errar que os futuros livros oficiais segundo o modelo de Cuba, serviriam de veículos de propaganda de soluções revolucionárias e demagógicas dos problemas brasileiros. (DN, 3 mar. 64, p. 4)

Além do Ministério da Educação, as Forças Armadas também se constituíram em alvos dos discursos anticomunistas católicos na imprensa porto-alegrense. Essa questão foi possível visualizar na manchete do CP, a qual informou sobre a posse do arcebispo José Nilton de Almeida ao cargo de arcebispo militar das Forças Armadas. O título da matéria, “Arcebispo Militar critica meios de combate ao comunismo” é um demonstrativo do quanto os acontecimentos políticos, religiosos e militares acabavam girando na órbita comunismo/anticomunismo. É preciso chamar atenção, neste sentido, para o papel da imprensa na escolha daquilo que seria publicado, bem como na escolha do próprio título da matéria. O arcebispo recém-empossado, na parte do seu discurso que foi publicada pelo CP, criticou aquilo que considerava como “posição simplista e negativa de um mero anticomunismo”, quer dizer, o fato de grupos anticomunistas tentarem impedir a reunião do Congresso sindical de Brasília. Em seu entendimento, o anticomunismo mais produtivo seria a realização de atos concretos “para dar fim à fome, à nudez e à favela” (CP, 28 jan. 64, p. 15).

Na mesma matéria, o CP informou sobre um suposto “incidente entre o Gen. Assis Brasil e Mons. Bessa” durante a cerimônia de posse do arcebispo militar. A descrição do incidente, na forma como foi publicada no CP, permite perceber que os anticomunistas faziam questão de demonstrar e desqualificar aqueles considerados comunistas: “o secretário do cardeal do Rio de Janeiro, monsenhor Francisco Bessa, negou a mão ao representante do Presidente da República, general Assis Brasil, quando êste pretendeu cumprimentá-lo [...]”. Ao que consta na notícia, a recusa por parte do religioso em cumprimentar o general se deveu ao fato de este ser considerado um comunista: “Depois de dizer aos jornalistas que o general Assis Brasil é um comunista, o monsenhor Francisco Bessa informou que não sabia antecipadamente da presença do chefe da Casa Militar da República no Palácio São Joaquim” (CP, 28 jan. 64, p. 15).

De outra parte, merece ser destacado o fato de que o general “comunista” envolvido no incidente durante a cerimônia estava representando legalmente o Presidente da República. Portanto, é preciso perceber a intencionalidade com que foi construída a notícia por parte da editoria do CP, a qual objetivou dar visibilidade ao problema da infiltração comunista,

inclusive em altos cargos do governo. E, ainda, que esta visibilidade foi efetivada através da voz de um alto representante do catolicismo nacional.

A reportagem que foi publicada na capa do DN do dia 22 de janeiro de 1964 também se configura num importante meio para se perceber o quanto as editoriais dos jornais analisados faziam questão de publicar assuntos que transmitiam denúncias dos católicos sobre a infiltração comunista no país. D. Jaime entregou ao DN, um manifesto que havia lhe chegado às mãos através de “fontes oficiais”, o qual versava sobre a “revolução popular brasileira”. Trata-se de uma denúncia de um plano para realizar um golpe comunista, conforme deixa perpassar a íntegra do documento publicada no DN:

Comunicação aos sindicatos: Sr. Presidente – comunicamos a v. s.a e pedimos que retransmita à classe que representa o seguinte: a) Organizamos um grupo de guerrilhas com a finalidade de: 1) Estabelecer um governo popular revolucionário; 2) Acabar com a exploração do povo e do Brasil; 3) Dar condições de vida digna ao homem; 4) Reforma agrária total de terras (todo o território passará ao estado); 5) Formação de um partido único representado pelo sindicato eleito de baixo para cima; b) Está marcado o início das atividades para o dia 24.2.64. (DN, 22 jan. 64, p. 1. D. Jaime Recebe Manifesto com Plano de Golpe)

Além de a denúncia ter sido publicada na capa, a sua diagramação fez fronteira com outra reportagem que publicou um pronunciamento de Adhemar de Barros, então governador de São Paulo, no qual teria dito que o presidente Goulart não chegaria a concorrer às eleições de 1965, sugerindo que o mesmo seria deposto (ver fotografia abaixo).



Com relação ao documento em si, é preciso questionar a sua veracidade. Não há confirmação na historiografia, sobre a referida preparação de uma “revolução popular”. E, se esta realmente existiu, quer dizer, a possibilidade de um golpe das esquerdas, na forma como foi posto no documento, a sua dimensão e representatividade foi nula, sendo utilizada, talvez, da forma como bem utilizou D. Jaime, ou seja, superdimensionado a sua periculosidade e contribuindo no processo, já em curso, de desestabilização do governo, principalmente se levado em conta a manifestação de Adhemar de Barros na notícia que a acompanhava.

Pode corroborar com esta hipótese o fato de que no dia seguinte, dia 23 de janeiro, uma nova notícia foi publicada pelo DN que versou sobre o referido documento. No entanto, esta dava a ler que o secretário de D. Jaime, monsenhor Bessa, havia confirmado a existência do manifesto enviado aos sindicatos e que uma fotocópia estaria nas mãos do arcebispo. A própria vontade em reafirmar a existência do documento indica que a informação pode ter sido questionada quanto a sua real veracidade. Além disso, a própria negativa sobre a possibilidade de apresentar às autoridades um documento de elevada gravidade: “Dom Jaime Câmara não irá fazer qualquer representação junto às autoridades, limitando-se à denúncia pública”, frisou o editor da notícia. Juntamente com a justificativa dada pelo monsenhor Bessa, foi exposto que D. Jaime não faria a denúncia “porque não há necessidade. Elas conhecem a movimentação comunista no País. Se não agem contra ela, é porque não querem”, insinuando, desta forma, o vínculo das autoridades com o comunismo.

4.1.1 As Mulheres Gaúchas Contra o Comunismo

A partir de 1962, o cenário político e social brasileiro propiciou que, nos mais importantes centros urbanos do país, as mulheres se organizassem em grupos com vozes ativas no que diz respeito à atuação política. Nesse contexto, surgiram diversas entidades femininas que atuaram com posições político-ideológicas diferenciadas. Solange de Deus Simões (1993) estudou os principais grupos femininos que contribuíram para a formação da opinião pública no que diz respeito ao processo de legitimação do golpe militar de 1964. Entre o arcabouço de considerações apontadas por Simões acerca dos diversos grupos femininos, uma deve ser ressaltada neste trabalho, qual seja, o fato da articulação entre os grupos femininos e a Igreja foram fundamentais no desenvolvimento dos movimentos. Conforme a pesquisadora, destacaram-se os seguintes grupos femininos: de São Paulo, a União Cívica Feminina (UCF), da Guanabara, a Campanha da Mulher pela Democracia

(CAMDE), de Minas Gerais, a Liga da Mulher Democrata (LIMDE), e a gaúcha Ação Democrática Feminina (ADF). É preciso ressaltar que a ADF, no trabalho da autora, se constituiu entre uma das organizações estudadas, sendo analisada de forma bastante abreviada se comparada com as entidades do sudeste do país. Este tópico, então, pretende trazer maiores considerações da entidade gaúcha, especialmente a sua participação e atuação no cenário político no contexto do golpe militar na forma como se manifestou na imprensa de Porto Alegre.

No dia 4 de fevereiro de 1964, o DN publicou um manifesto enviado pela “cruzada das mulheres gaúchas” direcionado ao arcebispo D. Vicente Scherer, versando sobre a opinião da entidade acerca do artigo do arcebispo publicado na alocução semanal do dia 14 de janeiro, em que o mesmo denunciava a infiltração comunista nos setores do apostolado laico através da AP, aspecto visto no capítulo anterior.

O referido manifesto contou com assinaturas de várias mulheres, a ponto deles ocuparem três colunas do espaço destinado à matéria. Esse aspecto pode ser o demonstrativo de se tratar de um grupo anticomunista com certo nível de organização e que, tendo em vista a denominação do grupo (“cruzada”) e considerando o destinatário do manifesto (arcebispo), e algumas expressões utilizadas no texto (“mães cristãs”, “corajosas cristãs”, “cruzada de fé”) dão conta de indicar que se tratou de um grupo anticomunista sob inspiração católica.

O texto do manifesto iniciou congratulando a D. Vicente pelas “corajosas diretrizes apontadas” na alocução transmitida e, na sequência, trouxe algumas expressões que merecem ser transcritas para que se possa perceber as representações anticomunistas que a entidade divulgou, bem como a forma como entendia a situação política e social do Brasil naquele contexto:

[...] embora sempre tenhamos trabalhado anonimamente mas sem esmorecimentos pela pátria, agora mais do que antes, estamos atentas aos rumos que vai tomando a crise político-social brasileira de imprevisíveis consequências orientada pelo marxismo-leninismo doutrina e tática materialistas, visando exterminar os direitos essenciais da pessoa humana. (DN, 4 fev. 64, p. 4. Estamos atentas à crise, dizem as mulheres gaúchas a Dom Vicente)

Também merece destaque o voluntarismo expressado pelas mulheres da cruzada na luta contra o comunismo: “creia-nos, Excia. Revma., corajosas cristãs prontas a enfrentar todas as vicissitudes para que venha reinar neste país a justiça social e todos possam gozar felizes os benefícios de uma sociedade organizada e progressista”. E, no agradecimento e na mensagem final, o comprometimento de futuras aparições:

Ao cumprimentar V. Excia Revma., permita agradecer e comunicar que sendo mães devotadas e cômicas de nossas responsabilidades, em breves dias lançaremos um alerta, para que unidas como cristãs, nós as mulheres do Rio Grande do Sul, confregnemo-nos às forças atuantes do Brasil e numa cruzada objetiva concitemos para o esmero no cumprimento dos nossos deveres cívicos e posse definitiva dos nossos direitos democráticos. (DN, 4 fev. 64, p. 4)

Outro aspecto que chama atenção na notícia se insere em buscar o entendimento de como foi possível este manifesto, que era direcionado ao arcebispo, ter virado notícia. Isso porque, estando publicado na página quatro, página do DN exclusivamente dedicada aos colonistas, o inviabiliza de ser considerado como uma matéria paga (um a pedido, por exemplo). De outra parte, sendo destinado ao arcebispo, em tese, só teria virado notícia caso uma das partes (a cruzada ou o arcebispo) levassem o conteúdo à editoria do jornal, e esta, providenciado a publicação. Outra informação importante a ser considerada: o manifesto foi assinado com data de 16 de janeiro, dois dias depois da alocução do arcebispo sobre a infiltração comunista na AP. Portanto, demorou aproximadamente 18 dias para a publicação no DN, aspecto que pode indicar a ingerência da imprensa na escolha de um momento propício para a publicação.

Levando em conta todos esses fatores, em que pesem serem apenas suposições, pode ser importante não desconsiderar indícios de contatos entre as componentes da referida cruzada, com integrantes da imprensa e também membros da Igreja, como sendo a principal forma de entender a publicação. Consequentemente, esses possíveis inter-relacionamentos dão margem para que se considere a ampla força conservadora que estava se formando naquele contexto, a qual, como se viu no conteúdo do manifesto, constantemente construía uma realidade em que o perigo comunista era iminente e que cada vez mais grupos anticomunistas estariam se mobilizando para o combate.

Pelo que aponta uma manchete de capa do DN do dia 8 de março de 1964 (“Mulheres gaúchas contra a subversão e desordem”), a “cruzada das mulheres gaúchas” se institucionalizou na ADF¹⁰⁵. Conforme o texto publicado no DN, a entidade tinha entre outros objetivos, “manter a ordem social e cristã e democrática [...] saber eleger e fiscalizar os eleitos [...] combater a demagogia, a subversão e a desordem”. A posse da diretoria da ADF foi motivo de outra publicação no DN do dia 21 de março (p. 14). Nessa matéria, é possível verificar o enorme prestígio com que foi recebida a diretoria. Contando com o salão de atos da PUC completamente lotado “por um auditório vibrante”, conforme foi destacado na notícia,

¹⁰⁵ Chegou-se a essa conclusão depois de comparar alguns nomes do abaixo assinado da publicação da “cruzada” com os nomes que foram citados por ocasião das publicações da ADF.

estiveram presentes, no ato, a esposa do governador do Rio Grande do Sul (Judith Meneghetti), além de deputados representantes da assembleia legislativa, vereadores, representantes da câmara municipal, além de outras autoridades.

Parte do discurso de abertura do ato, emitido pela Sra. Ecilda Haensel, foi transcrito no texto da notícia. Algumas partes referem a proposição anticomunista da entidade em questão, como aquele em que a autora comenta sobre o papel da mulher na sociedade, a ocupação de cargos e o exercício das mais diversas atividades:

[...] como tal – a mulher – deve participar dos problemas nacionais, deve participar desta intensa luta ideológica que se trava [...] a sociedades estão divididas em dois grupos: cristãos e materialistas. Nós, mulheres do Brasil, devemos lutar para que somente o cristianismo triunfe [...] devemos dar o pão material aos humildes, mas defender suas almas do socialismo ateu. (DN, 21 mar. 64, p. 14)

Nesta passagem, mesmo não se referindo diretamente à manifestação anticomunista, caracterizou-se por enfatizar a polaridade do conflito ideológico (materialistas *versus* cristãos). Além disso, representou o comunismo (“socialismo ateu”) como uma força maligna que se apodera das almas dos mais humildes. Daí, a organização da entidade para lutar em defesa desses desprovidos. Ainda é possível perceber o caráter apelativo do discurso na passagem seguinte, que encerrou a transcrição: “Já imaginaram, mães gaúchas, se a nossa sociedade se materializar, nossos filhos serão materialistas. Isto não pode acontecer” (DN, 21 mar. 64, p. 14).

Nesse período, é preciso destacar dois acontecimentos que marcaram a polarização política por que vivia o Brasil. Primeiramente o comprometimento de Goulart com as Reformas de Base que ocorreram com maior ênfase no denominado “Comício das Reformas”, no dia 13 de março de 1964, o qual contou com uma ampla participação popular (aproximadamente 200 mil pessoas). Esse episódio pode ser considerado como um divisor de águas no que tange às agitações públicas que proporcionaram a criação de um clima favorável à intervenção pelos militares no governo. Alarmados com a ampla mobilização ocasionada pelo comício, a frente anticomunista, que até então não estava completamente fechada, acabou ganhando novos simpatizantes, reunindo elites empresariais, militares, políticas, e também religiosas¹⁰⁶.

¹⁰⁶ É preciso destacar que o programa político-econômico de João Goulart, segundo Rapoport e Laufer (2000, p. 73), “não implicava novidade: inscrevia-se na corrente mundial dos movimentos acionistas-reformistas que buscavam colocar em prática as aspirações nacionais de desenvolvimento e independência, e que desde fins dos anos 1950 se encarnavam em países como o Egito, Irã e Iraque. Corrente que, na esfera mundial, começava a incitar o interesse político da estratégia soviética, na medida em que essas aspirações reformistas e independentistas afetaram os interesses das potências ‘ocidentais’ rivais”.

A partir daí, o período se caracterizou pelo surgimento de inúmeras manifestações anticomunistas organizadas por expressivos setores da sociedade, como, por exemplo, as “Marchas pela Família com Deus pela Liberdade”¹⁰⁷, realizada no dia 19 de março, em São Paulo, podendo ser consideradas como o “Comício Central” dos conservadores, até mesmo pelo número expressivo de participantes (cerca de meio milhão de pessoas)¹⁰⁸.

Segundo Solange de Deus Simões (1985), o complexo IPES/IBAD obteve um desempenho de destaque no que diz respeito à organização do evento, que comportou desde o patrocínio financeiro até a participação dos seus principais líderes, dos quais muitos eram políticos. Além disso, também atuou na reunião e articulação das entidades como os Círculos Operários Católicos, conselhos de entidades democráticas, grupos de ligas femininas, a Tradição Família e Propriedade (TFP) e outros. Cabe destacar, também, a efetiva participação do setor privado, em que empresários dos setores do comércio, industrial e bancário paralisaram suas atividades e liberaram seus empregados para a participação, como também a participação e colaboração dos governos estaduais e municipais. Simões cita como exemplo, neste sentido, a interdição do trânsito da cidade de São Paulo duas horas antes da realização da Marcha, além do comparecimento da esposa do governador do Estado de São Paulo em uma das reuniões preparatórias, a qual tinha o propósito de simbolizar o apoio do governador. Em relação ao apoio dos governantes, Simões afirma que “além de operacional, contribuiu para dar um clima oficial às manifestações” (1985, p. 100).

As “Marchas pela Família”, que tiveram total apoio dos bispos conservadores, não se limitaram apenas à cidade de São Paulo, mas já estavam programadas nas principais cidades brasileiras, inclusive em Porto Alegre, conforme ficou exposto em mais uma aparição da ADF no DN, na manchete que informou sobre a posse da nova presidenta da entidade, Dra. Ilda Baumhardt, a qual esclareceu o sentido, os princípios e os objetivos da entidade. Entre outras expressões, a referida presidenta lembrou que a “marcha da família”, em Porto Alegre, estava prevista para se realizar no dia 7 de abril. Considerou que a realização da marcha contribuiria

¹⁰⁷ É preciso lembrar que, como foi visto no primeiro capítulo, a realização das “Marchas pela Família” muito se deram em função da realização da denominada “Cruzada do Rosário pela Família”, liderada pelo padre Patrick Payton. As Cruzadas foram eventos realizados por todo o Brasil, especialmente no interregno de 1962 a 1964, que da mesma forma que as Marchas, ganharam um amplo apoio do catolicismo nacional e de grupos conservadores em geral.

¹⁰⁸ Solange de Deus Simões (1985, p. 15) explica que o chamado comício central acabou servindo para fomentar a reação dos reacionários contra o governo. Isto porque o presidente no seu discurso além de fazer a defesa das reformas de base, ainda recriminou o uso da fé do povo na formação do pensamento anticomunista. Além disso, o presidente combateu o uso de símbolos católicos dizendo que os mesmos não poderiam ser usados contra a vontade do povo. Segundo a autora, o presidente com estas atitudes “forneceu o pretexto e a força ideológica para a arregimentação popular final, conduzida por seus opositores” (1985, p. 93), pois estes encararam o pronunciamento como um suposto movimento de desagravo do rosário.

para o “despertar da mulher gaúcha para a solução dos nossos problemas”. Além disso, também destacou um segundo sentido da referida concentração: “não pretendemos agredir ninguém, mas não toleramos passivamente a agressão. Sentimos que já estamos sendo agredidos. Como democratas, não toleraremos a agressão e vamos repeli-la. Sabemos defender a democracia” (DN, 27 mar. 64, p. 14. Ação democrática feminina: advertência e conclamação para problemas da atualidade). É possível perceber a aura religiosa que estava permeando pela entidade e conseqüentemente pela realização da “marcha da família”, quando Ilda Baumhardt fez um último comentário, estritamente em termos religiosos, no qual frisou: “Cristo não saiu de casa para agredir, mas para orientar, para ensinar. Mas quando se sentiu agredido em sua casa, tomou um chicote e chicoteou os vendilhões do templo” (DN, 27 mar. 64, p. 14).

É preciso chamar a atenção para o amplo espaço que o DN propiciou à ADF. No dia 29 de março, por exemplo, foram publicados um *a pedido* e uma reportagem, nos quais a ADF era a protagonista. Cabe ressaltar que o *a pedido* foi publicado na capa do periódico, o qual informava, mais uma vez, sobre a realização da “grande Marcha da Família com Deus pela Liberdade”. Justificada por motivos que lembram uma oposição sistemática ao comunismo “pelo direito de amar a Deus, pela dignidade dos lares, pela democracia”, o *a pedido* também lembrava as mulheres gaúchas que havia chegado a hora da luta em defesa do cristianismo, de dizer chega aos que preparavam para o assalto final à liberdade. Havia chegado a hora de “cada uma – mulher gaúcha – desse a sua contribuição pessoal em prol do regime republicano fiel a Deus” (DN, 29 mar. 64, p. 1. Grande Marcha da Família com Deus pela Liberdade).

Foi construída, neste *a pedido* da ADF, a imagem de que era preciso uma reação. E, para que as “mulheres gaúchas”, como também para que os leitores se mobilizassem nesta reação, uma das estratégias que sobressaiu no texto foi demonstrar o a forma como os comunistas agiam para se colocarem no poder:

[...] lembremo-nos da Tcheco-eslováquia, que caiu sob o domínio totalitário da noite para o dia, com os partidos extintos, as igrejas fechadas, os jornais confiscados e a rádio anunciando a todo o momento os fuzilamentos em massa. É assim a moderna tática dos golpes à democracia: dizendo que ‘não’ são comunistas eles passam da propaganda para a agitação e desta para o colapso [...] esfacelada a ordem constitucional implanta-se o socialismo ateu. (DN, 29 mar. 64, p. 1)

Por seu turno, no segundo caderno do DN, deste mesmo dia, foi publicada ampla reportagem, que ocupava toda a parte superior do jornal, em que a Sra. Ecilda Haensel,

coordenadora da ADF, repetia alguns aspectos já publicados em outras reportagens sobre a finalidade, objetivos e princípios da instituição. Contudo, outros aspectos chamam atenção. Primeiramente, o fato de esta publicação possibilitar identificar o ponto de partida do movimento. Na passagem em que conta a história da formação da entidade, este aspecto ficou saliente:

Foi olhando de perto o entusiasmo de muitos rapazes da PUC (onde lecionamos) [...] que nos sentimos mesquinhas por não lançar um movimento que secundasse êsse dos estudantes. Surgiu então (e isto há seis meses) a idéia da criação da Ação Democrática Feminina. (DN, 29 mar. 64, 2º Caderno, p. 12. Fiscalização dos eleitos e combate sem trégua à demagogia e à desordem entre as grandes metas da Ação Democrática Feminina)

Outro aspecto que chama atenção é a afirmação de que a entidade teria sido criada há pelo menos seis meses, entrando em profunda contradição com a declaração da presidente da entidade, publicada dois dias antes, em que a mesma afirmava que o tempo de existência era de apenas um mês. Esta declaração teria despertado inúmeras críticas à instituição, acusando-a de ser um movimento sem “consistência ideológica”, como se pode observar na justificativa da Sra. Ecilda: “não foi compreendido o que ela quis dizer, valendo-nos até críticas severas, de parte dos que nos julgaram sem critério por termos feito eclodir um movimento de tal ordem, de um dia para o outro e sem consistência ideológica”. E, procurou ser incisiva: “Repito: a Ação Democrática Feminina surgiu há seis meses. Tem consistência ideológica, portanto” (DN, 29 mar. 64, 2º Caderno, p. 12).

A última aparição da entidade na imprensa de Porto Alegre antes do golpe militar foi no próprio dia 31 de março. Tratou-se de uma notícia que informava sobre os últimos preparativos para a realização da “marcha da família”, a qual teria o comando da ADF, bem como anunciava o crescimento de manifestações de apoio de todas as partes do interior do Estado do Rio Grande do Sul. Ainda, trouxe mais uma manifestação de uma das dirigentes do movimento que demonstrou claramente o objetivo anticomunista do evento que iria se realizar: “a marcha da Família será a presença da mulher e de todo o povo gaúcho, em praça pública, contra a agitação e contra a comunização de nossa pátria” (DN, 31 mar. 64, p. 17. Ultimam-se os preparativos para a “Marcha da Família”).

4.2 O GOLPE MILITAR DE 1964 E A “NOVA ERA NA HISTÓRIA-PÁTRIA”

Quando da eclosão do golpe militar, no dia 31 de março de 1964, o ambiente e as condições para o evento estavam postos. O último fato que marcou o acionar do gatilho para a quebra institucional se deu com a conhecida “revolta dos marinheiros”, e as medidas adotadas por Goulart em relação ao episódio¹⁰⁹. O período que compreendeu a sua posse até a sua destituição foi caracterizado pela polaridade política que se fez presente em diversos setores e instituições, destacando dentre essas, a igreja católica (MOTTA, 2002).

Ao passo que cresciam em números e intensidade as organizações de esquerda, muito em função do impacto da Revolução Cubana no continente, os grupos conservadores, com grande participação do catolicismo nacional, se organizaram e se mobilizaram sob a ótica anticomunista, buscando com isso combater a tão temida infiltração comunista. Essa foi a tônica que demarcou o período do governo de João Goulart, o qual é considerado por Rodrigo Motta (2002) como o “segundo grande surto anticomunista”¹¹⁰ no cenário social e político brasileiro.

Esta seção do capítulo vai romper com o marco fronteiro representado pelo 31 de março e buscará analisar o modo como os discursos do clero católico, nos jornais de Porto Alegre, se reportaram ao evento e como manifestaram o anticomunismo neste contexto pós ruptura institucional. Objetiva-se analisar em quais termos se deram as transformações e as permanências em relação ao discurso do período anterior ao golpe.

As primeiras manifestações católicas encontradas nos jornais porto-alegrenses após o golpe militar se deram a partir do dia 4 de abril. Deste período até meados de maio, foi possível mapear quatro expoentes do anticomunismo católico nos jornais, quais sejam, as tradicionais alocações semanais de D. Vicente Scherer, as alocações de D. Jaime de Barros Câmara, arcebispo da Guanabara, manchetes dos noticiários que veicularam as repercussões das Marchas pela Família realizadas em outros locais do país, bem como manifestações de congregações católicas, e, também, dois textos do bispo de Santa Maria, D. Luiz Victor

¹⁰⁹ O movimento se caracterizou pelo ato de indisciplina dos líderes da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais, os quais realizaram uma Assembleia na sede dos Sindicatos dos Metalúrgicos. O ministro da Marinha, Sílvio Mota, ordenou que um contingente dos fuzileiros navais prendesse os líderes do movimento. Os marinheiros recusaram a obedecer e parte das tropas enviadas aderiu ao movimento. Depois de resolvido o impasse, o resultado desse ato foi o afastamento do ministro Sílvio Mota pelo Presidente João Goulart, sendo substituído pelo almirante Cândido Aragão, oficial com postura política esquerdista (MOTTA, 2002).

¹¹⁰ O autor considera o período entre 1935 a 1937, contexto que marcou o episódio da Intentona Comunista, como a “primeira grande onda anticomunista” a eclodir no Brasil. Portanto, as distinções entre as grandezas se estabelecem por suas periodicidades, não levando necessariamente em conta a intensidade das manifestações anticomunistas.

Sartori, que, por duas semanas, ocupou o espaço destinado às alocações de D. Vicente Scherer.

No período em questão, foi possível identificar que as manifestações católicas referidas anteriormente veicularam expressões que giraram, basicamente, em torno de alguns principais eixos temáticos. Dentre esses, destacaram-se a forma como os católicos comemoraram a destituição do Presidente Goulart pelos militares, a tentativa de construir o golpe como um movimento democrático, inspirado evidentemente nas concepções ocidentais e cristãs, a representação do golpe enquanto um divisor de águas no cenário político nacional e a defesa de que os culpados ou envolvidos com a infiltração comunista deveriam ser punidos. Analisando estes principais temas, objetiva-se identificar, então, possíveis transformações e permanências no modo como o perigo comunista foi representado e ressignificado neste contexto.

Com o título de “A marcha da democracia”, a página destinada às notícias nacionais do DN informava sobre a realização da “Marcha pela Família” na cidade do Rio de Janeiro. Considerada pelo editor como um “espetáculo de fé religiosa e democrática”, a realização do evento, diferentemente dos objetivos apresentados pelos jornais anteriormente, de que as marchas se propunham a formar uma frente de proteção contra o comunismo, desta vez, foi identificada como de comemoração pela destituição de João Goulart do poder, e conseqüentemente, ter afastado o perigo de uma ditadura comunista no Brasil. Ou seja, ficou representada a imagem de que o perigo comunista no Brasil era iminente e se dava diretamente pela presença de João Goulart na presidência. Nas vozes dos conservadores, representada pelo editor da reportagem que se reportou sobre um evento religioso, Jango aglutinava, como se pode ver na passagem seguinte, a completa responsabilidade das pretensões dos comunistas. Assim foi descrito aquele ambiente vitorioso:

[...] a marcha pela família se constituiu [...] numa grandiosa manifestação de jubilo da população carioca pela vitória da revolução que liquidou com as pretensões dos comunistas de implantarem, em nossa pátria, o regime que o tirano Fidel Castro importou para a infeliz Cuba. (DN, 4 abr. 64, p. 6)

Por seu turno, no dia 5 de abril uma pequena nota foi publicada informando o cancelamento da realização da marcha pela família em Porto Alegre. Neste espaço, foram colocados os motivos do cancelamento:

[...] os promotores da passeata ‘Marcha da Família com Deus Pela Liberdade’, que seria realizada no próximo dia 7, decidiram pelo seu cancelamento em virtude de

haverem desaparecido os motivos para sua efetivação, com a vitória das forças democráticas. (DN, 5 abr. 64, p. 4. Cancelada Passeata)

Também neste mesmo dia, uma extensa matéria no DN, publicada através da agência de notícias Meridional, transcreveu na íntegra o pronunciamento transmitido no programa “A voz do pastor”, da Rádio Vera Cruz, de autoria do arcebispo do Rio de Janeiro, D. Jaime Câmara. O início da matéria jornalística se deu com a “voz” do editor da notícia, o qual destacou aquilo que foi considerado mais importante no discurso de D. Jaime, ou seja, a questão de se punir os culpados, como se pode verificar já no título dado para a matéria (“Agora é preciso tornar completa a vitória e punir os culpados afirma D. Jaime Câmara”). Entretanto, as palavras de D. Jaime também trazem outros elementos que ajudam a entender como se buscou, naquele momento pós-golpe militar, não só dar legitimidade para o movimento militar, mas também impor caracterizações sobre o perigo comunista que ainda poderia estar presente. Ou seja, se por um lado, como será visto adiante, o momento era de comemoração, por outro, passa-se a ideia de que a missão deveria ser cumprida até o final.

No texto do arcebispo fluminense, é possível perceber que uma das estratégias colocada na estruturação da sua alocução foi construir a imagem de que “o povo brasileiro” foi um dos principais agentes da transformação: “a situação anterior poderia dar a entender que o povo concordava com ela. Entretanto, manifestações de cunho popular apartidárias vieram demonstrar o contrário” (DN, 5 abr. 64, p. 3). Neste mesmo sentido, construía-se a imagem de um povo essencialmente anticomunista e profundamente religioso, impondo com isso a visão de que o movimento dos militares se baseou numa reação espontânea surgida na população contra o comunismo: “Não era o comunismo. Pelo contrário, em sua maioria esmagadora o repele. O nosso povo tem fé e sempre quis gozar de praticá-la. Temia perder esta possibilidade e fez de sua religião a âncora de suas esperanças” (DN, 5 abr. 64, p. 3).

Contraditoriamente, ao mesmo tempo em que estabeleceu certo ar de maturidade política e religiosa no povo brasileiro, também se fazia deste o papel de vítima, o papel do enganado, que não possuía elementos nem condições para julgar a realidade a qual estava inserido, como se pode perceber neste trecho seguinte: “e como é de boa índole, acreditava nas bonitas palavras, em promessas falazes, em alegações de Encíclicas Papais ajeitadas a seu bel-talente, com artifícios e até contradições em discursos de um mesmo dia”. E, na construção deste povo “ingênuo”, concomitantemente se reafirmavam algumas das ações do Presidente deposto em relação à sua política de permissividade com os comunistas, como se percebe nessas indagações de D. Jaime:

[...] poderiam as populações brasileiras saber que estavam sendo traídas, cada vez que eram nomeados comunistas, sempre em maior número, para quase todos os cargos públicos [...]? E os comunistas favorecidos com nomeações para postos incompatíveis com suas aptidões físicas ou intelectuais? (DN, 5 abr. 64, p. 3).

O elogio do papel realizado pelas Forças Armadas na destituição de João Goulart¹¹¹ é outro fator a ser destacado no discurso de D. Jaime. As palavras do arcebispo perpassam a ideia de que a atitude das Forças Armadas foi uma última instância, ou, em outras palavras, o último instrumento possível para salvar a “ordem” da “subversão”. O arcebispo afirmou que as Forças Armadas “tiveram paciência para dar tempo à reflexão, juízo e ponderação dos responsáveis pelas inquietações de um clima que se tornara já irrespirável”, portanto, agiram porque a situação de crise e a própria população assim solicitavam. Entretanto, D. Jaime não deixou de apontar que a infiltração comunista também tinha se estendido nas próprias Forças Armadas: “sabe-se que, embora alguns elementos estivessem eivados de marxismo, grandíssima parte, verdadeiramente majoritária, o repelia energeticamente como contrário aos interesses do Brasil que juram defender” (DN, 5 abr. 64, p. 3).

Nas palavras de D. Jaime, o golpe militar acabou sendo representado enquanto divisor de águas no cenário político brasileiro. Se antes os discursos falavam sobre o presente, um presente degradado e sobre um futuro incerto, cabe destacar, de previsões nada otimistas, agora, no pós-golpe, a tônica foi dar legitimidade ao presente em função dos perigos que a realidade passada representava. Veja-se, por exemplo, a forma como D. Jaime caracterizou o ambiente político do Brasil no período que antecedeu o golpe:

[...] a desconfiança, recíprocas geradas numa sistemática divisão de espíritos, e quebra habitual dos princípios de hierarquia e autoridade, a luta de classes pregada metodicamente com todos os requisitos da técnica comunista – eis uns aspectos da sociedade que vivíamos [...]. (DN, 5 abr. 64, p. 3)

É preciso destacar que a caracterização imposta descreve o comunismo e os comunistas como os agentes da situação conturbada do país. Deste modo, eram agentes que planejavam essa situação como forma de enfraquecer a ordem constitucional, para que uma vez enfraquecida “não tivesse possibilidades de opor resistência ao comunismo dominante”. Neste ponto, D. Jaime ainda declarou: “E tão dominante que se apregoava que era êle que, sem estar no poder já governava o Brasil”.

E, o que fazer na “nova era na História-Pátria”, como definiu D. Jaime aquele momento, foi outra consideração de sua declaração. “De nada nos valeria a vitória alcançada,

¹¹¹ O que, diga-se de passagem, nunca foi mencionado abertamente a palavra *golpe*, e sim *revolução*.

se a batalha ficasse incompleta, apenas suspensa”, quer dizer, no seu entendimento, apesar de o golpe iniciar uma “nova era”, ainda se tinha por fazer. Era preciso completar a missão, punir os culpados para não arriscar “perder a batalha final, isto é, a salvação da pátria”. Para legitimar esse seu pensamento, D. Jaime se reportou ao exemplo da batalha de Curupaiti, na Guerra do Paraguai, onde que, segundo ele, a derrota se deveu por “não se haver continuado logo a marcha sôbre Assunção, permitindo-se a Solano Lopes ganhar tempo para fortificar Curupaiti e Humaitá”. Portanto, para D. Jaime, o inimigo poderia estar derrotado, mas ainda estava vivo. Era preciso terminar com o trabalho iniciado.

A política externa do governo foi o primeiro setor onde deveria se iniciar o processo de punição dos “culpados”. Destacou que “o envenenamento das massas, a pregação do ódio, com as ameaças de *paredon* para breve” estavam sendo os principais prejuízos para a política externa brasileira. Daí sua indagação: “Por que haveríamos de continuar com êste indisfarçável namôro com os países comunizados e comunizantes?” Também destacou o fato de que convênios, permutas, contratos, eram realizados pelo Presidente deposto com “gente da foice e do martelo”. Para D. Jaime, essa era uma preferência injustificável, e a mesma deveria ser mudada. E, para que a mudança ocorresse de fato, defendeu que era necessário colocar em prática uma “operação-limpeza”, a começar pela escolha dos novos ministros. Uma operação que deveria ser “imediatamente constante e universal”, caso contrário, segundo ele, “a sabotagem impedirá o restabelecimento da ordem e da paz nacional” (DN, 5 abr. 64, p. 3).

“Castigar os que erram é obra misericordiosa” defendeu D. Jaime ao lembrar que Jesus também havia de seu templo os “vendilhões”. Defendeu que era preciso punir, mas dentro das leis, ao contrário da prática cubana, “por fuzilamentos sem processo legítimo nem apelação”, mas era preciso punir. Reportando-se ao modelo cubano ainda declarou: “É certo que se fossem vencedores os comunistas, o método adotado aqui seria o cubano. Nem por isso devemos imitá-los” (DN, 5 abr. 64, p. 3).

A questão de se responsabilizar os culpados também pode ser percebida na primeira alocução semanal de D. Vicente Scherer após o golpe militar, a qual se deu no dia 7 de abril e foi intitulada “Devem ser chamados à responsabilidade os conspiradores contra o interesse da nação”. Antes de analisar o conteúdo desta, é preciso chamar atenção para dois aspectos: Primeiro que esta alocução não foi publicada na página quatro, como era de costume no DN. Esta foi publicada na página três, página dedicada às notícias, ou seja, intencionalmente a mensagem de D. Vicente deixou de ser apenas uma coluna, para se tornar uma notícia. E esse fator pode ser característico do peso que o seu comentário tinha naquele contexto, como

também, e em decorrência disso, poderia aumentar consideravelmente o número de seus leitores, demonstrando toda a ingerência da editoria do DN na ressignificação das palavras de D. Vicente. O outro aspecto é o fato de que do dia da publicação desta primeira alocução até o dia 19 de maio, portando em pouco mais de 30 dias, o arcebispo transmitiu um total de cinco alocuções em que seus conteúdos foram direcionados ou giraram em torno das questões políticas suscitadas pelo golpe militar, as quais serão analisadas a seguir no trabalho¹¹².

Na alocução do dia 7 de abril, demonstrando-se abertamente favorável à destituição de Goulart (como já era de se esperar), o arcebispo primeiramente fez considerações sobre o fato de que o “amplo movimento militar” não ter derramado “sangue de irmãos”. Mas também, despreendeu um longo elogio ao movimento ao louvar a Deus pelos “benefícios concedidos, mais uma vez, a êsse povo que se ufana de suas origens e tradições cristãs” (DN, 7 abr. 64, p. 3. Devem ser chamados à responsabilidade os conspiradores contra o interesse da nação).

Da mesma forma que D. Jaime havia se manifestado anteriormente, o arcebispo de Porto Alegre também se manifestou no sentido de demonstrar alternativas para o futuro que se abria a partir do novo cenário estabelecido pelos militares. Acreditava ser necessário, por parte dos novos governantes, entre outras questões, apontar e punir os culpados, os quais foram caracterizados como “transgressores da lei, os aproveitadores sem escrúpulos, conspiradores contra os supremos interesses da nação” (DN, 7 abr. 64, p. 3). Contudo, acreditava não ser uma tarefa fácil resolver os problemas da nação, por isso previa que a implantação de uma nova ordem e disciplina, seria dura e prolongada (só não imaginava que duraria mais de 20 anos). O seu entendimento desta nova ordem compreendia, como ele mesmo destacou,

[...] restaurar as finanças, conter a inflação, promover uma reforma agrária às nossas circunscrições [...] a formação de um sindicalismo industrial e rural atuante, independente de partidos e governos, reintegrar o Ministério da Educação na função promotora da cultura. (DN, 7 abr. 64, p. 3)

Portanto, a maioria dos setores por ele destacados faziam parte daqueles em que já algum tempo eram promovidas denúncias de infiltração comunista, especialmente em relação à questão da reforma agrária, os sindicatos e o Ministério da Educação.

¹¹² É preciso considerar que no período da crise militar D. Vicente Scherer estava internado no hospital, período que permaneceu por quatro meses conforme indicou uma manchete do CP do dia 7 de junho. Ou seja, D. Vicente acompanhou e transmitiu as suas alocuções semanais de um quarto de hospital. A pergunta que fica é: como fez para transmitir as suas alocuções? Possivelmente com a utilização de um gravador, que por intermédio de um auxiliar o conteúdo era reproduzido primeiramente nas suas alocuções e posteriormente publicado nas páginas dos jornais.

Por outro lado, esta alocução permite compreender a forma como o arcebispo entendeu o golpe na sua vinculação direta contra a prática comunista. Segundo ele, os recentes acontecimentos eram provas de que a quase totalidade da população brasileira tinha aversão à “doutrina comunista”, um doutrina que, para ele, pregava um regime que tinha por base o materialismo histórico e o ateísmo. Dizer que a ampla população teria “aversão” ao comunismo parece se configurar em mais um argumento utilizado para legitimar a destituição de Goulart.

Na semana seguinte desta primeira manifestação, D. Vicente pretendeu enviar uma palavra a “vencedores e vencidos”, conforme publicado no título da sua alocução. Neste sentido, trouxe em suas linhas um discurso que, de certa forma, tendia a apaziguador. Mesmo porque, como ele mesmo definiu, estava se dirigindo aos “aos chefes e soldados da revolução triunfante, como aos por ela abatidos, homens, todos criados à imagem e semelhança de Deus e compreendidos, todos no sacrifício redentor do mesmo Cristo” (DN, 14 abr. 64, p. 4. Uma Palavra a Vencedores e a Vencidos). Esta parece ser mais uma característica presente nestas primeiras manifestações dos católicos depois do golpe. Quer dizer, a transmissão de uma atmosfera religiosa, católica especialmente, do perdão estendido aos “vencidos”, pois estes ainda tinham salvação. Não mais eram os comunistas inescrupulosos de outrora.

Percebe-se, neste sentido, que o golpe militar representou um sensível deslocamento da forma como os comunistas estavam sendo encarados, se comparado com os textos dos católicos publicados no período anterior. Esta inflexão parece ter a ver com o impacto causado pelo golpe nesses setores conservadores, ou seja, perceberam que a vitória no processo desencadearia automaticamente na salvação da nação. Não é à toa, neste sentido, que esses primeiros textos se reportaram negativamente ao passado, até o momento em que a nação brasileira “acordou para enfrentar com os meios extraordinários [...] a grave crise que em nossa pátria ameaçava a ordem econômica e social e o próprio funcionamento das instituições políticas” (DN, 14 abr. 64, p. 4).

D. Vicente Scherer, nesta alocução, representou os comunistas de uma maneira bastante diferenciada daquelas que habitualmente fazia antes do golpe militar. Após o golpe eles são “homens apenas, ante o julgamento de Deus [...] sujeitos a erros e pecados”. Daí a necessidade que o processo de enquadramento por parte dos “vencidos” respeitasse a dignidade humana. E, esse é um aspecto que chama atenção, ou seja, curiosamente, os comunistas passaram a ter dignidade, aliás, passaram a ser humanos: “e vigiem os vencedores, a fim de que a dignidade da pessoa humana não seja nunca desrespeitada por violências ou

agravos que a degradem, a fim de que a liberdade tanto a do corpo como a de expressão do pensamento não seja tolhida ou limitada” (DN, 14 abr. 64, p. 4).

A parte final desta alocução corrobora com o fato de que este posicionamento do discurso expressado por D. Vicente é, no mínimo, passível de ser encarado como contraditório. Ao se referir sobre a quem a “nova estrutura” econômica e social deveria atingir, o arcebispo destacou: “a que todos os brasileiros têm direito, sem discriminação de raça ou de crença, de profissão ou de classe, de condição social ou de convicção política”. Ao menos duas hipóteses sobressaem dessa passagem. Pode ser que os comunistas não estariam enquadrados nesses “todos os brasileiros”, referidos por D. Vicente, especialmente se não for levado em conta a questão da não discriminação por convicções políticas. Contudo, considerando o eixo narrativo do texto, percebe-se que este posicionamento “pacificador” pode demonstrar o ambiente de tranquilidade que o golpe representou nos setores que o apoiaram. Os comunistas continuavam a existir, porém, aos poucos, seriam cooptados pelo caminho vencedor (cristão e ocidental) da “revolução”.

No dia 5 de maio de 1964, os jornais porto-alegrenses publicaram a tradicional mensagem de D. Vicente Scherer referente ao dia dos trabalhadores. Neste texto que ocupou quase a metade da página quatro do DN, é possível destacar diversos elementos acerca do modo como foi tratada a questão comunista depois de transcorridos pouco mais de 30 dias da instauração do golpe militar. O oportunismo desta alocução merece ser ressaltado uma vez que o setor dos trabalhadores, juntamente com os estudantes foram, na visão dos católicos, os que mais teriam sentido efeito da infiltração comunista.

O arcebispo metropolitano, diferentemente do modo como se referia ao dia do trabalhador nos anos anteriores, emitiu uma mensagem bastante otimista aos trabalhadores, a qual esteve diretamente relacionada com a destituição de João Goulart do governo:

Justificam-se as melhores esperanças de que, sob o novo governo, instalado pela Revolução de 30 de março, neste rumo e dentro deste programa se desenvolverá a ação dos trabalhadores brasileiros para obter sua ascensão social e o legítimo bem estar. (DN, 5 maio 64, p. 13. Responsabilidade Maior)

Para D. Vicente, os trabalhadores podiam e deveriam depositar plena confiança no governo “que assumiu, em hora gravíssima a direção dos destinos do país [...] a Revolução não é um passo atrás, mas uma caminhada para frente nas justas e legítimas conquistas dos trabalhadores” (DN, 5 maio 64, p. 13). Com o afastamento da infiltração comunista no setor, ideia esta defendida pelo arcebispo, a qual amplamente se intensificava até a destituição de

Goulart da presidência e a partir das “ambições de líderes ou aventureiros”, que se manifestavam mediante agitação promovida “sistematicamente em grande estilo”, o espaço estaria aberto para as reformas estruturais e melhoramento da situação dos trabalhadores.

Outro aspecto característico desta alocução é o fato de ela continuar na propagando pró-governo militar, exatamente quando enaltece a atuação das Forças Armadas por estas terem agido na iminência do perigo: “principalmente pela enérgica e fulminante ação das Forças Armadas, na vigésima terceira hora, ficaram desbaratadas as hostes do comunismo”. Para o arcebispo, o comunismo estava sendo “auxiliado e subvencionado criminosamente por autoridades e administradores desonestos”, os quais se preparavam “para assaltar o poder pelo emprego da violência. Talvez menos de cem homens audazes e inescrupulosos, por pouco, não transformaram em república soviética e marxista uma nação de setenta milhões de habitantes” (DN, 5 maio 64, p. 13).

É possível visualizar que um dos aspectos que acabou não sofrendo significativas mudanças nas manifestações dos católicos no pós-golpe militar é o fato de diagnosticarem o perigo comunista diretamente relacionado com os problemas sociais e a pobreza. No trecho a seguir, D. Vicente reafirmou esta questão:

[...] afastada a ameaça comunista imediata mais cresce a responsabilidade das autoridades, dos responsáveis pelo destino do país [...] de promover uma verdadeira e objetiva justiça social por meio das alterações estruturais universalmente reclamadas e aprovadas para o combate efetivo à miséria, à fome e ao subdesenvolvimento. (DN, 5 maio 64, p. 13)

Contudo, neste mesmo aspecto é possível perceber um pequeno, mas significativo deslocamento no modo como a realidade estava sendo forjada pelo discurso dos católicos, que recaia na questão do golpe ter representado um imediato afastamento do perigo comunista. Diferentemente das manifestações que preconizavam melhoras de condições de vida para evitar a infiltração comunista, neste momento, o problema não mais era da infiltração, pois, com a atuação dos militares o terreno estava pronto para todas as transformações necessárias. Daí que, D. Vicente manifestou o seu pensamento em relação ao que fazer, a partir do golpe:

Proprietários egoístas e insensíveis, insensatamente pensariam, talvez que supresso o perigo comunista, podem estar despreocupados e continuar tranqüilos no gozo de sua situação segura e confortável. Não! Coibida em boa hora, ação subversiva dos adeptos do comunismo que em tudo visam exclusivamente à implantação da ditadura marxista e a introdução do regime de opressão reinante nos países da cortina de ferro [...] se apresse a reestruturação econômica do país, assim que todos os homens honestos e trabalhadores tenham possibilidade de conseguir com seu esforço condições satisfatórias de vida [...] a revolução vitoriosa e a derrota das forças comunistas, exigem, portanto, de todos um exemplo mais decidido e

perseverante, e talvez requeiram de muitos sacrifícios não pequenos, para que [...] todos os membros tenham acesso aos bens comuns da civilização. Sem justiça não haverá paz, ordem, democracia e liberdade. (DN, 5 maio 64, p. 13)

Na citação supracitada percebe-se perfeitamente que D. Vicente colocou em cima dos empregadores a responsabilidade de evitar a influência comunista nos trabalhadores e, conseqüentemente, evitar aquilo que entendia serem motivos pra o deflagrar da luta de classes. O receio era que, uma vez essas diferenças não fossem atenuadas, o comunismo poderia ser encarado mais uma vez como uma solução para os problemas do setor. Esta questão também pode ser percebida na alocução do dia 19 de maio, oportunidade que mais uma vez fez referência ao setor trabalhista, especificamente sobre o abismo salarial existente entre os trabalhadores e os empregados, demonstrando que isso necessariamente aumentava “a irritação dos assalariados e cresce o perigo do comunismo que passa a ser considerado como suprema esperança de eventual solução.” Alertou aos “homens de empresa” que não poderiam recusar-se a “enveredar por caminhos novos, mediante a aplicação da doutrina social cristã”, caso contrário deveriam aceitar a vitória “das fôrças espiadoras e liberticidas do comunismo” (DN, 19 maio 64, p. 4. Novas mentalidades de chefes de empresas).

Intitulada “artífices do futuro”, a alocução do dia 12 de maio, dedicou a maior parte de seu texto a comentar sobre o dia do professor. Contudo, em meio a elogios aos mestres, tratou sobre o Ministério da Educação, onde se desprende a sua visão deste setor e a forma como a equacionou com a representatividade do golpe. Essas foram as suas palavras, as quais caracterizam o golpe como momento de ruptura em relação a presença comunista no Ministério:

Antes da revolução de abril findo, em vários e importantes departamentos desorganizados e desorientados mais se cuida da propagação da ideologia marxista e da promoção de agitações estudantis que do desenvolvimento do ensino em todos os seus graus. Pelo que tudo indica o atual govêrno percebe claramente que nenhum problema nacional excede em relevância a êste da educação integral. (DN, 12 maio 64, p. 4)

No dia 25 de abril de 1964, no espaço que tradicionalmente era ocupado pelo arcebispo D. Vicente Scherer, o DN publicou uma declaração do bispo de Santa Maria D. Victor Sartori, a qual originariamente foi transmitida em rádios daquela cidade. A declaração objetivava convidar a população santamariense para participar da “Marcha do agradecimento a Deus e às Forças Armadas” (DN, 25 abr. 64, p. 4. A Revolução Social e suas Causas).

Estruturalmente, a declaração de D. Victor Sartori se assemelhou com as demais manifestadas pelos católicos, ou seja, trouxe em suas palavras toda uma justificativa para o

golpe, e neste aspecto aludiu ao passado corrompido como forma de legitimar o presente. Também versou sobre os objetivos a serem atingidos pela “revolução” e o seu papel para eliminar qualquer possibilidade de subversão e, por fim, propôs a construção de uma visão democrática do golpe militar, fator este possível de perceber ao longo de todos os primeiros manifestos dos católicos na imprensa.

Uma das características dos textos dos católicos que se reportaram sobre uma justificativa para o golpe, é que quase todas as manifestações trazem como preponderante o fato de que um golpe comunista era iminente. Para o bispo de Santa Maria, esse aspecto também foi considerado: “o objetivo de anular o iminente golpe marxista-comunista, que ameaçava o regime democrático brasileiro com uma ditadura totalitária, nos moldes de Moscou, Pequim ou Cuba”. Entendia que no Brasil existia uma “máquina infernal marxista” prestes a desencadear o seu “traíçoeiro golpe”, daí a necessidade de intervenção das Forças Armadas, justamente para neutralizar a ação dos agentes da subversão, bem como aqueles que com eles estavam em conluio.

D. Victor defendeu que o golpe militar não tratou apenas de uma revolução anticomunista, mas sim, o considerou uma *revolução social*, ou seja, entendia que se o perigo de um golpe comunista existia era porque o clima de injustiça social, a miséria e o atraso econômico eram os fatores que propiciavam as agitações sociais, as quais desencadeariam numa guerra revolucionária marxista-comunista, contra a democracia. Por isso, admitia que a tarefa era imensa e complexa, necessitando “sanear e limpar a administração pública da corrupção, dos roubos, dos saques, e das negociatas”, que em última instância eram obras dos comunistas. Para D. Victor, era preciso que o novo governo propusesse reformas que dessem ao povo “condições de vidas mais justas, cristãs e por isso mesmo mais democráticas”, enfim, uma verdadeira revolução social que proporcionasse ao povo humilde e aos pobres “o que falsa e traiçoeiramente lhe prometiam os agentes da subversão marxista-comunista e seus comparsas aliados”. Esta forma de passar a ideia de que os militares agiram como um pai na proteção dos humildes e pobres contra o poder de sedução dos habilidosos comunistas também é uma estratégia bastante recorrente nas manifestações católicas.

No dia 26 de maio de 1964, portanto passado pouco mais de um mês desta declaração de D. Victor, o DN novamente publicou a mesma declaração. A única mudança foi no título (de “A Revolução Social e suas Causas” passou para “A Revolução Social”). Tendo em vista este equívoco, algumas considerações se fazem pertinentes. Primeiramente, fica claro o propósito e a intencionalidade do jornal em emitir posicionamentos de religiosos que davam conta de celebrar o movimento militar na destituição de Goulart. De outra parte, a partir dessa

repetição, pode ficar constatado o fato de que partia da imprensa a vontade em publicar os textos dos católicos, ou seja, os religiosos se manifestavam, muitas vezes através de programas radiofônicos, e os jornais os cooptavam para as suas páginas, obviamente com o conhecimento e consentimento daqueles. Partindo disso, não pode deixar de ser destacado o fato da intencionalidade na repetição, que poderia ser uma forma de fixar o conteúdo da declaração, e uma maneira de que um número maior de pessoas, além daquelas que teriam lido na primeira publicação, tomasse conhecimento do assunto.

Outra voz católica a estar presente nas primeiras manifestações católicas pós-golpe militar foi a declaração da Confederação Nacional das Congregações Marianas, dirigida “ao povo brasileiro”, a qual foi publicada na íntegra no DN e permite, desde o seu início, perceber a intensidade com que a referida congregação vibrou com a destituição de Goulart: “graças a Deus e a Nossa Senhora Aparecida Padroeira do Brasil, vencemos a etapa mais difícil de nossa história” (DN, 18 abr. 64, p. 3. Pedem as Reformas Cristãs os congregados marianos do país). Os textos católicos ou de católicos, em geral, que se manifestaram após o golpe trazem exatamente essa visão expressada, ou seja, de que foi uma luta das forças do bem contra as forças do mal, profundamente arraigada em termos religiosos. Para os católicos, que não cansavam de reverenciar as “vigilantes e gloriosas Forças Armadas, aos esclarecidos governadores, eminentes parlamentares”, a destituição de Goulart da presidência foi uma resposta cristã e democrática e que pôs fim “a audácia de uma minoria inspirada por doutrinas anticristãs”. E, neste sentido, a imagem da reconstrução, de uma nova era, também é completamente condicionada ao fato da vitória do bem, daqueles que “se opunham ao preparo ultimamente ostensivo da implantação do comunismo no Brasil” (DN, 18 abr. 64, p. 3).

Esse é um aspecto que aparece constantemente nestes primeiros textos dos católicos, ou seja, a negação do passado exatamente pelo fato da sua degradação. Para eles, o passado estava infiltrado pela subversão comunista que havia tomado conta das instituições e da sociedade brasileira. O golpe, ao representar a vitória do bem, destruiu com as pretensões dos comunistas. Depois do golpe, o momento foi de olhar para o presente. Foi o momento de ter certeza de que “os encargos governamentais serão atribuídos a homens competentes e honestos”, foi o momento dos princípios morais dominarem todos os setores, e dos homens se convencerem, ao contrário da doutrina comunista, “da impossibilidade de uma moral sem o sustentáculo da religião” (DN, 18 abr. 64, p. 3).

Outra passagem que merece destaque, no texto dos congregados marianos, é aquela em que o pronunciamento aponta para os setores, no entendimento da instituição, mais “visados pela campanha antipatriótica”, ou seja, os setores em que os católicos percebiam um

maior incremento da presença dos comunistas, e por coincidência, setores onde os grupos do apostolado laico também atuavam, quais sejam, o setor da educação, como se pode perceber na polêmica surgida no contexto com a JUC e a AP (vista no capítulo anterior), como também no setor dos trabalhadores, com o grande repúdio manifestado pelos católicos em relação aos sindicatos e movimentos grevistas e a presença da Juventude Operária Católica (JOC). Daí a promessa da congregação em marcar presença nas fábricas, nos colégios e nas universidades, como uma tentativa de “recuperar” esses setores e trazê-los para uma “realidade autenticamente cristã, em que ao lado da Justiça Social prevaleçam os fundamentos da Fé e da Caridade” (DN, 18 abr. 64, p. 3).

4.2.1 “É Necessário que se Punam os Vendilhões da Pátria”

O golpe militar de 31 de março se deu com um amplo apoio dos setores conservadores, especialmente as elites militares, financeiras, políticas e eclesiásticas. Logo após a derrubada de Jango, como se pode visualizar no tópico anterior, a imprensa privilegiou a divulgação das manifestações daqueles que se consideravam vencedores do processo, as quais buscavam constantemente promover uma imagem positiva do cenário que se implantou no país. E, um dos artifícios utilizados nesta questão foi construir a imagem de que os militares, ao destituírem João Goulart, fizeram aquilo que a maioria da população aclamava. A presente seção pretende verificar de que forma os setores conservadores do catolicismo se reportaram nos jornais porto-alegrenses quando dos primeiros posicionamentos que questionaram a nova ordem imposta.

O texto da “voz do pastor” de D. Jaime, publicado no DN no dia 19 de abril, configura-se a primeira manifestação católica, entre aquelas selecionadas pelo trabalho, em que é possível visualizar vozes dissonantes daquelas que a imprensa divulgava enquanto majoritária. Logo no início da matéria, na parte em que o editor comentou as palavras de D. Jaime, fica claro qual o direcionamento destas: “exortou – D. Jaime – os católicos a não se deixarem influenciar por denúncias infundadas com relação a perseguições e atrocidades cometidas contra os vencidos, afirmando que é necessário que se punam os ‘vendilhões da Pátria’” (DN, 19 abr. 64, 1º Caderno, p. 13. D. Jaime prega punição com justiça para a preservação da coletividade). Nesse período, o governo militar já havia iniciado o processo de expurgos, principalmente nas empresas estatais, bem como na política. Na tentativa de imporem as suas visões de mundo, os católicos continuaram a buscar a legitimidade do atual

momento na difusão da imagem negativa do passado, contudo, em algumas declarações, esse propósito se configurou como forma de responder aos sinais de protesto contra a atitude do governo militar. D. Jaime, neste pronunciamento, também se manifestou nesse sentido: “foi oportuna a ação das Forças Armadas, pois era iminente o ataque vermelho às instituições democráticas” (DN, 19 abr. 64, 1º Caderno, p. 13). Em dois aspectos parece ter se apoiado o eixo argumentativo de D. Jaime, quais sejam, primeiramente a necessidade de punir os culpados e, também, justificar o próprio golpe.

Em relação ao primeiro aspecto, D. Jaime argumentou que naquela hora, não se poderia agir com a emoção, e sim com a razão, justamente por estar percebendo, conforme indicam suas palavras, uma exagerada crítica pela forma como estavam sendo procedidos os expurgos políticos. Chamou atenção para o fato dos brasileiros terem a tendência a “julgar os fatos mais pelo afeto e as paixões, do que pelo raciocínio”, e advertiu: “por serem muito numerosas as cabeças frias, os sentimentos [...] facilmente se apoderam de nós, levando-nos a procedimentos ilógicos e lamentáveis”. Advertiu ao seu leitor, também, que as denúncias em relação “aos abusos” eram infundadas, movidas por motivos de vingança e políticos. Daí que externou o seu pensamento em relação aos procedimentos a serem tomados contra “os vencidos”:

[...] por maior compaixão que naturalmente sintamos pelos que sofrem castigos, saibamos sobrepor nossa estima pelo bem público e a salvação da coletividade [...] quando os criminosos permanecem impunes não há paz nem ordem [...] favorece a ousadia para o mal, incentiva os outros a seguirem os mesmos descaminhos [...]. (DN, 19 abr. 64, 1º Caderno, p. 13)

Para D. Jaime, então, a aplicação das punições, tinha um caráter extremamente importante, ou seja, além da questão do exemplo, também para que a “delinquência” não fosse repetida, para evitar que pela impunidade de alguns “tenham de sofrer graves consequências os inocentes, os pequeninos de hoje, nascituros de amanhã” (DN, 19 abr. 64, 1º Caderno, p. 13).

Em relação à tentativa de justificar a ação dos militares em derrubar João Goulart, o arcebispo dedicou outra parte de sua declaração, a qual foi intitulada sugestivamente de “canto da sereia”, dirigida aos “pobres e humildes” com o propósito de demonstrar para estes que o comunismo não iria beneficiá-los: “as massas acreditavam em belas palavras, cuja execução não viam, mas ficavam sempre à espera”. Percebe-se que, na visão de D. Jaime, “as massas” foram habilmente enganadas pelos comunistas, e precisavam que os mais esclarecidos os alertassem acerca dos perigos que corriam: “Como êle – o povo – é de boa

índole, acredita que todo mundo é bom e é honesto [...] não vê a demagogia, coitado. Porém mais dia menos dia, seus olhos iriam abrir-se, talvez tarde demais” (DN, 19 abr. 64, 1º Caderno, p. 13).

Em outra passagem, na qual o arcebispo questionou seu ouvinte e seu leitor se o governo atual era revolucionário ou antirrevolucionário, ficou desenhado outra tentativa de justificar o golpe militar. Concordando com a preferência de um General, afirmou que a terminologia apropriada para caracterizar o novo governo seria de “antirrevolucionário”. Eis as suas justificativas: “estava preparadíssimo e em ponto de explodir o movimento vermelho rebelde e contrário à todas as leis do País [...] seria a implantação do comunismo totalitário, a mais feroz das ditaduras”. Para o arcebispo, a ação dos militares foi em hora “abençoada por Deus”, pois eles se anteciparam “ao golpe dos vermelhos”, os quais estavam “sedentos de sangue” e, por isso mesmo, “sangrento e prenhe de violências cuja extensão ninguém podia calcular”. Neste momento, os comunistas não foram representados somente pelo que “eram”, ou pelas suas práticas, mas também, como mostrou a passagem anterior, foram caracterizados por aquilo que poderiam e iriam fazer. Por isso, defendeu D. Jaime que “impedir o golpe foi ação patriótica, merecedora indubitavelmente do aplauso de tódos os brasileiros” (DN, 19 abr. 64, 1º Caderno, p. 13).

Conforme outras manifestações dos católicos na imprensa, D. Jaime também se preocupou com aquilo que se deveria fazer, ou seja, contra qualquer manifestação contrária às medidas do novo governo, defendeu que deveria ser continuada a atenção a aos setores mais atingidos pela infiltração comunista, os trabalhadores e os estudantes: “nada de fogo de palha [...] mas duradoura atuação em todos os sentidos da administração pública, muito especialmente nos setores estudantil e o operário [...] visto que deles os inimigos da Pátria mais abusaram, para fins deletérios” (DN, 19 abr. 64, 1º Caderno, p. 13).

A realização e a divulgação da “Marcha da Família” no dia 23 de maio, em Porto Alegre, também pode ser considerada uma tentativa de confirmar a legitimidade do golpe militar através da demonstração de que este estava sendo apoiado pela maioria da população, principalmente se levado em conta que o evento havia sido cancelado, conforme a nota publicada no dia 5 de abril. Quais seriam os propósitos para a remobilização do evento, se não, manifestar apoio às medidas do governo militar? A visita do General Castelo Branco, então Presidente da República, a Porto Alegre, mais uma vez mobilizou os setores conservadores. Considerado pela imprensa como um “espetáculo cívico”, a “Marcha pela Família”, foi organizada tendo, à frente, as organizações da Ação democrática Feminina Gaúcha e Cruzada da Mulher Gaúcha. A notícia em questão comentou, entre outras coisas,

sobre o “grande entusiasmo” do “considerável número de populares”, especialmente o número de mulheres que compareceram, além de fazer menção às mentoras das organizações responsáveis pelo evento.

No dia 10 de julho foi publicado um “especial para o Correio do Povo” intitulado “O Brasil reafirma seu destino Histórico”, assinado por João Didonet Neto¹¹³. As “cruzadas pelo Rosário em Família” e as “Marchas da Família com Deus pela liberdade” também para o autor foram momentos de legítima manifestação de religiosidade do povo brasileiro no combate contra o comunismo. Deste modo, defendeu que a religião cristã foi “resistência providencial das instituições livres e de nossas tradições mais caras”. As mulheres que rezavam com o rosário nas mãos não estavam contra o povo, como havia referido João Goulart no comício da Guanabara, mas sim “contra a comunização do Brasil. Os rosários foram levantados em favor das reformas estruturais [...] para serem feitas em clima de liberdade”. Destacou que na concentração do dia 19 de março em São Paulo, as pessoas pediam à “Mãe de Deus e à virgem Maria Aparecida, padroeira do Brasil não se transformasse este país em uma nação mártir e num povo oprimido, como as nações dominadas pelo comunismo ateu” (CP, 10 jul. 64, p. 4).

Neste especial em questão, Didonet procurou destacar os principais aspectos da participação do catolicismo na trajetória política do Brasil ao longo do final do século XIX até o século XX¹¹⁴, tendo como tema referência a recente “Revolução Brasileira” do dia 31 de março, a qual eclodiu, segundo a concepção do autor, em função da “infiltração marxista que se processava no Brasil”, da qual só podia esperar “a implantação de um regime socialista” (CP, 10 jul. 64, p. 4).

Como o início do texto em questão indicou, a sua intenção era de dar resposta às possíveis manifestações contrárias ao movimento, advindas de órgãos de imprensa estrangeira. Quer dizer também ficou evidenciada a necessidade de se responder às possíveis críticas surgidas ao regime por opiniões estrangeiras, conforme indica a seguinte passagem: “julgou-se reacionária, fascista, manifestação de anticomunismo imperialista a Revolução Brasileira, iniciada em 31 de março último, e que esta revolução não se acha devidamente

¹¹³ Didonet era Juiz de Direito e por vezes teve artigos publicados no CP.

¹¹⁴ Dentre os fatos da história política do Brasil que o autor destacou a participação da igreja católica citou primeiramente que nem a “partida em massa dos padres da companhia de Jesus, nem as reformas pombalinas conseguiram quebrar a unidade social e cultural dada pelos ideais religiosos”. Também fez referência à Inconfidência Mineira (“foi uma conspiração de padres e poetas”), à revolução Pernambucana (“foi um movimento de eclesiásticos e de pedreiros livres”), e à Independência (“teve sacerdotes católicos na vanguarda”). Ainda acreditava que a cultura cristã no Brasil havia modelado grandes homens “da história, de filósofos, de homens de ciência, de generais e de estadistas”, neste caso citando o exemplo de Getúlio Vargas.

justificada. Assim se manifestaram certos órgãos de imprensa estrangeira” (CP, 10 jul. 64, p. 4).

Por outro lado, este especial também responder às críticas emitidas por setores no Brasil contrários ao golpe, os quais, supostamente faziam parte de setores do catolicismo, como ficou sugestionado logo nas primeiras frases do texto: “E católicos houve que apoiavam a política das esquerdas aliadas aos comunistas”. Supõe-se, portanto, que ao trazer a trajetória de luta política do catolicismo na história do Brasil, o autor pretendeu dar resposta a esses grupos de católicos, como aos grupos que de alguma forma estariam criticando as medidas governamentais, daí a necessidade de se destacar e justificar a atuação do catolicismo no movimento da “Revolução Brasileira” de 31 de março.

Como já salientado em outras oportunidades, os textos elencados constantemente construía a imagem de que o golpe militar foi obra e consentimento da maioria da população como também o processo ou a “revolução brasileira”, nas palavras de Didonet, se revestiam de intenções democráticas e cristãs. Essas questões podem ser perceptíveis na seguinte passagem do texto: “O povo brasileiro, católico e cristão [...] sentiu que se aproximava o perigo de ser imposto ao país um regime incompatível com suas tradições e seu estilo de vida”. Mais salientes ainda quando o Sr. João Didonet se referiu ao movimento militar como sendo um exemplo a ser seguido por toda a América Latina na luta contra a infiltração comunista:

[...] pela democracia se pronunciou então a maioria esmagadora do povo brasileiro [...] a América Latina vive o momento histórico em que, se não optar pela aplicação imediata das soluções cristãs, será presa fácil do comunismo. E o Brasil optou pelas soluções cristãs, e se reencontrou com o seu destino histórico. (CP, 10 jul. 64, p. 4)

Neste aspecto, Didonet foi ainda mais longe. Para ele a “revolução brasileira” era uma resposta “ao painel colocado à saída do aeroporto de Havana”, o qual, segundo o autor, continha os seguintes dizeres: “Moncada ontem, Cuba hoje, América amanhã”. Na América, definiu, “não há métodos brutais, sangrentos e odiosos do socialismo marxista-leninista”.

Importante destacar a forma como o autor buscou, na história recente do país, especialmente em relação aos conturbados momentos políticos que antecederam o golpe, aspectos que davam subsídios para forjar um passado com a iminência de um ataque comunista e, desta forma, a construção da justificativa para o movimento dos militares: “as esquerdas não possuíam armamento próprio para fazer uma revolução pelas armas, mas havia o plano de tomá-lo aos quartéis por meio dos sargentos amotinados”. A tentativa de construir

a imagem de um presente “necessário” somente se dava à medida que o passado apresentava-se como aquilo que deveria ser superado, e, isso tudo como forma de fazer frente às possíveis críticas emitidas por setores internos e externos da realidade política nacional. Daí a necessidade de se apontar para os melhores exemplos daqueles que haviam combatido a infiltração comunista, os quais, para Didonet, podiam se resumir na atuação do arcebispo de Porto Alegre D. Vicente Scherer, considerado por ele como um “prelado com clara visão dos problemas sociais de nossa época”, em que o mesmo havia denunciado a literatura marxista “que inundava o país e o ensino do marxismo por institutos oficiais”, nesse último caso se referindo especificamente ao Ministério da Educação. Para o autor, a denúncia teve a devida importância uma vez que a infiltração marxista, naquele contexto, “se fazia nas escolas nos quartéis e nas fábricas, em livros, jornais e nas revistas [...] exaltavam-se os regimes socialistas [...] se dava apoio aos congressos estudantis e de orientação marxista” (CP, 10 jul. 64, p. 4).

Gustavo Corção foi outra voz a manifestar não só legitimidade ao golpe militar, mas buscou constantemente ao longo de seus especiais para o CP manifestar apoio ao regime e às medidas que estavam sendo adotadas no sentido do endurecimento da repressão política. Foram separados dois destes especiais, datados do dia 1º de julho e 29 de agosto de 1965, os quais serão analisados a seguir.

O primeiro, intitulado “A semana”, trouxe alguns importantes elementos que podem caracterizar o seu pensamento acerca do modo como que enxergava o momento político do Brasil naquele contexto. O “especial” inicialmente fez referência sobre um possível golpe na Argélia que teria destituído do poder o Presidente Bem Bella. Admitindo não saber informar aos seus leitores sobre quais as “cores” e os “sabores” do golpe naquele país, Corção se preocupou em difundir o que desejava para aquele movimento: “e contra uma corrente de ideias, que vê no tirano de ambição pessoal o pior fenômeno político, ousou dizer que seja este o caso argelino [...]”. Defendeu esta posição justamente por temer que o poder na Argélia pudesse cair nas mãos dos comunistas:

[...] o poder pessoal, despótico, caprichoso pode ser mais repugnante na pessoa de seu chefe, mas é mais acidental e muito menos nocivo a um país do que um governo em que a maldade esteja institucionalizada e vestida com um apelido que dão honorabilidade no seio das Nações Unidas. (CP, 1º jul. 65, p. 4)

Relacionou o que pensava ou o que desejava sobre o golpe na Argélia com aquilo que se passou no Brasil, no contexto do golpe, primeiramente, destacando quais seriam os

propósitos das forças destituídas pelos militares, não deixando de externar a sua completa contrariedade em relação ao totalitarismo comunista:

O totalitarismo social, a estatização das empresas como ideal social, a educação dirigida, como sonharam fazer aqui, recentemente, os autores da Nova História do Brasil, a oficialização da Filosofia – marxista – que dá ao Estado o direito de penetrar na vida da inteligência e do amor, na cultura e na intimidade é indubitavelmente pior que o caprichoso govêrno de um louco. (CP, 1º jul. 65, p. 4)

Deixou claro, também, o elogio aos militares com relação ao golpe de 1964, fazendo deste um exemplo no que diz respeito à luta contra o totalitarismo comunista. Ou seja, para Corção, uma possível instalação de um governo comunista na Argélia seria um fator que iria atrasar como processo “de liquidação dos totalitarismos” e para o qual, se referindo ao Brasil, afirmou: “nós trouxemos nossa modesta colaboração”.

O ápice da contrariedade de Corção com relação ao “totalitarismo comunista” chegou na passagem em que defendeu a ditadura e, nesse caso, também se reportou sobre a realidade brasileira, dirigindo suas palavras aos “democratas” brasileiros. Esta passagem será transcrita na íntegra, tendo em vista a singularidade da comparação realizada pelo autor para bem caracterizar e embasar a sua defesa em relação às medidas do regime:

De tudo isto eu gostaria que os nossos democratas tirassem uma hierarquia de valores mais justa e gravassem bem que uma ditadura, sendo coisa indesejável, pode ser vista como um mal menor. Não é coisa intrinsecamente má, como o totalitarismo. Dou um exemplo: bater na mulher não é bom, como também não é boa a recíproca. Pode, entretanto, acontecer que uns safanões ou uns tapas tenham valor curativo e sejam acidentalmente bons. (CP, 1º jul. 65, p. 4)

A metáfora dos “safanões” como forma de correção, conduz a ideia de que, para Corção, então, ao contrário das possíveis manifestações contrárias, os militares estavam com razão no endurecimento do regime, que, naquele contexto, já havia iniciado através do primeiro Ato Institucional.

O autor voltou a defender a ditadura em seu especial do dia 29 de agosto. Já no início do texto, manifestou a sua opção: “no que dependesse de mim, o Presidente Castelo Branco permaneceria no seu posto por mais três ou quatro anos. Sim, porque dificilmente se encontraria, sem milagre, um govêrno menos ditatorial para um regime de emergência, como se encontrou o que temos” (CP, 29 ago. 65, p. 4. Reflexões sobre o Regime). Tal posicionamento se dava por entender que a ditadura tinha amplas diferenças em relação ao totalitarismo, ou seja, a ditadura militar foi o meio com que o Brasil se livrou do totalitarismo

comunista. Esse aspecto foi ressaltado pelo autor na passagem em que apontou as diferenças entre os dois regimes:

A primeira – ditadura – é menos boa do que um regime de participação popular e de presidente eleito, mas não é intrinsecamente má e acidentalmente poderá ser um mal menor. O totalitarismo, ao contrário, é intrinsecamente mau por ser uma alteração profunda da substância social atingindo a vida e o direito das pessoas. (CP, 29 ago. 65, p. 4)

Explicou ainda ser possível existir ditadura sem totalitarismo, mas o contrário não era verdadeiro. Admitia, porém, a existência de uma ditadura “para combater o totalitarismo, como parece ser o caso presente”, obviamente que se referindo à realidade brasileira daquele contexto.

4.2.2 D. Vicente Scherer e o Silêncio Anticomunista

O arcebispo D. Vicente Scherer, sem sombras de dúvidas, foi a principal voz do anticomunismo católico a se manifestar nos jornais porto-alegrenses no período entre 1961 a 1965. Entretanto, no período posterior ao golpe militar foi possível constatar uma significativa transformação na forma como divulgou a sua manifestação anticomunista. O objetivo desta seção é analisar as suas alocações publicadas nos jornais de Porto Alegre e identificar a forma como o “problema” comunista passou a figurar em seus textos no contexto supracitado.

Na alocução semanal dia 16 de junho de 1964, D. Vicente Scherer escreveu um longo texto que pretendeu homenagear o 18º aniversário da morte de D. João Becker, seu antecessor no arcebispado de Porto Alegre. Dentre os vários elogios a D. João Becker, destacou, inclusive, focalizando em separado com o subtítulo – “sobre o comunismo” – a preferência pela forma como o prelado falecido fizera oposição ao comunismo: “julgo que de tôdas as 35 cartas pastorais alcançou maior repercussão e melhor respondeu às exigências da hora a décima nona, publicada em 13 de setembro de 1930 o ‘comunismo russo e a civilização cristã’”. D. Vicente considerou a referida carta pastoral como o primeiro e mais minucioso trabalho publicado no Brasil sobre as questões comunistas: “a sua doutrina, sua sornateira infiltração, seu espírito expansionista e suas ameaças” (CP, 16 jun. 64, p. 6. 18º aniversário da morte de D. João Becker).

Intitulada “Marxismo e Religião”, a alocução do dia 21 de julho de 1964 tratou sobre a Tchecoslováquia. O objetivo de D. Vicente foi demonstrar ao seu leitor a realidade do país

comunista e o tratamento que estava sendo dado aos religiosos que lá habitavam. No texto, afirmou primeiramente que a situação do arcebispo da Tchecoslováquia ter melhorado, fato que considerava não passar de uma falácia utilizada pela propaganda oficial de ocasião “para negar a existência de embaraços à ação das Igrejas”. Para comprovar, fez diversos apontamentos para demonstrar a verdadeira realidade da igreja naquele país, inclusive citando a fonte (revista *Digesto do Oeste*) em que baseou as suas considerações.

Primeiramente, versou sobre a situação de grande parte dos religiosos que foram afastados das atividades religiosas para serem obrigado a trabalharem em fábricas, fazendo com que outros sacerdotes “dada a falta assim provocada do clero, atendem a cinco ou seis paróquias”. Outro aspecto que ressaltou foi de não existir mais imprensa católica livre. Além do número reduzido de publicações, apontou o fato das poucas que existiam, quase todas “passam por rigorosa censura de modo que pouco se diferenciam dos jornais do partido comunista” (CP, 21 jul. 64, p. 18).

E, por fim, falou sobre as “interferências oficiais” do governo na organização do catolicismo. Neste sentido, destacou o controle exercido no “número de candidatos que desejam entrar no seminário, funcionários civis que controlam a correspondência dos bispos, fiscalizam sua atividade e vigiam seus passos”. Ainda neste mesmo sentido, afirmou ainda que os bispos não poderiam transferir um padre de uma paróquia a outra “sem prévia licença do govêrno” (CP, 21 jul. 64, p. 18).

A alocução semanal do dia 19 de setembro de 1964 tratou sobre uma das temáticas que estavam sendo debatidas por ocasião do concílio ecumênico, qual seja, a questão da liberdade religiosa, a aceitação da profissão de outros cultos que não o católico. Nessa oportunidade, é possível destacar mais um apontamento anticomunista do arcebispo. Trata-se de uma pequena frase em meio à sua declaração na qual se referiu sobre a liberdade religiosa e os governos marxistas: “o direito à liberdade religiosa é frontal e violentamente desrespeitado pelos govêrnos marxistas que ou impedem de todo quaisquer expressões da vida religiosa ou as restringem arbitrariamente” (CP, 19 set. 64, p. 29. *Liberdade de Consciência*).

Na alocução do dia 23 de março de 1965, comentou sobre a fuga de religiosos do Congo-Belga, país em que os “rebeldes alucinados [...] instigados pelos agentes do comunismo internacional em 1964, trucidaram ao todo 53 sacerdotes, 2 irmãos e 21 irmãs indefesas”. Referiu ainda, a ajuda fornecida pelos Estados Unidos e pelo Brasil em salvar os missionários e religiosos da “fúria sanguinolenta”, fato que teria causado “protestos na imprensa comunista”, condenando a interferência “indébita e ofensiva à soberania do país”.

Ou seja, além do arcebispo demonstrar a realidade que se passava num país influenciado pelo comunismo, também dava a ler as atitudes dos comunistas, mostrando estes como sanguinários e benevolentes com as situações extremas. Ao comentar sobre a morte de uma religiosa “da mesma raça dos rebeldes” deixou perpassar este aspecto: “a esta concederam o privilégio de matá-la com armas indígenas, a pancadas e por ferimentos de lança” (CP, 19 set. 64, p. 29. Liberdade de Consciência).

O título da alocução do arcebispo D. Vicente Scherer do dia 24 de agosto de 1965 foi “Educação do excepcional e notas de viagens”. Na parte que informou sobre suas notas de viagens, especialmente sobre a sua passagem pela Alemanha, apenas um parágrafo se destinou a manifestar o seu pensamento anticomunista. Escrevendo sobre as suas impressões dos trabalhadores naquele país, D. Vicente foi enfático: “a influência do comunismo na vida sindical, segundo me informaram, em toda a vasta região, a maior concentração operária do país, se considera praticamente nula”. Para D. Vicente, o motivo desta condição se dava pelo

[...] conhecimento direto que centenas de milhares de operários tiveram do comunismo como prisioneiros de guerra [...], os maus tratos então ali recebidos nos setores de trabalho forçado, os imunizaram contra o contágio vermelho, aliás em oposição frontal às previsões do fundador, Karl Marx. (CP, 24 ago. 65, p. 17)

As cinco alocuções acima referidas se configuram nas únicas em que D. Vicente Scherer, a partir do dia 19 de maio de 1964 até dezembro de 1965, fez referências às questões comunistas. É preciso chamar atenção para os intervalos de tempo compreendidos entre elas, como também o fato de que, parte destes textos, como se pode visualizar, trataram do anticomunismo como uma das questões que habitavam seus textos, não mais como o objeto principal. Além disso, é possível constatar que em nenhuma dessas alocuções o problema comunista esteve ligado com a realidade brasileira.

Estas questões indicam um dos deslocamentos do anticomunismo católico possíveis de se encontrar nas publicações da imprensa após o golpe militar. Quer dizer, elas dão conta de exemplificar perfeitamente que o comunismo passou a ser tratado como um problema de outros lugares, não mais um problema local.

De outra parte, também é possível constatar certo “silêncio” do arcebispo, mas de certo modo de todos os católicos pertencentes aos quadros hierárquicos da igreja católica, em relação às manifestações anticomunistas na imprensa. No período compreendido entre 19 de maio de 1964, data da última alocução com a temática anticomunista relacionada com a realidade brasileira, até a alocução datada do dia 21 de julho (sobre a Tchecoslováquia), D. Vicente Scherer emitiu um total de sete alocuções, sendo que dessas apenas aquela em que

homenageou D. Becker trouxe algumas considerações anticomunistas, contudo, sem fazer menção às questões políticas que envolviam o Brasil¹¹⁵.

Analisando cada uma dessas alocações, foi possível constatar que o período recortado foi marcado pelo silêncio do arcebispo para as questões anticomunistas, como também silêncio para o problema comunista no Brasil. Provavelmente, esta postura diz respeito ao significado do golpe militar para os religiosos, ou seja, acreditaram que a “revolução” havia afastado o perigo comunista para o Brasil. É preciso considerar essa postura do arcebispo de duas maneiras. Uma primeira incide diretamente na representatividade do golpe militar em relação ao afastamento do perigo comunista, quer dizer, como não havia mais perigo, não se tinha porque escrever sobre ele. Por outro lado, essa postura também pode ser entendida enquanto uma das formas de apoiar, dar condições de governabilidade ao regime militar. Ou seja, não falando sobre o problema, ele deixa de existir. Por mais que o comunismo e os comunistas continuassem atuantes, não mencionar sobre eles nos discursos foi uma das maneiras de não dar visibilidade e, assim, indiretamente, construir a imagem de seu total afastamento pelos militares.

Uma alocação do período é paradigmática para perceber definitivamente o silêncio do arcebispo em relação ao combate ao comunismo no Brasil. Trata-se da alocação destinada ao dia do trabalhador do ano de 1965. D. Vicente Scherer, da mesma forma que havia se manifestado em maio de 1964, emitiu, ao seu leitor, uma visão bastante positiva da realidade econômica e política do Brasil, as quais a seu ver, iriam repercutir na melhora das condições dos trabalhadores. A visão positiva de D. Vicente em relação a este aspecto foi demonstrada conforme a passagem a seguir:

A difusão do ensino, a reorganização da propriedade imóvel e outras mais importantes iniciativas mais, em execução ou projetadas, aproveitarão em primeiro lugar aos agricultores e operários industriais. Julgo, por isso, que o operariado [...] pode e deve confiar nas medidas que o govêrno vai adotando em prol do bem-estar e dos interêsses da coletividade. (CP, 27 abr. 65, p. 15. Igreja não esconde sua predileção pelos que necessitam de justiça)

¹¹⁵ As outras alocações deste período foram as seguintes: dia 3 de junho: “filmes de valor” (versou sobre questões do cinema nacional); 9 de junho: “crueldades na bíblia” (onde escreveu sobre o conflito entre o povo de Israel e os árabes, citando passagens bíblicas); 16 de junho: alocação sobre D. João Becker; 23 de junho: “clima de compreensão” (sobre as atividades conciliares); 1º de julho: “a autoridade do papa” (oportunidade que comentou sobre o primeiro ano de pontificado de D. Paulo VI); 7 de julho: “Professores latino-americanos em congresso” (comentou sobre os propósitos da reunião de diversos especialistas em teologia, no seminário de Viamão); 14 de julho: “ao direitos do homem” (falou sobre o papel da religião na declaração dos direitos humanos); 28 julho: “Pela segurança nas ruas e nas estradas” (o título resume a temática).

Diferentemente da alocução de maio de 1964, em que o perigo comunista foi tratado com um problema resolvido ou um problema do passado, esta alocução de 1965 sequer mencionou qualquer tipo de argumentação que envolvesse a temática comunista em relação aos trabalhadores.

O assunto família, em que geralmente não era perdida a oportunidade de se agregar a destruição da família com as práticas modernas de vida, colocando o comunismo como um dos principais agentes neste sentido, também passou completamente sem nenhuma relação explícita e direta. Na passagem que versou sobre as “forças desagregadoras da família”, a ausência de qualquer interferência direta do comunismo neste aspecto é notória, principalmente se for levado em conta anticomunismo de D. Vicente Scherer, manifestado em suas alocuções anteriores:

[...] a indisciplina de costumes, efeito do materialismo prático de vida, grandemente favorecida pelos meios de comunicação social, o cinema, certa espécie de literatura ou sublitteratura, o egoísmo infrene, infelicitando os lares, causam prejuízos iguais à crises econômicas, cuja gravidade decorre precisamente dos prejuízos que acarretam à manutenção e à tranquilidade dos lares. (CP, 11 maio 65, p. 15. Luta contra as forças desagregadoras da família)

4.3 ANTICOMUNISMO CATÓLICO NOS JORNAIS DE BUENOS AIRES PÓS-GOLPE MILITAR

No dia 28 de junho de 1966 Arturo Illia foi destituído pelos comandantes das Forças Armadas, os quais entregaram a presidência para o Tenente General Juan Carlos Onganía. Diferente dos golpes militares que o precederam, o de 1966 não se tratou de destituir um governo em nome de uma saída eleitoral, mas efetivamente era preciso preencher o vazio autoritário do atual presidente e fundar uma “Nova Argentina”. De Riz (2000, p. 26) explica quem foi o ator desta missão:

La respuesta se buscó en las virtudes de las Fuerzas Armadas, única institución que por su organización, sentido de unidad nacional y manejo de la fuerza, se creía que estaba a la altura de la nova misión de sacar al país del atraso y de la ficción de legalidad en que vivían los argentinos.

Contudo, além da ênfase no aspecto desenvolvimentista, o cenário forjado pelos conservadores enfatizava certa liberdade no que tange ao “esquerdismo” de maneira geral e as Forças Armadas (com total apoio da alta cúpula da igreja católica) que, naquele momento, já estavam amplamente influenciadas pelas novas ideias de segurança nacional suscitadas pela

doutrina de West Point, apareciam como o agente fundamental da salvaguarda e da manutenção da ordem e da disciplina como dos valores “ocidentais e cristãos”. Em nome de um mundo mais cristão e da proteção contra a subversão comunista, desencadeou-se um processo de censura nas mais diversas manifestações culturais e políticas com intuito de “asegurar el orden y la paz social y de impedir que se generalizara el concepto materialista de la vida” (VERBITSKY, 2008, p. 247).

Depois de instaurado o regime, as universidades foram o principal alvo do governo. Já a partir de 29 de julho, portanto pouco mais de um mês do golpe, as universidades sofreram intervenções e perderam a autonomia, passando a depender do Ministério do Interior. Para De Riz (2000, p. 51), o novo governo considerava necessário “por fin a la infiltración marxista y a la agitación estudiantil”. Além disso, também segundo a autora, o ativismo estudantil protagonizado pelo partido comunista e pelos diversos setores de esquerda (partido socialista, trotskismo, socialismo nacional) entrava em profunda contradição com a nova ordem que o novo governo queria implantar no país¹¹⁶.

O período também ficou marcado por uma ampla campanha que teve como finalidade institucionalizar o anticomunismo na Argentina. Este aspecto pode ser percebido como uma das primeiras medidas adotadas pelo regime que foi veiculada na imprensa. No dia 1º de julho, portanto transcorridos três dias da instauração do golpe militar, o LN publicou uma notícia que informava o fechamento, através de uma disposição governamental, de todos os locais do Partido Comunista da Argentina. Também foi noticiada a apreensão de literatura marxista e outros documentos. Além do próprio partido, também foram fechadas as sedes dos grupos considerados comunistas, como a “Liga Argentina por los Derechos del Hombre”, “Unión de Mujeres de la Argentina”, “Consejo de la Paz” e da “Fereración Comunista da Argentina”, além de 32 locais considerados como pertencentes ao Partido Comunista (LN, 1º jul. 66, p. 1. Fueron clausurados todos los locales del Partido Comunista).

Além disso, na própria “Ata da Revolução”, essa campanha também ganhou representatividade. Divididos em seis pautas, os objetivos do governo de Onganía foram divulgados na capa dos principais jornais da Argentina no dia 14 de julho. As seis pautas, que foram explicitadas em extensas matérias jornalísticas, se estabeleceram no âmbito da política externa, da política interna, da política econômica, da política trabalhista, da política do bem-estar social e da política de segurança. É na terceira pauta, a de política interna, em que ficou

¹¹⁶ “La noche de los bastones largos” é o nome que se deu para uma primeira repressão policial massiva do governo. Os golpes sofridos pelos ocupantes da faculdade de ciências exatas tinham um caráter exemplificador e cumpriram com o objetivo de isolar a resistência estudantil (DE RIZ, 2007).

externado o posicionamento anticomunista do governo de Onganía, especialmente os tópicos 9 e 10, os quais estabeleciam como prioridade “neutralizar la infiltración marxista y erradicar la acción del comunismo” e “impedir la acción de todo otro extremismo” (LN, 14 jul. 66, p. 1. Fijó el gobierno su política y objetivos de la Revolución), provavelmente se referindo também às organizações peronistas.

Ao longo dos primeiros meses de governo do general Onganía, o cerco institucional aos comunistas e todos seus “colaboradores” estava se fechando. É o que deixam perpassar pequenas notas publicadas nos jornais que dão a ler sobre a intensificação das penalidades contra “las personas y organizaciones que desarrollen acciones en conexión con las distintas formas del comunismo internacional”. Esta citação faz parte de uma nota publicada no LR, a qual deu a ler também detalhes sobre a nova lei anticomunista que seria promulgada até o fim do ano de 1966:

[...] la nueva ley [...] incluye todas las actividades que desarrollan o hayan desarrollando los agentes del comunismo a través de las distintas organizaciones de esa tendencia ideológica que continúan manifestándose a pesar de que el partido comunista, como agrupación política, ha sido disuelto juntamente con los demás. (LR, 14 set. 66, p. 3. Comunismo)

Por seu turno, outra nota publicada no LR no dia 17 de outubro dava conta de informar sobre os trabalhos exercidos em diversas esferas governamentais para a elaboração de um projeto de lei de repressão ao comunismo ou a criação de uma lei anticomunista.

Seguindo nesta mesma linha, no dia 20 de outubro de 1966 o editorial de notícias do CL informou aos leitores sobre uma nova lei de combate ao comunismo. Tratava-se de uma lei que atingia os correios da Argentina, dando conta de proibir qualquer tipo de circulação de correspondência considerada de cunho comunista. Conforme o conteúdo da matéria, a lei sancionada tinha o objetivo de “evitar la difusión de la doctrina comunista o de todo aquello que tienda a sostener o propiciar su implantación, así como proveer los medios legales que permita la inmediata destrucción de dichos materiales”. Além disso, ficou estabelecido que qualquer agente postal que presumisse a existência de material identificado como sendo originário ou tendo conteúdo comunista ficaria autorizado a proceder com a abertura do pacote. Encontrando tais objetos, o funcionário do órgão deveria destruir todo o material. As principais justificativas da implementação da nova lei foram transcritas nos seguintes termos:

Nuestro mudo de vida occidental y cristiano, la preservación de nuestras tradiciones y de la organización de la familia, la defensa de nuestra idiosincrasia política y la firme decisión de resguardar a las futuras generaciones de peligros destructores de

nuestra nacionalidad, imponen la adopción de todos los medios necesarios para el logro de tales finalidades, contra las que conspira el comunismo internacional. (CL, 20 out. 66, p. 13. No admitirá el correo material en el que se difunda la ideología del comunismo)

Se, por um lado, os propósitos da nova lei davam conta de não permitir a entrada de material comunista na Argentina provindo de outros países, por outro e este aspecto foi bem salientado na matéria, uma das preocupações se dava em relação às correspondências que circulavam internamente. Quer dizer, essa consideração pode dar mais subsídios para perceber que o “problema comunista” na Argentina além da infiltração, naquele contexto, também se materializava na propagação interna. Daí a necessidade do cerco às atividades comunistas, conforme os jornais argentinos veicularam no período, e que podem ser exemplificados pela reportagem do LR do dia 29 de novembro de 1966, em que a mesma informava sobre apreensão de materiais comunistas. Sob o título de “madriguera roja”, uma grande quantidade de literatura, especificamente três toneladas, de “neto corte comunista” foi apreendida, segundo a manchete do LR. Periódicos como “Nuestra Palabra”, “Tierra Natal”, “Voz Materna” e “Nuestra Era” estavam entre as literaturas, as quais traziam publicações nos idiomas russo, búlgaro e ucraniano (LR, 29 nov. 66, p. 15).

Sob o título “Asignase Especial Transcendencia al Debate Sobre el Proyecto de la ley anticomunista”, o LR informou sobre uma reunião que seria realizada na Casa Rosada, na qual era esperada a participação do Conselho Nacional de Segurança da Argentina, com a presença dos comandantes das Forças Armadas, ministros e secretários de seguranças, além do próprio Presidente, o General Onganía. Pelo que consta no texto da reportagem, o debate desta reunião ficou por conta de qual órgão seria o responsável pela qualificação dos indivíduos enquanto comunistas ou não, justamente tentando apontar um mecanismo de maior eficiência na culpabilidade e no enquadramento dos “subversivos”. Dentre as ações atribuídas para a referida qualificação foram destacadas: “actos de sabotaje, incitación directa a la subversión y/o proselitismo o propaganda marxista” (LR, 26 jul. 67, p. 1).

Notícia como esta e as outras já referidas apontam para o modo como o combate ao comunismo se tornou uma das prioridades no governo de Onganía. Percebe-se que o “problema comunista” era sim uma das principais questões a serem tratadas pelo governo militar e que a demanda para a aprovação das leis anticomunistas provinha de diversos setores da sociedade argentina, não ficando resumidas apenas na esfera política. Além disso, apontam para o fato de que cada vez mais ações e sujeitos estavam sendo qualificados como tendo concepções comunistas ou a essas relacionados. De um problema do perigo da infiltração,

antes do golpe, o comunismo gradualmente também passou a ser representado como uma ameaça presente, uma ameaça já infiltrada, que seria sujeita às penalizações constitucionais.

As considerações acima dão um demonstrativo do cenário político da Argentina, especificamente em relação ao combate ao comunismo, no período posterior ao golpe. Neste sentido, a próxima etapa do capítulo vai analisar como se deu a presença do anticomunismo católico nos jornais de Buenos Aires naquele contexto. Objetiva-se, com isso, verificar como os católicos hierarquizados, ou não, demonstraram nos jornais, seus posicionamentos perante o regime militar e como esse aspecto influenciou as suas posturas anticomunistas. Em primeiro lugar, será dada prioridade para as manifestações que englobaram os membros hierarquizados do catolicismo argentino, para depois colocar em evidência as manifestações dos grupos anticomunistas tanto aqueles que assinavam sob inspiração católica quanto aqueles que assinavam sob outras matrizes.

4.3.1 Os Quadros do Catolicismo Argentino e o Apoio ao Governo Militar

No dia 30 de junho de 1966, dois dias após o golpe, a manchete de capa do LN trouxe a notícia do juramento do Tenente General Onganía como chefe da nação argentina. Uma fotografia no centro da capa mostrava as várias personalidades civis, eclesásticas e militares presentes no ato solene. Dentre elas, é preciso destacar a figura do cardeal D. Antonio Caggiano (em destaque na fotografia abaixo), representante maior do catolicismo argentino. A presença de Caggiano nas mais diversas solenidades que receberam cobertura por parte da imprensa argentina, principalmente no período imediatamente ao golpe, é um fator a ser destacado pela sua intensidade (durante os primeiros meses de governo, sempre que a imprensa divulgou qualquer ato solene do novo governo, a presença de católicos, principalmente o cardeal Caggiano, foi motivo de destaque). Mais que um ato previsto em protocolo, o significado de todas as essas aparições indicam, de certa forma, apoio, adesão e participação da alta cúpula do catolicismo argentino ao novo governo.

5 10.- al ejemplar

LA NACION

Mis. N.º 34.028 3 SECCIONES BUENOS AIRES, JUEVES 30 DE JUNIO DE 1966 50 PAGINAS

Prestó ayer juramento el nuevo jefe del Estado, teniente general Juan C. Onganía

El Estatuto de la Revolución leyóse en la ceremonia

El presidente recibió los atributos de mando de manos de los comandantes en jefe

El teniente general Juan Carlos Onganía ha prestado el juramento que lo eleva a jefe del Poder Ejecutivo de la República. La ceremonia tuvo lugar en el Salón Blanco del Palacio del Congreso, a las 11.30, en presencia de los señores Carlos Menéndez y Juan Carlos Onganía, en el momento de la lectura del Estatuto de la Revolución. El teniente general Juan Carlos Onganía, en el momento de la lectura del Estatuto de la Revolución, fue acompañado por el teniente general Arturo Corbelli, jefe del comando en jefe de la Marina y la Armada, y el teniente general Juan Carlos Onganía, jefe del comando en jefe de las Fuerzas Armadas. El juramento fue leído por el teniente general Juan Carlos Onganía, en presencia de los señores Carlos Menéndez y Juan Carlos Onganía, en el momento de la lectura del Estatuto de la Revolución.

La Leyenda

A las 11.30 se produjo la ceremonia del juramento del teniente general Juan Carlos Onganía a la Casa del Congreso. El teniente general Juan Carlos Onganía, en el momento de la lectura del Estatuto de la Revolución, fue acompañado por el teniente general Arturo Corbelli, jefe del comando en jefe de la Marina y la Armada, y el teniente general Juan Carlos Onganía, jefe del comando en jefe de las Fuerzas Armadas. El juramento fue leído por el teniente general Juan Carlos Onganía, en presencia de los señores Carlos Menéndez y Juan Carlos Onganía, en el momento de la lectura del Estatuto de la Revolución.

El Estatuto de la Revolución leyóse en la ceremonia

El presidente recibió los atributos de mando de manos de los comandantes en jefe

Se hará cargo hoy de sus funciones el doctor Salimei

Oficialmente se informó que no había sido ofrecido otro ministerio que el de Economía

Como hecho notorio en la constitución del gobierno provisional que preside el teniente general Juan Carlos Onganía, el día de hoy se ha producido el relevo de la Jefatura del Poder Ejecutivo. El doctor Salimei, quien hasta hoy ha ejercido las funciones de jefe del Poder Ejecutivo, ha sido relevado por el teniente general Juan Carlos Onganía. El doctor Salimei, quien hasta hoy ha ejercido las funciones de jefe del Poder Ejecutivo, ha sido relevado por el teniente general Juan Carlos Onganía.

El comunicado

A las 11.30, Onganía, que el teniente general Juan Carlos Onganía, en el momento de la lectura del Estatuto de la Revolución, fue acompañado por el teniente general Arturo Corbelli, jefe del comando en jefe de la Marina y la Armada, y el teniente general Juan Carlos Onganía, jefe del comando en jefe de las Fuerzas Armadas. El juramento fue leído por el teniente general Juan Carlos Onganía, en presencia de los señores Carlos Menéndez y Juan Carlos Onganía, en el momento de la lectura del Estatuto de la Revolución.

Ministerio de Economía

Se ha producido el relevo de la Jefatura del Poder Ejecutivo. El doctor Salimei, quien hasta hoy ha ejercido las funciones de jefe del Poder Ejecutivo, ha sido relevado por el teniente general Juan Carlos Onganía. El doctor Salimei, quien hasta hoy ha ejercido las funciones de jefe del Poder Ejecutivo, ha sido relevado por el teniente general Juan Carlos Onganía.

En la Corte no se registraron designaciones

El Palacio de San Telmo, sede de la Corte Suprema de Justicia, no registró designaciones de jueces durante la ceremonia del juramento del teniente general Juan Carlos Onganía. El Palacio de San Telmo, sede de la Corte Suprema de Justicia, no registró designaciones de jueces durante la ceremonia del juramento del teniente general Juan Carlos Onganía.

Normas a que se somete el poder revolucionario

El teniente general Juan Carlos Onganía, en el momento de la lectura del Estatuto de la Revolución, fue acompañado por el teniente general Arturo Corbelli, jefe del comando en jefe de la Marina y la Armada, y el teniente general Juan Carlos Onganía, jefe del comando en jefe de las Fuerzas Armadas. El juramento fue leído por el teniente general Juan Carlos Onganía, en presencia de los señores Carlos Menéndez y Juan Carlos Onganía, en el momento de la lectura del Estatuto de la Revolución.

Nueva estructura se daría al gabinete

Se ha producido el relevo de la Jefatura del Poder Ejecutivo. El doctor Salimei, quien hasta hoy ha ejercido las funciones de jefe del Poder Ejecutivo, ha sido relevado por el teniente general Juan Carlos Onganía. El doctor Salimei, quien hasta hoy ha ejercido las funciones de jefe del Poder Ejecutivo, ha sido relevado por el teniente general Juan Carlos Onganía.

Depois do golpe militar, a primeira manifestação de um católico nos jornais elencados para a pesquisa se deu nos dias 2 e 3 de julho. Tratou-se de uma pequena matéria publicada no LN e também no LR, em que parte de um discurso proferido pelo cardeal Caggiano foi transcrito e trouxe as suas opiniões sobre a situação do país. É preciso destacar que o discurso foi proferido por ocasião de uma celebração referente ao sesquicentenário da Independência da Argentina, na qual, estavam presentes autoridades civis, eclesiásticas e militares, e, dentre essas, a presença do General Toranzo Montero, identificado já em outras notas de imprensa (ver Capítulo 1) como integrante de grupos anticomunistas.

Primeiramente, conforme o autor da matéria do LN, Caggiano teria se manifestado prevenindo os seus ouvintes “contra los peligros que del exterior [...] pretende socavar con dinero y disolventes la unidad de los argentinos”. Em outra passagem, Caggiano afirmou: “mientras nosotros estábamos tranquilos, otros estaban socavando la Constitución y corrompiendo nuestras instituciones (LN, 3 de jul. 66, p. 20. Expresiones del cardenal A. Caggiano). Aquele contexto apresentava, para Caggiano, perigos tão grandes quanto de uma guerra: “aunque no estamos em guerra, corremos peligros que son más graves que la guerra”.

Além dessas passagens publicadas no LN, o LR divulgou outras partes do mesmo discurso, sendo pertinente o relativo ao destaque que foi dado pelo cardeal às correntes ideológicas que estariam se apoderando das massas, fazendo clara referência à infiltração do marxismo na população argentina: “pero hay cosas que tenemos que decir; mansamente, ya que la verdad no necesita violencia: estamos invadidos por corrientes de ideas que se apoderan de la masa, de nuestros propios hijos, para destruir” (LR, 2 jul. 66, p. 2).

Em que pesem as advertências declaradas pelo cardeal, é preciso chamar atenção para o sentimento de “alívio” com que manifestou ao mencionar que o país se dirigia para o caminho de sua grandeza. Quer dizer, um indicativo concreto da sua postura não só favorável, mas também de comprometimento com o novo governo da Argentina. Assim se manifestou D. Caggiano:

[...] estamos como en una aurora, en que, Gracias a Dios, percibimos todos que el país se encamina nuevamente hacia su grandeza que le señaló San Martín, que urgió la declaración de la independencia, y hacia la grandeza que América espera de nuestra patria. (LN, 2 jul. 66, p. 20)

Em outra “exortação” do primado católico da Argentina, este mesmo aspecto pode ser percebido. Qualificado pela Editoria do LR como uma “nueva y vibrante exhortación”, parte do discurso de Caggiano, proferido na Catedral, foi transcrito pelo referido jornal trazendo aquilo que parecia ser uma constante nos discursos dos católicos no período posterior ao golpe militar, ou seja, discursos que conclamam a união da população para o bem estar da nação. Para o arcebispo, naquele momento político que vivia a Argentina, era necessário que as pessoas “depongan intereses personales y se unan en anhelo de realizar algo concreto en favor del país”. Diferentemente do período anterior ao golpe, é possível identificar, nessas primeiras manifestações algo que indica uma clara confiança em relação ao futuro do país. Este aspecto ficou caracterizado na passagem em que D. Caggiano buscou no exemplo do passado a melhor maneira de agir no presente: “si en años de desesperación, anarquía y excepticismo la fe en el Señor y en el futuro alentó a los argentinos en 1816, cómo no seguir la inspiración de aquellos precursores” (LR, 12 jul. 66, p. 18. Exhortación del Jefe de la Iglesia).

No dia 27 de março de 1967, a imprensa argentina divulgou as cerimônias religiosas realizadas por ocasião da passagem da Páscoa. Tradicionalmente, grande parte do discurso do arcebispo da Argentina proferido nesta comemoração vinha transcrito nas páginas jornalísticas. Muitas vezes, como se viu no primeiro capítulo, esses discursos acabavam não se limitando apenas às questões religiosas, mas as questões políticas e sociais,

especificamente questões relacionadas com o problema do ateísmo lembrando diretamente a presença do comunismo. Contudo, o que se constata em seus discursos, ao menos aqueles que foram veiculados pelos jornais, no período pós-golpe militar, é que houve, de fato, uma diminuição considerável daqueles que abordavam questões político-sociais. A matéria sobre as atividades religiosas da páscoa de 1967 é um exemplo desse aspecto. Nesta, ficou constatada a não existência de nenhum tipo de argumentação direta ou indireta do arcebispo às questões de cunho político-sociais, muito menos questões que poderiam dar margem para o entendimento de qualquer tipo de manifestação anticomunista. Seu discurso configurou-se plenamente em assuntos da ordem religiosa: “en el momento de pronunciar la homilía de circunstancias, el señor cardenal puntualizó que la resurrección del Señor era el fundamento insustituible de nuestra religión [...]” (CL, 27 mar. 67, p. 14. Exaltó los Fundamentos Insustituibles de la Religión el Cardenal Caggiano).

Também por ocasião da tradicional missa realizada no dia 1º de maio, em comemoração ao dia do trabalhador, foi possível constatar a total ausência, no discurso de D. Caggiano, dos constantes temas evocados por ocasião desta data. Temas como o ateísmo e a infiltração marxista nos diversos setores dos trabalhadores passaram completamente despercebidos na homilia do dia do trabalhador de 1967 (CL, 2 maio 67, p. 4. Exhortó el Cardenal Caggiano al reconocimiento de nuestros errores). Na cerimônia em questão a principal temática abordada foi em relação à recente encíclica *Populorum Progressio*, publicada por Paulo VI em março de 1967, e suas implicações no setor trabalhista.

Por ocasião dessa missa, ainda é preciso destacar outro aspecto, no mínimo curioso, e que chama atenção justamente pelo fato de D. Caggiano não ter feito qualquer menção no seu discurso. Trata-se, conforme publicou o CL, de um “incidente” ocorrido durante a realização da celebração religiosa. Enquanto esta transcorria, um grupo de pessoas, incluindo dois sacerdotes, distribuía panfletos “de contenido social”, destacou a editoria do CL. Nesses panfletos continha uma oração, a qual foi publicada na reportagem e que trazia as seguintes palavras:

Señor Jesus: En este día doloroso para nuestra patria, en que los trabajadores no pueden expresar libremente las angustias de sus familias y sindicatos, frente a la acción devastadora de un plan económico al servicio del capitalismo, del imperialismo, de las oligarquías, y en contra del pueblo, te pedimos señor: que las libertades sindicales distribuidas por el gobierno Sean recuperadas definitivamente por y para la clase trabajadora mediante la organización y la lucha revolucionarios. Que la sangre de todos los mártires del trabajo, en especial de la nuestra compañera Hilda Guerreiro de Molina, nos impulse y aliente en medio del abandono y traición a la clase trabajadora por parte de sus falsos dirigentes. Que seamos dignos de nuestra conciencia cristiana para luchar siempre junto a los que padecen explotación e

injusticia, que son los que exigen nuestra solidaridad hasta sus últimas consecuencias. (CL, 2 maio 67, p. 25. Pretendióse perturbar la misa Celebrada Ayer en la Catedral)

Tratou-se, como se pode perceber, de uma crítica explícita dirigida ao governo, com clara influência das ideias marxistas em seu conteúdo, e que manifestava protesto contra medidas de intervenção nos sindicatos da Argentina.

No momento da celebração, além da distribuição dos panfletos, um dos sujeitos tentou se apoderar do microfone para fazer a leitura da oração em questão, sendo impedido por membros da federação católica presente no local. O CL narrou o episódio da seguinte maneira:

A pesar de lo narrado – distribución dos panfletos – el orden no se había alterado. Pero fue entonces, cuando, faltando escasos momentos para el Evangelio, un hombre joven se aproximó al micrófono que servía para transmitir el sacrificio, y quiso dar comienzo a la lectura de la oración en cuestión. (CL, 2 maio 67, p. 25)

A manchete também informou que, no momento da confusão, o cardeal Caggiano, ao tentar “esfriar os ânimos”, acabou recebendo um golpe na região de seu peito. Doze pessoas acabaram sendo presas no episódio. É preciso destacar que a referida oração foi assinada pelo grupo denominado “Comando Camilo Torres”, denominação que remete ao padre colombiano que aderiu à guerrilha naquele país. O texto da reportagem também identificou outros sujeitos que participaram do incidente, os quais faziam parte do grupo “Cristianismo e Revolução”, grupo católico com clara vinculação às ideias marxistas, do grupo denominado “Taquara”, além de sujeitos identificados como neoperonistas. Esta manchete se configura em mais um indício que corrobora a afirmação de que os grupos de esquerda continuavam atuando, mesmo com a forte repressão governamental desencadeada contra esses setores após o golpe militar.

É preciso lembrar que essas datas, principalmente o dia do trabalhador, configuravam-se entre as principais oportunidades para os católicos emitirem seus alertas contra a propagação do ateísmo e a infiltração comunista ou marxista entre os trabalhadores. A que se deve este silêncio? A que se deve essa ausência nos discursos católicos da temática anticomunista, em momentos que tradicionalmente essas apareciam?

Naquele período, as atividades dos grupos comunistas no país não haviam diminuído consideravelmente a ponto de não se tornarem mais preocupações dos grupos anticomunistas. Pelo contrário, as constantes pressões para aprovação de leis anticomunistas, bem como as constantes manifestações das entidades anticomunistas (as quais serão vistas a seguir) demonstram que as atividades de grupos considerados comunistas ainda eram motivos de

fortes mobilizações. A explicação pelo silêncio de D. Caggiano no que diz respeito a essas questões pode ser encontrada no efeito que o golpe militar teria proporcionado nos setores da alta cúpula do catolicismo argentino, pela vinculação direta e efetiva participação desses no novo governo, bem como a sua estreita ligação com as Forças Armadas. Quer dizer, ficaria sem propósito denunciar a infiltração comunista dentre os setores dos trabalhadores, ou da sociedade em geral, uma vez que isso poderia dar margem para a construção de uma imagem de não eficácia do governo militar no tocante ao combate ao comunismo, sendo esta uma das principais pautas governamentais. Certamente, o grau de comprometimento da hierarquia católica com o governo militar não recomendava e não permitia esta postura. Contudo, isso não significa que no período anterior ao golpe militar, as denúncias dos católicos tinham como objetivo única e exclusivamente desestabilizar o governo de Illia. É preciso considerar que os católicos também percebiam e acreditavam existir a infiltração comunista, denunciavam esta aos quatro cantos e a partir daí, como consequência, visualizaram a troca de governo como um modo que poderia atenuar o perigo comunista na sociedade argentina.

Entretanto, o apoio manifestado pelo cardeal Caggiano ao golpe militar e ao novo mandatário da Argentina não foi uma postura unânime entre os quadros hierarquizados da instituição católica. Esse aspecto pode ser percebido na matéria que o LR publicou no dia 16 de agosto. Intitulada “Inquietud de la Iglesia”, a referida matéria informava sobre uma nota, provinda das mais diversas dioceses da Argentina, a qual foi direcionada ao Episcopado Nacional. A referida nota pretendia demonstrar a “inquietud por la vinculación que se atribuye a la Iglesia argentina con el actual gobierno”. Fica evidenciado, então, o fato de alguns membros do catolicismo estarem contra a postura da alta hierarquia católica no apoio e participação no governo militar. Parte do conteúdo da nota, segundo o que foi publicado no LR, manifestou uma crítica no posicionamento do alto clero argentino, conforme indica a passagem a seguir:

[...] en la nota los sacerdotes señalaran que puede causar perjuicio a la Iglesia argentina que se identifique con la Revolución que há llevado al poder las fuerzas militares, ya que en este momento la própria Iglesia no desearía verse comprometida com questiones concernientes al poder temporal. (LR, 16 ago. 66, p. 7)

Seguindo nesta mesma linha, alguns dias após esta manifestação contrária à postura do alto clero argentino, o conteúdo de uma carta do bispo Antonio Quarracino (bispo de Nove de Julio), originariamente dirigida aos fiéis da sua diocese, também foi publicado nos jornais de Buenos Aires. Nesta carta, o sacerdote pretendeu esclarecer a ideia, equivocada a seu ver, que

se tinha incorporado na opinião pública sobre a participação da Igreja argentina na recente Revolução: “hace algo más de un mês, aconteció el hecho revolucionário en el país. Desde el primer momento hubo gente que penso y que piensa que de alguna manera la iglesia jerárquica participa por influencia em la Revolución” (LN, 23 ago. 66, p. 8. Refirióse el obispo de Nueve de Julio a la situación del país).

A partir desta matéria e a nota anteriormente referida, é possível visualizar parte do debate que estava envolvendo o catolicismo na argentina naquele contexto pós-golpe militar. Já é sabido, e a historiografia demonstra este aspecto, que a igreja católica, especialmente seus quadros superiores foi uma grande aliada no governo de Onganía¹¹⁷. Contudo, como entender essa manifestação de Quarracino, querendo negar este aspecto? “Queridos sacerdotes y fieles: no es verdad que, como dicen muchos, ‘los curas están metidos en el gobierno’. Si alguno estuviera mezclado en esa tarea, está obrando al margen del pensamiento de la voluntad de la iglesia” (LN, 23 ago. 66, p. 8).

Duas são as opções que podem ser aferidas em decorrência dessa manifestação de Quarracino. A primeira consiste em considerar o sacerdote como que respondendo aos setores considerados progressistas do catolicismo. Ou seja, uma vez que esses começaram a sentir a repressão política do novo governo, passaram a interrogar seus superiores sobre as suas possíveis influências no governo. Mas, também, é preciso levar em conta uma segunda consideração, qual seja, a de entender essa manifestação de Quarracino como sendo uma voz progressista que criticava o posicionamento dos setores conservadores da Igreja argentina e a participação e influência dessa instituição no governo militar. Essa hipótese ganha força se forem considerados os argumentos que o bispo utilizou para fundamentar a sua possível crítica: “[...] quiero recordarles a ustedes estas palabras del Concílio expresadas en dos documentos: la comunidad política y la Iglesia son independientes y autônomas, cada una en su propio terreno”. Além disso, quando se referiu que se houvessem membros do catolicismo apoiando o governo, esses estariam trabalhando à margem do pensamento e da vontade da Igreja. Citado anteriormente, esse aspecto também ganha força, uma vez que coloca os possíveis colaboradores como sendo aqueles que estariam agindo fora da nova doutrina do catolicismo, naquele contexto conciliar.

Em que pese o prevalecimento de uma dessas duas considerações, o fato é que o debate estava se desenvolvendo. A ligação entre membros do catolicismo com membros do governo militar estava sendo alvo de críticas, o que indica um verdadeiro racha nas

¹¹⁷ Sobre a participação dos católicos no governo de Onganía ver Verbistky (2008).

concepções políticas do catolicismo argentino naquele contexto do pós-golpe militar. Entretanto, é preciso ainda apontar para outras formas de ligações entre os grupos conservadores. Se, a alta cúpula do catolicismo argentino manteve-se articulada com as Forças Armadas, o mesmo tipo de aproximação foi possível visualizar entre os religiosos e as entidades anticomunistas sob inspiração católica.

La Negación de los valores espirituales, de la libertad y de la justicia, nunca jamás se eternizará en el mundo. Porque son inhumanos y anticristianos llevan a la ruina, y sucumben siempre después de haber ensangrentado el mundo, en medio de lágrimas y destrucciones”. (CL, 19 set. 66, p. 16. La Negación de los valores espirituales nunca se eternizará en el mundo, Dijo Ayer Caggiano)

Essas foram as palavras iniciais da homília de D. Caggiano, proferidas por ocasião da missa em homenagem ao início da semana das “Naciones Cautivas Europeas”. A notícia que publicou o motivo da realização da missa também comentou sobre a presença de jovens e crianças, meninos e meninas que com trajes típicos e com as bandeiras das suas nações “subyugados por el comunismo”, se fizeram presentes na cerimônia. A partir daí é possível subtrair mais uma organização anticomunista na argentina identificada com a sigla ANCE, que significa Associação das Nações Cativas da Europa.

Trazer os sofrimentos dos países comunistas e fazer disto atos comemorativos, celebrações, em que se sobressaíam discursos inflamados contra o comunismo, e fazer tais eventos virarem notícias parece ter sido uma estratégia intensamente utilizada pelos grupos anticomunistas na Argentina, podendo-se enquadrar nesses a Igreja Católica, seja como coadjuvante ou na participação efetiva através de ações de grupos a ela identificados. A própria missa que deu início à solenidade pode ser considerada um parâmetro oportuno para se entender a forma de participação do clero argentino nesses eventos. Mais que mostrar a sua postura anticomunista, demonstra claramente a forma de engajamento à causa. As palavras de D. Caggiano na homília dirigida aos povos que viviam sob o regime comunista vão em direção a esse aspecto, ou seja, transmitiram muita sinceridade na exposição da realidade daqueles que sofrem em função do comunismo:

Lejos de la patria y lastimados y heridos muchos de vosotros en la carne de vuestros seres queridos que es la vuestra comprendase bien que acudáis a Dios para pedir fuerzas y aliento en vuestros dolores, entre los cuales hay uno que permanentemente continúa angustiando vuestras almas”. (CL, 19 set. 66, p. 16)

D. Caggiano voltou a participar de eventos desta natureza por ocasião de uma missa rezada por ele na Catedral Metropolitana, em homenagem à semana da Hungria, que se

iniciava no dia 23 de outubro de 1966. O referido evento, conforme o texto da reportagem, foi organizado por entidades anticomunistas do país em função da celebração do décimo aniversário da Revolução húngara contra a dominação comunista.

Na reportagem, entre outros aspectos, ficou exposta a grande quantidade de participantes, os quais se dividiam em 37 entidades húngaras da própria Buenos Aires, entidades que representavam os países localizados na região da “Cortina de Ferro”, além de entidades e grupos anticomunistas da Argentina, entre elas a FAEDA e a “Cruzada” foram as duas que tiveram seus nomes divulgados dentre as entidades anticomunistas referidas no texto:

[...] asistieron al oficio religioso autoridades y miembros de 37 entidades húngaras de la Capital [...] concurren también representantes de las colectividades de todos los países ubicados tras la cortina de hierro, como asimismo autoridades de FAEDA, Cruzada y otras entidades anticomunistas. (CL, 24 out. 66, p. 16. Evocóse Ayer a la Revolución Húngara en su X Aniversario)

A presença da FAEDA e do grupo da Revista Cruzada na cerimônia religiosa da Catedral, rezada pelo arcebispo primado da Argentina, em que este manifestou, em sua homília, toda a sua consternação pelo sofrimento do povo húngaro, dominado pelos comunistas, pode ser mais um indicativo de que as referidas entidades faziam parte daqueles grupos vinculados com os conservadores do catolicismo. Além disso, o próprio evento em si autoriza a pensar a alta cúpula do catolicismo argentino estando estreitamente articulada com os grupos anticomunistas argentinos. Esse aspecto também pode ser um demonstrativo do quanto estes grupos, nesse contexto pós-golpe militar, ganharam em efetividade e adeptos, tendo em vista o elevado número de manifestações contra o comunismo no período. A partir de um governo que se autocaracteriza de anticomunista e que demonstra aos quatro cantos que um de seus principais objetivos era acabar com o comunismo e a infiltração comunista, essa atmosfera anticomunista presente no contexto pós-golpe militar parece ter dado maior poder combativo aos grupos anticomunistas, seja através da palavra, seja através da realização de eventos e atos comemorativos em que os propósitos giravam em torno do combate ao comunismo.

4.3.2 Entidades Anticomunistas e o Golpe Militar

Da mesma forma que no período anterior ao golpe, os jornais disponibilizaram seus espaços para as manifestações das entidades anticomunistas, de forma paga ou não, essa

prática também foi percebida ao longo dos primeiros anos de governo de Onganía. Contudo, a tônica das manifestações pós-golpe buscava, entre outros aspectos, demonstrar o apoio das entidades ao regime militar, especificamente em função de um aspecto que os aproximava: o combate ao comunismo. Esta seção recupera algumas das matérias jornalísticas que deram conhecimento a discursos e atos das entidades anticomunistas, objetivando analisar o conteúdo de cada uma dessas manifestações, identificar os seus membros, seus objetivos, sua forma de apoio ao golpe militar, o direcionamento de seus argumentos, enfim, a ideia é demonstrar de que forma o anticomunismo, especificamente aqui não só católico, representou a realidade a qual estavam inseridos levando em consideração o contexto proporcionado pelo golpe militar.

Transcorridos dois dias após a deflagração do golpe militar, foram publicadas no CL, na mesma matéria, diversas manifestações assinadas por entidades, as quais emitiam suas opiniões acerca da mudança do governo. Chama atenção, inicialmente, o elevado número de entidades reconhecidas com anticomunistas, fator que indica que uma das motivações do golpe perpassou em função do perigo comunista que a governabilidade do Presidente deposto representava para estas entidades. Também, é notório o número de entidades que até então não havia se manifestado nos jornais.

As entidades que tiveram as suas manifestações publicadas no CL do dia 30 de junho foram as seguintes, na ordem em que foram impressas: “Frente Latino Americano Anticomunista”, “Centro de Estudios Juan XXIII”, “FAEDA”, “Confederación de Organizaciones Anticomunistas de la República Argentina”, “Liga Estudiantil Anticomunista”, “Intransigência Nacional”, “Partido Laborista”, “Radiodifusoras Privadas”, “Partido Demócrata de Mendoza”. Um dos aspectos que perpassou por todas as manifestações das referidas entidades foi o fato de todas emitirem total apoio ao golpe militar. Contudo, é preciso ressaltar que nem todas as entidades eram anticomunistas, mas, e este é um aspecto a ser considerado, as entidades que emitiram suas opiniões sob a ótica anticomunista foram as primeiras na sequência da publicação, fator esse que pode ser um demonstrativo do quanto representava, em importância política, o pensamento de entidades com esta concepção ideológica.

Primeiramente, a “Frente Latino-americano Anticomunista”. Na matéria este grupo veio representado por um de seus membros denominado Luis Perazo, e trouxe dois aspectos no texto divulgado, dos quais é possível identificar a forma como percebiam o perigo comunista no país. Ao anunciar o motivo de sua adesão ao governo militar, assim expressou a entidade: “[...] que concluye con un gobierno lamentable para nuestra patria por su

indecisión, demagogia y desorganización y su tolerancia con la subversión comunista que amenazaba nuestra libertad” (CL, 30 jun. 66, p. 10. Comunicados de Organizaciones Políticas, Gremiales y Civiles, sobre la Revolución). Claramente, então, relacionando os problemas do governo de Illia e a sua incapacidade em estancar a infiltração comunista. Um segundo aspecto demonstra o principal motivo, entendido pela entidade, que justificava e legitimava o golpe militar. Após solicitar a “compreensão” dos Estados Unidos na ação, foi referido este aspecto: “La Revolución Argentina es la máxima garantía para el mundo occidental y la causa de la libertad frente a la acción subversiva lanzada en el mundo libre por los agentes de los imperialistas de Moscú y Pekín”. Portanto, deixando claro que, para a Entidade, a Revolução foi uma medida necessária e fatal contra as pretensões comunistas na Argentina e para o mundo ocidental.

O “Centro de Estudios Juan XXIII”, a segunda entidade anticomunista a parecer na sequência da publicação, também demonstrou claramente sua adesão ao golpe militar, acreditando que os princípios sustentados pela Revolução argentina eram os mesmos que o Centro vinha sustentando contra a infiltração comunista no país. Também deixou claro que não havia outro caminho a ser seguido a não ser o golpe militar, considerado único meio de se evitar “la hoz y el martírio”, tendo em vista a situação posta no que diz respeito à presença comunista no país. De outra parte, além de ficar registrada a solicitação para que as universidades fossem intervindas, deixou também a sua esperança em relação ao novo governo: “al apoyar a la revolución argentina tenemos la esperanza de días mejores para nuestra sufrida patria”.

Outra entidade anticomunista a transmitir sua opinião foi a FAEDA. Assim como a entidade anterior, a FAEDA também repercutiu sobre a questão da infiltração comunista nas universidades argentinas. Na passagem a seguir é possível visualizar além deste aspecto, a forma como o governo recém-instaurado causou esperanças na entidade acerca do futuro do país:

La Faeda dio a conocer un comunicado repudiando la declaración dada por la Universidad de Buenos Aires en momentos en que ‘la ciudadanía saluda alborozada y esperanzada al movimiento militar de recuperación y saneamiento institucional que acaba de producirse en el país. (CL, 30 jun. 66, p. 10)

Não foi possível ter acesso nem conhecimento da tonalidade das possíveis declarações da Universidade de Buenos Aires, contudo, observando a forma como foram repudiadas pela FAEDA é possível perceber que, de algum modo, as referidas declarações entravam na

contramão ideológica dos grupos anticomunistas, como se pode verificar na maneira como as mesmas foram qualificadas: “confusionista y antipatriótica, de neto corte comunista, coincidente con los procedimientos de los marxistas-leninistas de izquierda y de derecha, posesionados de sus claustros”. Também ficou explícito que, para FAEDA, as universidades eram o principal foco disseminador do comunismo na Argentina, aspecto que pode ser visualizado quando a entidade declarou a adesão na luta anticomunista no meio acadêmico e apontou os possíveis responsáveis para tal situação:

Faeda confirma que por todos los medios a su alcance bregará para el inmediato cese de la siniestra confabulación que, al amparo de una mas llamada e interpretada ‘autonomía’, [...] profesores, decanos y rectores que, con su acción o silencios y omisiones cómplices, convirtieron a las universidades en bases soviéticas dentro de las fronteras de la patria.(CL, 30 jun. 66, p. 10)

A “Liga Estudiantil Anticomunista” foi outra entidade que também se manifestou centrando o foco de denúncias em torno do meio universitário. Esta entidade, além de saudar as Forças Armadas por terem “salido de sus bases y cuarteles para devolver su dignidade e la Nación”, expressou que as universidades da Argentina eram focos permanentes da subversão marxista-leninista, defendendo, a partir disso, que as mesmas deveriam ser intervindas para abolir “el sistema tripartido de la reforma anticristiana y antiargentina”. Defendeu, inclusive, que as atividades comunistas, todas elas, deveriam ser proscritas e incorporadas no código penal do país.

A “Confederación de Organizaciones Anticomunistas de la República Argentina” foi outra entidade a se pronunciar nesta publicação. É preciso ressaltar que a referida entidade até então não havia aparecido nas páginas dos jornais argentinos. Representadas no manifesto pelo Coronel Luis Alberto Oddone e pelo senhor Juan Carlos Rozich, a confederação, assim como as outras entidades, manifestou sua adesão ao governo militar nos seguintes termos:

[...] adhiere en todo al contenido de los siete puntos de la proclama Revolucionaria de las Fuerzas Armadas y al mismo tiempo, les recuerda a éstas que uno de los principios de los diez puntos presentados en su oportunidad a los gobernantes derrocados, era el de la lucha total contra el comunismo. (CL, 30 jun. 66, p. 10)

Por se tratar de uma entidade que não havia se manifestado, pelo menos nos jornais de grande circulação de Buenos Aires, chama atenção o número de organizações que ela estava representando. Organizações que provinham dos mais diversos locais da Argentina (Mar del Plata, Chaco, Río Gallegos e da própria Buenos Aires), como também de países vizinhos, como a brasileira “cruzada internacional anticomunista”. Além da denominada “Trinchera

Anticomunista Católica”, também situada na capital federal e que se configura em outra organização, não foi encontrado nenhuma manifestação com a sua assinatura.

Após esta primeira matéria que reuniu diversas entidades para que as mesmas expusessem suas opiniões sobre a “Revolução Argentina”, ao longo do governo de Onganía os jornais de Buenos Aires continuaram publicando a realização de eventos e “solicitadas” que tiveram como pano de fundo manifestações anticomunistas e manifestações de apoio ao regime militar.

No dia 13 de agosto de 1966, o LR publicou em suas páginas a realização de um “congresso social” da Federação Argentina de Estudantes Ativos (FADEA), cuja principal finalidade ficou explícita no texto que introduzia a matéria jornalística: “un medio de colaborar con el gobierno de la revolución, que es una esperanza nueva” (LR, 13 ago. 66, p. 5). Intitulada “Ni Beatles ni Ismos”, esta matéria trouxe alguns elementos que podem ajudar a caracterizar o debate ideológico que estava sendo promovido naquele contexto pós-golpe militar. Além do já exposto apoio ao governo militar por parte da Federação, diga-se de passagem, formada por jovens com média de 18 anos e tendo como um de seus assessores gerais o sacerdote denominado José Mose, a FADEA também demonstrou a sua veia conservadora e anticomunista nas palavras de seu presidente, na seguinte passagem:

La juventud está harta de que la juzguen corrupta o despreocupada y quiere producir hechos constructivos [...] estos hechos nuestros demuestran que la juventud argentina está lejos de la imagen que pretende identificarla con los Beatles o encasillarla en la corriente de los ismos. No estamos en corrientes ideológicas que enraízan en los extremismos [...]. (LR, 13 ago. 66, p. 5)

Tendo em vista o conturbado ambiente político da Argentina naquele contexto, certamente que, nos “ismos” referidos pelo jovem da FADEA, se enquadrariam o “marxismo”, o “comunismo” e também, o “peronismo”. Contudo, as palavras dos jovens sobre a “situação atual” das Universidades deixam perpassar a ideia de que uma das suas preocupações fundamentais se estabelecia na questão da infiltração comunista ou marxista naquele setor. Nesse sentido, argumentaram que

[...] la Universidad no debe embarcarse en problemas ajenos a la vida misma de la institución [...] no debe ser el reflejo de problemas internacionales de origen político. La inclinación de sectores universitarios a participar en el todo argentino cayó en el campo de lo tendencioso. (LR, 13 ago. 66, p. 5)

Sob o título “Apoya una Entidad la Posición del Gobierno Sobre el Extremismo”, a “Frente Latinoamericano Anticomunista” voltou a aparecer nas páginas dos jornais

argentinos. Tratou-se de uma solenidade promovida pela entidade. Como ficou explícito no título da matéria, o conteúdo principal ficou concentrado no apoio à postura anticomunista do governo de Onganía. Nesse sentido, é preciso destacar as palavras de um dos oradores do evento, as quais explicam o motivo deste apoio: “La primera vez que en nuestro país se da un gobierno totalmente identificado como anticomunista y que procede y ejecuta con toda energia medidas en beneficio de una auténtica democracia”. O outro orador que teve suas palavras transcritas no jornal criticou o governo de Cuba por possíveis discursos que condenavam o golpe militar na Argentina. Para este, o ataque de Fidel ao governo argentino se dava pela postura anticomunista adotada por Onganía, que afastava “con la subversión y la infiltración la demagogia que sólo beneficiaba la acción de los totalitarios”. Por fim, os membros da entidade enviaram um “recado” aos comunistas e seus adeptos da Argentina, não medindo esforço em defender a revolução: “si fuera necesario con energía y valentía”, pois acreditavam piamente que nela estavam depositadas “todas sus esperanzas” para salvaguardar o país do perigo comunista (LR, 2 set. 66, p. 6).

No evento organizado pelo “Comitê Argentino de Homenagem às Vítimas do Comunismo”, o qual foi manchete no LR do dia 8 de novembro de 1966, pode-se ter uma ideia do quanto a importância ao combate ao comunismo na Argentina, naquele contexto, havia se tornado uma prioridade. Naquele evento, havia ficado instituído, a partir do dia 7 de novembro (data da revolução Russa de 1917), a semana de comemoração ao combate ao comunismo. Diretamente, não foi pronunciado nenhum tipo de manifestação que vinculasse o combate ao comunismo à realidade política da Argentina pós-golpe militar. No entanto, é preciso destacar a presença de entidades comunistas no evento. Dentre essas, as já conhecidas “Frente Latino-Americano Anticomunista” e o “Centro Anticomunista Democrático Argentino” (LR, 8 nov. 66, p. 17. Las Víctimas del Comunismo).

Diferentemente das publicações das entidades anticomunistas que emitiam total apoio ao governo, no dia 27 de setembro de 1966, no LN, foi publicada uma *solicitada* assinada pelo grupo da revista denominada “Cruzada”, em que esta trouxe uma crítica direta ao governo militar. Tratou-se, conforme foi escrito em letras garrafais na própria *solicitada* (ver fotografia abaixo), de uma “CARTA ABIERTA AL PRESIDENTE DE LA NACIÓN”.



Um primeiro aspecto que chama atenção no texto publicado diz respeito ao modo como o grupo da revista Cruzada se autoqualificou como uma voz inspirada no catolicismo, mas, no entanto, deixou claro que o posicionamento político manifestado não tinha qualquer vinculação com a hierarquia da Igreja argentina. Nesse sentido, os autores da solicitada afirmaram que os seus pensamentos e os seus posicionamentos implicavam em

[...] múltiples apreciaciones sobre hechos pasados y contemporáneos, apreciaciones estas que son expuestas bajo nuestra exclusiva responsabilidad, en ejercicio de la libertad que la Iglesia concede a sus hijos [...] estas apreciaciones de ningún modo comprometen la responsabilidad de ninguna autoridad o organismo eclesiástico. (LN, 27 set. 66, p. 2)

O primeiro tema desenvolvido na solicitada tratou sobre o problema comunista na América do Sul, conforme indicou o subtítulo em letras maiúsculas se destacando dos demais trechos do texto: “EL COMUNISMO EJERCE SOBRE AMERICA DEL SUR UNA HIPNOSIS DE DESTRUCCION”. Três foram os fatores apontados no texto que tinham responsabilidade direta sobre a “hipnose” exercida pelo comunismo no continente. Primeiro diz respeito à presença de Cuba, considerada como um “ponto de reflexo” comunista no continente, representando a Rússia e a China. O segundo fator consistia nas forças

estadunidenses da Aliança para o Progresso, considerada pelos autores como um “utopismo ingênuo” para combater o comunismo. Por fim, o último fator que consistia no famoso “progressismo católico”, segundo os autores, tinha por função “dar colorido a esa ola revolucionaria y que se irradia desde varios centros de cultura europeos”.

Dizendo-se inspirados na leitura de Plínio Oliveira Correa, fundador da TFP brasileira, os autores fizeram correlacionamentos das constantes agitações no meio estudantil, trabalhista e também no meio dos católicos, com a presença cada vez mais tolerada do comunismo nesses setores, citando, inclusive, os exemplos do Chile e do Brasil: “Chile, ya puesto en estado de Revolución social, y la crisis del nordeste del Brasil, amenazando lanzar a esa nación hermana en el mismo estado”¹¹⁸.

O que pode ser considerado como um aspecto curioso desta solicitada é o fato de ela se configurar em uma carta ao Presidente argentino, a qual emitiu fortes cobranças direcionadas ao governo, principalmente em relação às suas ações para combater o comunismo no país. Todavia, mesmo que em tom de cobrança, entre outras questões, é possível perceber a expectativa e o sentimento de “vitória” que governo militar havia causado nesses grupos anticomunistas, como se pode verificar na passagem seguinte:

El Gobierno de V. E. aparece en un momento en que la mayoría de los argentinos esperaba el surgimiento de un hombre que condujese a la Nación a la realización de ese grande y honroso papel histórico. La esperanza que V. E. fuera este hombre ilumino los primeros días de su actuación pública. Ella no desfalleció en los espíritus, mas movidos por el deseo de que se confirme, venimos a decir respetuosamente que una duda comienza a amortecer el entusiasmo de no pocos entre sus admiradores. (LN, 27 set. 66, p. 2)

Algumas das cobranças direcionadas ao governo de Onganía apontavam algumas contradições entre aquilo que ficou estabelecido na “ata da revolução” e aquilo que na prática estava sendo realizado, especialmente colocando em dúvida se tais ações estavam vinculadas com práticas do governo deposto consideradas de “corte” socialista, conforme ficou exposto na seguinte passagem: “sorprendentemente, mantiene en vigencia las leyes promulgadas por el gobierno Illia, como la ley de transformación agraria, la ley de locaciones urbanas, la ley de despido, la ley de abastecimientos y otras de igual corte socialista”. Além disso, o general Onganía foi cobrado pela falta de uma política claramente anticomunista em função dos problemas do continente, especificamente por ter afirmado o “principio de não intervenção”

¹¹⁸ É preciso destacar que o problema do catolicismo no nordeste brasileiro, envolvendo o arcebispo D. Helder Câmara e as suas posturas políticas estavam constantemente sendo alvo de notícias e comentários nos jornais argentinos, construindo a imagem do arcebispo brasileiro como um colaborador direto das forças comunistas no Brasil.

em relação ao regime comunista cubano. Além de emitir, de maneira geral, um sentimento de frustração em relação ao novo presidente, as contradições e as consequentes cobranças apontadas na solicitada indicam, de certo modo, quais eram os sentimentos e os desejos dos grupos anticomunistas em relação ao novo período inaugurado pelo golpe militar. Sentimentos e desejos, diga-se de passagem, que giravam completamente na órbita anticomunista. Quer dizer, as críticas a Onganía por parte do Grupo da revista Cruzada não foram em decorrência da sua incapacidade de governar, mas sim, da sua até então ineficiência em combater ao comunismo ou aquilo que entendiam ser a ele vinculado, uma vez que haviam depositado, no novo mandatário, toda a expectativa a esse respeito. Este aspecto pode ser visualizado na passagem em que a temática foi a infiltração marxista nas universidades argentinas:

El gobierno de V. E se declaro dispuesto a combatir la infiltración marxista en el país, uno de cuyos focos es la Universidad. Sin embargo, no procedió de inmediato contra aquélla, por lo que los elementos marxistas tuvieron amplia oportunidad para disponerse a enfrentar las medidas del poder público. (LN, 27 set. 66, p. 2)

E prosseguiu o texto, criticando a sua atuação especificamente na intervenção nas universidades sem, com isso, lograr extinguir o comunismo daquele meio. Um erro estratégico, que foi apontado nos seguintes termos: “Y en lugar de extirpar de ellas, con medidas eficientes, el cáncer comunista [...], hizo precisamente lo contrario, no suprimiendo el cáncer comunista y suprimiendo virtualmente la tradicional autonomía universitaria”, forjando a imagem que, em consequência dessa atitude, fosse constituída uma frente única entre os esquerdistas e os partidários da autonomia universitária, com a qual saiu ganhando somente o comunismo.

Foi da revista católica Cruzada que saíram os fundadores da TFP argentina, conforme indicou uma reportagem do LR. Segundo o que informou o texto da manchete, a TFP argentina foi criada no ano de 1966 pelos redatores da referida revista, a mesma entidade que já havia se manifestado por ocasião de celebrações anticomunistas, como também pela sua solicitada analisada anteriormente.

No dia 1º de setembro de 1967, foram publicadas as principais considerações tratadas em uma reunião organizada pela TFP argentina. Tratou-se, portanto, do surgimento de mais uma entidade argentina anticomunista de matriz católica. Um dos fatores que parece fazer parte das manifestações anticomunistas, no período posterior ao golpe militar na argentina, diz respeito ao fato de que estas acabaram colocando em pauta questões que combatiam não

mais o problema da “infiltração”, mas sim o problema da formação e atividades de guerrilhas sob inspiração comunistas. No texto da TFP publicado no LR, esta questão pode ser claramente percebida: “No obstante, denunciaron que el comunismo ‘pone sus mejores esperanzas en esta nueva estrategia [...] logo se afirmo que es preciso lanzar una contraofensiva que se oponga a la propagación de la guerrilla [...]” (LR, 1º set. 67, p. 6. Comunismo, Guerrilla y Cuba).

Também ficou registrado o protesto emitido pela entidade direcionado ao ministro das Relações Exteriores da Argentina, no qual ficou a sugestão de que a diplomacia argentina convidasse “a todas las naciones latinoamericanas a denunciar en la UN las crueldades que se cometen en Cuba [...] trato inhumano a los presos políticos [...] apresamiento de mujeres y la existencia de campos de concentración”. Citando Plínio Correa Oliveira, também ficou exposto o apoio dado pela entidade às investidas para a aprovação da tão solicitada lei anticomunista. De outra parte, a conferência também tratou sobre o governo chileno, sob a presidência de Frei. Para os membros da TFP, este governo era “comunizante, ateo y materialista” e estaria “creando las condiciones para la proliferación del comunismo” (LR, 1º set. 67, p. 6).

Essas diversas aparições de entidades anticomunistas nos jornais podem ser uma constante demonstração de força, a qual se articulava entre esses setores e as imprensas, uma vez que muito raramente uma entidade opositora, no caso comunista, aparecia nas páginas jornalísticas diretamente, expressando e organizando, por exemplo, algum ato comunista. A quase totalidade das vezes em que as atividades comunistas apareciam na imprensa, estas vinham subscritas nas vozes opositoras, em outras palavras, nas vozes dos anticomunistas. Do mesmo modo que no período anterior ao golpe militar, a entidade que mais se fez presente na imprensa de Buenos Aires, em constantes celebrações, atos e eventos foi a FAEDA. No próximo tópico desta seção, serão recuperadas as diversas reportagens que deram conta de informar a luta anticomunista da entidade no período posterior ao golpe militar.

“El apoyo de FAEDA a la Revolución Argentina”

Além das já apontadas presenças da FAEDA nos jornais argentinos, houve uma série de outras delas ao longo dos primeiros anos do governo de Onganía. A partir do conteúdo destas manifestações foi possível conhecer ainda mais sobre a entidade que, em termos de imprensa escrita de Buenos Aires, foi a mais ativa na luta contra o comunismo.

O primeiro aspecto que chama atenção na entidade é o seu total apoio ao regime militar instaurado por Onganía. Este apoio se estabelecia de diversos modos, seja criticando aqueles contrários ao regime, seja manifestando o seu poder combativo para lutar ao lado do regime contra o comunismo. Em mais um ato celebrado pela FAEDA, desta vez com a finalidade de homenagear os “pueblos denominados por el comunismo”, essa questão pôde ser percebida. Num dos discursos dos dirigentes da entidade, é possível perceber, primeiramente, a forma como criticou aqueles que estavam desafiando o novo governo, apontando, deste modo, para os principais setores da infiltração comunista no país:

[...] esos que ante la reestructuración emprendida pela revolución de 28 de junio último en universidades, puertos, ferrocarriles y otros sectores de caos en que toda clase de infundios, perturbadores y acotd de terrorismo que, sin duda, intentarán intensificar, y lo que es peor, han sido al exterior a denigrarnos o a pedir ayuda foráneas contra la República Argentina, cual infames traidores de la patria. (LR, 30 nov. 66, p. 9. Fustigóse al Comunismo)

Numa outra passagem subsequente, através do editor da matéria, ficou estabelecido mais uma vez o apoio da entidade ao governo militar, mas também é preciso destacar a forma que se demonstrava a instituição como um todo, combativa frente ao inimigo, deixando claro que se o uso de violência fosse necessário, desta não abririam mão: “más adelante, tras reiterar el ‘apoyo de FAEDA a la Revolución Argentina’, expresó que dicha entidad ‘incrementará esfuerzos para seguir encarando de frente al enemigo cuando recurra a la violencia’”.

No evento celebrado mais uma vez foi levantada a questão da lei anticomunista no país, demonstrando claramente que a entidade fazia parte do grupo de pressão para que a lei fosse definitivamente aprovada, conforme as palavras do então vice-presidente Francisco Rizzuto: “esperamos asimismo, dijo por último, que en nuestro país se dicte la ley anticomunista y que sea para antes de fin de año”.

Nesta matéria também se manifestou o setor juvenil da FAEDA, dando conta de criticar o posicionamento de estudantes que teriam marchado de Santa Fé até Buenos Aires, como forma de protesto contra o governo militar e as sua intervenção nas Universidades. Assim se expressou o líder juvenil, Luis Dragani: “censuro la acción de los Estudiantes que reiniciaron la marcha hacia la Capital Federal desde Santa Fe en donde – dijo – parecería que no ha llegado la prédica del gobierno de la revolución Argentina”.

Por outro lado, a questão do vantajado aporte financeiro e o nível de organização da entidade puderam ser mais uma vez observados na manchete do LR do dia 8 de dezembro de

1967, a qual repercutiu as atividades da FAEDA. Nesta oportunidade, o então presidente da Entidade, Apeles E. Márquez, teria convocado uma conferência de imprensa para expor algumas ideias que haviam sido tratadas na “Primera Conferencia de la Liga Anticomunista Mundial”. Tendo em vista a importância que foi dada ao assunto pela imprensa, é possível ter ideia do quanto e cada vez mais estavam organizados os grupos anticomunistas na Argentina, não só pelo “poder” de convocar uma conferência de imprensa, mas também, inclusive, ficou indicado a realização de um congresso latino-americano anticomunista em Buenos Aires, que aconteceria no ano seguinte (1968): “a su turno, el señor Luis A. Fragani, presidente de las juventudes de FAEDA, hizo saber que en razón de haberse programado para realizarse entre abril y junio un congreso anticomunista latinoamericano en Buenos Aires [...]” (LR, 8 dez. 67, p. 5. Formularon graves denuncias).

Dentre as ideias debatidas na conferência mundial, e que foram expostas no texto da reportagem, é preciso destacar a forma como, gradualmente, o anticomunismo foi transformando o seu foco de combate. Nesse sentido, as matérias jornalísticas que davam conta de transmitir posicionamentos anticomunistas começaram a manifestar um novo problema que surgia em função da infiltração comunista, qual seja, a formação das guerrilhas armadas. Conforme denúncia do presidente da FAEDA, o perigo fundamental da infiltração comunista na América Latina vinha por intermédio de Moscou e depois passaria para uma segunda etapa: “[...] y ante esta penetración pasan a segundo término las guerrillas castristas en Guatemala, Venezuela, Colombia, Nicaragua, Bolivia [...]”. No Chile, denunciou a infiltração comunista nos mais diversos setores da sociedade, como na política, nas Forças Armadas e, inclusive, na igreja católica. Nos Estados Unidos o alvo foi o movimento *hippie*. Os dirigentes da FAEDA, demonstrando intensamente a sua vertente conservadora, entendiam que o movimento compreendia

[...] hombres y mujeres jóvenes que adoptan aspectos exteriores de vagabundos y desaliñados [...] se dedican a las drogas, bailan exaltadamente [...] y es obvio que responden a una organización de agentes del caos a los que identificó como agentes comunistas. (LR, 8 dez. 67, p. 5)

Em outra conferência de imprensa organizada pela FAEDA foram esclarecidos maiores detalhes sobre o denominado “congreso anticomunista mundial” referido na matéria anterior. Uma primeira informação é que o congresso havia sido realizado em Taipei (China), no período de 23 a 29 de setembro de 1967. Informou também, que estiveram presentes as

juventudes de países subjugados pelo “imperialismo rojo”, provindas das cidades de Moscou, Havana, Praga e Belgrado.

Outro fator que merece destaque é o fato de a matéria informar a participação do Papa, através do envio de uma mensagem dedicada exclusivamente aos propósitos do congresso, na qual o pontífice teria expressado:

La encíclica *Populorum Progressio* fija la posición de la Iglesia al declarar textualmente: <Toda acción social implica una doctrina. El cristiano no puede admitir la que supone una filosofía materialista y atea, que no respeta ni la orientación de la vida hacia su fin último, ni la libertad ni la dignidad humana>. (LR, 21 dez. 67, p. 8. Anticomunismo)

Se realmente procede a informação de que Paulo VI teria enviado a referida mensagem ao congresso realizado na China, esta não é passível de confirmação através das fontes utilizadas no trabalho. Daí a necessidade de apontar para as duas hipóteses: sendo verdadeira, repercute diretamente no sentido que uma mensagem papal poderia representar para os setores anticomunistas, mas também para os leitores que se depararam com esta informação. Caso a notícia da mensagem não procedesse com a realidade, é preciso destacar o quanto não era necessário, ou quão importante os grupos anticomunistas consideravam a palavra do mais alto cargo do catolicismo para legitimar as suas ações.

Outro aspecto que ficou esclarecido foi a efetiva participação do presidente da FAEDA, Apeles Márquez, no congresso (na matéria anterior este aspecto não havia sido exposto claramente). Essa questão pode ser indicativa do quanto estava engajada a entidade na sua luta contra o comunismo. Por outro lado, também é possível evidenciar, como já referido no trabalho, o poder financeiro da entidade, bem como de seus membros, uma vez que a participação no evento provavelmente demandou um considerado gasto financeiro para custear uma viagem e estada na China.

Com a palavra **ANTICOMUNISMO** em letras maiúsculas, em negrito e em tamanho maior que as demais foi divulgado no LR, no dia 28 de julho de 1967, mais um ato anticomunista sob organização da FAEDA. Nesta oportunidade, seus membros se reuniram para homenagear “los Mártires de la Dictadura Cubana”. Conforme ficou caracterizado na foto que acompanhou a notícia, o ato foi celebrado na Praça San Martín, defronte ao monumento do Libertador. Demonstrando a sua postura arraigada ao catolicismo, seus

membros exibiam uma faixa gigantesca com o desenho de uma cruz e os seguintes dizeres: “presentación: juventud FAEDA presente”; “Dios, Família, Pátria” (LR, 28 jul. 67, p. 7)¹¹⁹.

Essa matéria também apontou para outra característica intrínseca da FAEDA. Além das já referidas ligações com membros do catolicismo, também ficou sugestionado que a entidade também possuía estreitas ligações com setores das Forças Armadas. Este aspecto pode ser verificado no texto que informava sobre a presença de seis soldados “del regimiento de granaderos” que montavam guarda durante a realização do ato. Além disso, com um clarim foi executado o toque de silêncio em homenagem “a las víctimas del castro-comunismo, a los que cayeron asesinados por los esbirros del inhumano y ateo Fidel Castro” (LR, 28 jul. 67, p. 7). Essa áurea militarizada que ganhou o evento celebrado pela FAEDA suscita alguns questionamentos: Como foi possível a presença, em caráter oficial, de militares no evento? Qual a ligação entre os componentes da FAEDA com as forças militares da Argentina? Certamente que as fontes utilizadas no trabalho não dão conta de responder a esses questionamentos. Contudo, é preciso considerar que a presença dos militares no evento só poderia ter sido efetivada com o consentimento de escalões superiores ao referido Regimento, o que indica além da simpatia de altos escalões das Forças Armadas para com a finalidade do evento, mas também possíveis interligações entre membros da FAEDA com membros do alto escalão do meio militar.

¹¹⁹ Curiosamente o *slogan* “Deus, Pátria e Família” muito parecido e utilizado pelo movimento integralista brasileiro nos anos 1930 e que acompanhou os setores conservadores dos grupos anticomunistas do Brasil ao longo do século XX.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo do anticomunismo católico nas imprensas de Porto Alegre e Buenos Aires no contexto dos respectivos golpes militares da década de 1960 permitiu explorar algumas das facetas que compuseram o poderoso leque do pensamento conservador daqueles anos marcados por profundas agitações políticas e sociais. Nesse sentido, é preciso considerar que as duas instituições focos dessa investigação (Igreja e Imprensa) foram fundamentais na construção de uma realidade na qual o “perigo comunista” fosse percebido como cada vez mais presente e atuante na ordem do dia do cenário político e social dos dois países.

Inicialmente, é preciso considerar o destaque que foi dado, pela grande imprensa, para os discursos anticomunistas dos católicos. A dissertação demonstrou o quanto era bem-vinda a presença de textos produzidos por católicos nas páginas jornalísticas que davam a externar posicionamentos anticomunistas. Ao que tudo indica, um posicionamento anticomunista de um católico acabava sendo supervalorizado por ambas as imprensas, justamente pelo efeito de representatividade que poderia causar no público leitor.

Por outro lado, foi possível verificar que os jornais tiveram atuações diretas na difusão do anticomunismo católico para a sociedade em geral, quer seja escolhendo estes como matérias de capas, ampliando o tamanho da grafia em relação às demais reportagens, utilizando imagens para conferir legitimidade e veracidade ao que estava sendo dito, escolhendo os locais de publicação, muitas vezes lado a lado com outras reportagens com a temática anticomunista, e, talvez, a mais direta das contribuições que se configurou em interferências nos textos das reportagens que davam a externar o anticomunismo católico, contribuindo na imposição de sentido proposta, indicando que, também a imprensa se apropriava dos discursos dos católicos para manifestar e expor seu posicionamento anticomunista.

Para o caso do Brasil, especificamente para o caso dos jornais porto-alegrenses, foi possível visualizar que a igreja católica e os assuntos a ela inerentes receberam um amplo espaço de divulgação tanto no DN quanto no CP. Deste modo, puderam ser percebidos desde vozes diretas de clérigos e leigos católicos que escreviam em espaços permanentes, clérigos que se faziam presentes em reportagens justamente pelo seu posicionamento anticomunista, chegando até as reportagens de agências de notícias, principalmente as internacionais, que demonstravam a oposição do catolicismo ao comunismo nos mais diferentes aspectos.

Da parte argentina, antes de tudo, é preciso chamar a atenção quanto à intensa presença do anticomunismo (não só de matriz católica) nas páginas dos jornais, o que indica,

ao contrário do silêncio historiográfico neste sentido, que o “problema comunista” era sim umas das principais questões que permeou nos embates políticos naqueles anos 1960. Isso significa que o anticomunismo é uma área de pesquisa histórica que ainda pode render muitas novas produções sobre a história política e cultural da Argentina.

No caso desta pesquisa, pode-se perceber que, mesmo os jornais não disponibilizando um espaço permanente para os católicos difundirem suas ideias, ficou visível que a Igreja e o catolicismo em geral se configuraram entre os principais referenciais das reportagens que foram veiculadas na imprensa portenha. Nesse sentido, o cardeal Antonio Caggiano, maior representante do catolicismo argentino daquela época e outros católicos que tiveram seus discursos transcritos nas páginas dos jornais foram vozes bastante ativas no que diz respeito ao combate às ideias e práticas marxistas e comunistas. Além disso, na imprensa portenha, do mesmo modo que na imprensa porto-alegrense, também foi constante a presença de outros canais que divulgavam a oposição do catolicismo ao comunismo, quais sejam, através das agências internacionais com pronunciamentos advindos da cúpula católica do Vaticano. Contudo, também chamou a atenção o grande número de notas e reportagens que davam a informar sobre a luta contra o comunismo levadas a cabo por entidades católicas ou não. Desse modo, os grupos anticomunistas na Argentina configuraram-se entre os principais meios com que o anticomunismo católico foi divulgado nos jornais de Buenos Aires. O mais expressivo deles, a FAEDA, a qual se manteve ativa no combate à infiltração comunista na Argentina em todo o recorte temporal estabelecido para a pesquisa.

A análise se ocupou de dois grandes movimentos históricos que proporcionaram uma maior disposição para a manifestação anticomunista dos católicos no Brasil e na Argentina. Primeiramente, um de cunho político, provocado pelas crises políticas dos governos dos presidentes João Goulart, no Brasil e Arturo Illia, na Argentina, que culminaram com os golpes militares e o outro, de cunho religioso, que resultou na renovação do catolicismo mundial a partir das novas Encíclicas Sociais de João XXIII (*Mater et Magistra* e *Pacem in Terris*) e de Paulo VI (*Populorum Progressio*) como também, em maior amplitude, das novas diretrizes teóricas e doutrinárias estabelecidas no Concílio Ecumênico Vaticano II.

Referente ao primeiro movimento, no contexto das manifestações políticas no período que compreendeu da ascensão até a derrubada, pelos militares, dos presidentes eleitos pelo voto, o anticomunismo católico difundido nas imprensas analisadas, principalmente na construção de um imaginário de que a infiltração comunista era iminente, mostrou-se como mais um canal que contribuiu para a desestabilização dos respectivos presidentes. Tanto no caso da imprensa porto-alegrense quanto na imprensa portenha, as denúncias de infiltração

comunista em diversos setores das respectivas sociedades, especialmente nas universidades e entre os trabalhadores, construíam uma realidade que evidenciava a ineficiência dos governos em combater o comunismo, ou, até mesmo, demonstravam estes como cooperadores e facilitadores da propagação do mesmo na sociedade em geral.

Quanto ao movimento de cunho religioso, o debate surgido a partir da disjunção interna do catolicismo com as renovações doutrinárias e teóricas na década de 1960 mostrou que este aspecto repercutiu diretamente nas manifestações anticomunistas dos católicos. De um lado, os setores conservadores e, de outro, aqueles considerados “progressistas” ou “dissidentes”, ou seja, católicos que visualizaram nas mudanças, novas ferramentas e possibilidades de luta contra as mazelas sociais, e, por isso mesmo, foram qualificados como simpatizantes das práticas e ideias comunistas. A pesquisa mostrou que um dos artifícios usados pelos conservadores em dar conta daquele contexto de transformação foi a constante necessidade em demonstrar que o comunismo e as ideias marxistas continuavam sendo os principais inimigos da Igreja, mesmo com as transformações em curso. Daí, a inúmera incidência de discursos que se preocuparam em deixar estabelecida a condenação acerca de qualquer tipo de aproximação entre o cristianismo e o comunismo. Aos olhos dos conservadores, os católicos que se utilizaram das transformações como forma de atuação política e social foram encarados como indisciplinados e se tornaram sujeitos perigosos, não só para a instituição, mas também para a sociedade como um todo. Nesse sentido, foi possível identificar uma gama de discursos que construíram uma visão negativa e pejorativa do termo “progressista”, especificamente em sua relação com a parte do catolicismo que se mostrou favorável às transformações.

Paralelamente aos conflitos políticos, em que os católicos conservadores contribuíram decididamente com a construção de um imaginário anticomunista, no seio interno do catolicismo essa prática também pode ser percebida. Quer dizer, se por um lado houve denúncias de infiltração comunista nos mais diversos setores das sociedades analisadas, por outro os católicos também manifestaram seu anticomunismo direcionando o alvo de combate para membros da própria instituição, demarcando e identificando sujeitos e instituições, principalmente aquelas do apostolado dos leigos (JUC, JEC e JOC) enquanto coniventes e cooperadores com a propagação do comunismo. É preciso, desta forma, chamar a atenção para o quanto poderia significar uma denúncia de infiltração comunista, dentro de uma das instituições que historicamente se opôs ao ideário comunista, manifestada por membros da própria instituição, em um contexto marcado pelos binarismos políticos e ideológicos. Ou seja, existiu sim, por parte dos católicos conservadores, todo um comprometimento com os

outros setores que agregavam o conjunto do conservadorismo dos dois países. Entretanto, e isso deve ser frisado, por mais que esse comprometimento mobilizasse os católicos nas denúncias de infiltração comunista, eles percebiam e acreditavam na iminência do perigo. Não foi à toa que uma das suas principais estratégias discursivas utilizadas pelos católicos foi a de emitir saberes e verdades acerca do comunismo e das suas possibilidades (sua força, suas táticas de infiltração, sua vulnerabilidade, etc.).

O contexto da deflagração dos golpes militares se mostrou como um período em que o anticomunismo dos católicos se fez mais intensamente presente nos jornais. O passo fundamental que foi dado nesta parte da análise consistiu em evidenciar as principais transformações do modo como o anticomunismo católico passou a ser difundido nas respectivas imprensas nos períodos posteriores aos golpes militares. Procurou-se, então, dar conta do efeito que a representatividade dos militares no poder causou no anticomunismo dos católicos.

No caso da imprensa porto-alegrense, no período imediatamente anterior ao golpe (janeiro a março de 1964), observou-se grande disposição dos católicos em criticar diversos setores governamentais (Ministério da Educação, Forças Armadas, etc.), denunciando a infiltração comunista nestes, não mais enquanto possibilidade, mas sim uma realidade. Nesse sentido, representantes do alto escalão da hierarquia católica local e nacional, assim como grupos (ADF) e instituições (IPES e IBAD), atuaram naquilo que pode ser considerado um esforço em comum no processo de construção de uma realidade em que somente com a atuação firme das forças militares poder-se-ia salvar o país dos comunistas. Por seu turno, na Argentina, o processo de desestabilização do Presidente Arturo Illia não passou pelas manifestações dos católicos nos jornais de Buenos Aires. A historiografia do país mostra que esse processo pôde ser perceptível em outros órgãos de imprensa, principalmente por intermédio da revista *Primeira Plana*. Entretanto, nos primeiros dias após o golpe, a Igreja Católica argentina, por meio de seu maior representante, o cardeal Antônio Gaggiano, fez questão de demonstrar seu apoio e participação no governo militar.

Nos primeiros momentos após o golpe militar no Brasil percebeu-se que os católicos conservadores não só comemoraram a destituição de Goulart, reforçando a ideia de que o perigo comunista se dava diretamente com a sua presença, como encararam o movimento militar como resultado de anseios democráticos, inspirados em concepções ocidentais e cristãs, e representando o processo como um divisor de águas no que diz respeito àquele momento histórico do país. De um passado incerto e “contaminado” pelos comunistas após o golpe pouco a pouco os católicos foram construindo a imagem de um presente legítimo e que

o país estava no caminho do desenvolvimento, enfim, a nação estava a salvo do comunismo. Por mais que o comunismo continuasse a atuar no Brasil, não trazer esta realidade aos discursos foi um meio acionado para não dar visibilidade a qualquer ordem de problemas e, desta forma, apoiar, legitimar e proporcionar condições de governabilidade aos militares. Essas considerações puderam ser percebidas a partir do “silêncio” em relação às manifestações anticomunistas não só do arcebispo D. Vicente Scherer como também de outras formas do anticomunismo católico.

Por outro lado, a pesquisa pôde constatar que a tentativa de construir um cenário “legítimo” e “necessário” pelos católicos conservadores, não passou imune aos conflitos e debates acerca do novo momento político do país. Esse aspecto foi percebido nos textos dos católicos que davam a responder quaisquer críticas que o novo governo estava recebendo, principalmente em relação ao endurecimento do regime. Entretanto, as vozes conservadoras foram majoritárias na imprensa, o que significa que os sinais de protesto acabaram se dissolvendo nas argumentações que enfatizavam a defesa de um governo forte e autoritário, o qual deveria ser diferente do “totalitarismo comunista”, mas que uns “safanões”, por vezes, eram necessários, apenas, é claro, a título pedagógico.

O contexto imediatamente posterior ao golpe militar, que pôs fim ao governo de Arturo Illia (junho de 1966) e estabeleceu o Tenente General Onganía no poder, marcou o início de um período ditatorial na Argentina em que uma das metas explicitamente divulgadas era acabar com toda e qualquer manifestação considerada “esquerdista” e também com a presença e influência do comunismo no país. Nos jornais de Buenos Aires foi possível observar que a meta traçada pelo governo refletiu em diversos setores, os quais atuaram como grupos de pressão para que fosse definitivamente institucionalizado o combate ao comunismo, principalmente através do incentivo à aprovação de leis anticomunistas. Da mesma forma que o golpe militar no Brasil representou certo “alívio” no catolicismo, na Argentina esse processo também pôde ser verificado, ou seja, mesmo que os comunistas continuaram a exercer suas atividades, a alta hierarquia católica, principalmente através do cardeal Antônio Caggiano, não mais explicitou posicionamentos políticos sobre a realidade do seu país com a mesma intensidade que no período anterior ao golpe. Nesse sentido, parece oportuno chamar a atenção para o quanto alguns setores dos altos escalões do catolicismo argentino estiveram comprometidos com o novo regime. Contudo, apesar de majoritários, esses setores receberam oposição e contrariedade. Debates que demonstravam o desencaixe interno do catolicismo, no que diz respeito às posturas políticas e ideológicas, puderam ser vistos através da imprensa.

A intensa presença de entidades anticomunistas na Argentina, no período pós-golpe militar é outro dado a ressaltar. A análise dessas instituições nesse contexto mostrou o quanto o golpe foi bem-vindo. Como se pôde evidenciar nas reportagens que trouxeram manifestações desses grupos, o principal fator de aproximação e aceitabilidade do novo regime se deu a partir de um objetivo em comum: a luta anticomunista, principalmente contra a presença marxista nas universidades. Dessa forma, ao mesmo tempo em que se comprometeram com o General Onganía no combate ao comunismo, também elas cobravam que o mesmo agisse com vigor e eficiência, aspecto verificado na forte cobrança do grupo católico denominado “Cruzada”, quando este percebeu ineficiência na disposição do governo ao combate da infiltração comunista.

Ao longo do trabalho, procurou-se chamar a atenção para os níveis de organização dessas entidades, suas estruturas hierárquicas e seus aportes financeiros. Além disso, também ficou evidenciado que essas entidades mantinham estreitas relações interpessoais e interinstitucionais com outros setores da sociedade argentina daquele contexto, como, por exemplo, as Forças Armadas, elites políticas e econômicas e, inclusive a igreja católica. Aliás, é preciso ressaltar que boa parte das entidades vistas através dos jornais de Buenos Aires era de inspiração e concepção católica. FAEDA, UNITAS argentina, TFP argentina, Centro de Estudios Juan XXIII e a Cruzada são exemplos de entidades ligadas ou comprometidas com setores conservadores do catolicismo argentino.

Em termos de estratégias, pode-se concluir que os discursos anticomunistas dos católicos nas imprensas porto-alegrense e portenha buscavam perpassar aos possíveis leitores toda uma gama de verdades (negativas) em relação ao comunismo, a qual esteve diretamente relacionada com certa disposição pedagógica. Nesse sentido, em última instância, tratou de revelar o comunismo em diferentes aspectos, ou seja, mostrar ao leitor tanto as formas de reconhecer um comunista quanto se posicionar perante e a melhor maneira de combatê-lo.

Por outro lado, na divulgação de atividades e eventos promovidos pelos católicos, em que a tônica era combater o comunismo, fazia-se questão de publicar a identificação de pessoas e seus cargos ocupados em setores específicos da sociedade, os quais se colocavam ao lado da Igreja e promoviam maior representatividade na luta contra o comunismo. Por isso, a necessidade de descortinar os textos dos católicos anticomunistas e demonstrar que uma das suas estratégias se estabeleceu na constante construção de posições de sujeitos, que poderiam se identificar e investir seu posicionamento na mesma ótica dos católicos, artifício utilizado para mobilizar a sociedade, criar um espírito de corpo e possibilitar uma linha de ação contra o comunismo.

Levando em conta que a metodologia comparativa não tenha sido o mote metodológico principal do trabalho, preocupou-se em organizar a dissertação de modo que pudessem ficar realçadas as diferenças, mas, sobretudo, as semelhanças do anticomunismo católico divulgado nos jornais de ambos os países. Daí, a necessidade de se perceber como, em contextos diferenciados, os católicos, através da imprensa, se utilizaram do discurso anticomunista para demarcar posições, representando os “amigos” e os “inimigos”, quer dizer, aspecto que constantemente implicaram na necessidade de se atribuir qualificações do que deveria ser e quais atributos deveria possuir um anticomunista para fazer frente àqueles considerados comunistas. Semelhante não significa igualdade. Em virtude da presença da “questão peronista” na Argentina, um sujeito identificado como comunista poderia ter um peso diferenciado em relação a um sujeito identificado de comunista no Brasil. Entretanto, a pesquisa demonstrou que quando os católicos de ambos os países acharam necessário chamar a atenção para a infiltração comunista em diversos setores da sociedade, utilizaram-se de um parecido arcabouço de representações. Por isso, privilegiar não necessariamente a comparação, mas, efetivamente, chamar a atenção para a forma que o ideário anticomunista circulou e foi reapropriado, conforme problemáticas intrínsecas das respectivas sociedades, se estabeleceu como uma das tarefas deste trabalho.

O conjunto dos textos analisados na pesquisa demonstrou que, quando os católicos se utilizaram da palavra para combater o comunismo, o fizeram impondo inúmeras representações, constantemente se apropriando e fabricando o objeto “comunismo” de uma forma impossível de ser determinado a partir de redes conceituais definitivas. Demonstraram o comunismo enquanto força ambivalente e, nesse sentido, contraditoriamente, os próprios discursos estabeleceram as suas potencialidades. Em uma palavra, o comunismo foi inventado e reinventado pelos discursos dos católicos que percebiam, no contexto político e social percorrido pela pesquisa, a sua periculosidade e necessitavam mobilizar a sociedade para enfrentar a sua propagação.

Esta dissertação busca inserir-se no conjunto de análises que contribuiriam para maiores esclarecimentos acerca do tema anticomunismo. Nesse sentido, de forma alguma pretendeu-se esgotar a análise, mesmo porque inúmeras são as lacunas de pesquisas que ainda podem ser exploradas. Até mesmo pelas limitações impostas pelas fontes, não foi possível explorar e identificar, por exemplo, possíveis intercâmbios e contatos entre membros das instituições católicas do Brasil e da Argentina na luta contra o anticomunismo. A proximidade dos golpes militares e o objetivo em comum dos setores conservadores do catolicismo de ambos os países indicam para essa possibilidade.

Também, é preciso colocar que as relações entre membros da Igreja e da Imprensa, por vezes apontadas na pesquisa, também merecem maiores esclarecimentos. Questionar, neste sentido, como se deu a tramitação dos textos com conteúdo anticomunista católico dentro dos órgãos de imprensa e compreender o mecanismo que funcionou entre as duas instituições na sua divulgação, pode indicar um frutífero caminho de pesquisa a ser percorrido. Da mesma forma, talvez seja necessário descortinar as relações entre membros do catolicismo com membros das Forças Armadas. A pesquisa apontou para indícios que, de fato, houve esse tipo de contato, no entanto, o seu funcionamento e a sua representatividade ainda podem ser analisados com maior profundidade.

E, por fim, outra possibilidade de pesquisa suscitada leva em conta analisar a intensa campanha anticomunista promovida por entidades na Argentina. Ou seja, ainda se faz necessário esclarecer quem são seus membros, principalmente no sentido dos seus papéis desenvolvidos na sociedade, bem como seu poder de influência na mesma. Também, ainda necessita ser investigado como se deram as possíveis ligações entre as entidades com outras instituições que representavam os setores conservadores da sociedade argentina e, por último, compreender como se davam as relações entre as próprias entidades, seja dentro da Argentina ou com entidades anticomunistas de outros países latino-americanos.

ARQUIVOS E FONTES DE PESQUISA

Hemeroteca da Biblioteca Rivadavia. Tandil, Argentina.

- Jornal La Nación (1963 a 1967)

Hemeroteca da Biblioteca Nacional de la República Argentina. Buenos Aires, Argentina.

- Jornal Clarín (1963 a 1964)
- Jornal La Razón (1963 a 1964)

Hemeroteca da Biblioteca del Congreso. Buenos Aires, Argentina.

- Jornal Clarín (1965 a 1967)
- Jornal La Razón (1965 a 1967)

Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa. Porto Alegre, Brasil.

- Jornal Correio do Povo (1961 a 1965)
- Jornal Diário de Notícias (1961 a 1965)

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. História: A arte de inventar o passado. **Ensaio de teoria da história**. Bauru: Edusc, 2007.

ALTAMIRANO, Carlos. **Bajo el signo de las massas**. Buenos Aires: Emecé, 2007.

ALVES, Márcio Moreira. **A igreja e a política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

BACKZO, Bronislaw. **Imaginação Social**. In Enciclopédia Einaudi.vol5. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985

BARROS, José D'Assunção. História comparada – um novo modo de ver e fazer a história. **Revista de História Comparada**, v. 1, n. 1, jun. 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BEOZZO, José Oscar. **A igreja do Brasil: de João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Puebla**. Petrópolis: Vozes, 1993.

_____. O Golpe dividiu a Igreja e a sociedade. IHU, Ano I, n. 4. 2005.

BIANCHI, Susana. Catolicismo y peronismo: La religión como campo de conflicto (Argentina, 1945-1955). **Boletín Americanista**, Universidad de Barcelona, a. XXXIV, n. 44, 1994.

_____. **Catolicismo y peronismo: Religión e Política en la Argentina 1943-1955**. Tandil: Trama Editorial, 2001.

BONAZZI, Tiziano. Conservadorismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 5. ed. v. I. Brasília, UnB, 2000.

BONET, Luciano. Anticomunismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 5. ed. v. I. Brasília: UnB, 2000.

BRITO, Rosaly de Seixas. **Mídia, Construção do Imaginário Moderno e Identidade no Brasil**. Trabalho apresentado ao Núcleo de Pesquisa em Comunicação e Culturas Urbanas da Intercom. In <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005>.

BRUNEAU, Thomas C. **Catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Loyola, 1979.

BURKE, Peter. **História e teoria social**. São Paulo: Unesp, 2002.

_____. **A revolução francesa da historiografia: a escola dos annales (1929-1989)**. 2. ed. São Paulo: Unesp, 1992.

CAIMARI, Lila. **Perón y la iglesia católica**. Religión, Estado y Sociedad en la Argentina (1943-1955). Buenos Aires: Ariel, 1994.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. **O bravo matutino**. Imprensa e ideologia: o jornal O Estado de São Paulo. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

CAVAROZZI, Marcelo. **Autoritarismo y democracia (1955-1983)**. Buenos Aires: CEAL, 1983.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

_____. **A história cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1998.

_____. Imagens. In: BURGUIÈRE, Andre (org.). **Dicionário das ciências históricas**. Rio de Janeiro: [s/e], 1993.

COSTA, Sérgio. **Dois atlânticos: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

DE CERTEAU, Michel. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (org.) [1973]. **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

DE LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKI, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

DE RIZ, Liliana. **La política em suspenso (1966/1976)**. Buenos Aires: Paidós, 2000.

DIAS, Reginaldo Benedito. Da esquerda católica à esquerda revolucionária: a ação popular na história do catolicismo. In: **Revista Brasileira de História das Religiões** – Ano I, no. 1 – Dossiê Identidades Religiosas e História. 2008

DOCKHORN, Gilvan Veiga. **Quando a ordem é segurança e o progresso é desenvolvimento (1964-1974)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

DUTRA, Eliane Regina de F. **O ardil totalitário : imaginário político no Brasil dos anos 30**. Belo Horizonte: UFRJ. 1997

ELMIR, Cláudio. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. **Cadernos de Estudo do PPG em História da UFRGS**, Porto Alegre, n. 13, 1995.

_____. As armadilhas revisitadas: O jornal e a pesquisa histórica. Conferência de abertura do Colóquio **Fontes Periódicas: imprensa política e cultural latino-americana**. Inédito. 2007.

ESPIG, Márcia Janete. O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Contestado. **Estudos Ibero-Americanos**, v. XXIV, n. 2, dezembro 1998.

FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando J. **Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada: (1850-2002)**. São Paulo: Ed. 34, 2004. 574 p.

FERREIRA, Jorge. A legalidade traída: os dias sombrios de agosto e setembro de 1961. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 149-182, 1997.

FERREIRA, José Roberto Martins. **Os novos bárbaros: análise do discurso anticomunista do exército brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 1986.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

_____. Soberania e disciplina. In: MACHADO, Roberto (org.). **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

_____. **História da sexualidade I – a vontade de saber**. 16. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 6. ed. Rio de Janeiro: DPA, 2001.

GHIO, José Maria. **La iglesia católica en la política argentina**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2007.

GOMES, Angela de Castro. Reflexões em torno do populismo e trabalhismo. **Vária História**, n. 28, p. 55-68, dez. 2002.

MACHADO, Roberto. **Nietzsche e a verdade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MARIANI, Bethania. **O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)**. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

NEVES, Lucia Maria Bastos; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia Maria Bessone (orgs.). **História e imprensa: representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina (orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MIGNONE, Emílio. **Igreja e ditadura**. Porto Alegre: Tchê, 1987.

MARTINS, Ana Luiza e DE LUCA, Tânia Regina. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MONTERO, Paula. Religião, pluralismo e esfera pública no Brasil in *Novos Estudos*. **CEBRAP**, São Paulo, n. 74, mar. 2006.

MORAES, Roque e GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise Textual Discursiva**. Ijuí: Ed.Unijuí, 2007.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “perigo vermelho”**: O anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.

MOURA, D. Odilão. **Idéias católicas no Brasil**: Direções do pensamento católico no Brasil no século XX. São Paulo: Convívio, 1978.

NOGUEIRA, Maristel Pereira; OLIVEIRA, Rodrigo Santos. **História e imprensa**. Mini-curso História e Imprensa: fonte e objeto do Historiador. ANPUH-RS, julho de 2008.

OLIVEIRA, Marylu Alves. Em nome de Deus, da democracia e da terra: representações anticomunistas na década de 1960 no Piauí. **Antúteses**, v. 1, n. 2, jul. e dez. 2008.

OLIVEIRA, R. S. Imprensa Integralista, Imprensa Militante. In: **Primeiro Simpósio de Pesquisas Históricas dos Grupos de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS**, Porto Alegre, 2005.

PADRÓS, Henrique Serra; MARÇAL, Fábio Azambuja. Terror de estado e doutrina de segurança nacional: os “anos de chumbo” no Brasil e na América Latina. **Ciência e Letras**, Porto Alegre, n. 28, p. 55-90, jul./dez. 2000.

PASSOS, Mauro. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970). In: FERREIRA, Jorge (org.). **O Brasil republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Local: Civilização Brasileira, 2003.

PAULA, Christiane Jalles de. **Consagração e deslegitimação: Gustavo Corção na crônica brasileira**. In XIII Congresso Brasileiro de Sociologia. UFPE, Recife - PE. 2007

PINTO, Céli Regina. **Com a palavra o sr. presidente José Sarney: o discurso do plano cruzado**. São Paulo: Hucitel, 1989.

PONZA, Pablo. El Concilio Vaticano II y el *ethos* revolucionario en la Argentina de los *sesenta-setenta*. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, Debates, 2008. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/index29443.html>. Acessado em: 25 set. 2008.

PRADO, Maria Ligia Coelho. Repensando a história comparada da América Latina. **Revista de História**, n. 153, p. 11-33, 2005.

RAPOPORT, Mario; LAUFER, Rubén. Os Estados Unidos diante do Brasil e da Argentina: os golpes militares da década de 1960. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 43, n. 1, p. 69-98, 2000.

REICHEL, Heloísa Jochims. O “perigo vermelho” na América Latina e a grande imprensa durante os primeiros anos da Guerra Fria (1947-1955). **Diálogos**, DHI/UEM, v. 8, n. 1, p. 189-208, 2004.

REIS, José Carlos. **História & teoria: Historicismo, modernidade, temporalidade e verdade**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

ROCHA, Everardo P. Guimarães. **O que é etnocentrismo**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

RODEGHERO, Carla Simone. **Capítulos da guerra fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945-1964)**. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

_____. Confrontos no pós-guerra: o anticomunismo e as eleições de 1945 e 1947 em Porto Alegre. **História Hoje**, São Paulo, v. 3, p. 3-27, 2005.

_____. **O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul 1945-1964**. 2. ed. Passo Fundo: UPF, 2003.

_____. A dinâmica da diferença: uma análise sobre o olhar norte-americano sobre o Brasil no início da década de 1960. **História, Debates e Tendências**, Passo Fundo, v. 4, n. 1, jul. 2003.

_____. **Memórias e avaliações: norte-americanos e católicos e a recepção do anticomunismo brasileiro entre 1945 e 1964**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2002.

_____. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos estados Unidos e no Brasil nos anos da guerra fria. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 463-488, 2002.

_____. Rindo do inimigo: o riso e o combate católico ao comunismo. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 12, p. 129-152, 1999.

ROMERO, Luis Alberto. **História contemporânea da Argentina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SARLO, Beatriz. **La batalla de las ideas (1943-1973)**. Buenos Aires: Ariel Historia, 2001.

SILVA, Carla Luciana. **Perigo vermelho e ilusão comunista: configurações do anticomunismo brasileiro – da Aliança Liberal à Aliança Nacional Libertadora**. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1998.

SILVA, José Ramiro Alves da. **A legitimação da ordem autoritária: Gustavo Corção nas páginas do Correio do Povo (1964-1969)**. Dissertação de Mestrado. PUC. 2004.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Identidade e diferença**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SPINELLI, Maria Estela. **Los vencedores vencidos: El antiperonismo y la revolución libertadora**. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2005.

STEPAN, Alfred. **Os militares na política**. Rio de Janeiro: Editora Arte Nova, 1975.

STEPHANOU, Alexandre Ayub. **Censura no regime militar e militarização das artes**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

THEML, Neyde; BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha. História comparada: olhares plurais. **Revista de História Comparada**, v. 1, n. 1, jun. 2007.

TERÁN, Oscar. **Nuestros años sesentas: La formación de la nueva izquierda intelectual en la Argentina**. Buenos Aires: Puntosur, 1991.

_____. **Ideas en el siglo: intelectuales y cultura en el siglo XX latinoamericano**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2004.

VEIGA NETO, Alfredo. **Foucault e a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

VERBITSKY, Horacio. **La violencia evangelica**. Historia política da la Iglesia Católica. Tomo II. De Lonardi al Cordobazo (1955-1969). Buenos Aires: Sudamericana, 2008.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Identidade e diferença**. Petrópolis: Vozes, 2000.

ZANCA, José A. **Los intelectuales católicos y el fin de la cristiandad 1955-1966**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006.